



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 049 - QUARTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5A,7)
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB	Líder Walter Pinheiro - PT ^(2,28)	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁴⁾
.....	Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata ^(20,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(7,43)	Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(6,33) Lúcia Vânia ⁽³⁵⁾ Mário Couto ⁽³¹⁾ Paulo Bauer ^(5,32)
Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁶⁾ Sérgio Souza ⁽³⁸⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner	Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(2,28) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁶⁾ Anibal Diniz ⁽²⁵⁾	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ^(5,32) Flexa Ribeiro ^(6,33)
Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾	Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾	Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,14,4C,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁴⁾
Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder do PSB - 4 Lidice da Mata ^(20,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾	
	Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(7,43)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PP/PS/C) - 13	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata ^(20,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(1,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozartildo Cavalcanti		
Líder do PR - 6 Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾		
Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47)		
PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾		

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerei a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 4 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerei a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSBM Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lidice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 059/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 052 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme Of. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUD/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 61ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE ABRIL DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2012-Complementar, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 e 8.443, de 16 de julho de 1992, para estabelecer os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE..... 13119

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 301, de 2012, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual da Paraíba, Raimundo Onofre..... 13126

Nº 302, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Antônio Barreto..... 13126

Nº 303, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Antônio Barreto..... 13126

Nº 304, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 469 e 634, de 2011.... 13126

Nº 305, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, solicitando voto de congratulações ao Município de Lagarto-SE..... 13126

Nº 306, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, solicitando voto de congratulações à Universidade Tiradentes, no Estado de Sergipe.... 13126

Nº 307, de 2012, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente..... 13126

Nº 308, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 233, de 2012, autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 22 a 24 do corrente..... 13127

Nº 309, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, de 2012; e 9, de 2009..... 13127

1.2.3 – Avisos do Ministro de Estado da Saúde

Nº 871/2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.435, de 2011, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima..... 13128

Nº 872/2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.515, de 2011, de autoria do Senador Aécio Neves. 13128

1.2.4 – Ofício do Tribunal Regional Eleitoral do Acre

Nº 102/2012, na origem, encaminhando cópia da Ata Geral das Eleições de 3 de outubro de 2010, conforme dados extraídos do Relatório Geral de Apuração, sobre retotalização de votos para os cargos de Deputado Federal e Deputado Estadual. 13128

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR ACIR GURGACZ – Defesa da aprovação de proposta de emenda à Constituição cujo primeiro signatário é S. Ex^a..... 13130

SENADOR PEDRO TAQUES – Comentários acerca da finalidade da instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigará o “caso Cachoeira”. 13131

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre o projeto, de autoria de S. Ex^a, que determina que se destine à educação de pelo menos 30% dos recursos recebidos pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; e outro assunto..... 13134

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Repulsa às críticas ao bicameralismo no Brasil e defesa do papel do Senado Federal..... 13138

SENADOR PEDRO SIMON – Conclamação da sociedade a participar da 3ª Marcha contra a Corrupção, movimento que está sendo organizado pelas redes sociais; e outro assunto..... 13148

SENADORA ANA AMÉLIA – Insatisfação com a decisão do Governo Federal de não prever, no Orçamento da União de 2013, reajuste para os aposentados que recebem mais de um salário mínimo; e outro assunto. 13150

SENADOR CASILDO MALDANER – Insatisfação com a aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010 13153

SENADOR **EDUARDO SUPLICY** – Registro da participação de S. Ex^a na inauguração do primeiro Centro Educacional Unificado (CEU) em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. 13155

SENADORA **VANESSA GRAZZIOTIN** – Satisfação com a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010; e outro assunto. 13156

SENADOR **WELLINGTON DIAS** – Apoio à aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010; e outro assunto. 13159

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 50, de 2012, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 447, de 2007; e 158, de 2010, por regularem matéria correlata (isenção de imposto de renda). **Aprovado.** 13161

1.3.2 – Item 6 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 239, de 2012, do Senador José Agripino, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (sistema de pagamentos por meio de dispositivos móveis). **Aprovado.** 13161

1.3.3 – Item 7 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 240, de 2012, do Senador Sérgio Souza, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Aprovado.** 13161

1.3.4 – Item 8 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 241, de 2012, do Senador João Vicente Claudino, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Aprovado.** 13161

1.3.5 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura de requerimentos

Nº 310, de 2012, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 22 a 24 do corrente. 13162

Nº 311, de 2012, de autoria do Senador Luiz Henrique, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 258, de 2012, autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 20 a 24 do corrente. 13162

Nº 312, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à TV UFAM – Universidade Federal do Amazonas. 13163

Nº 313, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 13163

1.4.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2012, de autoria do Senador Ivo Cassol, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a forma de prestação do atendimento prioritário. 13165

Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2012, de autoria do Senador Ivo Cassol, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que “institui normas básicas sobre alimentos”, para permitir a reutilização de alimentos preparados, para fins de doação. 13165

Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2012, de autoria do Senador Ivo Cassol, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para assegurar que somente profissionais qualificados em educação física possam ministrar os conteúdos desse componente curricular. 13166

Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2012, de autoria do Senador Ivo Cassol, que acrescenta o art. 17-A na Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, para determinar que as contas de depósito à vista mantidas em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional serão remuneradas, tendo por base seu saldo médio mensal. 13167

Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, que acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual. 13167

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2012, de autoria do Senador Ivo Cassol, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que os dirigentes sindicais somente poderão ser reeleitos para um único período subsequente. 13168

Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, que altera o caput do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para dispor que os danos cobertos pelo Seguro Obrigatório por Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) abrangem os danos à saúde do nascituro. 13169

Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2012, de autoria do Senador Ivo Cassol, que altera o § 1º do art. 841 da Consolidação das Leis do Trabalho para determinar que a notificação, no processo trabalhista, seja feita diretamente ao reclamado. ... 13173

1.4.3 – Discursos

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Expectativa quanto à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o “caso Cachoeira”. 13174

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Comentários acerca do projeto de lei, de autoria de S. Ex^a, que adota medidas de transparência sobre de tributos que incidem sobre bens e serviços. 13177

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Tristeza com a constatação de que o Estado do Rio Grande do Norte tem o maior índice brasileiro de exploração sexual infanto-juvenil, conforme pesquisa da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH). 13180

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Defesa da discussão de vários temas do pacto federativo, em especial, sobre a dívida dos Estados. 13181

SENADOR JAYME CAMPOS – Anúncio da apresentação de projeto de lei, de autoria de S. Ex^a, que institui o Fundo Nacional de Amparo às Mulheres Agredidas. 13185

1.4.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2012, de autoria do Senador Jayme Campos, que *institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA) e dá outras providências*. 13187

1.4.5 – Mensagem da Presidente da República

Nº 29, de 2012 (nº 137/2012, na origem), solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). 13188

1.4.6 – Discursos (continuação)

SENADOR JORGE VIANA – Apresentação de requerimentos de votos de aplausos ao sertanista Sr. José Carlos dos Reis Meirelles Júnior e à Comissão Pró-Índio; e outro assunto. 13188

1.4.7 – Leitura de requerimentos

Nº 314, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia. 13193

Nº 315, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando voto de aplauso ao Sr. José Carlos dos Reis Meirelles. 13194

Nº 316, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando voto de aplauso à Comissão Pró-Índio do Acre. 13194

1.4.8 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 280, de 2012, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. **Aprovado**, nos termos de despacho favorável do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional “*ad referendum*” daquele Colegiado. 13194

1.4.9 – Discursos (continuação)

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Homenagem à Sra. Abigail Izquierdo Ferreira, conhecida como Bibi Ferreira, pelo transcurso de seus 90 anos. 13195

1.4.10 – Comunicação

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de designação do Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2013; do Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, e do Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. (**Ofício nº 183/2012**). 13196

1.4.11 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 297, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim. **Aprovado**. 13197

1.4.12 – Discursos (continuação)

SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Alegria pela posse do Ministro Carlos Ayres Britto na Presidência do Supremo Tribunal Federal; e outros assuntos. 13197

SENADOR IVO CASSOL – Manifestação favorável ao Projeto de Resolução, em tramitação no Senado Federal, que regula o ICMS. 13197

1.4.13 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 298, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer. **Aprovado**. 13198

Requerimento nº 299, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião. **Aprovado**. 13202

1.4.14 – Discursos (continuação)

SENADOR WALTER PINHEIRO, como Líder – Comentários sobre a reação de bancos privados que estariam resistindo à política de redução da taxa básica de juros; e outro assunto. 13202

1.4.15 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 300, de 2012, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. **Aprovado**. 13202

1.4.16 – Discursos (continuação)

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Defesa de uma redução drástica dos juros no Brasil. 13205

1.4.17 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 308, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. **Aprovado**. 13206

Requerimento nº 310, de 2012, de autoria do Senador Inácio Arruda. **Aprovado**. 13208

Requerimento nº 311, de 2012, de autoria do Senador Luiz Henrique. **Aprovado**. 13208

1.4.18 – Discursos (continuação)

SENADOR VALDIR RAUPP – Satisfação com a decisão do Presidente José Sarney de instituir uma comissão de especialistas para discutir o pacto federativo brasileiro. 13209

1.4.19 – Leitura de requerimentos

Nº 317, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de aplausos pelos 40 anos da Guerrilha do Araguaia. 13210

Nº 318, de 2012, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2011..... 13210

1.4.20 – Ofício de Ministro de Estado das Comunicações

Nº 23/2012, encaminhando informações em resposta Requerimento nº 1.330, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias. 13210

1.4.21 – Comunicações

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Temporária Externa destinada a debater e propor soluções ao financiamento do sistema de saúde do Brasil (**Ofício nº 51/2012**). *Designação dos Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como titulares; e dos Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como suplentes, para comporem a referida Comissão.*..... 13211

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. (**Ofício nº 18/2012**) 13211

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Temporária Externa destinada a representar o Senado no âmbito da Conferência da ONU – RIO+20 (**Ofício nº 15/2012**). *Designação do Senador José Agripino, como titular, para compor a referida Comissão.* 13211

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (**Ofício nº 16/2012**). *Designação do Senador Clovis Fecury, como titular, para compor a referida Comissão.* 13211

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício nº 18/2012**). *Designação do Senador José Agripino, como titular, para compor a referida Comissão.*..... 13211

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Serviços de Infraestrutura (**Ofício nº 19/2012**). *Designação do Senador Jayme Campos, como titular, para compor a referida Comissão.*..... 13212

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos (**Ofício nº 20/2012**). *Designação do Senador Jayme Campos, como titular, para compor a referida Comissão.*..... 13212

Da Liderança do PSD no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem diversas Comissões Permanentes. (**Ofício nº 5/2012**). *Designação da Senadora Kátia Abreu, como titular, para compor a Comissão de Serviços de Infraestrutura, e, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e do Senador Sérgio Petecão, como titular, para compor a Comissão de*

Constituição, Justiça e Cidadania, e, como suplente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura. 13212

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de retirada do nome do Senador Demóstenes Torres, como suplente, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (**Ofício nº 17/2012**) 13212

1.4.22 – Mensagem da Presidente da República

Nº 132, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2011 (nº 5.418/2005, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.612, de 2012. .. 13212

1.4.23 – Comunicação da Presidência

Retificação do despacho apostado ao Requerimento nº 172, de 2012; e inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da referida matéria..... 13213

1.4.24 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CYRO MIRANDA – Registro da matéria intitulada “Triunfo desconhece regras básicas do edital”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 9 de fevereiro último. 13213

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Eles sempre querem mais”, publicada na revista **Veja**, edição de 22 de fevereiro último. 13213

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro do artigo intitulado “Estados e municípios sob extorsão”, de autoria do ex-Governador José Serra, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 de outubro último..... 13214

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada “Relator pede processo contra Fernando Pimentel”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 de março último..... 13216

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Convocação de uma ação coletiva em defesa dos cidadãos afetados pela prolongada seca nordestina..... 13216

SENADORA ANGELA PORTELA – Considerações acerca da segunda edição do Programa Minha Casa, Minha Vida, lançado semana passada pelo Governo Federal. 13217

1.4.25 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 18, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 13218

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – PARECERES

Nº 2, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 93, de 2011-CN (nº 388/2011, na origem), que *encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quarto bimestre de 2011...* 13220

Nº 3, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 137, de 2011-CN (nº 521/2011, na

origem), que *encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quinto bimestre de 2011...* 13231

3 – ATA

3.1 – Comissão Mista

Ata da 3ª Reunião, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 562, realizada em 10 de abril de 2012. 13242

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 61ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 17 de abril de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Waldemir Moka,
João Ribeiro, Roberto Requião e José Pimentel*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-
-se às 19 horas e 43 minutos.)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

61ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 17/4/2012 07:03:09 até 17/4/2012 20:30:46

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAÍRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNICIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPlicy	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Há número regimental. Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2012 (Complementar)

Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966, e 8.443, de 16 de julho de 1992, para estabelecer os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE serão entregues, a partir do exercício financeiro de 2015, da seguinte forma:

I – 5% (cinco por cento) proporcionalmente à extensão territorial de cada entidade participante em relação ao território do País;

II – 10% (dez por cento) proporcionalmente ao produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados realizada pela União no território de cada entidade participante em relação ao produto total da arrecadação desses impostos;

III – 15% (quinze por cento) proporcionalmente à participação da população de cada entidade participante na população total do País;

IV – 70% (setenta por cento) proporcionalmente à participação do inverso do produto interno bruto (PIB) por habitante de cada entidade participante no somatório de todos os inversos.

§ 1º A participação de cada Estado e do Distrito Federal no percentual a que se refere o inciso II será igual à média aritmética de seus respectivos percentuais de participação na arrecadação nacional dos impostos especificados nesse inciso, apurada nos cinco exercícios financeiros anteriores àquele em que for realizado o cálculo.

§ 2º A nenhuma entidade participante poderá ser entregue parcela superior a 15% (quinze por cento) do montante distribuído na forma do inciso II do *caput*, com os eventuais excedentes sendo partilhados entre os demais participantes conforme o disposto no inciso IV do *caput*.

§ 3º A nenhuma entidade participante será entregue parcela inferior a 4,5% (quatro e meio por cento) e superior a 8% (oito por cento) do montante distribuído na forma do inciso III do *caput*, com os eventuais excedentes sendo partilhados entre os demais participantes conforme o disposto no inciso IV do *caput*.

§ 4º A entidade participante, que tiver PIB por habitante superior ao nacional, terá o inverso de que trata o inciso IV do *caput* reduzido em:

I- 90% (noventa por cento), se o seu PIB por habitante superar o nacional em pelo menos 50%;

II- 50% (cinquenta por cento), se o seu PIB por habitante superar o nacional entre 20% (vinte por cento) e 50% (cinquenta por cento);

III- 20% (vinte por cento), se o seu PIB por habitante superar o nacional entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento); ou

IV- 10% (dez por cento), se o seu PIB por habitante superar o nacional em até 10%.

§ 5º As cotas-partes serão revistas anualmente com base nas informações produzidas por entidades competentes da União e disponíveis por ocasião de cada revisão.” (NR)

Art. 2º A Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“**Art. 2º-A** A entrega dos recursos do FPE obedecerá, nos exercícios financeiros de 2013 e 2014, a mesma distribuição entre as entidades participantes aplicada no exercício financeiro de 2012.”

Art. 3º O art. 92 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 92.** O Tribunal de Contas da União comunicará ao Banco do Brasil S.A., conforme os prazos a seguir especificados, os coeficientes individuais de participação nos fundos previstos no art. 159, inciso I, alíneas *a*, *b* e *d*, da Constituição que prevalecerão no exercício subsequente:

I – até o último dia útil do mês de março de cada exercício financeiro, para cada Estado e para o Distrito Federal;

II – até o último dia útil de cada exercício financeiro, para cada Município.

Parágrafo único. Far-se-á nova comunicação sempre que houver, transcorrido o prazo fixado na alínea I do *caput*, a criação de novo Estado, a ser implantado no exercício subsequente.” (NR)

Art. 4º O art. 102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 102. Entidades competentes da União farão publicar no Diário Oficial da União as informações mais recentes disponíveis sobre superfícies, populações, produtos internos brutos e arrecadações de impostos sobre rendas e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, requeridas pelos fins previstos no inciso VI do art. 1º desta Lei, conforme os seguintes prazos:

I – até o dia 31 de dezembro de cada exercício, para os Estados e o Distrito Federal;

II – até o dia 31 de agosto de cada exercício, para os Municípios.

§ 1º Os interessados poderão apresentar, dentro do prazo de vinte dias da publicação, reclamações fundamentadas às entidades referidas no *caput*, que decidirão conclusivamente.

§ 2º As entidades referidas no *caput* encaminharão ao Tribunal de Contas da União as informações requeridas no *caput* deste artigo conforme os seguintes prazos:

I – até o dia 31 de janeiro de cada ano, as informações referentes aos Estados e ao Distrito Federal;

II – até o dia 31 de outubro de cada ano, as informações referentes aos Municípios.

§ 3º Far-se-ão nova publicação e novo encaminhamento sempre que houver, após a data referida na alínea I do *caput*, a criação de novo Estado, a ser implantado no exercício subsequente, mantendo-se os prazos para a apresentação de reclamações fundamentadas e para a tomada de decisão conclusiva a esse respeito.” (NR)

Art. 5º A União concederá compensação financeira a Estado ou ao Distrito Federal cuja transferência do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE em cada um dos exercícios financeiros de 2015 a 2019 seja inferior à transferida no exercício financeiro de 2014.

§ 1º Caberá ao Tribunal de Contas da União calcular o montante da compensação financeira devida pela União na forma do *caput*, a cada unidade da federação, e divulgar tal informação junto com os coeficientes individuais de participação do FPE a serem aplicados no respectivo exercício financeiro subsequente.

§ 2º Para atender ao disposto no *caput*, fica o Poder Executivo Federal obrigado a incluir na proposta orçamentária da União, dos exercícios financeiros de 2015 a 2019, dotação específica no montante definido pelo TCU, na forma do § 1º, sendo facultado ao Tesouro Nacional emitir títulos de sua responsabilidade para financiar tal despesa.

Art. 6º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei de complementar tem por objetivo propor critérios técnicos e fórmula para o cálculo dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

A sistemática de distribuição vigente, estabelecida na Lei Complementar nº 62, de 1989, foi objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, que decidiu pela inconstitucionalidade da fixação de coeficientes de participações nos termos vigentes no art. 2º da referida norma. O prazo de saneamento, conforme estabelecido por essa egrégia Corte, vence em 31 de dezembro do corrente ano. É imperioso, portanto, que o Congresso Nacional aprove, até o final de 2012, projeto de lei complementar que estabeleça novos critérios de rateio do FPE, com a finalidade de promover o equilíbrio federativo preconizado no inciso II do art. 161 da Constituição.

A fórmula para o rateio do FPE oferecida nesta proposição visa à consecução de três objetivos distintos: participação dos Estados e do Distrito Federal na arrecadação; distribuição proporcional à população e à superfície; e redistribuição de renda por meio da aplicação do critério do inverso do PIB *per capita*.

Para atingir o objetivo da participação, propõe-se que, do montante do FPE, 10% sejam destinados aos Estados e ao Distrito Federal segundo as proporções da arrecadação nacional do IR e do IPI realizada em cada um de seus territórios. Assim, essa parte dos referidos impostos retornará às entidades participantes em que esses tributos forem arrecadados. A cota individual fica limitada a no máximo 15% do que for entregue de acordo com esse critério, sendo o eventual excesso redistribuído segundo o inverso do PIB *per capita*.

A consecução do objetivo da distribuição, a seu turno, fica assegurada pela consideração da superfície e da população (parâmetros considerados na fórmula original do Código Tributário Nacional), na proporção de 5% e 15% do total do FPE, respectivamente. No caso da

população, é proposto um piso de 4,5% e um teto de 8%, sendo que o eventual excesso, mais uma vez, será redistribuído pelo critério do inverso do PIB *per capita*.

Para atender ao principal objetivo do FPE, a redistribuição de recursos, este projeto prevê que ao menos 70% dos recursos sejam entregues de forma inversamente proporcional ao PIB por habitante. Na prática, tal peso será maior, porque certamente haverá excesso na apuração dos critérios de rateio segundo a arrecadação e a população, uma vez que o projeto impõe tetos de participação individual.

Note-se que, segundo o critério dominante neste projeto de lei, quanto menos desenvolvida for a entidade participante, mais receberá de FPE em termos relativos. É nesse sentido que se propõe, também, limitar as participações das unidades da federação com produto interno bruto por habitante superior ao nacional, aplicando-lhes redutores tanto maiores quanto for sua distância em relação à média do País – ou seja, quanto mais rico for o Estado ou o Distrito Federal menor será sua participação relativa no FPE. Trata-se de redistribuir recursos das entidades participantes que mais arrecadam, mais populosas e com maior PIB por habitante para aquelas mais pobres e menos populosas. A sistemática aqui proposta contribuirá para desconcentrar regionalmente a receita pública.

Outras normas do projeto são propostas para tornar mais regular e transparente o processo de cálculo das cotas-partes.

Em particular, ressalte-se que os coeficientes apurados em março de cada exercício – tendo como base as informações mais atualizadas, produzidas pelos órgãos competentes do Poder Executivo, sobre superfícies; populações; produtos internos brutos por habitante; e arrecadações dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados referentes aos anos imediatamente anteriores – entrarão em vigor apenas no exercício financeiro subsequente àquele do cálculo. Tome-se, por exemplo, o ano de 2014 como base. Em janeiro desse ano, os órgãos competentes do Governo Federal prestarão ao TCU as informações necessárias para o cálculo das cotas-partes do FPE. Os coeficientes obtidos serão publicados até 31 de março por esse órgão. Sua aplicação dar-se-á apenas em 2015, de modo que os Estados e o Distrito Federal poderão elaborar os seus orçamentos para 2015 já conhecendo quais coeficientes vigorarão nesse exercício. A carência aqui defendida permitirá que os governos estaduais se planejem adequadamente.

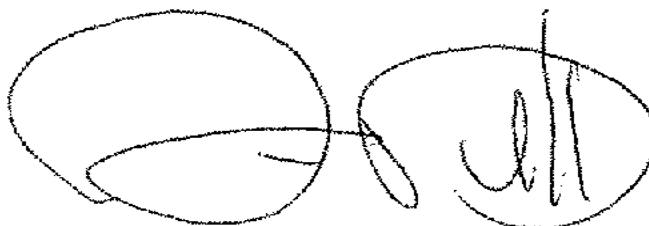
Consoante com tal preceito de carência, é proposto que a nova sistemática de rateio do FPE seja aplicada somente a partir de 2015, mantendo-se para 2013 e 2014 a atual distribuição, tendo em vista a

inviabilidade de aplicação das regras propostas para o exercício de 2013 e a necessidade de prazo razoável para que as entidades participantes se preparem para a vigência das novas regras.

Além dessa carência, propõe-se que, nos primeiros cinco anos em que for aplicada a nova fórmula de rateio do FPE (2015 a 2019), a União compense eventuais reduções nos recursos entregues às unidades federadas em relação ao repassado antes da reformulação (2013/2014). Para evitar os problemas já observados na compensação das desonerações de ICMS das exportações, o Poder Executivo Federal é obrigado a incluir dotação para tal finalidade na proposta de lei orçamentária da União e é facultada a emissão de títulos como respectiva fonte de recursos.

Tenho convicção de que este projeto atende ao requerido pelo Supremo Tribunal Federal e que seus dispositivos estão em pleno acordo com os preceitos constitucionais. Ao estabelecer critérios de rateio para FPE que conciliam participação, distribuição e redistribuição, essa proposição garante a justa divisão federativa de recursos de que o País necessita para se desenvolver com equidade.

Sala das Sessões,



Senador FRANCISCO DORNELLES

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências

.....

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

.....

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

.....

Art. 92. Até o último dia útil de cada exercício, o Tribunal de Contas da União comunicará ao Banco do Brasil S.A. os coeficientes individuais de participação de cada Estado e do Distrito Federal, calculados na forma do disposto no artigo 88, e de cada Município, calculados na forma do disposto no artigo 91, que prevalecerão para todo o exercício subsequente.

.....

Lei Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992.

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

.....

Art. 102. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou entidade congênere fará publicar no Diário Oficial da União, até o dia 31 de agosto de cada ano, e para os fins previstos no inciso VI do art. 1º desta Lei, a relação das populações por Estados e Municípios.

§ 1º Os interessados, dentro do prazo de vinte dias da publicação, poderão apresentar reclamações fundamentadas à Fundação IBGE, que decidirá conclusivamente.

§ 2º Até o dia 31 de outubro de cada ano, a Fundação IBGE encaminhará ao Tribunal de Contas da União a relação referida neste artigo.

.....

(As Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 301, DE 2012

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual pelo Estado da Paraíba, Sr. Raimundo Onofre que faleceu no dia 10 de abril do corrente ano, bem como a apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2012. – Senador **Cícero Lucena**.

REQUERIMENTO Nº 302, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do historiador Luiz Antonio Barreto, ocorrido nesta data, em Aracaju, Sergipe:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012. – Senador **Eduardo Amorim**.

REQUERIMENTO Nº 303, DE 2012

Requerimento de voto de pesar.

Requeiro, de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do Jornalista e Historiador Sergipano Luiz Antônio Barreto.

Inserção em ata de Voto de profundo pesar.

Apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 304, DE 2012

Requeiro, na forma do disposto no **caput** do Art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 469, de 2011 e do PLS nº 634, de 2011, por versarem sobre a mesma matéria. – Senador **José Pimentel**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 305, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulação ao Município de Lagarto – SE, pela passagem dos seus 132 anos de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 20 de abril.

A homenagem do Senado Federal deverá ser encaminhada ao Prefeito Municipal, Dr. José Valmir Monteiro, no endereço Praça Nossa Senhora da Piedade, nº 13 – Centro – Lagarto – SE, CEP 49.400-000, e é extensiva a toda a população da cidade.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012. – Senador **Eduardo Amorim**.

REQUERIMENTO Nº 306, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulação à UNIT – Universidade Tiradentes, de Sergipe, pela passagem dos 50 anos de sua fundação, que ocorrerá no próximo dia 21 de abril.

A homenagem do Senado Federal deverá ser encaminhada ao Magnífico Reitor da Unit, Professor Jouberto Uchoa de Mendonça, no endereço Av. Murilo Dantas, nº 300 – Farolândia – Aracaju – SE, CEP 49.032-490, e é extensiva a toda a direção, professores, alunos, funcionários e comunidade.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012. – Senador **Eduardo Amorim**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 307, DE 2012

Solicita a Ministra de Estado do Meio Ambiente informações sobre a quantidade de Unidades de Conservação no Estado do Tocantins.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o

artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, observando estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal sob pena de crime de responsabilidade, seja solicitada a Ministra de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações:

1) Lista das unidades de conservação cuja criação, no Estado do Tocantins, esteja sendo processada no âmbito dos órgãos do Ministério do Meio Ambiente, bem como em suas entidades vinculadas, em especial junto ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, inclusive os perímetros;

2) Cronograma, ainda que provisório, de instalação das unidades de conservação a que se refere o item 1 acima, ressaltando-se os diferentes estágios do respectivo processo administrativo para cada uma delas;

3) Descrição detalhada dos perímetros, ainda que provisórios, dessas futuras unidades de conservação, indicando-se também a natureza jurídica das áreas a serem atingidas, ou seja, se a unidade de conservação será formada por áreas de domínio público ou de propriedade particular;

4) No caso de as unidades de conservação em fase de criação atingirem áreas particulares, indicação das dotações orçamentárias a serem empregadas no pagamento de indenizações aos proprietários, especificando-se igualmente as estimativas de gastos com essas indenizações;

5) Em se tratando de unidades que venham a englobar áreas de domínio público, estudos ou avaliações que tenham feito os órgãos ou entidades mencionadas no item 1 acerca da existência de posseiros ou ocupantes, com a identificação da situação jurídica de cada um.

Justificação

Segundo competência constitucional cabe ao Senado, casa representativa dos Estados, fiscalizar as ações do Poder Executivo, com acompanhamento as ações oficiais, planos e projetos em relação às diferentes regiões do País.

O requerimento que ora é apresentado se justifica pela necessidade de o Parlamento tomar conhecimento dos procedimentos levados a cabo pela Administração Federal na constituição de unidades de conservação ambiental, em especial nos casos em que tal ação governamental atinge a propriedade privada, direito fundamental garantido no inciso XXII do art. 5º da Constituição Federal.

Essa questão se põe especificamente no âmbito do Estado do Tocantins, ante o anúncio – amplamente divulgado na imprensa local –, por parte do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, da iminente criação de novas cinco novas unidades de conservação em território tocantinense; unidades essas que

atingiriam considerável parcela das áreas agricultáveis da mencionada unidade federada, muitas das quais já em processo de exploração há anos.

É relevante que o Parlamento tome conhecimento do modo como se dá o processo de constituição dessas unidades em solo tocantinense, em especial no que diz com o cumprimento de todas as etapas legais e com a reserva de recursos suficientes ao pagamento de eventuais indenizações aos proprietários de áreas particulares atingidas.

O requerimento que ora formulo a Ministra do Meio Ambiente objetiva reunir subsídios para eventuais medidas no âmbito do Congresso Nacional. – Senador **Kátia Abreu**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 308, DE 2012

Em aditamento ao Requerimento nº 233/2012, e em função da mudança da data da Sessão Especial para a posse dos novos parlamentares argentinos e da Sessão Preparatória para a votação de mudanças do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, para o dia 23 do corrente mês, conforme consta do processo nº 010002/12-0, Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa entre os dias 22 e 24 de abril de 2012, tendo em vista minha participação na referida Sessão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País nos dias acima citados.

Brasília, 17 de abril de 2012. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 309, DE 2012

Requeiro, na forma do disposto no **caput** do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) nº 2, de 2012 e PEC nº 9, de 2009, por versarem sobre a mesma matéria. – Senador **José Pimentel**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos do Ministro de Estado da Saúde:

- **Nº 871, de 13 de abril de 2012**, em resposta ao Requerimento nº 1.435, de 2011, de informações, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.
- **Nº 872, de 13 de abril de 2012**, em resposta ao Requerimento nº 1.515, de 2011, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

CEGP.n. 102.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 102, de 2012**, na origem, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, que encaminha cópia da Ata Geral das Eleições de 3 de outubro de 2010, conforme dados extraídos do Relatório Geral de Apuração, sobre retotalização de votos para os cargos de Deputado Federal e Deputado Estadual.

É o seguinte o Ofício:


Rio Branco, 3 de abril de 2012.

Assunto: Encaminha Ata Geral das Eleições de 03 de outubro de 2010.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a teor do artigo 202, § 4º, do Código Eleitoral, cópia da Ata Geral das Eleições de 03 de outubro de 2010 (em anexo), conforme dados extraídos do Relatório Geral de Apuração.

Respeitosamente,


Desembargador **Pedro Ranzi**
Presidente


Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre

ATA GERAL DAS ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO DE 2010, DE ACORDO COM O ART. 133 DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.218/2010 (RETOTALIZAÇÃO DE VOTOS PARA OS CARGOS DE DEPUTADO FEDERAL E DEPUTADO ESTADUAL)

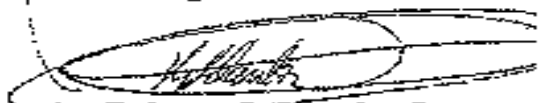
Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, nesta cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, no Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, às dezessete horas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, Desembargador Pedro Ranzi. Presentes o Senhor Desembargador Roberto Barros dos Santos e os Senhores Juízes José Augusto Cunha Fontes da Silva, Júnior Alberto Ribeiro, Régis de Souza Araújo, Glenn Kelson da Silva Castro e Alexandrina Melo de Araújo. Procurador Regional Eleitoral, Doutor Paulo Henrique Ferreira Brito. Ato contínuo, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Desembargador Roberto Barros, Relator do Processo Apuração de Eleição n. 1131-28.2010.6.01.0000 – classe 7, visto que, no dia 10 de novembro do ano em curso, esta Corte tomou conhecimento dos mapas gerais e do Relatório Geral de Apuração das Eleições 2010 (Resumo Geral do Estado do Acre), contendo os dados de que trata o art. 131, incisos I a IX, da Resolução TSE 23.218/2010 (art. 199, § 5º, do Código Eleitoral), tendo transcorrido, no dia 21 de novembro de 2011, sem manifestação dos partidos e candidatos interessados, o prazo do art. 132 e parágrafos e, nos termos do art. 133 da Resolução TSE n. 23.218/2010, o Senhor Relator do Autos da Apuração de Eleição n. 1131-28.2010.6.01.0000 – classe 7, ratificou o inteiro teor do mencionado Relatório Geral de Apuração em face da **RETOTALIZAÇÃO DE VOTOS PARA OS CARGOS DE DEPUTADO FEDERAL E DEPUTADO ESTADUAL** procedida pela Secretaria de Tecnologia da Informação, nos exatos termos das decisões do Tribunal Superior Eleitoral, com a utilização do Sistema de Gerenciamento – Eleições 2010, que se refletiu no

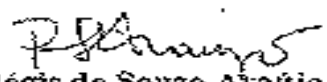
refazimento dos cálculos dos quocientes eleitoral e partidário com a emissão de novo RELATÓRIO do resultado da totalização (RESUMO GERAL DO ESTADO DO ACRE) e o apresentou à aprovação da Corte para consequente HOMOLOGAÇÃO do resultado definitivo das eleições, referente à circunscrição eleitoral do Estado do Acre. Em seguida, o Senhor Presidente submeteu à aprovação o Relatório Geral de Apuração. Ouvidos o Senhor Procurador Regional Eleitoral e os Senhores Membros, aprovou-se, por unanimidade, o relatório apresentado que integra a presente Ata (em anexo), contendo o referido relatório todos os requisitos exigidos pelos incisos de I a IX do art. 131 da Resolução TSE n. 23.218/2010. Do que, para constar, eu, Jaqueline Bezerra de Albuquerque Assem, Secretária Judiciária, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Membros e pelo Senhor Procurador Regional Eleitoral.


Ref.: Ata Geral das Eleições de 3 de outubro de 2010, de acordo com o art. 133 da Resolução TSE n. 23.218/2010 (Retotalização de votos para os cargos de Deputado Federal e Deputado Estadual).



Desembargador Pedro Ranzi
Presidente



Juiz Júnior Alberto Ribeiro
Membro



Desembargador Roberto Barros dos Santos
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral,
Relator dos autos Apuração de
Eleição n. 1131-28.2010.6.01.0000 – classe 7


Juiz Régis de Souza Araújo
Membro


Juiz Gleun Kelson da Silva Castro
Membro


Juiza Alexandrina Melo de Araújo
Membro


Juiz José Augusto Cunha Fontes da Silva
Membro


Doutor Paulo Henrique Ferreira Brito
Procurador Regional Eleitoral

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) –
Pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB
– RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/
PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB
– RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria
pedir minha inscrição para falar pela Liderança do
PTB, após a Ordem do Dia. Eu fui o primeiro a chegar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Se-
gundo Líder a ser inscrito, após Ordem do Dia. Sena-
dor Mário Couto.

O SR. PEDROTAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela
ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Fa-
larei pela Liderança da Minoria. Segundo Líder; depois
do Mozarildo, falaria eu, intercalado, logicamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/
PMDB – MS) – Pois não, Senador Mário Couto. V.

Ex^a está inscrito, após a Ordem do Dia, como Líder da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu peço informação da Mesa. O que nós vamos discutir hoje na Ordem do Dia está em pauta ou a pauta está trancada? Só para os Senadores se posicionarem logo na fala, nas inscrições. Se a Mesa puder informar, nós gostaríamos de saber.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – No transcorrer, logo após, eu informo a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – A secretária já lhe mostra aí.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu aviso V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a gentileza de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para uma comunicação inadiável, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como primeiro orador inscrito, Senador Acir Gurgacz.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que o Senado e a sociedade brasileira discutem um novo pacto federativo, chamo a atenção para uma distorção que vem ocorrendo há anos. Para corrigi-la, apresentei nesta Casa uma proposta de emenda à Constituição, a PEC nº 124, de 2011.

A proposta de emenda à Constituição em questão propõe que a cobrança do ICMS seja feita nos Estados produtores de energia elétrica, e não nos Estados consumidores, como ocorre atualmente no País. Essa distorção tributária, originada na Constituição de 1988, por meio de uma emenda proposta pelo então Deputado Federal José Serra, está prejudicando os Estados

onde estão instaladas ou onde estão sendo construídas as grandes usinas hidrelétricas brasileiras, como é o caso de Rondônia e do Pará, onde estão sendo construídas as usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte.

A Constituição de 1988 excluiu a energia elétrica, o petróleo e seus derivados da regra de partição mista do ICMS, estabelecendo que a tributação seria apenas no destino, ou seja, no consumidor, deixando o Estado de origem, os produtores, à míngua do ICMS, importante imposto e fonte de receita e de renda dos Estados.

A proposta de transferir para a origem a totalidade ou parte da receita do ICMS interestadual é fundamental para o equilíbrio econômico entre os Estados. Precisamos iniciar este debate com muito equilíbrio e serenidade, pois este é um momento histórico de transformações socioeconômicas no País, em que a região Norte passa a integrar o eixo de desenvolvimento com a produção de energia elétrica. Portanto, essa proposta também irá alavancar o desenvolvimento e o crescimento da região Norte, em especial da nossa Amazônia.

É preciso que tenhamos um olhar especial para a região amazônica e para as regiões menos desenvolvidas do País. A Amazônia, em especial, já contribui imensamente para compensar o passivo ambiental da Federação brasileira.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Senador Acir, se V. Ex^a me permitir, gostaria de um aparte.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pois não. Com o maior prazer!

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Queria cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento, pelo tema que traz, que é realmente um assunto do momento. Desde o início, aqui, no Congresso Nacional, há 16, 17 anos, quando me elegi Deputado Federal pela primeira vez, fui duas vezes Deputado Federal, venho presenciando e discutindo esse tema, que é o novo pacto federativo.

Realmente, nós sempre discutimos vários assuntos dessa questão do pacto federativo, sobretudo a partilha dos impostos arrecadados. Em muitos países do mundo – a gente pode citar os Estados Unidos e outros países –, a maior fatia do bolo fica no Município; a segunda maior fatia, no Estado; e a fatia relativamente menor ou quase igual ficaria com a União. A Constituição de 1988, nós sabemos que ela deu muita tarefa, muita missão para os Municípios e para os Estados. Mas, na verdade, a distribuição de renda ainda continua muito aquém daquilo que determinou a lei para os Municípios, sobretudo. Os Municípios brasileiros estão de pires na mão. V. Ex^a sabe disso. No seu Estado não é diferente. Mas V. Ex^a falou, sobretudo, na questão das usinas hidrelétricas. E aí mexeu com o meu Es-

tado do Tocantins, no sentido de reivindicar a mesma coisa que V. Ex^a, porque o Tocantins já tem três usinas hidrelétricas construídas, tem algumas projetadas e tem a quarta, que já está praticamente pronta, que é a do Estreito. Ela é uma usina relativamente grande. Nós temos a de Peixe Angical, a de São Salvador e a de Lajeado, que já está pronta há muito tempo. O Tocantins, portanto, recebe uma fatia muito pequena do ICMS. Então, essa proposta de V. Ex^a, quero também subscrevê-la e, no momento certo, discutir isso, porque Rondônia está prejudicada, o Estado do Pará está prejudicado. O Estado que cedeu a água, os seus mananciais, o território para ali construir essa riqueza imensa, que é a energia elétrica para o Brasil – e o Brasil não avançará se não for com bastante energia elétrica –, não pode ser penalizado; ele tem de ser aquinhado com um ICMS melhor, para atender melhor à situação, à população ribeirinha, aos impactos ambientais que existem. Então, tudo isso faz parte dessa discussão. Mas, para não tomar muito tempo de V. Ex^a, era só para dizer que estou de acordo com V. Ex^a. Parabéns pela sua fala. E vamos discutir, pois vamos estar juntos nessa caminhada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador. De fato, o que estamos cobrando é que o ICMS seja gerado onde se produza a energia. Tem de haver uma compensação pelo desequilíbrio ecológico, por todo o investimento que é feito nos Estados, e os Estados não recebem essa contrapartida pelo investimento.

Vou repetir aqui. A Amazônia já contribui imensamente para compensar o passivo ambiental da Federação brasileira, uma vez que mantém mais de 80% de suas reservas, são reservas preservadas. Entendo que seria injusto não recebermos uma compensação tributária neste momento em que a Amazônia se transforma numa região produtora de energia elétrica. Seria mais do que isso, seria também uma compensação ambiental para os amazônidas.

Além do mais, no momento em que estamos debatendo um pacto federativo, a Resolução 72, de 2010, que está sendo debatida e votada agora, na Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a tributação sobre os produtos importados, a tributação do comércio na Internet, o e-commerce, que fazem parte da reforma tributária, é oportuno discutirmos também a tributação da energia elétrica produzida no Brasil.

A proposta de emenda à Constituição que ora submetemos à apreciação dos senhores congressistas visa a reparar essa injustiça e fazer prevalecer o bom-senso. Se aprovada, a energia elétrica deixará de ser exceção discriminatória e danosa, e passará a compor a receita não só dos Estados consumidores, mas

também e principalmente dos Estados produtores na mesma proporção das demais mercadorias e serviços. A repartição da receita do ICMS interestadual sobre a energia elétrica não pode ficar fora dessa discussão.

Por isso, peço aos meus pares, mais uma vez, atenção para este tema que apresentei na **forma de proposta** de emenda à Constituição, que está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Este é o momento oportuno para revermos esta questão que, entendo, é da maior importância para todo o País, mas, em especial, para os Estados da Amazônia. É o caso do nosso Estado de Rondônia, o Estado do Pará, o Estado do Tocantins, de Mato Grosso; todos somos produtores de energia elétrica e estamos contribuindo para gerar energia elétrica para todo o País. Portanto, é justo que tenhamos uma resposta positiva em forma de receita, em forma de renda, **para que os Estados** possam ajudar a sua população.

Esse era o tema que eu tinha para tratar nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Acir Gurgacz, concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Pedro Taques.

Embora o Senador Mário Couto não esteja presente, quero informar à Casa que existem duas medidas provisórias que estão trancando a pauta, porém, temos requerimentos a serem votados na Ordem do Dia. Fiquei de dar a informação e gostaria de prestá-la, mesmo na ausência do Senador. É claro que é circunstancial. Ele deve rapidamente retornar ao plenário.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, inclusive por essa informação valiosa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que serve uma comissão parlamentar de inquérito? Para que serve esse instrumento previsto na Constituição, no art. 58, § 3º, da Lei Fundamental?

O Legislativo, nós todos sabemos, tem algumas atribuições básicas. Inovar a ordem jurídica é uma delas, criando o que nós denominamos, de forma genérica, como lei. No entanto, o Legislativo tem outra atribuição que é por demais importante: a chamada fiscalização. Essa fiscalização, Sr. Presidente, se faz através de duas espécies de fiscalizações: uma fiscalização econômico-financeira, que é feita pelo Legislativo, auxiliado pelo Tribunal de Contas, nos termos do art. 70 da Lei Fundamental; e uma segunda espécie de fiscalização, a chamada fiscalização político-adminis-

trativa, desempenhada, notadamente, pela comissão parlamentar de inquérito.

Muito bem. Nós todos sabemos que, historicamente, os parlamentos europeus não inovavam a ordem jurídica, criando o que se denomina de lei. Isso passou a ser feito a partir da Revolução Francesa, em 1789. No entanto, no Século XIX, houve o enfraquecimento da função de fiscalização do Poder Legislativo. Isso se deu em razão de a sua função de inovação da ordem jurídica através da lei se sobrepor às outras funções.

Muito bem. No século XX, no chamado Estado social ou Estado do bem-estar social, ocorre uma superforça do Poder Executivo. Daí surge o que se denomina de um Estado prestador e, com esse Estado prestador, surge a necessidade de que esse Estado prestador também venha a inovar a ordem jurídica.

No século XX, o Legislativo fortalece a sua função de fiscalização através das comissões parlamentares de inquérito. No século passado, século XX, nós acompanhamos grandes comissões parlamentares de inquérito. Agora, nesta atual quadra histórica, o Parlamento brasileiro está debatendo a inauguração de uma nova comissão parlamentar de inquérito; desta feita, uma CPMI, uma comissão parlamentar mista de inquérito que terá o objetivo de fiscalizar esse novo escândalo denominado “Cachoeira-Delta”, essa grande empresa que foi uma das grandes beneficiadas pelo PAC do Poder Executivo.

Muito bem. Será que a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito pode ser dispensada tendo em conta o que está sendo feito pelo Poder Judiciário, pelo Supremo Tribunal Federal, o que se iniciou também nesta Casa através do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar? Penso que não, Sr. Presidente, são esferas de investigações distintas, são atos distintos cada um desses instrumentos tem objetivos previstos na Constituição da República.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tem o objetivo de analisar a violação aos artigos 54 e 55 da Lei Fundamental para saber se um Senador da República violou ou não o decoro parlamentar.

A previsão é expressa nos art. 54 e 55 da Lei Fundamental da República. Não tem absolutamente nada a ver com uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Uma CPMI tem objetivos próprios, quais sejam: E aqui passo a elencá-los:

1º – investigar fatos determinados.

E nós temos, Sr. Presidente, uma cachoeira de fatos determinados, que estão a merecer investigação através de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Nós temos, sim, uma cachoeira de fatos determinados que merecem a investigação. Notadamente no Centro-Oeste, esses negócios até agora nebulosos

desta construtora chamada Delta e as suas relações com este cidadão, já famoso, chamado Cachoeira.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, ao final dos seus trabalhos, elabora um relatório, e este relatório, em sendo o caso, deverá ser enviado ao Ministério Público, para que o Ministério Público tome as providências civis através de ações de improbidade administrativa com o fundamento da Lei nº 8.429, de 1992, e ações penais, independentemente das investigações que são levadas a cabo pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e independentemente das atividades que estão sendo investigatórias, que estão sendo levadas a cabo também pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim, são instrumentos republicanos que têm atribuições diferenciadas cada um deles com os objetivos determinados previstos na Constituição.

Por que digo isso, Sr. Presidente?

Digo isso porque, do último final de semana para cá, ocorreu na imprensa uma grande divulgação de fatos dando conta de que a CPMI que, na semana passada, quase que à unanimidade, os Senadores estavam desejosos de sua constituição, já alguns Senadores teriam arrefecido, Senador Jayme Campos

Teriam, no jargão popular, amarelado, no sentido de assinar uma comissão parlamentar de inquérito. Muito bem. Arrefecer, amarelar, alguns Senadores teriam amarelado no sentido de assinar esta comissão parlamentar mista de inquérito.

Isso é correto? Isso não é correto, porque a sociedade brasileira não quer prejulgamentos. A sociedade brasileira não quer condenar quem quer que seja sem o devido processo legal. No entanto, Sr. Presidente, a sociedade brasileira também não deseja que possamos tapar o sol com a peneira. Os fatos são graves e estão a merecer investigações através de uma comissão parlamentar mista de inquérito.

Ao final dos trabalhos da CPMI, nós poderíamos também fazer recomendações, por exemplo, ao Poder Executivo para que firme contratos com empreiteiras, atentando mais para os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição. Uma comissão parlamentar de inquérito pode apresentar proposições legislativas, projetos de lei, conforme previsto no art. 61 da Lei Fundamental, diferentemente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, diferentemente das investigações que estão sendo desenvolvidas pelo Supremo Tribunal Federal e que se encontram sob a responsabilidade de S. Ex^a o Procurador-Geral da República.

Assim, não podemos confundir Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com comissão parlamentar de inquérito e com a investigação que está sendo desenvolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

Encerro, Sr. Presidente, também dizendo que nós não podemos confundir esses três instrumentos de investigação com o mensalão, o **juízo** que já se avizinha no Supremo Tribunal Federal. São coisas totalmente diversas. No que tange ao mensalão, já houve uma comissão parlamentar de inquérito, o Procurador-Geral da República ofereceu a denúncia, o Supremo Tribunal Federal, através dos seus onze Ministros, recebeu a peça inaugural da ação penal, o Procurador-Geral da República já ofereceu as alegações finais.

Nós não podemos confundir uma investigação que já é uma ação penal no Supremo Tribunal Federal com uma comissão parlamentar mista de inquérito.

Assim, antes de encerrar, para minha alegria, concedo um aparte ao Senador Jayme Campos, da grande cidade de Várzea Grande, do Grande Estado de Mato Grosso. Pois não.

O Sr. Jaime Campos (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. A minha intervenção será rápida. Mas quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e acrescentar que acho que a CPMI já amarelou. Diante do que estamos acompanhando pela imprensa, acho que V. Ex^a tem toda razão, na medida em que aquela vontade que havia até uma semana atrás, de criar essa CPMI – parece-me – deixou de existir, haja vista as argumentações que estão usando agora. Pelo fato de o Presidente acometido de problema de saúde e estar internado em São Paulo, vão aguardar o retorno de S. Ex^a, que esperamos seja o mais rápido possível, mas não podemos dar a data para que, assim, essa CPMI seja instalada. Imagino que isso nada mais é do que o fato de que já estão buscando uma cortina de fumaça para o mensalão e outros fatos que estão ocorrendo aí na calada da noite, nos subterrâneos. Q erro crer que temos de cobrar e exigir a instalação imediata dessa CPMI. Acho que o buraco é mais embaixo, como nós dizemos lá em Mato Grosso. Nós temos que apurar, ir a fundo. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, como disse V. Ex^a. Mensalão é um fato, a CPI é outro e a questão do Conselho de Ética, onde estamos apurando se houve desvio de conduta do Senador Demóstenes, é outro. É preciso que passemos a limpo, de uma vez por todas. Estou fazendo essa pequena intervenção para cumprimentar V. Ex^a e dizer que o senhor tem, toda razão para fazer aqui esse pronunciamento em defesa da instalação dessa CPMI. Muito obrigado, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Jayme Campos, eu fico pensado no cidadão lá de Pai André, de Bom Sucesso, lá da Passagem da Conceição, em Várzea Grande ouvindo que, na semana passada, muitos tinham interesse na Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito e agora alguns estão amarelando.. Isso não é bom. Eu não acredito que a base do Governo vá mudar de opinião..Eu faço parte da base do Governo com muito orgulho, sou do PDT, nosso Líder, Acir, esta ali, tenho absoluta certeza de que não ocorrerá mudança de posição no tocante a isso

Antes de conceder o aparte ao nosso Líder, Senador Acir, eu gostaria de responder essa indagação de V. Ex^a. O fato de o Presidente Sarney se encontrar acometido de uma doença lá em São Paulo, naquele famoso hospital de São Paulo, muito bem, esse fato não é impeditivo para que possamos aqui, em homenagem ao princípio da continuidade do serviço público....Nós exercemos um serviço público. Existe Vice-Presidente desta Casa, existe Vice-Presidente do Congresso Nacional. Nós todos queremos que o Presidente Sarney volte logo. No entanto, o fato de ele se encontrar naquele famoso hospital de São ao Paulo não quer dizer. que o Senado da República e o Congresso Nacional podem se quedar inertes. Isso não é possível e isso não encontra amparo na Constituição da República.

Para minha honra, concedo um aparte ao Senador Acir Gurgacz, do Estado de Rondônia.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Senador Pedro Taques, cumprimento-o pelo seu pronunciamento nesta tarde e digo que essa CPI é importante para o Senado, para a Câmara e para o nosso País. É preciso passar a limpo todas essas questões que estão sob dúvidas não só para o povo brasileiro, mas também para nós.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Eu não creio que seja possível alguém querer frear, neste momento, essa CPI ou CPMI – CPI mista é como estamos acostumados a falar e a ouvir. Portanto, já o coloquei como nosso representante, representante do PDT nessa CPI mista para que V. Ex^a possa dar uma contribuição partidária e pessoal para que possamos passar tudo a limpo. Nós precisamos esclarecer muitos fatos. Muitas histórias precisam ser desvendadas sobre esse mistério que é essa Operação Monte Carlo. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Acir. Tenho certeza de que o bom povo de Rondônia, de Cabixi, de Presidente Médici, de Ji-Paraná, de Cacoal orgulha-se de V. Ex^a aqui, nesta Casa. E eu agradeço a confiança do nosso Partido por me indicar para fazer parte dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Sr. Presidente, encerro dizendo que esta Casa tem uma função histórica, significativa no atual momento que passamos. Esta Casa do Legislativo é maior do que as partes que a compõem. O todo é mais importante

que a parte. Não podemos prejudicar quem quer que seja. Temos que ofertar ao cidadão o devido processo legal. No entanto, não podemos abrir mão de nossas responsabilidades, de nossas atribuições constitucionais, sob pena de o cidadão continuar a não acreditar que, nesta Casa, existem homens e mulheres de bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela extensão do tempo.

Durante o discurso do Sr. Pedro Taques, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ribeiro, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador pelo PT do Rio Grande do Sul, o Senador dos trabalhadores, Paulo Paim.

Tem V. Exª o prazo regimental de dez minutos para proferir o seu pronunciamento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto aguardamos a chegada deste valoroso Senador à tribuna, Senador Paulo Paim, quero fazer apenas um breve comunicado aqui.

Ontem estivemos numa solenidade no Palácio Paiaguás, no Mato Grosso – eu, o Deputado Federal Júlio Campos e vários Deputados Estaduais, naturalmente, com a presença do Governador Silval Barbosa –, onde tivemos o privilégio de assinar alguns convênios que vão beneficiar 13 cidades mato-grossenses. Esses convênios originaram-se de emendas individuais nossas e vão propiciar a esses 13 Municípios investimentos nas obras de infraestrutura e, sobretudo, tenho certeza, buscar a melhoria da qualidade de vida da população que reside nesses Municípios mato-grossenses.

Todavia, o que é mais oportuno dizer é que o Governo Federal, por intermédio do Poder Executivo, teria a obrigação de liberar as emendas individuais em sua totalidade a todos os parlamentares. Caso contrário, Senador João Ribeiro, que preside a sessão, elas passam a ser uma peça fictícia.

Por isso, estou aqui, embora contente com a liberação desses R\$5 milhões, para também defender a tese de que temos de ter um orçamento impositivo para que possamos melhorar os investimentos nos Municípios brasileiros.

Portanto, quero apenas registrar e dizer aos doze ou treze prefeitos que estiveram lá naquela solenidade que podem procurar a Secretaria das Cidades e a Se-

cretaria de Infraestrutura para assinarem os convênios, conforme os expedientes que encaminhei aos gabinetes desses prefeitos do meu Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Muito obrigado, Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Concordo com V. Exª, Senador Jayme Campos. Acho que temos, realmente, que ter um orçamento impositivo, sobretudo na questão das emendas individuais.

Parabéns pelo trabalho de V. Exª!

Agora, Senador Paulo Paim, agradecendo a compreensão de V. Exª, concedo-lhe a palavra, como orador inscrito, pelo tempo regimental de até dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, quero, desta tribuna, no dia de hoje, primeiro, cumprimentar os companheiros de Santa Rosa que nos visitam hoje na Casa e, ao mesmo tempo, dizer que apresentei, ainda no ano de 2000, um projeto que regulamenta o Fust.

Sr. Presidente, esse projeto que regulamenta o Fust tem o objetivo de tornar universal esse fundo; determina que pelo menos 30% dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação.

Entendo, Sr. Presidente, que são absolutamente extraordinárias as possibilidades que as novas tecnologias de informação abrem, promovendo uma discussão profunda sobre a valorização da educação.

Por saber também que a efetiva aplicação dessas técnicas inovadoras demanda gastos e investimentos vultosos é que resolvi, Sr. Presidente, provocar esse debate sobre um tema tão importante, que abre um universo enorme de possibilidades.

Sempre defendi que é absolutamente premente a necessidade de o Estado reduzir essa desigualdade mediante a disseminação do uso das tecnologias da informação nos estabelecimentos públicos de ensino.

O acesso a redes digitais de informação, principalmente à Internet, abre uma infinidade de possibilidades de aperfeiçoamento do processo educacional no nosso País. Na medida em que alunos e professores passam, com base na força desse fundo, a ter acesso aos conteúdos disponíveis nessas redes, tem-se a oportunidade de elevar em muito a qualidade do ensino.

Sr. Presidente, infelizmente essas possibilidades não estão ainda abertas a todos. O aproveitamento das novas tecnologias da informação requer gastos com equipamentos e serviços de telecomunicações, na maioria das vezes fora do alcance das escolas públicas, ou seja, dos mais pobres.

Dessa forma, corremos o risco de vermos instaurado um verdadeiro *apartheid* digital, ou seja, a gran-

de maioria dos estudantes pobres ficaria excluída das oportunidades de desenvolvimento.

Essa situação não configura apenas flagrante injustiça social, mas também uma séria desvantagem competitiva para o Brasil no mercado internacional, pois deixaremos de contar com mulheres e homens qualificados e versados nessas novas tecnologias.

Assim sendo, ficou evidente a necessidade de atuação do Estado brasileiro no sentido de fazer os devidos investimentos para dotar as escolas públicas da infraestrutura necessária ao aproveitamento das oportunidades trazidas pelas novas tecnologias.

Senador João Ribeiro, um dos importantes instrumentos de que dispomos para fazer isso é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

A Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que criou o Fust, determina que 18% dos recursos do Fundo devem ser aplicados em educação.

Essa quantia mostra-se por demais modesta diante do desafio a ser enfrentado. A informatização das escolas públicas brasileiras precisa seguir adiante e ser ainda mais fortalecida e ampliada.

Foi assim, Sr. Presidente, que apresentei um projeto a fim de destinar parcela maior dos recursos do Fust para aplicação em educação.

O meu projeto, o primeiro a dar entrada no Congresso – outro foi copiado e mandado à Câmara depois do meu –, garantia os 30% do Fust à educação. Pois bem, Sr. Presidente, esse projeto, o primeiro a ser aprovado aqui no Senado, há poucos dias foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, onde recebeu o nº 691/07.

Quero agradecer o empenho do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia daquela Casa, o ex-Senador Eduardo Azeredo, e também ao Relator da matéria, Deputado Júlio Campos, que lá disseram que o melhor projeto era o mais antigo, consequentemente, o de nossa autoria, e que não havia mais motivo algum para que continuasse congelado nas gavetas daquela Casa. Finalmente, com o trabalho desses dois Deputados – repito: o ex-Senador Eduardo Azeredo e o Deputado Júlio Campos –, o projeto foi aprovado.

Com esse projeto, do total de recursos do Fust, serão aplicados, no mínimo, 20% em educação básica nos estabelecimentos públicos de ensino e 10% em atividades na área de ciência e tecnologia, totalizando os 30% que eu propus.

O saldo do fundo é estimado, Sr. Presidente, em R\$12,5 bilhões, e o Relator do projeto, Deputado Júlio Campos, espera a aplicação de, pelo menos, R\$2,4 bilhões em educação e R\$ 1,2 bilhão em ciência e tecnologia na mesma área.

Fiquei muito feliz com a aprovação e o reconhecimento desse projeto, pois, já que se fala tanto em educação – e falar em educação é bom –, temos que apresentar recursos para a área, e, neste momento, a Comissão aprova o nosso projeto.

Quando digo que fiquei feliz com a aprovação do projeto na Comissão, repito, é porque esse aumento de recursos fará certamente com que a igualdade de oportunidades se amplie e avance naquilo que é palco de quase todo dia nos meus discursos aqui no Senado: a justiça social. E eu dizia ontem, Senador Simon, esse será também o eixo da minha participação lá no MERCOSUL, onde terei a parceria não somente do Senador Simon, como também do Senador Mozarildo, já que está prevista a primeira reunião para a próxima segunda-feira.

Enfim, esse é o objetivo do projeto. E eu espero que ele se transforme em lei com a sanção da Presidenta Dilma.

Lembro de novo a todos: 30% do Fust serão destinados à educação, sendo 20% para a educação básica e os outros 10% para investimentos na educação, mas pela via, especificamente, da ciência e tecnologia.

Sr. Presidente, para concluir, aproveitando os últimos dois minutos, quero dizer que recebi um documento do Ministério Público do Trabalho, endereçado às centrais sindicais, que entendo seja da maior seriedade.

Por isso, trago o documento à tribuna.

O Procurador do Ministério do Trabalho diz:

A conduta da direção da Eletrosul nesse processo, além de unilateral, não tem sido clara, criando um clima de ansiedade e incerteza quanto à situação dos trabalhadores e à geração de energia.

Quero destacar ainda, Sr. Presidente, que consta do documento que me foi enviado pelo Sinergia – Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região, que o processo de teleassistência das instalações também descumpra cláusula do acordo coletivo de trabalho 2010/2011, prevendo que a revisão e a efetivação da política de operação seria objeto de amplo debate e tratativa com o Sinergia e as demais entidades integrantes da Intersindical dos eletricitários do Sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul (Intersul).

Do documento também consta que, nas audiências de mediação realizadas no âmbito do Ministério Público do Trabalho, envolvendo a Eletrosul, não houve avanços, observando-se verdadeira intransigência da empresa em debater as alterações que afetam de forma substancial os operadores do sistema.

Por último, a notificação do Ministério Público considera que o eventual desabastecimento de ener-

gia elétrica por falha decorrente da nova política de operação afetará mais de 30 milhões de habitantes nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, distribuídos em cerca de 1.267 Municípios, podendo o problema ganhar dimensão nacional, já que o sistema elétrico brasileiro é todo interligado.

Quero dizer que compartilho das preocupações do Sinergia e do Ministério Público do Trabalho. Considero que a atitude do Ministério Público do Trabalho é muito assertiva. É preciso, de fato, que essa questão seja esclarecida, debatida e que o direito dos trabalhadores e o patrimônio público sejam respeitados e preservados, inclusive quanto aos acidentes que poderão resultar em mortes ou sequelas para os trabalhadores.

Sr. Presidente, faço esse registro porque, como acredita o Procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sarda:

A forma como o processo vem ocorrendo configura grave violação aos direitos fundamentais dos trabalhadores, a um ambiente de trabalho livre de assédio moral. A empresa adota, de forma absolutamente temerária, procedimentos que colocam em risco, a um só tempo, a vida dos trabalhadores, o patrimônio público e o fornecimento de energia elétrica para cerca de 30 milhões de habitantes.

O mais curioso é que os próprios documentos apresentados pela empresa comprovam, de forma cabal, esses riscos e, mesmo assim, ela segue cometendo graves ilícitos por razões meramente financeiras, conduta que o Ministério Público do Trabalho e toda a sociedade não podem admitir.

Isso fere, inclusive, o que manda a própria Convenção da OIT, quando diz: "o termo saúde, em relação ao trabalho, abrange não somente a ausência de afecções ou de doença, mas também os elementos físicos e mentais que afetam a saúde e estão diretamente relacionados com a segurança e higiene no trabalho".

O Relatório Global do Processo de Certificação de Operadores, de 27 de setembro de 2011, documento produzido pela própria Eletrosul, revela que é grave, Sr. Presidente, a situação.

Sr. Presidente, peço que V. Ex^a considere, na íntegra, os dois pronunciamentos, tanto o da importância do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para a educação, como o desse ato, cometido equivocadamente – para não dizer usando de má-fé –, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., que poderá trazer resultados gravíssimos não só de desabastecimentos de energia elétrica, mas também doenças e acidentes do trabalho.

Era isso que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ano de 2004 apresentei o projeto de Lei do Senado nº 351, que altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação.

Porque apresentei o projeto?

Por entender que são absolutamente extraordinárias as possibilidades que as novas tecnologias de informação abrem no campo da educação. Mas, por saber também que a efetiva aplicação dessas técnicas inovadoras demanda gastos e investimentos vultosos e que isso pode excluir a grande maioria dos estudantes, principalmente das escolas públicas, desse novo universo de possibilidades.

Sempre defendi que era absolutamente necessária a necessidade de o Estado reduzir essa desigualdade mediante a disseminação do uso das tecnologias da informação nos estabelecimentos públicos de ensino.

O acesso a redes digitais de informação, principalmente à Internet, abre uma infinidade de possibilidades de aperfeiçoamento do processo educacional. Na medida em que alunos e professores passam a ter acesso aos conteúdos disponíveis nessas redes, tem-se a oportunidade de elevar em muito a qualidade do ensino.

Infelizmente essas possibilidades não estão abertas para todos. O aproveitamento das novas tecnologias da informação requer gastos com equipamentos e serviços de telecomunicações, na maioria das vezes fora do alcance das escolas públicas.

Dessa forma corremos o risco de vermos instaurado um verdadeiro apartheid digital, ou seja, a grande maioria dos estudantes fica excluída das oportunidades de desenvolvimento.

Essa situação não configura apenas flagrante injustiça social, mas também uma séria desvantagem competitiva para o Brasil no mercado internacional, pois deixaremos de contar com cidadãos qualificados e versados nessas novas tecnologias.

Assim sendo ficou evidente a necessidade de atuação por parte do Estado no sentido de fazer os devidos investimentos para dotar as escolas públicas da infra-estrutura necessária ao aproveitamento das oportunidades trazidas pelas novas tecnologias.

Um dos importantes instrumentos de que se dispõe para fazer isso é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

A Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que criou o Fust, determina que 18% dos recursos do Fundo devem ser aplicados em educação.

Essa quantia mostra-se por demais modesta diante do desafio a ser enfrentado. A informatização das escolas públicas brasileiras precisa seguir adiante e ser ainda mais fortalecida e ampliada.

Foi assim então, que apresentei o projeto a fim de destinar parcela maior dos recursos do Fust para aplicações em educação: no mínimo, 30%.

Pois bem, Sr. Presidente, esse projeto já foi aprovado pelo Senado e há poucos dias tivemos a excelente notícia de que a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara aprovou o PL nº 691/07. Esse é o novo número que o projeto recebeu na Câmara.

Quero agradecer o empenho do Presidente da Comissão, o meu amigo, ex-Senador, Eduardo Azevedo e também ao Relator da matéria, Deputado Julio Campos, que fizeram com que o projeto, há tanto tempo parado, finalmente fosse para a frente.

Com esse projeto “do total de recursos do Fust, serão aplicados, no mínimo, 20% em educação básica nos estabelecimentos públicos de ensino, e 10% em atividades na área de ciência e tecnologia”.

O saldo do fundo é estimado em R\$ 12,5 bilhões e o relator do projeto, deputado Julio Campos, espera a aplicação de, pelo menos, R\$ 2,4 bilhões para educação e R\$ 1,2 bilhão para ciência e tecnologia.

Eu fiquei muito feliz com a aprovação do projeto na Comissão, pois esse aumento de recursos fará, certamente, com que a igualdade de oportunidades se amplie e a justiça social vá tomando forma.

Esse é o objetivo do projeto e eu espero que logo, logo ele se transforme em Lei.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou entrar em uma questão muito importante que diz respeito ao abastecimento de energia elétrica.

Recentemente o Ministério Público do trabalho em Santa Catarina expediu uma Notificação Recomendatória às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e à sua subsidiária Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

A Notificação determina a suspensão imediata da implantação da nova política de operação da Eletrosul que visa somente diminuir seus custos operacionais, por meio do telecontrole de usinas e subestações de energia.

Isso na prática significa fazer o gerenciamento do abastecimento de energia a partir de centrais

computadorizadas, dispensando boa parte da mão de obra humana.

Isso, Sr. Presidente, precisa ser muito bem avaliado.

Em Florianópolis e região metropolitana o processo seria implantado desde 11 de abril, mas a Notificação do Ministério Público do Trabalho determinou que o processo parasse até posterior negociação com os sindicatos e só deverá ser retomado mediante apresentação de documentos que comprovem perante o MPT que as alterações a serem implementadas não configuram assédio moral, tampouco colocam em risco a vida dos trabalhadores, cause danos ao patrimônio público ou coloque em risco o acesso aos consumidores a energia elétrica, sem risco de desabastecimento.

O Procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sardá acredita que *“a forma como o processo vem ocorrendo configura grave violação aos direitos fundamentais dos trabalhadores, a um ambiente de trabalho livre de assédio moral.”*

A empresa adota de forma absolutamente temerária procedimentos que colocam em risco, a um só tempo, a vida dos trabalhadores, o patrimônio público e o fornecimento de energia elétrica a cerca de 30 milhões de habitantes. O mais curioso é que os próprios documentos apresentados pela empresa comprovam, de forma cabal, estes riscos e mesmo assim elas seguem cometendo graves ilícitos por razões meramente financeiras, conduta que o MPT e toda a sociedade não pode admitir”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os argumentos consideram, em primeiro lugar, o art. 3º da Convenção 155 da OIT que diz: “o termo saúde, em relação ao trabalho, abrange não somente a ausência de afecções ou de doença, mas também os elementos físicos e mentais que afetam a saúde e estão diretamente relacionados com a segurança e higiene no trabalho”.

O Relatório Global do Processo de Certificação de Operadores, de 27 de setembro de 2011, documento produzido pela própria ELETROSUL, revela que cerca da metade dos operadores apresenta alta vulnerabilidade ao estresse. Fato que, após minucioso estudo, o procurador Sandro relaciona a nova política de operações da empresa.

O procurador enfatizou *“A conduta da direção da Eletrosul nesse processo, além de unilateral, não tem sido clara nem frequente, criando um clima de ansiedade e incertezas”.*

Quero destacar ainda, Senhor Presidente, que consta do documento que me foi enviado pelo SINERGIA – Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis e Região que o processo de teleassistência das instalações, também descumpra cláusula do Acordo Coletivo

de Trabalho 2010/2011, prevendo que a revisão e efetivação da Política de Operação seria objeto de amplo debate e tratativas com o SINERGIA, e as demais entidades integrantes da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul – INTERSUL.

No documento também consta que nas audiências de mediação realizadas no âmbito do MPT envolvendo a Eletrosul não houve avanços, observando-se verdadeira intransigência da empresa em debater as alterações que afetam de forma substancial os operadores do sistema.

Por último, a notificação do MPT considera que eventual desabastecimento de energia elétrica por falha decorrente da nova política de operação afetará mais de 30 milhões de habitantes nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, distribuídos em cerca de 1.267 Municípios, podendo o problema ganhar dimensão nacional, já que o Sistema Elétrico Brasileiro é todo interligado.

Eu quero dizer que compartilho da preocupação do Sinergia e do Ministério Público do Trabalho.

Considero a atitude do MPT muito assertiva. É preciso, de fato, que essa questão seja esclarecida, debatida e que os direitos dos trabalhadores, o patrimônio público e a sociedade sejam preservados.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, na publicação dos dois pronunciamentos de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, como orador inscrito. (*Pausa.*)

S. Ex^a não se encontra no plenário.

Por permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Constituinte, um dos temas que foram muito debatidos durante o período, me lembro muito bem, foi a questão do modelo parlamentarista, presidencialista, unicameral, bicameral. E os Constituintes, portanto, a nossa Constituição de 1988 consagrou, aliás, o que já vinha sendo feito desde o tempo do império, a existência do Congresso composto por duas casas: o Senado da República e a Câmara dos Deputados.

Mas nós temos visto aqui e acolá comentários, notícias sempre de alguma forma buscando passar para a opinião pública a desnecessidade da existência do Senado Federal. E eu pedi, até para não me envolver emocionalmente na questão, à própria Consultoria Legislativa do Senado, que me fizesse uma nota informativa, um levantamento sobre como é no mundo todo a questão dos regimes de governo e, de acordo

com o regime, seja presidencialista, parlamentarista ou monarquia, como é composto o parlamento de cada um dos países.

E como eu disse, de tempos em tempos, vem à tona o debate em torno da necessidade ou não de o Poder Legislativo contar com duas Casas. Em outras palavras, o que se coloca em jogo é a existência ou a extinção do Senado Federal. Vimos que o presidente Chávez, logo ao assumir a presidência na Venezuela extinguiu o Senado e ficou somente com a Assembleia Legislativa ou a Câmara dos Deputados.

Trata-se, a meu ver, de um debate até certo ponto nocivo ao País, rigorosamente improdutivo e que não leva a nada. Em primeiro lugar, porque a premissa de que fazem uso os defensores do unicameralismo – isto é, a existência de uma só Câmara, no caso a dos Deputados – no Brasil é equivocada, sem falar que denuncia monumental ignorância histórica. Ela se esquece que o Brasil é um país continental, em que as partes que compõem o todo se distinguem uma das outras de maneira muito forte. É desse autêntico mosaico, é desse mágico caleidoscópio que emerge o verdadeiro retrato do Brasil. Unidade na diversidade é, certamente, o conceito que melhor sintetiza o que somos como Nação.

Por isso mesmo é que afirmo: quem defende a adoção de um Legislativo unicameral entre nós simplesmente desconhece a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira. E mais: expressa um tipo de pensamento que se ancora numa concepção restrita e arcaica de democracia, segundo a qual o que importa é submeter-se às demandas de uma maioria resultante do processo da representação política.

Nada mais insubsistente nos dias de hoje. Tal como a concebemos na atualidade, Sr. Presidente, a democracia vai muito além do atendimento dos interesses da maioria, ainda que legitimamente constituída. Antes, quanto mais diversificada, quanto mais complexa for a sociedade, como é o nosso caso, maior a necessidade de se contar com um mecanismo de aposição de veto por parte das minorias. É justamente isso o que faz um Legislativo bicameral.

O moderno conceito de democracia pressupõe, entre muitos outros elementos, a necessidade real de divisão de poderes, que haverão de se controlar reciprocamente. Além disso, ele exige que todas as unidades da Federação estejam adequadamente representadas, independentemente da dimensão territorial, do tamanho da população ou do papel exercido no conjunto da economia nacional. Por fim, mas não menos importante, dificilmente um Estado nacional pode prescindir, na época presente, da função revisora de uma segunda

Câmara, em face das crescentes complexidades técnicas que envolvem a produção legislativa.

Há, ainda, outra especialíssima razão que justifica a permanência de uma segunda Câmara em sociedades como a brasileira que, como a brasileira, especialmente a partir do fim do regime militar, estão organizadas sob os preceitos da democracia. Refiro-me ao fato de que a experiência histórica tem demonstrado, em especial nos dois últimos séculos, sobretudo na Civilização Ocidental, que a formação e a implementação da vontade das maiorias, malgrado indispensável, não são suficientes para o bom funcionamento da democracia.

Com efeito, tão importante quanto o respeito à vontade das maiorias é a manifestação política das diferenças, caminho natural para a proteção dos direitos das minorias. Justamente por assim ser é que as segundas Câmaras, como é o caso do nosso Senado, passaram a expressar diferenças territoriais e administrativas e, por seu intermédio, as mais diversas diferenças regionais e os distintos estágios de desenvolvimento social e econômico.

Não por outra razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, basta um rápido olhar sobre como estão organizados os sistemas de representação política pelo mundo afora para se comprovar que o unicameralismo está fortemente vinculado a três variáveis, a saber: pequena área territorial, populações homogêneas e democracias menos consolidadas. O Brasil, por evidente, não se enquadra em nenhuma delas.

O inverso também se faz verdadeiro. O bicameralismo é bem mais frequente em países detentores de grande território, com populações heterogêneas e portadores de maior tradição democrática. Entre nós, o bicameralismo se faz presente desde o alvorecer do Estado Nacional, com a Independência em 1822. A Constituição imperial de 1824, embora consagrando o unitarismo, fez questão de estabelecer as duas Casas do Poder Legislativo, certamente por reconhecer nas características do País a imperiosa necessidade de se optar pelo bicameralismo.

Foi essa a opção da qual o Brasil jamais se afastou. Mesmo com o fim do regime monárquico, a Constituição de 1891, a primeira da longa sequência de Cartas republicanas, inspirada no vitorioso modelo norte-americano, instituiu o federalismo e preservou o bicameralismo. Aliás, foi além: facultou às unidades da Federação – antigas províncias, agora transformadas em Estados – a criação de Senados estaduais, como, aliás, existe nos Estados Unidos –, uma segunda Câmara, portanto, que coexistia com as assembleias legislativas. Mesmo sob regimes politicamente autoritários,

como o instaurado em 1964, o Congresso Nacional preservou suas duas Casas.

O Senado Federal, hoje como ontem, ao longo da trajetória republicana mais que centenária, sempre cumpriu à risca sua missão precípua, qual seja, a de promover e assegurar a representação isonômica dos Estados brasileiros. Fazendo jus ao nome, ele se constitui na autêntica Casa da Federação.

Com múltiplas competências, umas exercidas em comum com a Câmara dos Deputados, outras privativas, o Senado desempenha fundamental papel para o fortalecimento das instituições políticas em nosso País. Ressalto, a propósito, que a ele compete privativamente a aprovação da escolha de autoridades, o processo e o julgamento de altas autoridades, além do controle da dívida pública.

O Senado assume essas e outras responsabilidades, e o faz, sempre e sempre, como representante máximo da Federação. Tendo por princípio o ideal de isonomia, a começar pelo mesmo número de Senadores por Estado e pelo Distrito Federal, a Casa vela pela harmonia entre os integrantes desta grande e diversificada Pátria chamada Brasil. Nesse sentido, creio que uma simples palavra de nosso idioma confere a exata dimensão do Senado, de seu papel em relação às unidades que compõem o todo. Essa palavra, Sr. Presidente, é equilíbrio. Equilíbrio federativo.

Por tudo isso, analisando, Sr. Presidente, se fôssemos comparar na Câmara dos Deputados, o Estado de São Paulo tem 70 Deputados Federais, mais do que toda a região Norte junta, todos os sete Estados da região Norte. Se somarmos São Paulo, Rio e Minas é mais da metade da Câmara dos Deputados. Então, Estados pequenos como o meu; o Amapá; o seu, o Tocantins; e outros como Acre e Rondônia, estaríamos sempre a reboque politicamente desses grandes Estados. E o que é pior: já que estamos a reboque economicamente falando.

Aqui é onde se dá o equilíbrio. Se mazelas existem, por uns e outros praticadas, não se pode contaminar a instituição. Uma coisa é existirem maus parlamentares; outra coisa é dizer que é ruim porque existem elementos ruins dentro dela.

Então, quero, como representantes do menor Estado em termos de população da Federação, fazer essa defesa do Senado Federal.

Pergunto a V. Ex^a e tive a experiência no meu mandato de Deputado Federal quando apresentei um projeto de lei para criar a Universidade Federal de Roraima, então território federal, e também a escola técnica, hoje o Instituto Federal de Educação. Nós não tínhamos Senadores e tive que andar aqui, de um por um, para conseguir quem, digamos assim,

encampasse a ideia da criação de uma universidade em um território federal, que hoje é Estado por obra da Constituinte de 1988.

É preciso, sim, que os Estados mais fracos economicamente, menos populosos, tenham aqui no Senado, como têm, o equilíbrio de ter Roraima, Acre, Amapá, Tocantins, três Senadores igualmente têm São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, que são Estados mais populosos.

Quero encerrar, Sr. Presidente, pedindo a V. Ex^a a transcrição nos Anais do Senado da nota informativa produzida pela Consultoria Legislativa que dissecou de maneira muito pedagógica essa questão, bem como do quadro de países que têm o sistema de governo e que adotam o unicameralismo ou bicameralismo, isto é, que tem Senado ou que não tem Senado. Então, considero que esse estudo feito pela Consultoria Legislativa do Senado possa servir, inclusive, de pesquisa para os estudiosos, para aqueles que realmente se preocupam em pensar um País não por hoje, mas um País que sirva, por exemplo, para todo o século XXI, pelo menos.

Muito obrigado e reitero o pedido da transcrição das matérias.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno)

NOTA INFORMATIVA Nº 659, DE 2012

Relativa à STC nº 2012-01882, do Senador Mozarildo Cavalcanti que demanda informação sobre a importância do Senado Federal na República Federativa do Brasil.

I – Introdução

A questão objeto da STC em epígrafe levanta uma discussão mais geral: numa época de expansão da democracia, regime fundado na premissa do império da maioria, qual o significado, a função, a importância de uma segunda câmara no Poder Legislativo? Antes de discorrer sobre a importância do Senado no ordenamento político brasileiro, vamos examinar esse tópico. Discutiremos depois, sucessivamente, a partilha de poderes entre Senado e Câmara dos Deputados, o poder de veto do Senado, suas competências privativas e, finalmente, a necessidade do Senado no sistema político brasileiro a partir do funcionamento do Poder Legislativo.

2 – Razões do bicameralismo

O argumento clássico a favor do unicameralismo, formulado por Sieyès no século XVIII, enfatiza o ponto

acima referido. Se o que importa na democracia é a vontade da maioria, e se essa vontade está consolidada na primeira câmara, uma segunda câmara só pode ser supérflua, quando com ela concorda, ou perniciosa, quando a ela se opõe.

A esse argumento, os partidários do bicameralismo opõem diversas razões: a necessidade de divisão e controle recíproco de poderes, a representação das unidades da Federação, assim como a função revisora de uma segunda Câmara, numa época de complexidades técnicas crescentes que a legislação enfrenta.

Há outra razão, a meu ver mais relevante, que justifica a permanência de segundas câmaras em sociedades organizadas de forma democrática.

Ocorre que a experiência democrática dos últimos dois séculos demonstrou com clareza que a formação e implementação da vontade da maioria, embora indispensável, não é suficiente para o bom funcionamento da democracia. Igualmente importante é a manifestação política das diferenças, caminho para a proteção dos direitos das minorias. No início, as segundas câmaras davam voz a diferenças estamentais, a aristocracias em sociedades organizadas em regimes monárquicos. Hoje resta apenas a Câmara dos Lordes britânica nesse caso. Em compensação, as segundas câmaras passaram a expressar diferenças territoriais e administrativas e, por seu intermédio, diferenças regionais, étnico-linguísticas, religiosas e de renda e desenvolvimento sócioeconômico.

A estatística é evidente. Dois terços dos países do mundo onde há Poder Legislativo são unicamerais e um terço conta com duas câmaras. O unicameralismo está fortemente associado a três variáveis: área territorial pequena, populações homogêneas e pouco numerosas, e a democracias menos consolidadas. As duas maiores democracias unicamerais do mundo são Portugal e Grécia. Inversamente, o bicameralismo é mais frequente em países de área maior, com populações heterogêneas e em países com maior tradição democrática.

A lógica parece ser clara. Experiência na democracia favorece arranjos institucionais que dão segurança às minorias, entre eles o Senado. O Senado belga, provavelmente um dos mais recentes do mundo, nasceu, na década de 1990, do impasse político criado, e ainda não solucionado, entre flamengos e valões. O Senado, nessa perspectiva, é uma alternativa institucional à secessão e à guerra civil.

3 – História

O Brasil adotou a organização bicameral do Legislativo desde a independência. Embora a organização do Estado no período imperial fosse unitária, o regime

não prescindiu de instrumentos mais utilizados nas federações, como os senadores e os legislativos provinciais. Os senadores, vitalícios, constituíam um vínculo entre o trono e as elites políticas locais e contribuíram para a construção da ordem imperial.

Na República, o Senado se manteve, com mudanças e, principalmente acréscimos de competências entre uma e outra Constituição. De maneira geral, o modelo inspirador nessa etapa foi o norte-americano: o Senado com representação isonômica dos estados, como Casa da Federação.

4 – Características do Senado brasileiro

Encontram-se na composição e funcionamento do Senado brasileiro regras e mecanismos, utilizados frequentemente em outros países, com o objetivo de distanciar o Senado da vontade da maioria e, dessa maneira, dotá-lo de maior autonomia em face a essa vontade, manifesta sem restrições na composição da Câmara dos Deputados. Importa lembrar que distanciar o Senado da vontade da maioria é congruente com sua função atribuída de protetor de minorias ou, ao menos, de canal de poder de veto de grupos minoritários.

Esses mecanismos são: idade mínima dos candidatos superior à idade exigida dos candidatos a outros cargos eletivos; mandato de 8 anos em oposição aos 4 anos dos deputados, assim como a renovação alternada de um e dois terços dos seus membros,

5 – Divisão de poderes entre a Câmara e o Senado no Brasil.

Varia muito a divisão de poderes entre as duas Casas nos legislativos bicamerais. No Brasil, ocorre uma situação de equipotência formal, situação que encobre alguma predominância da Câmara dos Deputados na produção legislativa.

Entre nós, as duas Casas detêm iniciativa legislativa sobre todas as matérias em que essa iniciativa é pertinente ao Poder Legislativo. Cada Casa é revisora da produção legislativa da outra. Em caso de discórdia, não há, como no Congresso norte-americano, a prática da comissão conjunta para acordar uma solução de consenso, mas a matéria retorna à Casa iniciadora para a decisão final, exceto no caso das emendas constitucionais (art. 60, § 2º).

Isso implica, na prática, que a Casa na qual a proposição se inicia tem o poder de recusar todas as emendas da Casa revisora e fazer retornar a forma original da proposição. Pois bem, como a maior parte da legislação aprovada tem origem em projetos de autoria do Poder Executivo e como esses projetos iniciam sua tramitação obrigatoriamente pela Câmara dos Deputados, o Senado, na prática, passa a ocupar uma

posição de importância decisória menor, em relação à Câmara dos Deputados.

6 – O poder de veto do Senado Federal.

No entanto, a proposição não retorna da casa revisora à casa de origem em apenas um caso: sua rejeição. Assim, tanto Câmara quanto Senado Federal detêm um poder de veto relevante, embora na prática muito pouco utilizado, em razão da predominância da iniciativa do Executivo e da habitual formação da maioria governamental nas duas Casas.

7 – As competências privativas do Senado: processo e julgamento de autoridades.

Conforme o art. 52 da Constituição, incisos I e II, compete privativamente ao Senado processar e julgar o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Ministros de Estado, os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, os Ministros do Supremo Tribunal, os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, nos crimes de responsabilidade.

8 – As competências privativas do Senado: a aprovação da escolha de autoridades.

Conforme os incisos III e IV do artigo supracitado da Constituição, compete ao Senado a aprovação da escolha de determinados magistrados, dos Ministros do Tribunal de Contas da União, dos Governadores de Territórios, do Presidente e diretores do Banco Central, do Procurador-Geral da República e, após arguição em sessão secreta, dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

A literatura considera a aprovação de autoridades um dos instrumentos de controle do Legislativo sobre o Executivo. Nessa matéria, o número de autoridades sabatinadas no Senado brasileiro pode ser considerado significativo na comparação internacional, embora ainda muito distante dos cerca de 3 mil cargos cuja nomeação depende da aprovação do Senado norte-americano.

9 – As competências privativas do Senado: o controle da dívida pública.

O Senado brasileiro é o único caso de segunda câmara no mundo com o mandato constitucional do controle da dívida pública. Os inciso V a IX do art. 52 da Constituição relacionam como competências da Casa a autorização de operações externas de natureza financeira; a fixação de limites globais para o montante da dívida consolidada; a regulamentação de limites globais e condições para operações de crédito externo e interno; para a União, os Estados, o Distrito

Federal, os Municípios, suas autarquias e entidades controladas pelo poder público federal. Além disso, o Senado tem o poder de regular os limites e condições para concessão de garantias por parte da União em operações de crédito interno e externo.

Cabe assinalar que o Senado avocou até 1998 a decisão sobre toda e qualquer operação de crédito. A partir daquele ano, no entanto, determinou a retenção, no Banco Central, dos processos de tomadores que não atendessem aos critérios estabelecidos pelo Senado em suas Resoluções. Essa decisão foi uma demonstração de responsabilidade fiscal, após a experiência concreta do custo político de rejeitar operações de interesse dos Estados e Municípios de origem e atuação política dos Senadores.

10 – Competências privativas do Senado: a organização interna.

Enquadram-se nessa categoria a elaboração do regimento interno e as regras relativas à organização, funcionamento e seus serviços.

11 – Outras competências.

As competências privativas restantes do Senado Federal são a suspensão das leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, a aprovação da exoneração do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato, a eleição dos membros do Conselho da República e a avaliação periódica da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Importa lembrar que a última competência mencionada constitui, possivelmente, uma fronteira ainda não explorada na atividade política do Senado. Trata-se de tema inegavelmente relevante, como atesta a discussão recorrente sobre reforma tributária, de um mandato constitucional explícito, e de pouca atuação efetiva, até o presente momento, do Senado na matéria. Para ser mais exato, a atividade do Senado no tema não foi além de iniciativas individuais de alguns Senadores, tal como ocorre na abordagem da Câmara dos Deputados ao tema.

12 – É o Senado necessário no ordenamento político brasileiro?

Surgem de quando em quando, desde o processo Constituinte, manifestações favoráveis à implantação do unicameralismo no Brasil. Essas manifestações padecem, a meu ver, de duas limitações.

Desconhecem a diversidade e complexidade da sociedade brasileira, que demanda um mecanismo de oposição de veto por parte de minorias, e permanecem ancoradas numa concepção restrita e antiga de democracia, na qual o processo da representação política e a maioria que dele resulta são o único ponto relevante.

No entanto, se examinarmos a operação da representação no Brasil, veremos, de imediato a persistência de regras que sinalizam uma demanda, por parte da elite política, de mecanismos adicionais de vetos de minorias. A desproporção na representação política dos Estados que se verifica na Câmara dos Deputados é um exemplo. Hoje, sabemos todos, São Paulo encontra-se fortemente subrepresentado na Câmara dos Deputados, onde deveria eleger cerca de 30 Deputados a mais do que os 70 que elege hoje, em benefício, principalmente, dos novos Estados da região Norte: Amapá, Rondônia, Roraima, Acre e Tocantins.

A representação desigual não é fato novo, embora tenha se agravado no período da ditadura militar. A primeira Constituição republicana consagra essa desigualdade. Tudo se passou como se um consenso firme operasse de 1891: a manutenção da Federação exigia a compensação do poder econômico dos Estados mais ricos com o maior poder político dos Estados mais pobres. Ou, em outras palavras, como veto que a isonomia da representação no Senado implica não parece suficiente, há que adicionar-lhe o veto da sobre-representação na Câmara dos Deputados.

Nessa linha, é possível concluir que ao invés de excesso, há carência de Senado no sistema político brasileiro. Ou, alternativamente, que a resolução do problema da representação dos Estados na Câmara dos Deputados passa pela repactuação da partilha de poderes entre as duas Casas do Congresso Nacional.

Consultoria Legislativa, 27 de março de 2012.
– **Caetano Ernesto Pereira de Araujo**, Consultor Legislativo.

Formas de Governo

País	Governo	Unicameralismo	Bicameralismo
Afeganistão	Rep. Presidencialista		X
África do Sul	Rep. Presidencialista		X
Albânia	Rep. Parlamentarista	X	
Alemanha	Rep. Parlamentarista		X
Andorra	Monarquia Parlamentarista	X	
Angola	Rep. Presidencialista	X	
Antígua e Barbuda	Monarquia Parlamentarista		X
Arábia Saudita	Monarquia Islâmica	Não há	Não há
Argélia	Rep. com forma mista de governo		X
Argentina	Rep. Presidencialista		X
Armênia	Rep. Parlamentarista	X	
Austrália	Monarquia Parlamentarista		X
Áustria	Rep. Parlamentarista		X
Azerbaidjão	Rep. com forma mista de governo	X	
Bahamas	Monarquia Parlamentarista		X
Bangladesh	Rep. Parlamentarista	X	
Barbados	Monarquia Parlamentarista		X
Barein	Monarquia Constitucional		X
Belarus	Rep. com forma mista de governo		X
Bélgica	Monarquia Parlamentarista		X
Belize	Monarquia Parlamentarista		X
Benin	Rep. Presidencialista	X	
Bolívia	Rep. Presidencialista		X
Bósnia-Herzegovina	Rep. Parlamentarista		X
Botsuana	Rep. Presidencialista	X	
Brasil	Rep. Presidencialista		X
Brunei	Monarquia Islâmica (sultanato)	X	
Bulgária	Rep. Parlamentarista	X	
Burkina Fasso	Rep. com forma mista de governo	X	
Burundi	Rep. Presidencialista		X
Butão	Monarquia Parlamentarista		X
Cabo Verde	Rep. Parlamentarista	X	
Camarões	Rep. Presidencialista	X	
Camboja	Monarquia Parlamentarista		X
Canadá	Monarquia Parlamentarista		X
Catar	Monarquia	Não há	Não há
Cazaquistão	Rep. com forma mista de governo		X
Chade	Rep. com forma mista de governo	X	

País	Governo	Unicameralismo	Bicameralismo
Chile	Rep. Presidencialista		X
China	Regime de partido único	X	
Chipre	Rep. Presidencialista	X	
Cingapura	Rep. Parlamentarista	X	
Colômbia	Rep. Presidencialista		X
Comores	Rep. Presidencialista	X	
Congo	Rep. Presidencialista		X
Coreia do Norte	Regime de partido único	X	
Coreia do Sul	República com forma mista de governo	X	
Costa do Marfim	Rep. Presidencialista	X	
Costa Rica	Rep. Presidencialista	X	
Croácia	Rep. com forma mista de governo	X	
Cuba	Regime de partido único	X	
Dinamarca	Monarquia parlamentarista	X	
Djibuti	República com forma mista de governo	X	
Dominica	Rep. Parlamentarista	X	
Egito	Governo de transição chefiado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas		X
El Salvador	Rep. Presidencialista	X	
Emirados Árabes Unidos	Federação de monarquias islâmicas (emirados)	X	
Equador	Rep. Presidencialista	X	
Eritreia	Rep. Presidencialista	X	
Eslováquia	Rep. Parlamentarista	X	
Eslovênia	República com forma mista de governo		X
Espanha	Monarquia parlamentarista		X
Estados Unidos	Rep. Presidencialista		X
Estônia	República com forma mista de governo	X	
Etiópia	Rep. Parlamentarista		X
Fiji	República com forma mista de governo (ditadura desde 2006)		X
Filipinas	Rep. Pres.		X
Finlândia	Rep. com forma mista de governo	X	
França	Rep. com forma mista de governo		X
Gabão	Rep. com forma mista de governo		X
Gâmbia	Rep. Presidencialista	X	
Gana	Rep. Presidencialista	X	

País	Governo	Unicameralismo	Bicameralismo
Geórgia	Rep. Presidencialista	X	
Granada	Monarquia parlamentarista		X
Grécia	Rep. Parlamentarista	X	
Guatemala	Rep. presidencialista	X	
Guiana	Rep. com forma mista de governo	X	
Guiné	Rep. presidencialista	X	
Guiné-Bissau	Rep. com forma mista de governo	X	
Guiné Equatorial	Rep. com forma mista de governo	X	
Haiti	Rep. com forma mista de governo		X
Holanda	Monarquia parlamentarista		X
Honduras	Rep. presidencialista	X	
Hungria	Rep. parlamentarista	X	
Iêmen	Rep. com forma mista de governo	X	
Ilhas Marshall	Rep. parlam.		X
Ilhas Salomão	Monarquia parlamentarista	X	
Índia	Rep. parlamentarista		X
Indonésia	Rep. presidencialista		X
Irã	Rep. islâmica presidencialista	X	
Iraque	Rep. parlamentarista	X	
Irlanda	Rep. com forma mista de governo		X
Islândia	Rep. com forma mista de governo	X	
Israel	Rep. parlamentarista	X	
Itália	Rep. parlamentarista		X
Jamaica	Monarquia Parlamentarista		X
Japão	Monarquia Parlamentarista		X
Jordânia	Monarquia Parlamentarista		X
Kiribati	República Presidencialista	X	
Kuwait	Monarquia Islâmica (emirado)	X	
Laos	Regime de Partido Único	X	
Lesoto	Monarquia Parlamentarista		X
Letônia	República Parlamentarista	X	
Líbano	República Parlamentarista	X	
Libéria	República Presidencialista		X
Líbia	Governo de transição	Não há	Não há
Liechtenstein	Monarquia Parlamentarista	X	
Lituânia	República Parlamentarista	X	
Luxemburgo	Monarquia Parlamentarista	X	
Macedônia	República Parlamentarista	X	
Madagáscar	República Parlamentarista	Suspenso desde 2009	Suspenso desde 2009

País	Governo	Unicameralismo	Bicameralismo
Malásia	Monarquia Parlamentarista		X
Malauí	República Presidencialista	X	
Maldivas	República Presidencialista	X	
Mali	República com forma mista de governo	X	
Malta	República Parlamentarista	X	
Marrocos	Monarquia Parlamentarista		X
Maurício	República Parlamentarista	X	
Mauritânia	República com forma mista de governo		X
México	Rep. Presidencialista		X
Mianmar	Ditadura Militar desde 1988	Assembléia do Povo e Assembléia Nacional	
Micronésia	República Presidencialista	X	
Moçambique	República com forma mista de governo	X	
Moldávia	República com forma mista de Governo	X	
Mônaco	Monarquia Parlamentarista	X	
Mongólia	República Parlamentarista	X	
Montenegro	República Parlamentarista	X	
Namíbia	República com forma mista de governo		X
Nauru	República Parlamentarista	X	
Nepal	República Parlamentarista	X	
Nicarágua	República Presidencialista	X	
Níger	República com forma mista de governo	X	
Nigéria	República Presidencialista		X
Noruega	Monarquia Parlamentarista	X	
Nova Zelândia	Monarquia Parlamentarista	X	
Omã	Monarquia Islâmica (Sultanato)		X
Palau	República Presidencialista		X
Panamá	República Presidencialista	X	
Papua Nova Guiné	Monarquia Parlamentarista	X	
Paquistão	República Parlamentarista		X
Paraguai	República Presidencialista		X
Peru	República Presidencialista	X	
Polónia	República com forma mista de governo		X
Portugal	República com forma mista de governo	X	
Quênia	República Presidencialista	X	
Quirguistão	República Parlamentarista	X	

País	Governo	Unicameralismo	Bicameralismo
Reino Unido	Monarquia Parlamentarista		X
República Centro-Africana	República com forma mista de governo	X	
República Democrática do Congo	República Presidencialista		X
República Dominicana	República Presidencialista		X
República Tcheca	República Parlamentarista		X
Romênia	República com forma mista de governo		X
Ruanda	República com forma mista de governo		X
Rússia	República com forma mista de governo		X
Samoa	República Parlamentarista	X	
San Marino	República Parlamentarista	X	
Santa Lúcia	Monarquia Parlamentarista		X
São Cristóvão e Névis	Monarquia Parlamentarista	X	
São Tomé e Príncipe	República com forma mista de governo	X	
São Vicente e Granadinas	Monarquia Parlamentarista	X	
Seicheles	República Presidencialista	X	
Senegal	República com forma mista de governo		X
Serra Leoa	República Presidencialista	X	
Servia	República com forma mista de governo	X	
Síria	República Presidencialista	X	
Somália	Governo de transição formado em 2004	X	
Sri Lanka	República com forma mista de governo	X	
Suazilândia	Monarquia Absolutista		X
Sudão	Rep. Presidencialista (Ditadura militar desde 1989)	X	
Sudão do Sul	República Presidencialista	X	
Suécia	Monarquia Parlamentarista	X	
Suíça	República Confederativa		X
Suriname	República Presidencialista	X	
Tadjiquistão	República Presidencialista		X
Tailândia	Monarquia		X
Taiwan (Formosa)	República com forma mista de governo	X	

País	Governo	Unicameralismo	Bicameralismo
Tnazânia	República Presidencialista	X	
Timor-Leste	República Parlamentarista	X	
Togo	República com forma mista de governo	X	
Tonga	Monarquia	X	
Trinidad e Tobago	República Parlamentarista		X
Tunísia	Governo de Transição encarregado de supervisionar a elaboração da nova Constituição	Assembléia Nacional Constituinte	
Turcomenistão	República Presidencialista	X	
Turquia	República Parlamentarista	X	
Tuvalu	Monarquia Parlamentarista	X	
Ucrânia	República com forma mista de governo	X	
Uganda	República Presidencialista	X	
Uruguai	República Presidencialista		X
Uzebequistão	República Presidencialista		X
Vanuatu	República Parlamentarista	X	
Vaticano	Papado Vitalício	Não há	Não há
Venezuela	República Presidencialista	X	
Vietnã	Regime de Partido Único (PC) e um Órgão Supremo (Assembléia Nacional)	X	
Zâmbia	República Presidencialista	X	
Zimbábue	República Presidencialista		X
Total de países		115	75

Elaborado pelo Serviço de Apoio Técnico da Consultoria Legislativa do Senado Federal – mar./2012

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Convido, para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Não está presente.

Convido o Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Também não está presente.

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Também não está presente.

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Não estando presentes, convido o Senador Pedro Simon, que se encontra em plenário, para fazer o seu pronunciamento pelo tempo regimental.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti e eu! Ainda bem que a TV Senado não mostra o plenário, mas somos nós três que estamos aqui: um, dois, três. Justo em uma terça-feira, quando a imprensa, no sábado e no domingo, noticiava em manchetes os grandes debates que teríamos no Congresso Nacional, tendo em vista a Comissão de Ética, que aceitou a denúncia do PSOL com relação ao Senador Demóstenes, tendo em vista a decisão da Bancada do PT, acatada por todos os partidos, de se criar uma CPI mista para abordar as publicações que têm saído com relação ao Sr. Cachoeira.

De Porto Alegre, amigos meus, parlamentares, políticos, me telefonavam, dizendo que estavam che-

gando, porque o debate ia ser muito intenso; era muito empolgante o que ia acontecer, e eles queriam estar presentes para assistir. Eis que, senão quando, as coisas mudaram. Ninguém parece que está muito interessado nessa CPI.

Todo mundo está recuando; todo mundo está recuando nisto que, nos meus trinta e tantos anos só de Senado, nunca vi: um amontoado de denúncias tão absolutamente escandalosas como estamos vendo aqui.

Ontem dizia, desta tribuna: meus irmãos de todo o Brasil, não esperem nada do Congresso, porque do Congresso não sai nada; não esperem nada do Executivo, porque do Executivo não sai nada; e, infelizmente, não esperem nada do Judiciário, porque do Judiciário não sai nada. A forma de movimentar é o povo, é a sociedade, são os jovens.

E dizia, ontem, eu, desta tribuna: há um fato impressionante que está revolucionando o mundo inteiro. São as chamadas redes sociais de Internet, em que as pessoas, aos milhões, se intercomunicam pelo mundo e movimentam e agitam. Da noite para o dia, sem uma arma, sem um tiro, sem um militar na rua, derrubaram o governo do Egito. São os jovens pelas redes sociais.

Os Estados Unidos se agitaram, pois uma dessas redes sociais se movimentou e de repente quase fecharam Wall Street em protesto contra os banqueiros. O movimento foi feito de tal ordem, de tal maneira que Nova Iorque parou. São as redes sociais. É um movimento espontâneo; é um com outro. Eu diria que é uma das coisas positivas que a tecnologia apresentou. O cidadão está sozinho, na sua casa, em qualquer fim de mundo deste Brasil e deste mundo, com o seu aparelhinho singelo e, daqui a pouco, está se conectando com o Brasil inteiro.

Ainda não existia essa rede social, mas foi uma rede social feita de boca em boca que levou os jovens para a rua nas Diretas Já que derrubou a ditadura, sem um tiro, sem uma morte. Levamos anos e anos lutando.

Muitos lutaram, pegaram em armas, queriam fazer uma Cuba, uma revolução social, uma guerra civil, um movimento de guerrilha; sequestraram embaixadores trocando por pessoas, achando que resolveria – não resolveu. Resolveu quando o velho MDB, quando ainda não tinha os nossos líderes de hoje – esses líderes de hoje estavam não sei onde – mas Ulysses, Tancredo, Teotônio, Mário Covas, reunimo-nos, lançamos uma plataforma positiva, e os jovens e o povo vieram. Primeira bandeira: Diretas Já; segunda bandeira: anistia; terceira bandeira: fim da tortura; quarta bandeira: liberdade de imprensa.

Só deu certo porque, aos milhões, os jovens foram para a rua. A Arena ainda existia, ainda tinha maioria enorme no Congresso Nacional, podia ter eleito o Sr.

Maluf Presidente da República; não elegeu. Ganhou Tancredo porque o povo estava na rua, e os homens da Arena tiveram vergonha de votar no seu candidato e votaram no Tancredo. O povo na rua.

Votamos o que parecia impossível, a ficha limpa. Ninguém acreditava. A ficha limpa, meu irmão, se você não sabe, mudou a vida do Brasil. O cidadão, hoje, tem que ter vida ilibada, não tem que ter condenação; não tem que empurrar com a barriga: lá vai, lá vai, lá vai; 10 anos, prescreve e não acontece nada e um bolo de ladrão e vigarista continua na política. Agora não, agora, condenado a primeira vez, vai a segunda; condenado a segunda, vai para a cadeia e não é mais candidato a nada. Nós não iríamos votar. O Congresso não votaria, nem o Supremo homologaria, se o povo não estivesse na rua cercando o Congresso.

Por isso, ontem, fiz aqui um apelo. Fiz um apelo aos jovens e à sociedade brasileira para que fossem para a rua. Isso, que pode ser, nessa onda positiva, que é a Ficha Limpa; nessa onda positiva, que é desmontar as coisas erradas; nessa onda positiva, em que a Presidente da República está demitindo as pessoas que erraram, ao contrário de seus antecedentes. Nós temos que fazer a apuração que está aí e fazer um apelo aos jovens: vão para a rua!

Dizia ontem eu, quando esta Casa tinha quatro pessoas, como agora – agora, temos mais um, a querida Senadora Ana Amélia, então somos quatro; éramos três, agora somos quatro –, ontem eu dizia que estavam esvaziando esta Casa para esvaziar a CPI. Hoje, eu confirmo. Mas eu só venho a esta tribuna por um motivo: está aqui, em *O Globo*, na coluna do Ilmar Franco:

“Saia do comodismo e lute contra a corrupção. Mostre a cara do ladrão” – Dia do basta!, texto de convocação, na Internet e nas redes sociais, da III Marcha contra a Corrupção e a Impunidade no sábado, dia 21 [de abril].

É com muita emoção que leio isso: “Saia do comodismo” – mais um Senador nos honra aqui, o bravo representante de São Paulo – “Saia do comodismo e lute contra a corrupção. Mostre a cara do ladrão”, é a caminhada do dia 21 de abril das redes sociais.

E tenho aqui duas notas da OAB, a do Distrito Federal e a de Brasília. O Presidente da OAB do Distrito Federal e o Presidente Ophir, de Brasília, apoiando essa marcha, e fazendo um chamamento a toda a classe, no sentido de apoiar essa caminhada.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Vou assinar a CPI.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O bravo companheiro Aloysio vai assinar a CPI.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Estou indo agora lá.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Só me diga que número é, porque ontem me disseram que eu era o 26.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Eu vou lá e lhe digo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Depois, me diga o número qual é.

Tem que ir atrás, porque antigamente, para a CPI, eles diziam: Olha, assina aqui a CPI, assina aqui. Ontem eu tive que sair atrás. Consegui. Agora o Senador Aloysio está indo atrás, vai assinar a CPI. Tomara que ele encontre a lista da CPI.

O Presidente Ophir Cavalcante está se dirigindo à CNBB, para que a CNBB, como tem feito tradicionalmente, entre nessa caminhada. E eu estou me dirigindo a ABI, bravo ilustre companheiro Maurício Azedo, para que ele também entre nessa caminhada.

Eu creio...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O assunto mudou. Eu creio que é mais uma caminhada e é uma caminhada positiva. Eu entendo o está acontecendo.

Todo mundo está apavorado com o Sr. Cachoeira. Tudo mundo apavorado com o Sr. Cachoeira porque a notícia que se tem é que ele está muito magoado porque raspam o seu cabelo e está bufando. Até hoje está lá em Natal, na penitenciária de força máxima de Natal. Mas o seu ilustre advogado conseguiu que o ilustre desembargador daqui de Brasília o transferisse para Brasília.

Diz o ilustre embaixador e a imprensa publica que a informação que ele tem é que o Sr. Cachoeira está muito angustiado, está muito triste porque está muito longe, longe da sua esposa. E diz o desembargador que não vê no Sr. Cachoeira motivo nenhum de perigo, que ele não bota em risco coisa nenhuma.

Brilhante o advogado do Sr. Cachoeira! Conseguiu a transferência. Deve estar chegando aqui. E o medo que se tem é com o mar de gravações que ele tem de todo mundo e o que se quer é controlar para ver as fitas que ele libere, algumas, sim, outras não.

É por isso que é hora de mostrarmos a nossa cara e de cada um dizer quem é, o que quer e o que pretende fazer.

A última vez que nós quisemos mexer com o Sr. Cachoeira e com o Sr. Waldomiro, o Dr. Sarney, Presidente do Senado, não deixou criar a CPI. Primeiro, eu fui ao Lula, Presidente da República, e disse: após a televisão publicar a conversa do Sr. Cachoeira com

o Sr. Waldomiro, que demitisse o Waldomiro da subchefia da Casa Civil. Não demitiu. Que investigasse o Cachoeira. Não investigou.

O Sr. Ministro da Justiça era o Dr. Bastos, advogado de Cachoeira hoje, que orientou o Presidente Lula no sentido de quê? De vir a dizer que o Mensalão era um engodo. Mas o Mensalão era não mais orientação do Sr. Bastos, não mais do que caixa dois, que todo mundo usa o caixa dois. É contravenção, não é nem crime.

Olha, quantos anos se passaram! O Mensalão, quarenta processados no Supremo, mas ninguém atingiu o Sr. Cachoeira. E, agora, ele e o seu brilhante advogado estão aí. De Natal vêm para Brasília. O Ministro do Supremo nega a entrega dos documentos ao Conselho de Ética, e a CPI, que parecia um grande momento deste Congresso, está vivendo essa hora ridícula que nós estamos vendo.

Lutem, jovens! Vão para a rua, usem suas redes sociais. Cobrem. Cobrem de nós, parlamentares, políticos – Executivo e Judiciário. Cobrem! Porque aí, sim, eu acredito, eu acredito na força da pressão de fora para dentro, mas eu não acredito em nenhuma ação de dentro para fora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Com a palavra, como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia.

Tem V. Ex^a o prazo regimental de dez minutos para proferir o seu pronunciamento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador João Ribeiro, eu queria cumprimentar as Senadoras e os Senadores, assim como os telespectadores da TV Senado e dizer-lhes que inicio minhas palavras de hoje, desejando ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, plena recuperação de sua saúde, depois da surpreendente internação em São Paulo, por conta de problemas cardiovasculares. Tenho certeza de que o Senador Sarney retornará aos trabalhos muito em breve, com sua habitual liderança para uma pauta cada vez mais importante, inadiável, nesta Casa.

Acabamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, de decidir a questão da Resolução 72, chamada guerra dos portos.

Viu-se naquela votação, com argumentos racionais e apaixonados, Senador Casildo Maldaner, uma disputa. Precisamos agora, com calma e serenidade, na Casa da federação, tratar com muita responsabilidade a discussão do pacto federativo; caso contrário, vamos continuar vendo amargar essa disputa entre

os Estados, fragilizando ainda mais a relação entre os Entes federativos, União, Estados e Municípios.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no último final de semana, estive no meu Estado, andando pelas cidades de Marau, Erechim, Guaporé e na própria Capital, Porto Alegre, participando de eventos com lideranças políticas da sociedade civil e empresários e pude testemunhar a preocupação coletiva dos gaúchos quanto às denúncias de envolvimento de parlamentares e chefes de governos estaduais no chamado esquema de lavagem de dinheiro e corrupção montado pelo contraventor Carlinhos Cachoeira.

A preocupação é legítima, mas noto que há um descompasso entre os anseios da sociedade e as ações do Governo Federal.

O descompasso está nos sinais que o Partido dos Trabalhadores parece emitir nos últimos dias, segundo informação da imprensa, inspirados na Presidente Dilma Rousseff, de não dar mais tanta importância e destaque para a CPI, como gostaria, aliás, o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Segundo reportagem do jornal *O Globo*, a reação negativa do Palácio do Planalto já produz aqui dentro do Congresso dúvidas sobre a instalação da CPI, tema muito bem abordado pelo Senador Pedro Simon, há pouco, na tribuna do Senado e também por outros Senadores, como Pedro Taques.

Nós estamos observando esta movimentação, mas tenho certeza de que, no que depender de um bom grupo de Senadores, vamos fazer valer o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Particularmente, acredito que a CPI não tem e não deve ter volta. Essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem potencial para ser arrasadora e, por isso, deve ser realizada de forma muito responsável, como ocorreu em relação ao mensalão.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, houve a positiva ação do Poder Executivo para que a CPI fosse instalada. Não precisou muita força política para que a folha de assinaturas quase fosse completada na semana passada. Agora, o Partido dos Trabalhadores alega a ausência do Presidente do Senado, Senador José Sarney, para adiar a instalação dessa CPI. Tenho certeza de que outros motivos mais o partido vai encontrar para adiar a investigação. Não há como aceitar esse comportamento.

Das 27 assinaturas necessárias aqui, nesta Casa, até ontem, 22 assinaturas coletadas – dentre as quais, a minha – eram de membros da base de apoio ao Governo. Isso é salutar. Isso é saudável e preserva a Instituição.

Os Senadores e Deputados terão 180 dias para investigar as denúncias de envolvimento de Parlamen-

tares nas ações do contraventor Carlinhos Cachoeira, Operação Vegas e Operação Monte Carlo.

Os indícios contra o Senador Demóstenes Torres são muito fortes. E, aos poucos, novas denúncias com envolvimento de empresas indicam que a rede de corrupção pode ser ainda maior, Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo, com muito prazer, o aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, eu quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que, realmente, todos os Senadores e Senadoras de bem desta Casa querem a implantação e a realização dessa CPI. Primeiro, quero dizer que o bloco formado pelo PTB, PSC e PR, todos nós, os 13 Senadores, assinamos a CPMI. Não acredito que a Presidente Dilma esteja fazendo qualquer tipo de trabalho para não implantar. Pode ser que outros setores do meio de campo possam estar fazendo. Mas, essa é uma CPI irreversível porque já está sendo objeto de investigação pelo Poder Judiciário, pela Polícia Federal e pela própria sociedade. Então, nós temos também, tanto quanto outros, o interesse de que essa questão seja passada a limpo, principalmente para que aqueles que tenham alguma culpa no cartório não sejam beneficiados pelo medo daqueles que não queiram que a coisa avance. Então, quero dizer que estou com V. Ex^a. Aliás, fui Vice-Presidente da CPI dos Bingos, que começou a detectar esse esquema, mas, infelizmente, a coisa não andou como nós gostaríamos. Agora, é o momento de se aprofundar e acabar com essa questão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Mozarildo. Não podemos aceitar que abafem a realização de mais esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ou estaremos desmoralizando o trabalho exímio que o Ministério Público e a Polícia Federal vêm realizando na apuração dessas denúncias. Ao mesmo tempo, o Supremo Tribunal Federal parece que irá mesmo retomar o julgamento do mensalão.

Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senadora Ana Amélia, o fato de o Presidente Sarney se encontrar, infelizmente, hospitalizado, naquele famoso hospital de São Paulo, não é obstáculo para que a CPMI possa ser constituída aqui. Isso em homenagem ao princípio da continuidade do serviço público. Ninguém é insubstituível na administração pública, e aqui estamos diante de uma administração pública: existe Vice-Presidente do Senado, Vice-Presidente do Congresso Nacional, que é a Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Eu tenho a compreensão de que nenhum Senador – com o perdão da palavra – vai amarelar. As assinaturas já foram colhidas, e tenho a

compreensão de que o Senado não vai fugir a este momento histórico. Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Pedro Taques. Faço votos de que seja realmente assim, Senador, que ninguém retire assinatura desta CPI, que é relevante para mostrar à sociedade brasileira as razões de acreditar ainda numa instituição como são esta Casa e a Câmara dos Deputados. O Ministro Ayres Britto, que vai assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal na quinta-feira, dia 19, está trabalhando para encerrar o julgamento do mensalão antes de 6 de julho deste ano, quando a campanha eleitoral se inicia oficialmente. Mas outros motivos devem incentivar os Ministros do STF a realizar esse histórico julgamento. Primeiro, se o mensalão não for julgado, pode prescrever e, segundo, que a sociedade brasileira merece conhecer os culpados. É um direito da sociedade, mais do que também um merecimento. O eleitor brasileiro precisa de uma satisfação das lideranças políticas, para ter certeza de que não vai jogar fora o voto nas próximas eleições.

As denúncias do mensalão geraram um processo com 38 réus, mais de 600 depoimentos de testemunhas e cerca de 50 mil páginas para serem estudadas.

Sabe-se que o relator do mensalão, Ministro Joaquim Barbosa, tem em mãos um relatório quase pronto, que, no final, deve alcançar 500 páginas.

Precisamos saber o conteúdo dessa pilha de papel, e não ver todo este trabalho no fundo das gavetas. Isso seria o pior dos mundos!

Outro tema de ordem social que gostaria de trazer a este Plenário é a política de reajuste do Governo para as aposentadorias.

Na semana passada, aposentados do INSS foram surpreendidos com a decisão de não estar previsto no orçamento do ano que vem reajuste para os aposentados do INSS que recebam mais de um salário mínimo. Considero essa decisão um erro social grave que o Governo está cometendo e, mais do que isso, também uma injustiça. Os aposentados que recebem mais de um salário mínimo estão sendo vítimas de uma política de reajuste equivocada.

Nos últimos anos, a perda do poder aquisitivo dessa categoria tem sido enorme. O aposentado que começou recebendo o equivalente a cinco ou seis salários mínimos, hoje, decorridos três ou...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, agradeço a concessão desse tempo, porque estou concluindo.

Nos últimos anos, a perda do poder aquisitivo dessa categoria, ou seja, os aposentados do INSS, tem sido enorme.

O aposentado que começou recebendo o equivalente a cinco ou seis salários mínimos, hoje, decorridos três ou quatro anos, está recebendo apenas um salário mínimo. E, no ritmo imposto pelo Governo, essa perda de poder aquisitivo só vai aumentar, porque há uma defasagem gritante entre o reajuste dado ao salário mínimo, que é merecido, e o reajuste dado a quem ganha mais de um salário mínimo, como aposentado do INSS.

Venho trabalhando, desde que assumi meu mandato como Senadora, em 2011, juntamente com o Senador Paulo Paim e lideranças dos aposentados, para que o Governo Federal não só mude a questão dos reajustes, mas também acabe com o fator previdenciário.

A imposição dessa política se concretiza a cada dia, já que o Governo vai definir o reajuste do salário mínimo por decreto e, portanto, vai tirar do Congresso Nacional a oportunidade de discutir tão importante assunto para trabalhadores e aposentados.

Muito obrigada, Sr. Presidente Roberto Requião.

O senhor disse que não haverá essa medida. Eu queria uma explicação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não. Eu acredito que há uma autorização para o Governo Federal fazer a correção do salário mínimo, mas essa autorização não inibe...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só com a inflação; correção só com a inflação do ano.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas não inibe o Congresso Nacional de modificar o critério, estabelecer o aumento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fico muito feliz com isso e quero contar com o seu apoio também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há uma garantia de certo automatismo.

Por outro lado, Senadora, a sua razão é absoluta, porque o congelamento do salário mínimo é o encurtamento do mercado de consumo do Brasil. O salário mínimo deveria ser corrigido sempre pela inflação mais a produtividade da economia brasileira. Foi o que nós fizemos no Paraná com o salário mínimo regional. Qual foi o resultado disso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aumento do crescimento da economia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Paraná cresceu 55,7% no período em que eu fui Governador, e a média brasileira foi de 27%, com São Paulo, que é o motor da economia, crescendo 34%; Minas, 32%; e nós, 55,7%, porque respeitamos um critério decente de ampliação do salário mínimo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu fico muito feliz com esse adendo de V. Exª, Senador Roberto Requião, que apenas reforça a minha convicção de que desonerar e melhorar as condições de reajuste não só para o trabalhador da ativa, mas especialmente para os aposentados cria condições de desenvolvimento como aconteceu no Paraná. Igualmente, quando o Governo desonerou vários setores produtivos, deu maior poder aquisitivo ao consumidor, e, por isso, a economia brasileira superou aquela crise de 2009.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela valiosa colaboração.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. João Ribeiro, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O próximo orador inscrito é o Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Não está presente.

Na sequência, temos o Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Também não está presente.

Então, convoco para usar a tribuna o próximo orador, que é o Senador Casildo Maldaner.

Senador Casildo, fica aqui uma sugestão aos companheiros de Santa Catarina: a Resolução nº 72 foi aprovada por 25 votos a 5 na Comissão de Economia. Não podia ser diferente, é a defesa do emprego no Brasil. Mas eu acho que, se a Bancada de Santa Catarina apresentar, hoje ou amanhã, um projeto de lei estabelecendo uma compensação regressiva para a perda que existirá, ela será aprovada, com a mesma maioria, na CAE e no plenário do Senado.

Eu, pessoalmente, sofri com esses incentivos catarinenses em relação ao meu porto de Paranaguá – fui Governador por três vezes. Mas não se trata de discutir isso agora, porque, se se permitiu o incentivo fiscal à importação, ele foi feito. Trata-se de considerar a dificuldade orçamentária que esses Estados terão diante da quebra da previsão de uma arrecadação que não existirá mais.

Então, fica aqui uma sugestão, e eu gostaria de subscrever, junto com a Bancada de Santa Catarina, um projeto de lei nesse sentido.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – V. Exª me provocou, e eu devo analisar essa questão. Vou ficar nesse tema. Provocado, não tenho como fugir do debate.

Mas, antes disso, gostaria de imitar a Senadora Ana Amélia, até porque passei por um momento como

esse que o nosso Presidente, Senador José Sarney, está enfrentando. No dia 21 de setembro do ano passado, eu também, e justamente... O Senador Mozarildo é médico, eu não sou da área. No miocárdio esquerdo, a descendente anterior, na minha pessoa, complicou, tive que colocar *stent* e passei por coisas que eu não sonhava, não esperava. E o Presidente Sarney foi o primeiro a chegar e me consolar: “O Sr. Casildo agora vai ficar recuperado, vai ficar bom, não vai ter problemas. É por aí, esse é o caminho”. E tentou me confortar.

Claro que eu não tenho como chegar ao Presidente, mas gostaria de devolver a mesma solidariedade desta tribuna, não só porque foi o mesmo caso do Presidente Sarney, que foi também no miocárdio esquerdo e na descendente anterior. Ele colocou *stent*. Desejo que ele se recupere o quanto antes e volte à Casa, ele que é o nosso Presidente. Sempre tenho o Presidente Sarney como um conselheiro, além de companheiro. Diria que agora é colega de coração. Essas coisas fazem parte da vida.

Mas eu não poderia deixar, provocado aqui pelo Senador Roberto Requião, de tecer alguns comentários sobre o que nós votamos hoje na Comissão de Economia. É bem verdade que o resultado final foi de 25 votos a 5 ou a 10 na Comissão de Economia, mas, antes disso, nas preliminares, praticamente eu sinto, porque... Se nós respeitássemos os casos anteriores, as preliminares, se o Governo tivesse um pouco de diálogo, seria bem melhor.

Nós saímos derrotados. Confesso que saímos doídos da Comissão de Economia hoje, porque estávamos defendendo, inclusive por 13 votos a 12. Por um voto não passou a proposta de nós dialogarmos por mais alguns dias. Era a proposta que surgiu, que nós colocamos em conjunto com os colegas catarinenses e vários outros Senadores, para que tentássemos dialogar junto ao Governo. Nem precisaria da participação dos Srs. Governadores, que já foram várias vezes, mas que pudéssemos, pelo menos mais um pouco, esgotar o diálogo. E propusemos, até por ideia do Senador catarinense Luiz Henrique da Silveira, a data de 8 de maio como última instância – até em função dos feriados de 21 de abril e de 1º de maio – para tentarmos o diálogo. Os Estados que mais estão perdendo neste instante, como o nosso, Santa Catarina, o Espírito Santo, Goiás e alguns outros, tentariam conversar sobre propostas que estavam sendo apresentadas, para que fossem votadas em separado algumas ideias extraordinárias que estavam em pauta, mas sobre as quais, de certo modo, o Governo resolveu passar uma espécie de trator, quer dizer, provocou uma avalanche e nos “tratorou”, a nós que estávamos em minoria.

E nós suplicamos: “Vamos dialogar, vamos conversar.” E nós sabíamos que estávamos em minoria, e, com essa súplica, conseguimos praticamente embolar – 13 a 12 –, para continuarmos o diálogo até o dia 8. Não seria mal nenhum para o Governo, nem para o Brasil, que pudéssemos refazer algumas questões, porque, para os Estados, em seus princípios, o ICMS é um instrumento, é a ferramenta que eles detêm. O princípio federativo lhes garante esse direito, para desconcentrar o Brasil, para melhorar os portos deste País.

Santa Catarina motivou, incentivou a ida de novas empresas e modernizou seus portos. Nós modernizamos cinco portos catarinenses. Melhoramos a logística para a importação e a exportação. Fez-se isso, mas, com essa decisão de hoje, unificando o ICMS, vamos voltar à concentração, vamos ficar na mão, no prejuízo, nós e vários outros Estados.

Mas não é só isso. Mesmo que venha a compensação dos empréstimos do BNDES que o Governo Federal propõe, esses recursos são financiamentos. Como Santa Catarina vai perder, praticamente, no ano que vem, R\$1 bilhão, se tomar esses valores... Mas se trata de empréstimo!

E não é só isso! A economia como um todo, as empresas que atenderam ao chamamento, que investiram, que modernizaram os portos, que lá se estabeleceram – não falo só no nosso Estado –, contribuindo com a descentralização do Brasil, apresentaram projetos junto ao Governo Federal, junto ao BNDES, e conseguiram empréstimos com oito anos, dez anos, doze anos de prazo. E agora, abruptamente, vamos encerrar isso? Não é fácil, pois há um orçamento em andamento. As empresas se estabeleceram, têm empréstimos a pagar agora e nos próximos anos. Isso é dar sequência à descentralização da economia como um todo. Então, o que se queria é graduar. Com o diálogo, vai graduando, vai descendo, pois, assim, teríamos alguma coisa harmônica no Brasil entre os Estados.

E o nosso dever é defender isso. Fizemos um juramento, nas eleições, cada um dos Senadores, para defender os nossos Estados e aí procurar construir o consenso. Eu, desde o outro mandato quando aqui estive, em oito anos, nunca vi alguma coisa passar a não ser depois de se construir o consenso, de se esgotar o diálogo. Sempre tenho dito: é melhor duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. E hoje, infelizmente, nós vimos ali cinco minutos de tiroteio. Foi a decisão assim: “É por aqui, e não tem mais conversa, não tem mais diálogo”.

Isso nós sentimos, isso fica ruim. Nós suplicamos, nós nos ajoelhamos. Vamos dialogar até o dia 8 agora, vamos conversar mais um pouco, não faz mal a ninguém, aquele negócio de caldo de galinha ou coi-

sa que o valha. Isso tem um ditado que diz, para nós catarinenses, para os outros Estados.

Por que bater, por que ver alguém caído e dizer “vamos massacrar”?

Essa não é a melhor saída, isso não foi bom! Não é por aí que nós vamos construir o consenso, a coisa nacional. Ninguém está a favor da desindustrialização. Pelo contrário, nós queremos a industrialização. Pelo contrário, nós queremos a descentralização também dos nossos portos. Nós queremos que flua normalmente o Brasil. Nós queremos que não haja concentração agora. Nós queremos é isto: o direito de todos viverem e poderem palpar para poder dar as suas ideias. Essa ideia do Senador Requião, quem sabe?

Nós não vamos é nos entregar. Nós vamos, nessa graduação, tentar, da Comissão de Economia até o Plenário, como diz um ditado da serra catarinense, no oeste... É um ditado gauchesco de certo modo. O ditado diz: “Não está morto quem peleia”. Eu até invocaria um dizer do nosso partido, que vem de Ulysses Guimarães. Mesmo Ulysses, quando lutava e não conseguia nas eleições, pelo menos para se apresentar como candidato que ele enfrentou, só por enfrentar, para ser candidato, na primeira vez da própria ditadura, que era muito difícil, como anticandidato, ele é quem disse isto: “Olha, não deu, vamos à luta, a luta continua”.

Mesmo nas nossas derrotas do partido ao longo da história, nós sempre dissemos: “A luta continua”. E é bem verdade: eu sai com o lombo doído, já estou pedindo até para passar um calmante, uma anestesia no lombo, está ferido; a gente saiu ferido mesmo, mas não vamos desistir enquanto tivermos forças para lutar, para buscar o entendimento. De lá das Comissões, de Constituição e Justiça, da Comissão de Economia, que foi hoje, a este Plenário, nós não vamos desistir da conversa, da luta, para procurarmos o entendimento.

É o apelo que nós fazemos, vamos repetir agora aqui no plenário, mesmo ao nosso Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, aos nossos companheiros, ao Governo como um todo: por que negar o diálogo, por que esgotar? Se não der, não deu. Mas pelo menos convencer, dar o direito à réplica. Por que não? Acho que isto é o melhor para o Brasil: é construir o consenso.

Por isso, nobre Presidente, eu deixo aqui a minha manifestação, eu deixo aqui o nosso sentimento, procurando ver se ainda é possível. Enquanto há um suspiro, enquanto há sinal de vida desse entendimento, não vamos fazer com que seja enterrado, que se encerre de uma vez por todas.

É o apelo, é a conclamação, pela experiência que temos. Eu enfrentei vicissitudes as mais diversas. Nunca me esqueço de uma greve muito forte no meu Estado, que nós enfrentamos. Eu sei que o chefe da

Casa Militar, quando cercaram o Palácio, sugeriu que colocássemos a tropa de choque para fazer um corredor polonês, para sairmos, e nós defendemos que não, não era por aí, era com diálogo, sempre foi com diálogo, e saímos pela porta da frente, enfrentamos as questões, no diálogo.

E repito, encerrando: é melhor duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio...

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ... nas lutas, na vida, nas lides.

Desde o meu primeiro mandato como vereador, aos 20 anos de idade, indo a cavalo à Câmara de Vereadores em Modelo, lá no oeste catarinense, o diálogo é a melhor forma, é a melhor coisa que há. Se não tem mais, se esgotou, bom, agora, vamos então à votação. Mas não podemos esgotar essas possibilidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres colegas.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Roberto Requião deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo, Senador Casildo Maldaner, também compreendendo a luta e a garra, a determinação de Santa Catarina, do Espírito Santo e de Goiás, é, mas Mato Grosso do Sul também vai ser atingido por isso.

Eu acho que nós temos que continuar discutindo, Senador Casildo Maldaner.

Na sequência, inscrito o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, neste último sábado, tive a felicidade de participar da inauguração do primeiro CEU (Centro Educacional Unificado), em São Bernardo do Campo, de responsabilidade do Prefeito Luiz Marinho e de toda a sua equipe, como também decorrente de iniciativas do governo da Prefeita Marta Suplicy, quando de sua gestão. Desde as primeiras reuniões de orçamento participativo, houve a sugestão da construção de Centros Educacionais Unificados.

E gostaria aqui de registrar que, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no bairro da Vila São Pedro, ali foi homenageada com o nome deste Centro Educacional Unificado Regina Rocco Casa, que teve um papel tão importante em São Bernardo do Campo, a mãe da Marisa, esposa do Presidente Lula.

Estavam presentes a Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, a Senadora Marta Suplicy, Vice-Presidente do Senado, convidada especialmente por ter sido a pioneira na construção dos CEUs em São Paulo. Tam-

bém ali estavam o ex-Governador Binho, do Acre, que hoje é Secretário-Executivo, representando o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e o ex-Ministro da Educação Fernando Haddad, que ali, de uma maneira muito harmônica, participaram da inauguração desse CEU, juntamente com o Presidente Lula e a Senadora Marta, o que nos deixou bastante emocionados, como-vimos mesmo, por causa da beleza da construção do edifício, do cuidado com as salas de aula para aproximadamente 5.200 estudantes, que, desde a creche até completarem o ensino fundamental, passarão ali a ter oportunidades e num ambiente muito positivo. E estas novas salas de aula vieram substituir escolas de rodízio e lotadas que haviam sido deixadas pela antiga administração, e é muito importante este CEU, que começa a funcionar a partir de hoje para as crianças de zero a três anos e, na segunda quinzena de maio, para o restante dos alunos.

Os primeiros sete CEUs em construção em São Bernardo do Campo serão concluídos até certamente o final do mandato do Prefeito Luiz Marinho, que tem como objetivo ampliar significativamente as oportunidades de educação no seu Município. Os novos estudantes do CEU Regina Rocco Casa estavam na fila de espera ou foram transferidos de escolas de bairros da região, como Vila Esperança e Jardim Irajá. A Prefeitura espera também reduzir o número de alunos por sala de aula até chegar à meta de 25 por sala de aula, conforme reportou a Sr^a Cleuza Repulho, Secretária de Educação de São Bernardo do Campo.

O custo dessa obra foi de R\$69 milhões, sendo R\$30 milhões provenientes da União, e isso foi iniciado durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando era ainda Ministro da Educação Fernando Haddad.

Pude, ali, ver o entusiasmo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com essa iniciativa, referindo-se ao Prefeito Luiz Marinho:

O prefeito é como se fosse um filho para mim. Quando vemos uma escola como essa sendo entregue à população de uma região tão carente, percebemos o quanto este prefeito está trabalhando para transformar a nossa cidade. Todo governante tem que governar com o coração e aqui isso é uma realidade.

Luiz Inácio Lula da Silva, nosso ex-Presidente, estava rouco e, por isso, foi breve em sua fala, cerca de sete minutos. Quando, ao terminar, tendo tossido um pouco, ele disse que esperava, em breve, quem sabe em quinze ou vinte dias, atender aos apelos para percorrer o Brasil e falar mais para todos.

Nesse CEU, 2.800 crianças do ensino fundamental terão ali uma oportunidade. Lembro que o Centro Educacional Unificado é um complexo educacional, esportivo e cultural que, normalmente, é aberto à comunidade, inclusive nos fins de semana.

Além do CEU Regina Rocco Casa, São Bernardo inaugura até o fim deste ano mais três unidades: Celso Daniel, no Bairro Cooperativa; Silvina e Parque Hawaí.

É interessante lembrar que esses Centros Educacionais Unificados são em número de 45 no Município de São Paulo, onde estudam mais de 120 mil alunos. Os CEUs de São Paulo contam com um Centro de Educação Infantil (CEI) para crianças de 0 a 3 anos, uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) para alunos de 4 a 6 anos e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), que também oferece Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Todos os CEUs são equipados com quadra poliesportiva, como vai acontecer em São Bernardo do Campo, teatro, utilizado também como cinema, *play-ground*, piscinas, biblioteca, telecentro e espaços para oficinas, ateliês e reuniões. Os espaços abertos nos finais de semana beneficiam tanto crianças e adolescentes como a comunidade que, normalmente, está nos bairros de baixa renda e, portanto, representam para essas pessoas, inclusive os adultos que frequentam no final de semana. São oportunidades muito significativas.

O projeto arquitetônico dos Centros Educacionais Unificados foi desenvolvido, inicialmente, pela equipe coordenada pelos arquitetos Alexandre Delijaicov, André Takyia e Wanderley Ariza e foi elaborado pela equipe do Departamento de Edificações da Secretaria de Serviços e Obras (SSO), tendo sido concluído por essa equipe. Tal projeto se inspirou no projeto arquitetônico da Escola Parque, desenvolvida entre 1948 e 1952, em São Paulo, que, por sua vez, foi adaptada da experiência de Salvador, criada por Diógenes Rebouças e Hélio Duarte, em 1947, tendo em conta a sugestão programática do extraordinário educador baiano Anísio Teixeira.

Já existem os seguintes CEUs no Município de São Paulo: Água Azul, Alto Alegre, Alvarenga, Aricanduva, Azul da Cor do Mar, Butantã, Caminho do Mar, Campo Limpo, Cantos do Amanhecer, Capão Redondo, Casa Blanca, Cidade Dutra, Feitiço da Vila, Formosa, Guarapiranga, Inácio Monteiro, Jaçanã, Jaguaré, Jambuí – que foi o primeiro inaugurado pela Prefeita Marta e pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, logo no início do seu governo, 2003 –, Jardim Paulistano, Lajeado, Meninos, Navegantes, Paraíso-polis, Parelheiros, Parque Anhangüera, Parque Bristol, Parque São Carlos, Parque Veredas, Paz, Pêra Marmelo, Perus, Quinta do Sol, Rosa da China, São Ma-

teus, São Rafael, Sapopemba, Tiquatira, Três Lagos, Três Pontes, Uirapuru, Vila Atlântica, Vila Curuçá, Vila do Sol e Vila Rubi.

Cada um desses CEUs, uma vez instalados, significa uma transformação de extraordinária qualidade para o seu bairro e os bairros vizinhos.

Portanto, quero aqui cumprimentar essa iniciativa. Espero que os CEUs de São Paulo sejam sempre muito bem cuidados, a exemplo do que era feito durante a gestão da hoje Senadora Marta Suplicy.

Sr. Presidente, gostaria aqui de assinalar o quão importante foi o entusiasmo de toda a população ali presente, de todos que acompanharam as salas de aula e todas as dependências do CEU e dos 200 funcionários que ali estavam.

Parabéns ao Prefeito Luiz Marinho por essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, concedo a palavra, em permuta com o Senador Flexa Ribeiro, à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, companheiros e companheiras, os jornais todos do dia de hoje trazem em comum a divulgação de uma pesquisa, feita com regularidade pelo Ministério do Trabalho, que mede a evolução da geração de emprego no País. E todos os jornais, infelizmente, trazem notícias que não são boas para o povo brasileiro e não são boas para o Governo brasileiro, Sr. Presidente.

Eu tenho aqui alguns exemplos. O jornal *O Globo* de hoje, cuja matéria diz: “Emprego formal cai 27%. Vagas na indústria despencam. Serviços ainda são destaque”. Ainda mais: jornal *Folha de S. Paulo*, com a manchete: “Emprego tem pior 1º trimestre desde 2009, e PIB segue fraco”. No jornal *Correio Braziliense*: “Pior trimestre para o emprego desde 2009”. No jornal *O Estado de S. Paulo*: “Criação de emprego formal desacelera 36%”. No jornal *Valor Econômico*, Sr. Presidente: “Indústria demite em março e já paga menos”.

Teríamos vários outros exemplos, mas, enfim, Sr. Presidente, todos, todos, absolutamente todos os jornais do País divulgam que o fraco desempenho da indústria brasileira tem sido responsável pela queda na criação de novos empregos no Brasil.

Segundo dados do Caged, medidos pelo Ministério do Trabalho, Sr. Presidente, o primeiro trimestre deste ano fechou com o número positivo de 381.241 novas vagas, novos empregos formais no Brasil, o que significa que esse número é 27,5% inferior ao saldo

do mesmo período do ano de 2011. Ou seja, somente no mês de março também, Sr. Presidente, houve um crescimento. Foram criadas mais de 111 mil novas vagas acima das 92.675 relativas ao mesmo mês, ao mês de março de 2011.

Entretanto, esse número, Sr. Presidente, só ocorreu por conta do bom desempenho do setor de serviços, porque, se fossem consideradas somente as vagas relativas à indústria e à agricultura, o índice seria negativo. Isso é uma demonstração, Sr. Presidente, que, diante dessa crise econômica, que não é uma crise brasileira, é uma crise mundial – primeiro, Estados Unidos; depois, a União Europeia, países todos vivendo crises profundas nos seus sistemas e vivendo um índice de desemprego extremamente elevado –, temos de entender que o Brasil precisa adotar ou acelerar as medidas no sentido de melhor enfrentar essa crise para que a gente não venha, daqui a dois meses, a amargar números piores ainda do que já estão registrados hoje.

Eu estou, Senador Eduardo Braga – e já concedo um aparte a V. Ex^a –, destacando aqui dados nacionais, mas um bom exemplo seria o nosso Estado, o Amazonas. A Zona Franca de Manaus, nos últimos dias, demitiu cinco mil trabalhadores, o que é um percentual significativo e importante para nós. E uma das razões – e não quero dizer que seja a única razão – é, sem dúvida nenhuma, a falta de competitividade dos nossos produtos em vista dos produtos importados que chegam ao mercado brasileiro e ainda recebendo incentivos por parte dos Estados.

Agora, há pouco, acabamos de concluir a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde aprovamos, com uma ampla maioria de votos, o substitutivo apresentado pelo Senador Eduardo Braga ao Projeto de Resolução nº 72, o que fará com que, a partir do ano de 2013, não ocorra mais a possibilidade do incentivo tributário a produtos importados.

Entretanto, repito, essa é uma medida fundamental, importante, embora dolorosa para alguns Estados, extremamente dolorosa para Santa Catarina, para o Espírito Santo e Goiás, sobretudo; contudo, temos a plena confiança de que, com o diálogo estabelecido entre esses Estados e o Governo Federal, tudo será feito para minimizar o impacto que essa medida provocará sobre esses Estados, relativamente ao que lhes retira em termos de arrecadação.

Entretanto, penso que o Senado vem fazendo a sua parte – o projeto de resolução é de iniciativa do Senado –, mas é preciso também que o Governo Federal faça a sua parte.

Nós estamos numa escalada de diminuição dos juros; entretanto, a forma e a velocidade como esses

juros vêm baixando têm se mostrado insuficientes, Presidente Moka.

A notícia que temos hoje é que o Copom deverá baixar as taxas de juros, de 9,75% para 9%. Por que não baixar mais? Repito: por que não baixar mais? O Brasil precisa melhorar a competitividade dos nossos produtos para incentivar a produção. E a Resolução nº 72 não é milagrosa. O problema único não é a guerra dos portos; existem outros problemas. E um dos grandes problemas é o dos juros, que precisam ser diminuídos com urgência e em ritmo mais acelerado do que vem sendo hoje.

Outra medida importante, que é preciso que se adote, é a mudança na política do câmbio. Não pode o Real continuar valorizado da forma como está. Isso prejudica a indústria brasileira, prejudica a produção nacional e impede a criação de novos empregos, Sr. Presidente.

Então, eu estou aqui dizendo o seguinte: não foi fácil, e nós percebemos isso na votação. Houve quase um empate, quando da votação, para se dar mais tempo para que se buscassem novas negociações em relação à Resolução nº 72, porque todos nós, independentemente dos nossos Estados, somos solidários com Santa Catarina, com o Espírito Santo e também com Goiás. Então, quase a votação não se conclui no dia de hoje.

Isso deve servir de demonstrativo para o Governo central da necessidade de ele sentar com os Governadores de Estado, de ele ajudar o Congresso Nacional a ampliar o debate para além do Projeto de Resolução nº 72. Nós precisamos de um novo pacto federativo no País. Nós precisamos debater o indexador das dívidas dos Estados e dos Municípios brasileiros, que não podem continuar com um índice superior aos índices que são cobrados do setor privado, por exemplo. Nós precisamos discutir aqui o Fundo de Participação dos Estados, Sr. Presidente. Nós precisamos discutir aqui a guerra fiscal na sua inteira concepção, porque a guerra dos portos é apenas parte da guerra fiscal estabelecida no País.

Concedo, Senador Eduardo Braga, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a, primeiro pela oportunidade do discurso. V. Ex^a, ainda há pouco, falava de matérias nos jornais nacionais a respeito da questão do aumento do saldo negativo de empregos na indústria brasileira. Eu estou aqui com os jornais do Estado do Amazonas, Senadora Vanessa. Manchete do jornal *A Crítica*: “Amazonas tem saldo negativo de empregos”. Manchete do jornal *Amazonas em Tempo*: “Número de demissões chega a um saldo negativo de 60% só

no mês de março". Só em março, o saldo negativo foi de 60% no índice de empregabilidade oficial no Polo Industrial de Manaus. Isso mostra, efetivamente, que, embora seja óbvio que nós tenhamos problemas ainda estruturais, problemas de logística, problemas com o custo da energia elétrica, problemas com portos, enfim, uma série de situações a serem discutidas, a guerra conhecida como "guerra dos postos" vem trazendo prejuízos imediatos e de curto prazo à indústria nacional. Não é apenas à indústria nacional do Polo Industrial de Manaus que vem sofrendo; é a indústria de São Paulo; é a indústria do Paraná; é a indústria do Rio Grande do Sul; é a indústria brasileira que vem sofrendo uma concorrência absolutamente desproporcional tendo em vista a importação de bens finais com incentivo fiscal de ICMS por alguns Estados brasileiros. É importante destacar o esforço que o Senado vem fazendo para a construção de um acordo de fortalecimento do pacto federativo. Nós não estamos apenas votando o Projeto de Resolução nº 72. Apresentamos um substitutivo elevando a alíquota de zero para 4%, estabelecendo um valor local agregado de produto nacional para poder estabelecer o produto como um produto brasileiro, e, aí sim, sair como um produto que foi produzido no País, tendo, portanto, as regras de todos os produtos brasileiros. Ou seja, buscamos efetivamente valorizar a indústria de transformação, o emprego e o trabalhador brasileiro. Fomos além, estamos prontos amanhã para votar na CCJ, pela primeira vez o comércio eletrônico. E o equilíbrio da Federação é isso. Se de um lado São Paulo vai ganhar com a votação da Resolução nº 72, se por um lado nós vamos ganhar porque vamos ter a Resolução nº 72 para fortalecer os pólos industriais, a votação do comércio eletrônico transferirá recursos líquidos para os Estados brasileiros em relação a São Paulo, em relação a dois ou três outros Estados brasileiros que tenham a plataforma dos centros de distribuição desta indústria. E, além disso, estamos em um amplo debate com o Governo Federal com relação à renegociação do indexador das dívidas públicas dos Estados e Municípios, bem como do teto desse indexador junto à Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, nós queremos aumentar a capacidade de investimento público dos Estados e dos Municípios para fortalecer a geração de emprego e renda, para que o PIB brasileiro possa crescer, para que a nossa indústria seja fortalecida, para que novas oportunidades de emprego e de trabalho surjam para a valorização do trabalhador brasileiro. Portanto, quero cumprimentar V. Exª pela oportunidade do debate e do discurso que V. Exª traz na tarde de hoje ao Senado da República.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador, e quero

aqui dar o testemunho de que, como Líder do Governo nesta Casa, V. Exª tem se esforçado muito não apenas para que as matérias sejam aprovadas, mas para a manutenção da unidade. Nós sabemos que não é fácil, porque atuar, votar matérias que dizem respeito a interesses diretamente ligados a determinadas Unidades da Federação não é nada fácil. Mas V. Exª tem feito um grande esforço, e um esforço vitorioso, até o momento. E V. Exª reforça exatamente o que eu tenho dito aqui.

O projeto de resolução não é o único ponto. Nós temos que trabalhar a dívida dos Estados, nós temos que trabalhar o Fundo de Participação, nós temos que trabalhar uma série de projetos, Sr. Presidente, para ir mudando a fisionomia do pacto federativo, que, infelizmente, concentra ainda muitos recursos no Poder Central.

É necessário que isso seja feito, mas é necessário, também, que o Copom, que o Banco Central do Brasil sejam mais ousados, Sr. Presidente, e, muito mais do que serem ousados, entendam o momento, a oportunidade e a necessidade de ampliar o tamanho do corte dos juros. A tesoura tem que ser maior. Não podemos continuar a ser os primeiros da fila, os primeiros em cobrança da taxa mais elevada de juro.

Não dá também para vivermos este ano todo com o superávit que está estabelecido. Precisamos de recursos, de investimento, de recursos privados, mas de recursos públicos também, Sr. Presidente.

O Senado, o Congresso brasileiro tem dado a sua contribuição, e nós esperamos que a Presidenta Dilma, o Ministério da Fazenda, o Ministro Guido, deem a sua também, a fim de que possamos seguir avançando no País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin.

Como orador inscrito, Senador Wellington Dias.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar a presença, entre nós, da Miss Amapá Globo 2012, Srtª Marcilene Azevedo, que está aqui. Torna o ambiente muito mais agradável e bonito, não é? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Seja muito bem-vinda.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Saudando aqui a nossa Miss Amapá, também quero dizer que é uma alegria, pelo povo do Piauí, recebê-la aqui.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, serei muito breve.

Saúdo também todas as lideranças da Fiesp, que acompanharam hoje aqui a votação, principalmente, da Resolução nº 72 e um conjunto de outras matérias, aliás, um dos temas de que quero tratar aqui, rapidamente, Sr. Presidente.

Hoje tivemos um momento importantíssimo nesta Casa. Tratamos de temas necessários, temas polêmicos, temas em que não há consenso, mas são necessários. Hoje, tivemos na Comissão de Assuntos Econômicos, a exemplo do que já havia acontecido, na semana passada, na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive com pedido de urgência para votação amanhã, com previsão de votação amanhã no plenário, a Resolução nº 72.

Nós temos condição de dar um passo importante nesse momento econômico que vive o Brasil e o mundo. Vejam que, no mundo inteiro há um conjunto de medidas que são tomadas para que não se percam empregos, para garantir o parque industrial, garantir a proteção do seu mercado interno, e o Brasil não pode ficar alheio a isso.

Defendo, e aqui sustento a necessidade, como dizia a Senadora Vanessa, de um lado, da redução dos juros. Acho que temos de ser ousados. Cada ponto percentual que o Brasil, que é quem paga a conta, reduz na taxa Selic, o Brasil economiza cerca de dez bilhões de reais. No momento que estamos vivendo, é algo impensável não fazer isso. Fico imaginando, Senador Eduardo Braga, o Governador poder ter um mecanismo como esse numa conjuntura que nos impõe isso, como agora. Mais ainda: há necessidade do controle do câmbio. Acho que está correto o Ministro da Fazenda, está correta a Presidente Dilma na defesa do controle do câmbio. Ou alguém é inocente de achar que outros países, neste instante, como a China, como os Estados Unidos, como a Inglaterra, como o Japão, enfim, estão praticando um câmbio dentro da regra do faroeste, na lei, pura e simples, do livre mercado? Claro que não há nada disso. É preciso que o Brasil tenha condição, com responsabilidade, de trabalhar o controle do câmbio, a redução dos juros e garantir, ainda, as condições de ampliar, com isso, o investimento.

Acho que está correto. Está na hora de o Governo brasileiro, como aconteceu no início de 2008/2009, ainda no Governo do Presidente Lula, ser a grande âncora, puxando os investimentos. Pois bem, dentro

dessa linha, hoje aprovamos também o controle em relação à importação.

E, com toda clareza aqui, minha querida Senadora Ana Rita, defendo a posição que V. Ex^a defendeu ali junto com a Bancada do Espírito Santo, mas também não posso deixar de olhar Santa Catarina, que tem um efeito menor, e Goiás, mas principalmente o Espírito Santo.

Eu quero defender a tese de que, se a transição de oito anos é grande e uma transição de quatro anos é razoável, o Governo tem a opção ou de demorar na implantação de um período de quatro anos, como dizia hoje ao Prefeito de Vitória, o João Coser, do nosso Partido, como dizia ao Governador Casagrande, ou tem alternativa, que é, calculando o valor que esses Estados têm de prejuízo – vamos usar esse termo –, fazer a compensação como o Governo anuncia e deseja: uma compensação em que uma parte seja em investimentos estruturantes, que permitam a condição de uma compensação sólida e permanente na ampliação da base econômica desses Estados, dessas regiões. Como pedem os Governadores – aí tem que ver como é a possibilidade – talvez ir aos Estados para garantir a compensação aos Municípios. Eu, pessoalmente, reconheço que, no caso do Espírito Santo, isso é muito forte.

Quero dizer ainda que, junto com isso, temos que trabalhar, com muito carinho, com muito cuidado, a regulamentação do Fundo de Participação. Ainda hoje aqui, a Bancada do Piauí, coordenada pelo Senador João Vicente, discutiu as alternativas que estão tramitando nesta Casa. E vamos discutir, em audiência pública, ainda a redução dos encargos das dívidas. Como é que o Governo sinaliza...?. Nós cobramos a redução de juros, e o próprio Governo, nos seus encargos, cobra juros que são insuportáveis.

Defendo, sim, a aprovação da regulamentação do pré-sal e defendo a aprovação, com prioridade, da regulamentação do comércio eletrônico.

Creio que, com esse conjunto de medidas, nós temos condições de colocar oxigênio novo para que Municípios, para que Estados, para que a própria União possa liderar, neste instante, um crescimento econômico, gerando emprego, gerando renda e protegendo o nosso parque industrial.

Com muito prazer, ouço aqui o Senador Eduardo Braga. Aliás, quero parabenizar V. Ex^a pela coragem, pela disposição de atuar num tema como esse com tanta habilidade, com tanta competência, olhando, inclusive, os efeitos colaterais e as saídas para os demais Estados.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – Senador Wellington Dias, eu queria cumprimentar V. Ex^a...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, a Mesa...

Poderia pegar outro microfone? Eu gostaria de ouvi-lo, e tenho certeza de que todo o Brasil.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a no dia de hoje. V. Ex^a toca num dos pontos que me parece ser extremamente...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Continuamos com problema de som, Presidente.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – (*Fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, alguém poderia verificar o som da bancada onde está o Senador Eduardo Braga? Poderia pegar outro microfone ali? Eu gostaria de ouvi-lo e, tenho certeza, todo o Brasil.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Cumprimento V. Ex^a pela pertinência do tema que traz à tribuna e, mais do que isso, pela oportunidade. Hoje tivemos, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma votação que reputo histórica nesta Casa tendo em vista que até hoje o Senado da República aprovou apenas duas resoluções sobre alíquotas interestaduais de ICMS. No entanto, a votação dessa resolução não pode ser olhada pelo Senado e pela população brasileira como um ato isolado, como se apenas estivéssemos querendo consertar uma política que reforça o Brasil Maior, que reforça a competitividade brasileira, que reforça a oportunidade de emprego, que reforça a política industrial brasileira apenas olhando para a 072. Não. É preciso ter a coragem que o Governo brasileiro está tendo de enfrentar a política macroeconômica e políticas que reforcem o pacto federativo. Com relação à política macroeconômica, quero aqui louvar a iniciativa do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, de redução expressiva da taxa de juros real para o consumidor, porque, meu caro Senador Wellington Dias, quando V. Ex^a foi governador do seu Estado, um brilhante governador, e tomava uma decisão para beneficiar a população, a população só percebia quando esse benefício chegava até ela. Enquanto não chegasse até ela, não havia percepção dessa conquista. A redução da taxa Selic, por exemplo, não estava chegando até o consumidor. O enfrentamento da redução do *spread*, o enfrentamento da redução do juro real na economia, isso sim, fará com que as empresas, os consumidores, o mercado brasileiro se beneficiem. Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro e o Senado da República não podem abrir mão da discussão do fortalecimento do pacto federativo em dois itens importantes: renegociação das dívidas dos Estados e Municípios no que tange ao indexador dessas dívidas, bem como o comércio eletrônico, que fará com que tenhamos uma redistribuição

importante de recursos para aumentar a capacidade de investimentos dos Estados. Portanto, cumprimento e saúdo V. Ex^a pela oportunidade deste debate no dia de hoje no Senado da República.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Vou falar aqui apenas para reforçar.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – De um lado, Sr. Presidente, reduzindo a taxa Selic, pode-se aumentar a capacidade de investimento da própria União. Por outro, há a redução de *spread*, a redução de juros nos bancos, puxada pelos bancos públicos. Isso é o que faz chegar à população.

Com o maior prazer, Senador Waldemir Moka.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Rapidamente, Senador Wellington Dias. Serei muito breve em função da escassez do tempo. Eu acho que nós temos uma tríade. Nós precisamos cuidar da carga tributária, diminuir juros e também resolver a questão cambial. Resolvendo essas três questões, realmente vamos ter um País em condições de progredir e desenvolver-se. Fui muito rápido em função da escassez. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Digo aqui, Sr. Presidente, que este é o momento em que ganha importância o Senado Federal. Nós apanhamos por tantas coisas, mas creio que este momento é importante. Esta é a Casa da Federação. É aqui que esses temas que citei têm que ser debatidos, apoiando corajosamente o Governo, que vai nessa direção.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Wellington Dias.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência o relatório da matéria constante do Item 1, o Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2012.

A pauta, então, continua sobrestada.

Entretanto, podemos votar os Itens de 5 a 8, que são três requerimentos.

Primeiro requerimento, Requerimento nº 50.

Item 5:**REQUERIMENTO Nº 50, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 50, de 2012, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 447, de 2007; e 158, de 2010, por regularem matéria correlata (isenção de imposto de renda).*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 447, de 2007; e 158, de 2010, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Sociais e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 6:**

REQUERIMENTO Nº 239, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 239, de 2012, do Senador José Agripino, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (referente ao sistema de pagamentos por meio de dispositivos móveis).*

No mesmo sentido são os **Item 7**, Requerimento nº 240, e o **Item 8**, Requerimento nº 241.

São os seguintes os itens:

Item 7:**REQUERIMENTO Nº 240, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 240, de 2012, do Senador Sérgio Souza, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

Item 8:**REQUERIMENTO Nº 241, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 241, de 2012, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, além da*

Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não havendo objeção, pergunto aos Srs. Senadores se podemos fazer a votação, em globo. (Pausa.) Não havendo Senadora ou Senador contrário...

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados os três.

A matéria vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; retornando posteriormente, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Econômicos.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 7, DE 2012**

(Proveniente da Medida Provisória nº 549, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2012, que *reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social # COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep # Importação e da Cofins # Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.051, de 29 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003. (proveniente da Medida Provisória nº 549, de 2011).*

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 8, DE 2012**

(Proveniente da Medida Provisória nº 551, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2012, que *altera dispositivos das Leis nºs 7.920, de 12 de dezembro de 1989, 8.399, de 7 de janeiro de*

1992, 9.825, de 23 de agosto de 1999, 12.462, de 5 de agosto de 2011, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e 5.862, de 12 de dezembro de 1972; revoga o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 551, de 2011).

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 270, de 2012 – RISF 336, III)

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 231, de 2011; e 359, de 2012, das Comissões:

– Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido;

– da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre as emendas de Plenário), Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável às Emendas nºs 1, 2, 4 e 8-Plen, nos termos de subemendas que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 9-Plen; apresentando, ainda, a Emenda nº 10-CCJ, com votos vencidos dos Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Francisco Dornelles e Aécio Neves e da Senadora Lúcia Vânia.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 310, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, minha participação na Sessão Preparatória para posse dos novos parlamentares argentinos e a Sessão Preparatória para a votação das mudanças no Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, no próximo dia 23 de abril deste, em Montevideu, no Uruguai.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 22 a 24 de abril de 2012, para participar do supracitado evento.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012. – Senador **Inácio Arruda**

REQUERIMENTO Nº 311, DE 2012

Requeiro nos termos do artigo 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar do País, no período de 22 a 24 de abril do corrente ano, com vistas a participar, como membro do Parlamento do Mercosul, da reunião mensal daquele Parlamento, que será realizado no dia 23 de abril de 2012, em Montevideu, no Uruguai, conforme OF. P/17/2012, do Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senhor Senador Roberto Requião (proc. 010002/12-0), dirigido ao Presidente do Senado Federal, Excelentíssimo Senador José Sarney, solicitando a autorização de minha participação no evento.

Em razão do compromisso assinalado acima, comunico, em conformidade ao disposto no art. 39, inciso I, do RISF, que estarei ausente do País, no período de 20 a 24 de abril de 2012. – Senador **Luiz Henrique da Silveira**.

OF. P/17/2012

Brasília, 11 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, e em aditamento aos OF. P/10/2012 e OF. P/14/2012, informo a Vossa Excelência que a Sessão Especial para a posse dos

novos parlamentares argentinos e a Sessão Preparatória para a votação das mudanças no Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, que seria realizado no dia 13 de abril corrente, em Montividéu, no Uruguai, foi adiada, conforme correspondência datada de 10 de abril corrente, pelo Presidente do Parlamento do Mercosul, Parlamentar Ignacio Mendoza, em razão da não indicação dos membros da Delegação Argentina, devendo realizar-se uma nova Sessão com as finalidades acima especificadas, no dia 23 de abril de 2012.

Assim, solicito a Vossa Excelência as providências necessárias ao deslocamento da delegação de senadores brasileiros relacionados em quadro anexo, entre os dias 22 e 24 de abril de 2012, bem como a liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados no referido quadro, e das diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia, onde acontecerão as referidas Sessões do Parlamento do Mercosul.

Por oportuno, encareço a Vossa Excelência que autorize a cobertura jornalística de tão importante evento por equipe de profissionais da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal.

Na oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 312, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à TV UFAM – Universidade Federal do Amazonas por estar completando 07 anos de funcionamento, comemorado no dia 14 de abril de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto à Magnífica Reitora da UFAM – Profª Márcia Perales Mendes da Silva, no seguinte endereço: Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I – Manaus/Amazonas – CEP-9077-000.

Justificação

A TV UFAM é uma iniciativa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), inaugurada no dia 14 de março de 2005. Disponibilizar aos telespectadores informações relacionadas às atividades desenvolvidas em nosso estado, com ênfase às práticas profissionais e científicas, que possam ser aplicadas cotidianamente,

com vistas a mudanças de atitude e comportamento, melhor inserção no mercado de trabalho, na vida familiar, escolar e social.

A proposta da TV UFAM é ser opção de comunicação aos telespectadores de Manaus nos canais 7 (analógico) e 27 (digital) da NET, com informações atualizadas, documentários, entrevistas e reportagens com a presença de especialistas em todas as áreas do conhecimento, abordando temáticas de interesse do manauense.

A nova sede está localizada no Campus Universitário, esse novo endereço vai possibilitar uma maior integração entre a televisão e a comunidade acadêmica em todos os níveis, estudantes, funcionários e professores. Anteriormente a TV UFAM funcionava no Centro da cidade de Manaus.

O motivo da mudança é o fato de as instalações da TV UFAM estarem em lugar inadequado, no Centro de Artes da Universidade do Amazonas (CAUA). Segundo o diretor, professor Gilmar Couto, a mudança para o campus só trouxe melhorias para a TV UFAM, por ser próxima das unidades acadêmicas (campus e mini campus) e facilitar o acesso à informação.

Parabéns, aos sete anos que a TV UFAM leva ao telespectador da emissora universitária o melhor da informação, polêmica e interatividade, com muito sucesso.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações e aplausos solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 313, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, as seguintes informações sobre o processo acelerado de queda nos índices de produção industrial da Zona Franca de Manaus – ZFM percebidos principalmente nos setores de alimentos e bebidas, mais especificamente o setor de refrigerantes e na produção de condicionadores de ar:

1. Quais são as medidas do programa Brasil Maior que impactarão o setor de condicionadores de ar?

2. Tendo em vista esse processo de desaceleração na produção percebido nos índices recentes no setor de condicionadores de ar na ZFM, houve a

elaboração de algum estudo sobre o setor antes do anúncio dessas medidas?

3. Quais as medidas previstas no Programa Brasil Maior para o setor de bebidas, principalmente, no que se refere à indústria de refrigerantes?

4. Em razão da possibilidade de haver mais demissões, Há algum risco de se aumentar o processo de desaceleração da produção do setor de bebidas com as medidas anunciadas pelo programa?

Justificação

A Zona Franca de Manaus – ZFM é um modelo de desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental, com o intuito de criar uma base econômica na região e proporcionar maior integração produtiva e social com o restante do Brasil, cuja principal ação é oferecer uma série de incentivos fiscais para atrair empresas a se instalarem na ZFM e então produzir seus bens de capital.

O modelo foi idealizado ainda na década de 60 do século passado, quando imperava no país um regime ditatorial do governo militar, onde através do Decreto-Lei n. 288 de 1967, iniciou-se o seu delineamento e estruturação.

É um de seus principais objetivos era atrair o maior número possível de contingente populacional de diversas regiões do país para o estado do Amazonas a fim de ocupar o vazio populacional que até então se via, pois o estado era encarado na época como crucial e estratégico para os interesses militares por se tratar de uma região de fronteira.

Com isso, tendo um modelo econômico forte para a região, os demais setores da economia do estado seriam também afetados gerando renda e empregos na região, o que acarretou na melhora dos índices de desenvolvimento econômico e social.

Assim, no decorrer das décadas que se seguiram o modelo econômico de exceção criado especificamente para essa região do país, caracterizou-se pelo seu crescimento, afirmando-se como fator de extrema importância para o setor industrial brasileiro, no que se refere à integração econômica e social dessa região ao restante do país.

Por tais razões, com o advento da Constituição Federal de 1988, como é público e notório, a ZFM passou a contar com proteção constitucional das garantias expressamente previstas para conceder benefícios fiscais para empresas que desejam instalar suas empresas em território amazonense, como por exemplo, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI dentre outros.

Ao serem analisados esses termos percebe-se que nos últimos anos, por motivos da falta de uma

política industrial unificada e pensada para distribuir a atividade industrial nas diversas regiões do país, o que possibilitaria um crescimento econômico e desenvolvimento social mais igualitário entre todas as regiões do país, a ZFM tem sofrido anualmente a perda de empregos e, por consequência, renda e competitividade com o grande volume de produtos de baixo valor que invadem o mercado brasileiro como um todo.

Nesse contexto, a importação de produtos chineses com baixo custo de produção há alguns anos preocupa tanto as autoridades públicas deste país como todo o empresariado local que realiza investimentos nos mais diversos ramos da economia nacional e que muitas vezes sofrem com a concorrência desleal das mercadorias chinesas que tem um custo de produção muito abaixo do mercado, em razão de vários fatores como mão de obra barata, produção em alta escala e por vezes baixa qualidade de seus produtos.

E como um mecanismo de defesa e proteção dos empregos para os trabalhadores e dos interesses da própria indústria nacional o governo federal se utiliza de uma atualização dos tributos cobrados sobre produtos importados, principalmente, os advindos da China, pois muitas vezes diversos produtos exportados por esse país contam com práticas comerciais ilegais como *dumping*, subvenção dos preços de mercadorias, exploração de mão de obra barata dentre outras que possibilitam a prática de preços abaixo de mercado, desrespeitando as leis nacionais e internacionais de comércio.

Com isso, diversos setores da ZFM tem sofrido queda nos índices de produção que em fevereiro chegou a 8,3%, ficando em segundo no ranking das maiores perdas de produção, o que interrompeu a taxas de crescimento vistas nos anos anteriores. E mais preocupante ainda é perceber que tal fato não se dá por uma simples conjuntura mundial, mas sim de um processo que caso não controlado, resultará em fechamento de diversas empresas no país.

Analisados então esses fatores, percebe-se que setores como os de condicionadores de ar e de motocicletas são os que mais sentem atualmente a concorrência desleal que os produtos acabados de origem estrangeira, onde outros estados da federação acabam concedendo incentivos fiscais que contrariam os interesses nacionais, provocando retração do setor em 3,3% no primeiro bimestre do ano, onde o cenário era no final do ano passado era de elevação de 6,6%.

No entanto, não são somente esses setores que sofrem com a falta de política unificada para indústria nacional, uma vez que o setor de bebidas, principalmente, o de refrigerante tem sofrido perdas em sua competitividade e, como consequência, perda de

empregos em razão do aumento de tributos para o setor, os quais foram recentemente anunciados pelo governo federal.

Portanto, faz-se necessário rever os critérios das políticas utilizadas para o setor industrial, sendo imprescindível organizar uma política unificada para o setor industrial a fim de que o crescimento econômico nacional possa ser mais equânime.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Graziotin**.

(À Mesa para decisão)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regulamento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2012

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a forma de prestação do atendimento prioritário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com acréscimo dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 1º

§ 1º O atendimento prioritário poderá ser realizado mediante discriminação de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para esse fim, que devem corresponder a, no mínimo, metade do total disponível, e que poderão atender ao público em geral somente quando não houver pessoas aguardando o atendimento prioritário.

§ 2º Caso não haja postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para realização do atendimento prioritário, as pessoas mencionadas no caput devem ser atendidas imediatamente após a conclusão do atendimento que estiver em andamento, antes de quaisquer outras pessoas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da data de sua publicação.

Justificação

As pessoas idosas, com deficiência, gestantes, lactantes ou acompanhadas por crianças de colo têm menos condições do que o público em geral de aguardar

por atendimento em filas, inclusive de pé. Por razões humanitárias e de justiça à condição específica de cada um desses grupos, a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, prevê o direito ao atendimento prioritário.

A importância do atendimento prioritário é ainda maior quando consideramos o rápido envelhecimento da população brasileira e a necessidade de construir uma sociedade mais inclusiva, que discrimine positivamente aqueles que carecem de atenção especial para exercer quotidianamente seus direitos, tais como gestantes, lactantes, pessoas com deficiência ou com crianças de colo.

Contudo, a experiência tem mostrado que a lei vigente não foi suficiente. É comum a reserva de um único posto, ou uma pequena fração do total, para o atendimento prioritário. O resultado disso é que o atendimento prioritário pode demorar mais para ocorrer do que o atendimento ao público em geral. A lei, incompleta, acaba por produzir efeito inverso ao pretendido, transformando o atendimento prioritário em secundário.

Para solucionar esse problema, propomos a adoção de regra semelhante àquela vigente para o atendimento de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em órgãos públicos, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, prevista no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004: considerar que o atendimento prioritário é atendimento imediato, ou seja, prestado imediatamente após o atendimento em curso, caso não haja postos específicos. Alternativamente, deixamos aberta a possibilidade de discriminação de postos específicos para o atendimento prioritário, desde que não sejam menos da metade do total, evitando a criação de gargalos contra os titulares desse direito.

Estamos convictos de que essa proposta supre uma lacuna na legislação relativa ao atendimento prioritário, corrigindo uma distorção grave na sua aplicação. Com isso, damos mais um passo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Por essas razões, solicito o apoio dos ilustres pares a esta iniciativa. – Senador **Ivo Cassol**.

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2012

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para permitir a reutilização de alimentos preparados, para fins de doação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 61-A:

“Art. 61-A. Será permitida a reutilização de alimentos preparados, para fins de doação, garantida a sua inocuidade, conforme dispuser o regulamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No Brasil, o desperdício de comida é a regra. Apesar de ser um dos maiores produtores mundiais de alimentos, joga-se fora grande parte do que se produz.

Isso acontece, também, no caso dos alimentos preparados. Assim, é louvável qualquer iniciativa que objetive a reutilização desses produtos, mormente para fins de doação aos mais necessitados.

No entanto, para garantir a segurança sanitária dos alimentos doados e evitar riscos à saúde dos beneficiários é imprescindível que todos os procedimentos adotados nesse processo obedeçam às boas práticas de manipulação de alimentos, inclusive de transporte.

Igualmente, é preciso normatizar a reutilização ou não de sobra limpa de alimentos (alimentos preparados e não distribuídos à clientela) e de restos (alimentos distribuídos e não consumidos pela clientela). Para tanto, a norma infralegal é a espécie normativa adequada.

Por fim, para que o desperdício de alimentos não continue a ser uma característica negativa incorporada ao comportamento do brasileiro, e para mitigar a insegurança jurídica que cerca a questão da doação da sobra de alimentos preparados, apresentamos o presente projeto de lei. – Senador **Ivo Cassol**.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 2012

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar que somente profissionais qualificados em educação física possam ministrar os conteúdos desse componente curricular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O *caput* do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.
.....

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola e ministrada por profissional qualificado, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A boa prática da educação física nas escolas é da mais alta relevância. Não apenas porque é necessária ao bom desenvolvimento psicofísico das nossas crianças e adolescentes, mas igualmente porque é preciso evitar lesões provenientes de práticas e de orientação inadequadas.

Manifestamos nossa preocupação com esse aspecto da prática da educação física para nossos jovens e com a existência de determinação do Conselho Nacional de Educação (CNE), adotada por sua Câmara de Educação Básica (CEB), que permite à professora formada em pedagogia ministrar as aulas de educação física, do modo como o faz para outras disciplinas, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia e História.

Os cursos de pedagogia, como regra geral, não oferecem disciplinas de metodologia do ensino de educação física, como o fazem para outras disciplinas, a exemplo das listadas acima. A professora do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, formada em pedagogia, não detém os conhecimentos técnicos, motores e psicopedagógicos essenciais – ou mínimos – ao desenvolvimento e à orientação desportiva. Assim, entendemos que a educação, como um todo, deva ser integrada, mas não é admissível que tal integração seja realizada ao preço da desqualificação profissional, com evidentes prejuízos para os estudantes. Não podemos esquecer o ditame constitucional de que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Da Constituição Federal aprendemos que compete privativamente à União legislar sobre “organizações do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões”, no que se insere a educação física, cujo exercício é disciplinado por conselhos federal e regionais, criados pela Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que também dispõe sobre a regulamentação da profissão do educador físico.

Compete, também, à União legislar privativamente sobre diretrizes e bases da educação nacional. Com esse duplo viés, propomos alteração no *caput* do § 3º do art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) para que apenas o profissional de edu-

cação física legalmente investido dessa qualidade atue, nas escolas, na função que é sua por direito.

A prática ilegal da profissão da educação física tem sido punida pelos juizados especiais criminais com pena de prisão, comutada em multa, quando os réus são primários. Não é possível que o CNE compactue com a ilegalidade, permitindo que pessoas não formadas nem inscritas nos conselhos de educação física atuem como se profissionais qualificados fossem.

O presente projeto, pois, partilhando dos fundamentos educacionais e legais presentes nos documentos citados, tem o condão de explicitar a absoluta necessidade de qualificação desses profissionais.

Em vista do exposto, conclamamos nossos nobres pares a apoiarem o presente Projeto de Lei do Senado. – Senador **Ivo Cassol**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2012

Acrescenta o art. 17-A na Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, para determinar que as contas de depósito à vista mantidas em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional serão remuneradas, tendo por base seu saldo médio mensal.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

Art. 17-A. As contas de depósito à vista mantidas nas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) serão remuneradas com base em seus respectivos saldos médios mensais.

§ 1º A remuneração de que trata esse artigo será apurada pela aplicação de um percentual da remuneração média dos depósitos interbancários (DI), não inferior a 50% (cinquenta por cento) e variável conforme o valor do saldo médio mensal.

§ 2º O valor calculado na forma do parágrafo anterior será creditado até o quinto dia útil do mês subsequente ao de apuração do saldo médio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O desenvolvimento econômico brasileiro, com a consequente inclusão de um crescente número de pessoas nos mercados formais de trabalho e de consumo, estão levando a uma quase universalização do sistema financeiro. Os cidadãos, cada vez mais, necessitam dos serviços oferecidos pelos bancos. E o

acesso aos serviços bancários se inicia pela abertura de uma conta corrente.

No período hiperinflacionário anterior ao Plano Real, os bancos criaram formas de remunerar as disponibilidades que empresas e pessoas físicas eram obrigadas a manter em suas contas de depósitos à vista para atender necessidades imediatas. Com o controle da inflação, esses mecanismos foram eliminados e as contas correntes voltaram a ser não remuneradas.

Assim, um enorme volume de recursos de curto prazo fica à disposição das instituições financeiras, a custo zero. O recente recrudescimento da inflação elevou os ganhos dos bancos, proporcionados pela utilização dos recursos não remunerados de seus clientes, tornando-os ainda mais injustos e injustificáveis.

A remuneração dos depósitos à vista, proposta no projeto de lei que ora apresento, já existe no sistema bancário de outros países, notadamente o dos EUA. Trata-se de uma medida de justiça que busca evitar o enriquecimento sem causa e para a qual peço o apoio dos senhores Senadores. – Senador **Ivo Cassol**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2012

Acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 835.
.....

Parágrafo único. Na hipótese de mudança no quadro societário da devedora, poderá o fiador exonerar-se da fiança prestada a pessoa jurídica mediante simples notificação, independentemente do término do prazo contratual, ficando obrigado, após a notificação, pelo mesmo prazo de que trata o caput deste artigo. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A fiança, como define o art. 818 do Código Civil, é um contrato acessório em que uma pessoa garan-

te satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra.

Trata-se, portanto, de negócio jurídico com caráter personalíssimo, de modo que, se a garantia for dada a sociedade comercial, logicamente que a mudança havida no seu quadro societário sofrerá afetação que poderá levar ao desaparecimento da razão essencial daquele ato.

Tais circunstâncias são capazes de causar o desaparecimento da confiança em torno da qual gira a prestação de garantia, razão pela qual se faz necessário dispor, no Código Civil Brasileiro, que o fiador poderá exonerar-se da fiança nesse caso, devendo tomar a cautela de notificar o credor previamente.

Vale dizer, ainda, que esse entendimento já vem sendo aceito pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em diversas de suas decisões.

Essa modificação legislativa, além de realçar a própria confiança característica do contrato de garantias fidejussórias, também permite uma maior proteção e estímulo ao fiador.

Note-se que, atualmente, pelas disposições do art. 835 do Código Civil, o fiador já possui a possibilidade de exonerar-se das obrigações da fiança que tiver assumido sem limitação de tempo sempre que lhe convier, bastando a comunicação ao credor.

O objetivo da alteração proposta, portanto, é apenas estender essa possibilidade aos fiadores, ainda que se tratando de contrato de fiança por prazo determinado, em caso de alteração da sociedade empresária da devedora.

O prazo de 60 (sessenta) dias, como na possibilidade de exoneração do *caput*, evita fraudes ou prejuízos aos credores, possibilitando a substituição da fiança.

Além disso, é importante lembrar que o parágrafo único do art. 1003 do Código Civil, garante ao credor que, até dois anos depois de averbada a modificação do contrato social da empresa, seja o cedente responsável solidário o cessionário pelas obrigações que tinha como sócio.

Em suma, penso que a presente proposição contribui para o aperfeiçoamento e atualização da legislação privada brasileira.

Por tais razões, contamos com o apoio dos nossos pares para a aprovação desta matéria. — Senador **Pedro Taques**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Art. 835. O fiador poderá exonerar-se da fiança que tiver assinado sem limitação de tempo, sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança, durante sessenta dias após a notificação do credor.

(...)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 2012

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que os dirigentes sindicais somente poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 543.
.....

§7º Os empregados eleitos para cargo de administração sindical ou representação profissional de que trata o caput somente poderão ser reeleitos para um único período subsequente.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil vive hoje um ciclo em que o debate sobre a representação política tem ocupado importante espaço de discussão tanto na mídia, quanto no Congresso Nacional.

Temas como reforma política e fidelidade partidária têm deixado de ser assuntos reservados ao debate técnico-científico, ganhando as ruas e despertando acaloradas discussões. Neste esteio, registre-se a grande importância de se refletir sobre o instituto da reeleição, sua conveniência e seu papel.

O fato é que a reeleição é um elemento de desequilíbrio no jogo eleitoral, favorecendo os candidatos que já ocupam os cargos em disputa. Não é outra a razão de as Constituições Brasileiras terem historicamente proibido o instituto em eleições do Poder Executivo, ou, no máximo, tolerado sua existência, com fortes restrições, conforme o limite de reeleição por

um período subsequente ao primeiro, inscrito no § 5º do art. 14 da Constituição de 1988.

Da mesma forma que para os Chefes dos Poderes Executivos a representação sindical necessita da rotatividade para garantir a participação plural e democrática de todas as linhas de pensamento e ideais.

Essas as razões que me motivaram na apresentação do presente projeto de lei para a aprovação do qual, peço o apoio dos meus pares. – Senador **Ivo Cassol**.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2012

Altera o caput do art. 3º da Lei n. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para dispor que os danos cobertos pelo Seguro Obrigatório por Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) abrangem os danos à saúde do nascituro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 3º da Lei n. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada, incluindo-se o nascituro:

.....”. (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Criado pela Lei n. 6.194/74, a partir de uma modificação ao Decreto Lei n. 73/66, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestres, a pessoas transportadas ou não, conhecido como seguro DPVAT, é caracterizado por ser um seguro de responsabilidade social, que independe de contrato e visa cobrir os riscos da circulação dos veículos terrestres.

O art. 3º da Lei n. 6.194/74, com as alterações da Lei n. 11.945/09 e 11.482/07, definiu como danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares.

No âmbito judicial, uma questão relevante que tem gerado entendimentos díspares está relacionada à abrangência da indenização por morte do feto oriundo de acidente automobilístico que ocasionou a interrupção da gravidez.

No julgamento do REsp n. 1120676/SC, em 07/12/2010, a Terceira Tuma do Superior Tribunal de Justiça reconheceu o direito dos pais de receberem indenização por danos pessoais do seguro DPVAT em face da morte de nascituro em acidente automobilístico.

No acórdão, ficou expressamente assentado que o ordenamento brasileiro garante proteção à vida intrauterina desde a concepção, com fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana.

Esse precedente, que agora tem sido acompanhado por diversos Tribunais Estaduais, ressalta a proteção constitucional ao nascituro e merece ser utilizado como parâmetro balizador para uma definição clara e precisa da legislação.

Comungando com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, penso que “*negar o direito à cobertura pelo seguro obrigatório de danos pessoais consubstanciados no fato ‘morte do nascituro’ entoeira, ao fim e ao cabo, especialmente aos pais já combatidos com a incomensurável perda, a sua não existência, malogrando-se o respeito e a dignidade que o ordenamento deve reconhecer, e reconhece inclusive, àquele que ainda não nasceu*” (Min. Paulo de Tarso Sanseverino).

Lembrando que várias normas infraconstitucionais já resguardam os direitos do nascituro, como, por exemplo, o art. 2º, art. 542 e art. 1779 do Código Civil, o art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente, as disposições da Lei n. 11.804/2008 que regulamentam o direito a alimentos gravídicos e a medida cautelar de posse em nome do nascituro disposta nos arts. 877 e 878 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, a despeito de atualizar a legislação, a presente proposição pretende pacificar e impedir julgamentos divergentes sobre a questão.

Note-se que a finalidade do seguro DPVAT é exatamente garantir um ressarcimento mínimo às vítimas em face dos danos sofridos, considerando a alta periculosidade e periodicidade de acidentes envolvendo veículo automotor, atendendo principalmente as primeiras necessidades decorrentes do acontecimento infausto.

Não destoia dessa finalidade, portanto, conceder aos pais uma indenização pelo prematuro impedimento da vida intra e extrauterina do filho. Indenização que possibilitará um lenitivo aos danos decorrentes do fato imprevisto.

Assim, a presente proposição ressaltará o direito constitucional do nascituro à vida, resguardando sua proteção desde a concepção.

Desse modo, ciente do compromisso dos membros do Congresso Nacional com a efetivação dos direitos previstos na denominada *Constituição Cidadã* pelo saudoso Ulisses Guimarães, submeto este projeto à apreciação dos ilustres Pares. – Senador da República **Pedro Taques**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

O Presidente da República, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A alínea b do artigo 20, do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 20.

b) – Responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias fluvial, lacustre, marítima, de aeronaves e dos transportadores em geral.”

Art. 2º Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea I nestes termos:

“Art. 20.

I) – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.”

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Vide Medida nº 340, de 2006):

I – (Vide Medida nº 340, de 2006)

II – (Vide Medida nº 340, de 2006)

III – (Vide Medida nº 340, de 2006)

a) – 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País – no caso de morte;

b) – Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País – no caso de invalidez permanente;

c) – Até 8 (oito) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País – como reembolso à vítima

– no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008):

I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do per-

eventual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

II — quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea “a”, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

§ 2º O seguro previsto nesta Lei não contempla as despesas decorrentes do atendimento médico ou hospitalar efetuado em estabelecimento ou em hospital credenciado ao Sistema Único de Saúde — SUS, mesmo que em caráter privado, sendo vedado o pagamento de qualquer indenização nesses casos. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I — quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II — quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto

no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados. (Vide Medida nº 340, de 2006).

Parágrafo único. Para os fins deste artigo a companheira será equiparada à esposa, nos casos admitidos pela Lei Previdenciária.

§ 1º Para fins deste artigo, a companheira será equiparada à esposa, nos casos admitidos pela lei previdenciária; o companheiro será equiparado ao esposo quando tiver com a vítima convivência marital atual por mais de cinco anos, ou, convivendo com ela, do convívio tiver filhos. (Renumerado com nova redação pela Lei nº 8.441, de 1992).

§ 2º Deixando a vítima beneficiários incapazes, ou sendo ou resultando ela incapaz, a indenização do seguro será liberada em nome de quem detiver o encargo de sua guarda, sustento ou despesas, conforme dispuser alvará judicial. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992).

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007).

Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 8.441, de 1992). (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007).

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007).

§ 2º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007).

§ 3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados — CNSP. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de cul-

pa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º — A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário — no caso de morte;

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) (Vide Medida nº 340, de 2006)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente — no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais

da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 451, de 2008)

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

§ 6º — (Vide Medida nº 340, de 2006)

§ 7º — (Vide Medida nº 340, de 2006)

§ 6º O pagamento da indenização também poderá ser realizado por intermédio de depósito ou Transferência Eletrônica de Dados – TED para a conta corrente ou conta de poupança do beneficiário, observada a legislação do Sistema de Pagamentos Brasileiro. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 6º No caso de ocorrência do sinistro do qual participem dois ou mais veículos, a indenização será paga pela Sociedade Seguradora do respectivo veículo em que cada pessoa vitimada era transportada.

§ 1º Resultando do acidente vítimas não transportadas, as indenizações a elas correspondentes serão pagas, em partes iguais, pelas Sociedades Seguradoras dos veículos envolvidos.

§ 2º Havendo veículos não identificados e identificados, a indenização será paga pelas Sociedades Seguradoras destes últimos.

Art. 7º A indenização, por pessoa vitimada, no caso de morte causada apenas por veículo não identificado, será paga por um Consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as Seguradoras que operarem no seguro objeto da presente lei.

§ 1º O limite de indenização de que trata este artigo corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado na alínea a do artigo 3º da presente lei.

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não iden-

tificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, *leasing* ou qualquer outro. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 2º O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas Seguradoras participantes do Consórcio.

Art. 8º Comprovado o pagamento, a Sociedade Seguradora que houver pago a indenização poderá, mediante ação própria, haver do responsável a importância efetivamente indenizada.

Art. 9º Nos seguros facultativos de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre, as indenizações por danos materiais causados a terceiros serão pagas independentemente da responsabilidade que for apurada em ação judicial contra o causador do dano, cabendo à Seguradora o direito de regresso contra o responsável.

Art. 10. Observar-se-á o procedimento sumário do Código de Processo Civil nas causas relativas aos danos pessoais mencionados na presente lei.

~~Art. 11. Terá suspensão a autorização para operar no seguro obrigatório de que trata o artigo 2º, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, a Sociedade Seguradora que infringir as disposições desta lei. (Vide Medida nº 340, de 2006)~~

Art. 11. A sociedade seguradora que infringir as disposições desta Lei estará sujeita às penalidades previstas no art. 108 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, de acordo com a gravidade da irregularidade, observado o disposto no art. 118 do referido Decreto-Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 12. O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei.

§ 1º O Conselho Nacional de Trânsito implantará e fiscalizará as medidas de sua competência, garantidoras do não licenciamento e não licenciamento e não circulação de veículos automotores de vias terrestres, em via pública ou fora dela, a descoberto do seguro

previsto nesta lei. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 2º Para efeito do parágrafo anterior, o Conselho Nacional de Trânsito expedirá normas para o vencimento do seguro coincidir com o do IPVA, arquivando-se cópia do bilhete ou apólice no prontuário respectivo, bem como fazer constar no registro de ocorrências nome, qualificação, endereço residencial e profissional completos do proprietário do veículo, além do nome da seguradora, número e vencimento do bilhete ou apólice de seguro. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

~~§ 3º O CNSP estabelecerá anualmente o valor correspondente ao custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).~~

~~§ 4º O disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não se aplica ao produto da arrecadação do ressarcimento do custo descrito no § 3º. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).~~

§ 3º O CNSP estabelecerá anualmente o valor correspondente ao custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

§ 4º O disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não se aplica ao produto da arrecadação do ressarcimento do custo descrito no § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-lei nº 814, de 4 de setembro de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1974; 153º da Independência e 86º da República. – **ERNESTO GEISEL**
– **Severo Fagundes Gomes.**

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 2012

Altera o § 1º do art. 841 da Consolidação das Leis do Trabalho para determinar que a notificação, no processo trabalhista, seja feita diretamente ao reclamado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 841 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 4.542,

de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 841.

§ 1º A notificação será feita, por serviço postal, diretamente ao reclamado, devendo o agente postal exigir recibo. Se o reclamado criar embaraços ao seu recebimento, ou não for encontrado, far-se-á a notificação por edital, inserto no jornal oficial ou no que publicar o expediente forense, ou, na falta, afixado na sede da Vara ou Juízo.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A notificação, pela qual se convoca a juízo o reclamado ou o interessado, a fim de se defender, é, sem dúvida alguma, peça fundamental para a validade de todo processo que, se não cumprida adequadamente, pode ensejar a decretação de sua nulidade.

Exigência indispensável para a formação de relação processual válida e regular, ela pode ser operacionalizada em três etapas: pelo correio, por oficial de justiça ou por edital.

Os artigos 841 e 774 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em nosso entendimento, deixam claro que a citação ou notificação via postal, no processo trabalhista, deve ser feita diretamente ao interessado, nunca a um terceiro. Ao entregar a notificação, o agente postal exigirá recibo do reclamado, a fim de que o ato tenha o caráter pessoal determinado pela lei.

Depreende-se, todavia, do Enunciado nº 16, do Tribunal Superior do Trabalho, que não há necessidade de a notificação ser feita pessoalmente. Em consequência, a notificação é considerada realizada com a simples entrega do registro postal no endereço da parte, podendo até ser depositada na caixa postal do reclamado.

Ora, essa prática pode ensejar que o reclamado, por não ter conhecimento da ação, seja julgado, em razão do art. 844 da CLT, à revelia, por absoluto desconhecimento da ação ajuizada contra ele.

Estamos convencidos de que a medida favorece a estabilização das expectativas legítimas da sociedade por um Judiciário efetivamente justo, razão pela qual nossa iniciativa é da mais alta relevância, pois visa a evitar que pessoas e empresas sejam condenadas pela justiça trabalhista sem nunca saber que pesava sobre elas uma reclamação.

Com efeito, uma situação na qual o cidadão pode ser surpreendido a qualquer momento por uma conde-

nação é francamente contrária à justa aspiração social por uma condição de segurança jurídica.

Por esses motivos, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto. – Senador **Ivo Cassol**.

LEGISLAÇÃO CITADA:

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 841 – Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 5 (cinco) dias.

§ 1º – A notificação será feita em registro postal com franquia. Se o reclamado criar embaraços ao seu recebimento ou não for encontrado, far-se-á a notificação por edital, inserto no jornal oficial ou no que publicar o expediente forense, ou, na falta, afixado na sede da Junta ou Juízo.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Vamos retornar aos oradores inscritos.

Pela ordem de inscrição, Senador Mário Couto, que falará pela liderança da Minoria e terá a palavra por vinte minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Srª. Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, eu tenho o tempo regimental de vinte minutos, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª pode ver que está marcado.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado. Escutei a senhora falar cinco minutos. Obrigado, Presidenta.

Estive aqui, Senadores, na semana passada, falando que o PT e os partidos que dão apoio ao Governo Federal estavam eufóricos com a instalação de uma CPI: a CPI do Cachoeira. Vi a movimentação e a alegria de todos os partidos que apóiam o Governo.

Voltei, semana passada, a esta tribuna e disse que eu colocaria a minha mão no fogo se não estivesse o PT envolvido nesse escândalo do Cachoeira.

Disse eu que meteria a mão no fogo se o PT não se arrependesse da instalação dessa CPI. E não

deu outra. Estão segurando a CPI. Eles se arrependeram de fazer o movimento da CPI. O PT até então estraçalhou todas as CPIs que foram montadas neste Senado e no Congresso Nacional. Não evoluiu nenhuma CPI. Fizeram o que quiseram com os Senadores, humilharam os Senadores, não deixaram os Senadores cumprirem com as suas obrigações regimentais e constitucionais. Como viram uma forma inicial de apurar irregularidades de governos do PSDB, imediatamente correram para a CPI do Cachoeira. Mal sabiam que lá estava o PT de novo, lá estava o Governador do Distrito Federal. Eles se arrependeram porque lá está a Delta, a Delta apadrinhada do PT, a Delta que mais deu dinheiro para a campanha do PT em toda a história deste País! Essa empreiteira que está trilionária, que ganha todas as licitações deste País, as grandes licitações de milhões e bilhões de reais. Só dá Delta no pedaço, Brasil! Essa empresa está enrolada até a alma em fraudes de licitação. Mal sabia o governo que ia se enrolar inteirinho.

Estão tentando esfriar, estão tentando deixar o tempo passar. Eu queria ver se o governo tinha coragem, brasileiros e brasileiras, de colocar isso a limpo. Eu queria que o governo dividisse o poder dessa CPI com a oposição. Eu queria ver se o governo teria coragem de colocar pelo menos como relator dessa comissão alguém da oposição. Eu queria ver se o governo teria coragem de colocar, pelo menos na mesa, alguém da oposição. Não tem coragem.

O PT, o governo vai comandar essa CPI. Ele não tem como voltar atrás. Eles já estudaram todos os métodos para arquivar essa CPI, para que ela não tenha o seu início.

Não dá mais para voltar atrás! Eles cantaram e “descantaram” aqui, não podem voltar atrás. Ela tem de prosseguir. Mas eles estão dando uma trégua; estão esperando que os fatos se esfriem, para que, mais tarde, rapidamente, possam mandar arquivar.

A oposição vai brigar. A oposição, Senador Paim, vai brigar na apuração desses fatos. A sociedade brasileira quer, a sociedade brasileira pede. Chega, Brasil! Nós não aguentamos mais corrupção neste País. O povo brasileiro não aguenta mais corrupção neste País. A todo o momento, época corrupção neste País. A todo o momento, há um escândalo relacionado ao governo. Não se aguenta mais! A população brasileira, que paga quase R\$1,5 trilhão em impostos, que clama por uma saúde melhor, que clama por uma educação, que quer uma rodovia melhor, portos, aeroportos, enfim, sociedade querida do Brasil, vê o seu dinheiro ser corrompido pelo poder público.

Não há instituição neste País, brasileiros! Não há mais! Não há mais uma instituição neste País que,

dentro dela, não esteja o germe da corrupção! O PT criou o germe neste País, o germe histórico que jamais a Nação brasileira vai esquecer. Foi o partido que mais cometeu corrupção na história deste País.

A história deste País vai lembrar sempre deste partido, vai lembrar sempre que o PT foi o partido que mais levou dinheiro do bolso do brasileiro através da corrupção. E agora, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, até a Ideli! Até a Ideli!

Ei! Ideli, minha querida Ideli, onde está você? Você que combatia a corrupção aqui. Você que dizia que era séria, Ideli! Você que ia para todas as comissões e lá mostrava seriedade. Sinceramente, Ideli, eu acreditava em ti.

Até rimou, não foi, Senador Paulo Paim? Sinceramente, Ideli, eu acreditava em ti. Tu levaste as lanchas do meu Estado, Ideli.

Levou a lancha do Pará, Paim! Fala com a Ideli, Paim, para devolver as lanchas do meu Estado. O meu Estado é pesqueiro, Paim. O meu Estado, Paim, está sofrendo as consequências de pescadores que fazem da pesca uma irregularidade. A pesca está acabando no meu Estado, que precisava dessas 23 lanchas para fiscalizar. Aí surge a Ideli, a Ideli que sentava bem ali –, já rimou de novo –, a Ideli, Paim, que sentava bem ali, que me olhava. Tenho certeza de que não gostava de mim, porque aqui eu falo a minha sinceridade, Paim. E a Ideli fez uma licitação fraudulenta...

Olha, Paim, como é que se licitam lanchas pesqueiras no Distrito Federal? Aqui não tem mar, Paim. Aonde a Ideli ia colocar 23 lanchas para patrulhar em Brasília o quê, Paim?

Pedro Taques, o que a Ideli ia patrulhar em Brasília, no lago? O que é que a Ideli ia patrulhar neste lago que tem aqui em Brasília? Pelo amor de Nossa Sr^a de Nazaré! Pelo amor de Nossa Sr^a de Nazaré! R\$32 milhões! R\$150 mil para os cofres do PT para a campanha. Oh partido corrupto! Oh partido sanguinário! Sanguinário, porque o povo brasileiro sofre, o pescador brasileiro ainda tem a sua casa de barro e o seu telhado de palha, o seu chão ainda é chão de areia, de terra. E é a esse pescador brasileiro pobre, arruinado, maltratado que a Ideli roubou. É desse povo brasileiro que a Ideli, com a sua corrupção, tirou o dinheiro, porque essas lanchas iam para o Maranhão; essas lanchas iam para o Pará para fiscalizar a pesca e dar dignidade àquele que quer ganhar o seu dinheiro corretamente com o seu suor.

Ó Ideli, querida Ideli, como é que tu fazes um papel desses? Logo tu, Ideli, que dizias que eras séria?

Agora, vai eu pedir uma CPI da Ideli. Eu não consigo nem 20 assinaturas, quanto mais 27. Aliás, nós estamos tão perdidos neste País! A corrupção

se alastrou em todos os órgãos, em todos os órgãos deste País. Já estão dizendo pela rua – não sei se é brincadeira ou se é verdade da população –, mas eu li em um carro, eu vinha de casa hoje pela manhã, minha nobre Presidenta, e eu li atrás de um carro: “Vote para Presidente da República no Cachoeira do PT.” Eu acho que isso é brincadeira. Eu não acredito. E aí eu fiquei pensando que é tanta corrupção que este PT já cometeu nesta Nação, meu querido Pedro Taques, que não é difícil de acreditar nisso.

Pedro, é toda semana! Eu digo aqui ao Brasil: quase toda semana eu venho a esta tribuna. É raridade o dia que eu não venho a esta tribuna.

Mas toda semana chamo a atenção, digo à população brasileira: meu querido Brasil, na próxima semana é outro escândalo. Digo ao Brasil hoje: daqui a 15 dias, País, é outro escândalo. É outra Ideli que vai surgir aqui.

Quase todas as lideranças petistas já foram acusadas. Quase todos os nomes grandes do PT já estiveram envolvidos em corrupção. Peguem desde a época do Waldomiro e esse escândalo do bicheiro Cachoeira; ele vai pegar o Waldomiro para cá. Vocês vão ver, Nação brasileira, as empreiteiras.

Essa CPI vai ser boa se o PT deixar, se a Presidente Dilma deixar. Se a Presidente Dilma deixar, essa CPI vai mostrar ao Brasil quem é o PT de verdade. O brasileiro já sabe, mas muitos ainda duvidam da qualidade, do tipo de partido que é o PT.

Mas a história, o que acontece no dia a dia, o que acontece todas as semanas, o que acontece todos os meses ninguém pode negar. Nunca houve tanta corrupção neste País, brasileiros e brasileiras. Nunca houve tanta corrupção neste País! Se formos contar os escândalos, eles já passam de mil. Historicamente, em nenhuma administração, em nenhuma presidência, seja de que partido for, já aconteceu tanta corrupção como na administração do PT.

Deixa, Dilma, a oposição assumir um cargo nessa CPI. Deixa, Dilma! Sempre disse aqui, Pedro, desde o primeiro dia em que cheguei aqui neste Senado, que este País está numa ditadura política. Nós estamos numa ditadura política, Pedro. O Governo faz o que quer de nós. A oposição é uma minoria nesta Casa. A situação, que representa o Governo, é totalmente, quase que na sua totalidade, Pedro, submissa ao Governo, atende à retribuição dos favores que o Governo faz, seja por meio de cargos públicos, seja por meio de emendas. Seguem, religiosamente, o Governo; não seguem o povo brasileiro. O Governo petista faz o que quer. O Governo petista é capaz de abafar essa CPI em 24 horas. O Governo petista é capaz de colocar para

ser apurado só aquilo que quiser; deixar, por exemplo, as empreiteiras que servem ao PT de fora.

Nós temos de lutar, nós temos de fazer valer a oposição brasileira. Temos de ir fundo nessa CPI, nessa CPI que o próprio Governo quis. A única CPI levada a sério aqui neste Senado e no Congresso Nacional foi a CPI do Mensalão, a dos Correios. De lá para cá, centenas de CPIs foram abertas e rasgadas, mostrando a corrupção no Partido dos Trabalhadores. Elas foram rasgadas pela maioria e jogadas no lixo. Participei de uma e fiquei altamente decepcionado, Pedro, e prometi a mim mesmo que jamais participaria de CPIs. Passei minhas noites estudando, verificando os fatos, questionando, mostrando para a sociedade a corrupção desse partido. No final, Pedro, quando houve a votação – e eles são maioria – brincaram, riram e rasgaram a CPI. Rasgaram e jogaram no lixo. Por quê? Por que, Pedro? Porque estamos numa ditadura política neste País. Pedro, se você apresentar um projeto de lei hoje, jamais vai ver o seu projeto aprovado. Você não vai ver o seu projeto nunca aprovado, porque o seu projeto jamais vai chegar a esta Mesa, porque todos os dias o que mais você discute aqui são matérias que vêm marcadas pelo Governo, que não são...

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar Senador, por favor. Um minuto para V. Exª encerrar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Um minuto é muito tempo. Agradeço a V. Exª.

Minha nobre Presidenta, o PT, queiram ou não queiram; queiram ou não queiram, Presidenta, o PT fica na História deste País como o partido que implantou o germe da corrupção, que constitucionalizou a corrupção neste País, que decretou definitivamente que todos os políticos do PT tenham liberdade de roubar, tenham liberdade de burlar o povo brasileiro, e a eles nada aconteceu e nada vai acontecer até hoje.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Só para me despedir Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não, agora encerrado. V. Exª já falou 21 minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Só para me despedir.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Só quero dizer até logo, Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então diga.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Não, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, diga, pode dizer, diga, está aí ligado.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Calma, não me trate assim. O que é isso, doutora!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com platéia, ele piora. Calma, não façam nada.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Calma. A senhora é apenas Presidenta. Não é mandona. A senhora é Senadora igual a mim, igualzinho a mim. Então, não me mande e não fale alto...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Exatamente, no exercício da Presidência, o senhor tem um minuto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Trate-me com a mesma educação com que a tratei. Respeite-me como Senador da República. Só quero um minuto agora para dizer à senhora que me respeite, porque sou Senador igual à senhora.

Está brava porque falo do partido dela!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Gim Argello.

Senador Gim Argello, fale do outro microfone, porque esse microfone está com problema.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Srª Presidente Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, demais ouvintes, senhores da imprensa, agora, terminou a reunião do nosso Bloco. Com muito orgulho, faço parte do Bloco União e Força, que se dirige à Mesa, para entregar as treze assinaturas referentes à participação do Bloco na instalação da CPMI. Participaremos dessa CPMI e de todas as CPLs se houver uma decisão comum de todos os Partidos que compõem o Bloco União e Força: o Partido da República (PR), o glorioso Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Cristão (PSC). Fazemos a entrega formal das assinaturas de todos os integrantes do Bloco, que, por unanimidade, pedem a instalação da CPMI.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O próximo orador inscrito é o Senador Paulo Bauer, a quem concedo a palavra por vinte minutos. *(Pausa.)*

Não estando S. Exª presente aqui, concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que permutou com o Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores telespectadores e ouvintes da TV Senado e da Rádio Senado, cinco desejos estão na pauta dos brasileiros: mais segurança, mais emprego, mais educação, mais saúde e mais transparência nos gastos públicos. Para falar sobre transparência, venho hoje a esta tribuna.

Srª Presidenta, no dia 29 de março deste ano, apresentamos o Projeto de Lei do Senado nº 76, que foi subscrito por mim, pelo Senador Randolfe Rodrigues, pelo Senador Casildo Maldaner e pela Senadora Angela Portela e que regulamenta o direito dos consumidores de serem informados sobre tributos e impostos que eles pagam quando comprem um bem ou um serviço. A verdade é que queremos segregar o valor dos impostos dos produtos que compramos e que consumimos. Essa não é uma novidade, nem estou propondo algo difícil de ser alcançado. O direito à transparência já existe no § 5º do art. 150 da Constituição Federal. Portanto, é direito de todos nós sabermos quais os impostos que pagamos.

Na verdade, muito se fala da nossa carga tributária, que está entre as mais elevadas do mundo. A nossa carga tributária se situa entre o que pagam os canadenses e entre o que pagam os alemães. Portanto, não é uma carga tributária pequena.

Esta Casa discute esse assunto. Esta Casa e também a sociedade brasileira desejam reduzir a carga tributária. No entanto, esse Projeto, na verdade, pretende revelar para a sociedade brasileira que, neste País, todos pagam imposto, até por que os impostos sobre o consumo são impostos indiretos, pois vêm escondidos no valor final dos produtos que consumimos. Não é o primeiro projeto de lei que apresento nesta Casa na tentativa de revelar à sociedade os impostos que pagamos, tampouco sou o único Senador, legislador do Senado ou da Câmara, que insiste na necessidade de revelar esses impostos para a sociedade. Foram vários os projetos que tramitaram e que tramitam hoje com esse intuito, mas que esbarram num problema gravíssimo. É também desejo desta Casa mudar essa variedade de impostos e de taxas que os brasileiros e as brasileiras pagam.

Portanto, a maioria dos projetos apresentados nesta Casa pecou por ser inexequível na hora de separar, nos supermercados ou nos *shoppings*, o valor

dos impostos do valor do produto, porque a maioria dos projetos contemplava todos os impostos. Na verdade, em torno de quinze a dezesseis impostos incidem sobre os produtos que consumimos. Alguns desses projetos já passaram aqui, foram aprovados pelo Senado e estão aguardando pauta da Câmara Federal, mas também cometem o mesmo pecado. É possível aprovar uma lei segregando impostos de produtos que seja impossível de ser executada, porque será impossível para os varejistas calcularem essa cascata de impostos que incide sobre o consumo, sobre o valor final dos produtos.

Depois de analisar todos os projetos, inclusive o do Senador Casildo Maldaner, que segue essa mesma direção, e o do Senador Randolfe Rodrigues, chegamos à conclusão de que teremos de reduzir e definir o número de impostos para legislar e para segregá-los dos produtos de consumo. E, de todos os impostos que pagamos, que são quinze ou dezesseis, escolhemos cinco impostos que incidem diretamente no valor final dos produtos ou dos serviços.

Há três impostos federais – o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto de Importação e a Cide-Combustíveis – que nós queremos segregar do valor dos produtos. A ideia é a de que os postos de gasolina separem o valor do litro da gasolina da incidência do ICMS e da Cide, para completar o valor final do produto. Essa é a nossa intenção. A mesma coisa se daria com o IPI; com o Imposto de Importação; com o imposto estadual, o ICMS, que é o imposto que mais arrecada no País e que vem embutido nos produtos; e também com o imposto municipal, que é o ISS.

A ideia é que, aprovando uma lei como essa – que é possível, sim, porque eu tive o cuidado de discutir, de conversar com contadores, de conversar com empresários, de consultar os empresários para ver a viabilidade de um projeto dessa natureza, e eles me confirmaram que sim, que é possível anunciar o valor do produto sem a incidência desses impostos, e assim torná-los didáticos –, a sociedade possa, pelo menos em cima desses cinco impostos, compreender que paga uma carga tributária alta.

Sr^a Presidenta, esta Casa, o Congresso Nacional não pode deixar de atender essa reivindicação elementar daqueles que sustentam o Estado, daqueles que tiram quase cinco meses das suas energias, do seu esforço para sustentar o Estado brasileiro.

É difícil colocar todos os impostos? Não é difícil. É impossível segregar todos os impostos do valor do produto, mas esses cinco impostos que incidem diretamente sobre o valor final dos produtos, em relação a esses não há dificuldade nenhuma para executar,

uma vez aprovada essa lei, e daríamos uma enorme satisfação à sociedade brasileira,

Há uma reivindicação nesse sentido do empresário, até porque, quando os preços sobem, o vilão é sempre o comerciante, é sempre o empresário. Na verdade, quando se extrai a carga fiscal, a carga tributária dos produtos de consumo, reduz-se enormemente o preço das mercadorias. Essa é uma preocupação que aflige o conjunto da população.

Muitos dos contribuintes vêm bater à porta dos nossos gabinetes, manifestam-se nas ruas por onde andamos, nos aeroportos, enquanto aguardamos o avião. É queixa do motorista de táxi, do empresário, do trabalhador. Portanto, chegou a hora de dar uma satisfação à sociedade brasileira, aos trabalhadores e às trabalhadoras. Conversei com inúmeros empresários que não se opõem de maneira nenhuma. Aliás, desejam que isso aconteça.

Aqui, em Brasília, alguns postos de gasolina já expõem um cartaz com os impostos incidentes sobre os combustíveis. Do ponto de vista didático, da cidadania, ainda é pouco. É fundamental separar o valor do produto do valor do ICMS e da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico). Só aí vamos ter mais de 20% que incidem diretamente em cada litro de combustível que usamos em nossos veículos.

Uma vez estabelecida essa regra, transformada em lei, isso iria complementar um aspecto fundamental: esses tributos são arrecadados pela Presidenta da República, pelos governadores e pelos prefeitos. E nós, desta Casa, aprovamos a Lei Complementar nº 131, promulgada em 2009, que torna obrigatória a exposição em tempo real de todas as receitas e despesas públicas e de todos os entes – federal, estadual e municipal; do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. No entanto, é evidente que as leis em nosso País levam tempo amadurecendo, levam tempo para que definitivamente se firmem, e a lei da transparência, de que tenho orgulho de ter sido autor, transformou-se em lei e fez uma longa caminhada.

O Governo Federal tem, no seu portal da transparência, cumprido rigorosamente aquilo que a lei determina. No entanto, várias instituições ainda resistem, o que é normal, mas a sociedade precisa mobilizar-se. Para que a sociedade entenda melhor a exigência com a transparência dos gastos públicos, é fundamental saber os impostos que pagam. Portanto, o Projeto de Lei do Senado nº 76, em que demos entrada há 15 dias, inicia sua tramitação aqui, nesta Casa. Conversei com o Senador Delcídio do Amaral, para que escolha o mais rápido possível o relator, a fim de que possamos abrir o debate, promover audiências públicas para aprimorar

o projeto, para que daqui saia um projeto com amplas possibilidades de ser executado, de ser cumprido por todos os empresários e comerciantes do País.

Nós estabelecemos nesse projeto de lei uma cláusula que trata da publicidade; e, na publicidade, também a obrigação de separar as ofertas, segregando esses impostos que incidem nos produtos. Portanto, na hora em que nós assistimos a uma propaganda na televisão, oferecendo um carro, oferecendo uma televisão, nós vamos tomar conhecimento do valor do produto; e só depois, então, serão agregados os impostos que incidem nesse produto.

Portanto, a minha expectativa é a de que esse projeto possa tramitar nesta Casa o mais rapidamente possível, para atender esse desejo da sociedade brasileira de tomar conhecimento dos impostos, principalmente dos impostos indiretos, que incidem de forma sorrateira nos produtos que consumimos.

Eu acompanhei uma dona de casa num supermercado. Uma família grande. Ela estava com dois carrinhos de compras. Pedi a ela que me permitisse calcular o valor dos impostos, no caso o ICMS e mais dois outros impostos, o PIS e o Cofins. Ela, então, permitiu-me que a acompanhasse. Fiz todos os cálculos, e, numa compra de R\$640, ela estava pagando R\$140 de impostos. Quando mostrei isso a ela, a senhora se assustou, e a reação dela foi esbravejar contra os políticos.

Não vou tirar a razão dela, mas o problema é que ela não tinha conhecimento de que, nos produtos que ela semanalmente comprava para sua família, ali estavam embutidos em torno de 10%, 12% ou um pouco mais de impostos, pagos diretamente. Eu estava falando em produtos de gêneros alimentícios, de produtos essenciais. Em torno de 10% a 12%, ela entregava nas mãos do Poder Público. Ela passou a esbravejar, inclusive comigo, por ser um político que fazia essa pesquisa com ela.

Senador Casildo, eu o ouço.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Capiberibe, eu quero enaltecer a luta de V. Ex^a, a pertinência em lutar por esse tema. No ano passado, apresentamos esse projeto da transparência da carga tributária, pois, em Santa Catarina, os diretores lojistas, os jovens empreendedores perguntavam como é que podiam fazer para saber quanto é que se paga, como é que faziam para ter conhecimento do quanto, de um produto, recolhe-se aos órgãos públicos, para saber quanto se está se pagando. Geralmente, a comunidade, o povo, o cidadão, o consumidor não tem conhecimento, como diz V. Ex^a. Apresentamos essa proposta aqui, no Senado. Foi daqui, foi de lá. Apre-

sentamos. Qual não é, para nós, a satisfação, quando eis que, da vinda de V. Ex^a, com todo direito – sofreu para voltar para cá, depois de vencer os obstáculos todos de que sabemos –, a primeira coisa de V. Ex^a foi pensar também nessa tese! V. Ex^a, lá do Norte do Brasil, e nós, do Sul, coincidentemente, com o mesmo pensamento. Apresentou a proposta, subscrita também pelo Senador Randolfe e, se não estou equivocado, pela Senadora Angela Portela. Eu fui convidado para subscrever também. Eu fiquei muito feliz por conhecer a luta de V. Ex^a, e que ocorra o que for melhor. Se é para diminuir para quatro impostos, os principais, como pensa V. Ex^a, para que seja possível transcrever, num documento fiscal, quanto é que se está pagando, para onde vai esse dinheiro, tudo bem. O produto vale isso, mas esses outros valores são todos de encargos, de impostos; para saber quanto é que se arrecada, para saber o quanto se está pagando, contribuindo, até para o consumidor fiscalizar mais: “Espere aí! Nisso aqui está o meu dinheiro também, porque paguei. Fui à venda, comprei e paguei por isso”. Então, quero cumprimentá-lo por ser um destemido. Como diz aquele adágio popular, água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Vamos lá. O senhor tem um aliado lá do extremo sul com V. Ex^a, para seguirmos, com os colegas, nessa caminhada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – O Senador Casildo Maldaner é autor desse projeto, junto com o Senador Randolfe Rodrigues e com a Senadora Angela Portela. Somos nós quatro os autores desse projeto. Os quatro tinham ideias muito semelhantes, muito parecidas, e compromisso com o contribuinte, com aqueles que pagam imposto.

Há necessidade de revelar a todos aqueles que sustentam o Estado brasileiro a carga tributária, para que tomem conhecimento e para que exerçam de fato o controle social do Orçamento público.

Estou acompanhando, aqui, as conferências sobre transparência, e, agora, em maio, brevemente, nos dias 18 e 20 de maio, se não me engano, haverá a Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social. Já vencemos a etapa municipal, a estadual e, agora, chegamos à conferência nacional.

Eu quero fazer o registro de que hoje, pela manhã, foi aberta uma grande conferência, com a presença da Secretária Hillary Clinton e da Presidenta Dilma. Falaram sobre transparência, sobre a necessidade de revelar à sociedade aquilo que o Estado arrecada e também aquilo que o Estado gasta.

Nós demos grandes avanços. O Brasil deu grandes avanços.

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – O Estado brasileiro deu grandes avanços (*fora do microfone*). Agora, há a necessidade de que a sociedade se mobilize e exerça, de fato, efetivamente, o controle social dos gastos públicos.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Capiberibe.

Quero dar boas-vindas aos visitantes da Fiesp, da Federação das Indústrias do meu Estado.

Muito bem-vindos ao Senado Federal!

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, pela liderança do seu Partido, o PV.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, gostaria que me inscrevesse pelo PSB, para falar como líder.

Obrigado a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Nós temos, depois, o Senador Lindebergh. V. Exª é o próximo.

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores e senhoras que nos ouvem nas galerias e que nos assistem pela TV Senado, as crianças são o futuro de uma nação, está no inconsciente coletivo. Prefiro acreditar que as crianças precisam ter no presente a garantia de um bom futuro. Não é aceitável colocar a situação de inúmeros brasileirinhos e brasileirinhas num patamar do que ainda está por vir, sem que pensemos no que está acontecendo aqui e agora.

Por isso, Srª Presidente, trago a esta tribuna a temática de uma infeliz realidade de muitas de nossas crianças e adolescentes: a exploração sexual infanto-juvenil.

De acordo com a pesquisa mais recente da Secretaria Nacional de Direitos Humanos – SDH, o meu Estado, o Rio Grande do Norte, tem o maior índice brasileiro de exploração sexual infanto-juvenil. Foram comprovados 19,31 casos de exploração sexual para cada 100 mil habitantes. À primeira vista pode parecer pouco, mas não é, sobretudo porque o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil, em sua grande maioria, ocorre de maneira velada e oculta. Portanto, possivelmente esses dados são subnotificados, dada a característica nefasta desse *modus operandi*.

O levantamento dos dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos foi feito através de um mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de

crianças e adolescentes nas rodovias federais do Brasil e contou com o inestimável apoio do Departamento da Polícia Rodoviária Federal. Nele, constatou-se a existência de 110 pontos de vulnerabilidade à prática da exploração sexual infanto-juvenil no Rio Grande do Norte. Desses, 47 foram considerados críticos; 30 são de alto risco; 28 são de médio risco; e 5 de baixo risco. Uma outra característica apontada na demonstração dos dados é que, desse total, 78 pontos foram encontrados na zona urbana, enquanto que 32 foram na zona Rural.

Nessa mesma pesquisa, a Secretaria de Direitos Humanos comprovou casos de exploração sexual em 937 Municípios brasileiros. Em percentuais, isso significa que em 17% do nosso território existe essa prática vergonhosa e que precisa ser coibida.

Outros Estados brasileiros tiveram nesse mapeamento mais pontos vulneráveis do que o Estado do Rio Grande do Norte, como, por exemplo: o Paraná, com 168 pontos; o Rio Grande do Sul, com 154 pontos; a Bahia, com 148 pontos; Minas Gerais, com 133 pontos; Goiás, com 117. Entretanto, os índices que colocam o Rio Grande do Norte em primeiro lugar no *ranking* da exploração sexual infantil dizem respeito às denúncias – e posteriores flagrantes – feitas ao Disque 100, um serviço da Secretaria dos Direitos Humanos vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Para se ter uma ideia, entre os anos de 2003 e 2011, foram registradas, nesse serviço, 52 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. E só nos três primeiros meses de 2012 foram registradas 4.205 denúncias dessa prática. São dados alarmantes.

Imaginem os senhores e as senhoras que crianças e adolescentes muitas vezes são mantidos em seu próprio domicílio numa espécie de cativeiro, sendo explorados sexualmente por adultos inescrupulosos, e que essas crianças e esses jovens conseguem ter acesso a um telefone, ligam para o número 100 da Secretaria de Direitos Humanos e promovem a denúncia. No entanto, muitas vezes, não se consegue chegar ao endereço e muitas vezes não se consegue salvar essa criança ou esse adolescente que está sendo utilizado como objeto sexual de criminosos.

Esse elevado número de denúncias revela a face triste da realidade cruel à qual estão submetidas nossas crianças e adolescentes; por outro lado, demonstra não só o repúdio e a desaprovação da sociedade, mas, sobretudo, a coragem e a disposição de enfrentar essa prática abominável.

A Secretaria dos Direitos Humanos tem como meta erradicar a exploração sexual de crianças e

adolescentes. A meta nos foi dita pela própria Ministra Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário, durante audiência na Comissão de Direitos Humanos – CDH, da qual faço parte. O combate à exploração sexual será um dos focos do Plano Brasil sem Miséria. Para isso, será necessário uma série de medidas, como, por exemplo, a implantação de Conselhos Tutelares em todos os Municípios brasileiros. São essas instituições os instrumentos que mais fazem valer o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, que, aliás, em julho deste ano completa 22 anos de sua sanção.

Quero ressaltar também, Sr^{as} e Srs. Senadores, o trabalho diuturno de inúmeras organizações não governamentais espalhadas pelo Brasil, importantes aliadas no combate e enfrentamento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Do trabalho incansável e sempre vigilante das Promotorias de Defesa da Criança e do Adolescente, bem como das Varas da Infância, espalhadas por todo o território nacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho por esta causa uma atenção especial. Ainda no meu primeiro mandato, como Deputado Estadual, presidi a Frente Parlamentar de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, onde participamos de muitas ações vigorosas ao lado do Ministério Público e de organizações não governamentais, com o objetivo de fortalecer a rede de enfrentamento desse crime horrendo.

Aqui no Senado Federal, apresentei um projeto de lei criando um cadastro nacional contendo informações sobre pessoas julgadas e condenadas por crimes contra crianças e adolescentes. Esse projeto de lei objetiva, principalmente, traçar o perfil dos infratores, a fim de disponibilizá-lo, através de um sistema em rede, para todo o Brasil, de maneira que instituições tais como Varas Criminais e da Infância e Adolescência, Delegacias Especializadas, Conselhos Tutelares, Juizados da Infância, Ministério Público, dentre outras, tenham acesso a dados importantes como antecedentes criminais, perfil psicológico, critérios biotipológicos, sinais de relevância e fotografia. Essas informações podem ser de grande valia para diminuir a recidiva de crimes dessa natureza.

No meu entendimento, e por isso a propositura desse projeto de lei, é que o Cadastro Nacional de Pessoas que Violaram o Direito das Crianças com Violência ou por Abuso Sexual será um instrumento de extrema importância na proteção das nossas crianças e jovens brasileiros.

Faço este pronunciamento hoje, Sr^a Presidente, em função dos dados que acabo de citar e para chamar a atenção de todos nós para este dado muito sé-

rio, uma estatística muito grave, que envergonha todo o povo brasileiro, toda esta Nação.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Saúdo a Sr^a Karina Silva, Vice-Prefeita do Município de Amargosa, na Bahia, aqui presente – seja muito bem vinda ao Senado Federal –; o Sr. Antonio Clóvis Andrade Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de Amargosa; e os Vereadores Reinaldo Sousa e Marcos Paulo Andrade. Sejam muito bem vindos ao plenário do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias, pelo tempo regimental.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, quando o debate dos *royalties* se iniciou neste Senado Federal, eu dizia que tínhamos que fazer o debate sobre o pacto federativo. São muitos os temas: Fundo de participação dos Estados - o Congresso Nacional, até o final do ano, tem que criar critérios objetivos para a distribuição do FPE -, comércio eletrônico, dívida dos Estados, Resolução nº 72. São vários temas, Sr^a Presidente. Infelizmente, aqui, naquele momento, no plenário do Senado, nós, Senado Federal, não entendemos o que estava acontecendo. Impuseram uma derrota aos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. O projeto agora está na Câmara dos Deputados. Começa a crescer agora, no Senado Federal, o sentimento de que essa reforma tributária fatiada nada mais é do que atacar Estados de forma fatiada.

Hoje pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, foi votada a Resolução 72. Por 13 votos a 12, 12 Senadores pediram o adiamento da votação para que existisse a possibilidade de construção de consenso.

Primeiro, quero dizer que há um clima extremamente majoritário nesta Casa em relação à Resolução nº 72.

Nós sabemos que é necessário proteger a nossa indústria. Não é justo um produto importado pagar menos imposto do que um produto produzido em nosso País. Nós sabemos que, quando a Presidente Dilma fala em *tsunami* monetário, desse novo momento da economia no mundo inteiro, dessa competição global predatória, é necessário proteger a nossa indústria. Há um consenso neste Senado Federal quanto a esse tema. Só que há outro debate misturado nesse debate que é o debate da Federação. E aqui tem havido muita inabilidade por parte do Governo Federal. Há condição, sim, de a Presidenta Dilma chamar os governadores

para uma discussão em cima de todos esses pontos, inclusive da dívida dos Estados!

Amanhã, estão querendo votar aqui, no afogadilho, a Resolução 72. Devo dizer aos Srs. Senadores que, se aprovarem a Resolução 72 amanhã, acabou a discussão de dívida dos Estados! E eu quero chamar a atenção dos Senadores porque esta é a Casa da Federação! Os senhores, nós representamos os nossos Estados! Nós representamos os Estados da Federação! E nós temos que fazer esse debate de forma calma, de forma serena.

Em relação à dívida dos Estados, já fiz aqui muitos pronunciamentos falando dos números. O Estado de Minas Gerais, do Senador Aécio Neves, a dívida, em 1997, era de R\$17 bilhões; pagou R\$18 bilhões, e é de R\$55 bilhões, uma dívida que se está transformando em dívida impagável!

Eu cito – e nós sabemos – que, no ano passado, os Estados pagaram juros entre 17,3% a 20,3%, porque era IGPD mais 6% a 9% – o IGPD estava em 11,3%. Vários Senadores nesta Casa apresentaram proposta em relação à dívida dos Estados. Eu apresentei, mudando o indexador para TJLP, falando do alongamento do perfil da dívida e falando também da diminuição do comprometimento da receita corrente líquida.

O Sr. Aécio Neves (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª me permite um aparte, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Aécio Neves.

O Sr. Aécio Neves (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª, mais uma vez, traz ao debate no Senado Federal aquele que, para mim, é o mais relevante de todos os temas que aqui vem sendo tratado, até porque muitas das mazelas por que passa o País hoje são decorrentes da fragilização da Federação. A Federação é hoje – sabe V. Exª, Senador Lindbergh, digno e grande representante do Estado do Rio de Janeiro nesta Casa – uma expressão vazia, solta numa folha de papel. O Brasil caminha, e caminha a passos largos, para se transformar num Estado unitário. E V. Exª, coerente com o discurso que tem feito aqui neste plenário, mais uma vez hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, alertava para aquilo com que também eu concordo – eu, Senador de Oposição; V. Exª, um Senador do PT, da base do Governo. Portanto, isso mostra que nem tudo está perdido. Temos uma convergência muito grande no nosso sentimento de que matérias que dizem respeito à Federação, como a distribuição dos *royalties*, não apenas do petróleo, mas também os *royalties* minerais; questões referentes à renegociação da dívida dos Estados; questões referentes à repactuação do Fundo de Participação dos Estados, que teremos que rever até o final deste ano; além da questão referente

à Resolução nº 72 deveriam estar todas sendo discutidas num amplo projeto, um projeto que tivesse como objetivo final o fortalecimento da Federação, portanto dos Estados e Municípios brasileiros. V. Exª teve hoje, mais uma vez, uma posição corajosa na Comissão de Assuntos Econômicos. E o que nós ali buscávamos não era discordar da Resolução nº 72 – é necessário, sim, que esse privilégio seja superado –, mas é absolutamente necessário, é absolutamente urgente que seja garantida previamente aos Estados que terão perdas uma transição adequada. Foi isso que propus com a emenda que teve a simpatia de V. Exª, e ninguém perde nada, se nós tivermos mais alguns dias para que esse entendimento possa surgir e nós não fiquemos com o ônus de, na Casa da Federação, criar uma distorção maior do que aquela que ainda existe, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Aécio Neves, eu falava aqui no início que, por dever de coerência, eu tinha que subir à tribuna porque fiz isso na discussão dos *royalties*. Nessa discussão, apesar de não atingir o Rio de Janeiro, eu me sinto no dever de lançar os mesmos argumentos do debate do pacto federativo.

E queria chamar a atenção dos Srs. Senadores também para o que eu falava desde as questões dos *royalties*. Vocês sabem que agora nós tivemos isenção, e a Presidenta Dilma, tomando medidas que tem que tomar para proteger nossa indústria, deu uma série de isenções de IPI. Essas isenções de IPI impactam fortemente os Estados e Municípios. Nós tivemos a Emenda 29, que foi aprovada, e a Emenda 29 dá outras atribuições aos Estados e Municípios. Nós tivemos o piso dos professores, que também dá novas atribuições a Estados e Municípios. É esse debate que eu chamo aqui, esse é o debate mais do que oposição *versus* situação.

Nós somos, volto a dizer, representantes da Federação, dos nossos Estados. Temos o dever constitucional de defender os nossos Estados e a Federação. E a Federação está desequilibrada, Senador Jorge Viana. Está desequilibrada! Só para se ter uma ideia, das receitas arrecadadas em 2008, a União ficou com 68%; Estados, 27%; Municípios, 5%. Das receitas disponíveis em 2008, 54%, União; Estados, 27%; Municípios, 19%!

O que está acontecendo é isto: aumentam as atribuições de Estados e Municípios e, na verdade, cada vez mais, aumentam as contribuições que não são repartidas pelos Estados e Municípios. Este não é um debate de situação e oposição. Este é um debate desta Casa, da Casa da Federação.

Em relação à dívida dos Estados, devo dizer que houve uma reunião do Confaz e, nessa reunião, os secretários, por unanimidade, aprovaram um projeto do Senador Francisco Dornelles, projeto de que eu sou relator. Fui designado pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Presidente Delcídio do Amaral. Esse projeto do Senador Dornelles mexe no estoque da dívida. Ele recalcula a dívida usando o IPCA no período para trás. Então, recalcula todo o estoque da dívida; coloca um valor pré-fixado para o futuro, um valor de 3%.

Eu, sinceramente, não entendi a proposta do Governo em indexar com a Selic o título das dívidas estaduais, porque o Governo está fazendo um grande esforço, e nós aplaudimos muito essa posição do Governo de desindexar a remuneração dos seus títulos. O Governo fez esse esforço, mudou o perfil da dívida pública, um grande acerto. Então, nós não conseguimos entender essa lógica da indexação com a Selic, que é um instrumento de política monetária. Está baixando. Amanhã vai haver reunião do Copom, e queremos que baixe, e vai baixar, mas, em algum momento, pode subir, se a inflação estiver pressionando. Então, não dá para indexar pela Selic. Também é errado indexar com o IPCA. Eu vi alguns projetos falando: “Isso é errado, porque não podemos indexar à inflação”.

Srs. Senadores, é hora de esta Casa mostrar a sua força. Não é para derrotar o Governo; é para forçar uma negociação dos Estados da Federação com a União. Os Estados estão em situação de penúria!

A gente presenciou, um mês atrás, mais de 14 governadores vindo aqui conversar com o Presidente José Sarney. E é por isso, por coerência, que eu tive a minha posição, e nesse debate da questão federativa vou continuar mantendo as minhas posições, de que a gente tem que discutir, com mais calma e de forma conjunta, todo esse tema.

Está faltando uma boa política; está faltando uma política consistente. E o meu conselho à Presidenta Dilma é que convoque os governadores para essa conversa.

Na quinta-feira, Senador Jorge Viana, está vindo para Brasília uma delegação de governadores para conversar sobre dívidas dos Estados, organizada pelo presidente da comissão, Cândido Vaccarezza. Na sexta-feira, o Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, está chamando também para outra reunião de governadores.

Passo para o Senador Jorge Viana, mas antes dizendo o seguinte: defender a Federação é defender a democracia. Não pensem esses gênios da política que estão conduzindo tudo isso desse jeito que isso não vai estourar. Vai estourar! Está faltando a boa po-

lítica. E é por isso que chamo a atenção dos nossos Pares: assumamos as nossas responsabilidades! Esta é a Casa da Federação.

Concedo o aparte ao Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Com prazer, meu caro Senador Lindbergh, peço este aparte a V. Ex^a, porque o Senado é a Casa da Federação. E esse é o tipo de assunto sobre o qual nos devemos debruçar todos os dias, porque vivemos num país continental, num país que tem uma integridade territorial, mas vivemos num país muito desigual. V. Ex^a é um digno representante do Estado do Rio de Janeiro. Um Estado que foi capital, que teve lá na sua capital a capital federal durante muito tempo; um Estado que foi porta de entrada e de saída durante muito tempo, mas que também passou, nas últimas décadas, gravíssimas privações. Não fosse o empenho pessoal, o envolvimento direto do Presidente Lula, o Rio de Janeiro não teria se reerguido como está erguido hoje. O Governador Sérgio Cabral é um homem de sorte. O Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, é um homem de sorte. Eles estavam no lugar certo, na hora certa, quando o Presidente Lula resolveu pôr o Rio de Janeiro numa posição de que não deveria ter saído. Mas sendo V. Ex^a do Rio de Janeiro, V. Ex^a é um estudioso desse tema da Federação, na busca de uma melhor distribuição dos impostos, numa equalização das dívidas e na busca de fazer o Brasil mais igual. Imagine eu que venho de um Estado que sempre foi tratado como um filho rejeitado da Federação, um Estado que não tem tantas posses do ponto de vista material, a não ser os seus recursos naturais que, de fato, é uma vantagem comparativa. Não nos maldizemos por conta disso. Mas nós dois fomos prefeitos, Senador. Estivemos na administração que está mais perto da sociedade, das pessoas. Sabemos o quanto é difícil ser prefeito neste País. Temos eleições municipais este ano. Se o Brasil não encarar definitivamente o debate sobre um novo pacto federativo, não vamos sair dessa armadilha perigosa em que estamos vivendo, que nos impõe, de tempos em tempos, discutir a dívida, de tempos em tempos, discutir o tamanho da desigualdade. Ela segue crescendo e aumentando. Está na Constituição que temos de buscar uma igualdade regional, uma melhor distribuição. Está estabelecido. É só seguir a Constituição. Participei esta semana, juntamente com V. Ex^a, da instalação de uma Comissão de alto nível. Houve certo desencontro no debate. Alguns colegas, justamente, colocaram que as comissões ordinárias deveriam fazer a condução. Se é para esse assunto ganhar a ordem do dia nesta Casa, para ganhar a robustez no debate, que passe pela Comissão de alto nível para que, depois, possa chegar às comissões

ordinárias da Casa. Mas é muito importante. Encerro, dizendo: V. Ex^a está trazendo um debate da maior importância. Somos da base do Governo, mas, antes de tudo, somos um Senador da República do Brasil. Temos de representar nossos Estados e buscar fazer do Brasil uma melhor federação. E não tem como fazê-lo – principalmente porque estamos vivendo um momento muito especial, um momento de crescimento econômico com inclusão social – se não aproveitarmos essa fase e fizermos esse repactuação da República Federativa do Brasil. Parabéns! Associe-me às preocupações e aos desafios que V. Ex^a menciona da tribuna do Senado. Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito o aparte do Senador Jorge Viana. Devo dizer que, ao contrário de algumas opiniões iniciais, sou um entusiasta dessa Comissão de Notáveis. Acho que virão contribuições importantes. Estive conversando com Luís Roberto Barroso, grande constitucionalista brasileiro, com o Prof. Ives Gandra, com Everardo Maciel, com o Prof. Fernando Rezende. Não se pode discutir federação sem falar com o Prof. Fernando Rezende. O Ministro Jobim foi Ministro e ocupou todos os cargos nesta República: foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, Relator da Constituinte. Acho que, de fato, esse debate pode ganhar peso. Estou convencido de que o Presidente Sarney – a quem desejamos aqui pronta recuperação – acertou na formação dessa Comissão de Notáveis. Inclusive, conversei com o Ministro Jobim sobre a necessidade de um diálogo entre os Senadores. Ele me respondeu que era importante nós, Senadores, convocarmos, marcarmos essa reunião. Achei prudente. Já estamos conversando com alguns Senadores para fazermos essa discussão, essa troca de informações, sobre projetos do Fundo de Participação dos Estados, por exemplo. Estamos repletos de novos projetos. A cada dia, surge um novo projeto aqui nesta Casa. De forma que acho que a Comissão de Notáveis pode dar uma grande contribuição a esse debate do Pacto Federativo.

Concedo um aparte ao bravo Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Meu caro Senador Lindbergh, primeiro, quero cumprimentá-lo pela forma absolutamente coerente com que V. Ex^a tem se mantido neste tema, independente de ser Senador da base ou não, independente de ser Senador do Partido dos Trabalhadores ou não, enfim, um compromisso maior com este que é um importante debate. O que me parece preocupante – e compartilho com o Senador Jorge Viana – é que precisamos criar um equacionamento para a questão temporal. Assim como V. Ex^a, acho que em bom tempo

o Senador José Sarney tomou uma ótima iniciativa de compor essa comissão de notáveis. Ocorre que, enquanto a comissão de notáveis está debatendo temas da maior relevância, nós estamos votando. Em tramitação na Câmara, a Lei dos *Royalties*; em tramitação no Senado, para ser votado amanhã, o PRS 72, que altera profundamente os Estados federados. Por decisão do Supremo Tribunal Federal, até o final do ano, o Congresso Nacional, não apenas o Senado, terá que se manifestar em relação à edificação de novos critérios para o Fundo de Participação dos Estados. Ora, enquanto essa comissão de notáveis, composta por pessoas da mais elevada reputação, começa a estudar para colocar luz a esse tema, nós, Senadores vamos deliberando, vamos votando, e o que é pior, sem ter uma integração daquilo que estamos votando. Estamos, na prática, mexendo num jogo de varetas e vamos tirando uma vareta aqui e uma vareta lá, sem fazer uma avaliação do impacto disso. Mas o que desejo mesmo, no encerramento da minha manifestação, é cumprimentar V. Ex^a por ter sido muito coerente, independente de o assunto ter impacto com o Estado que V. Ex^a representa. E V. Ex^a tem sido absolutamente coerente na defesa de que possamos sair da teoria, sair das palavras e efetivamente adotarmos medidas que possam fazer com que o Senado, como Casa da Federação, possa debater esse pacto tão importante para o nosso País. Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu que agradeço a V. Ex^a Senador Ricardo Ferraço. Só queria caminhar para conclusão do meu pronunciamento, Senador Jorge Viana, levantando aqui o impacto. A Presidenta Dilma chamou, com muita propriedade, os principais industriais e empresários deste País para uma grande discussão sobre a necessidade de aumentarmos os investimentos em nosso País. Pois bem, acho que há condição também, nessa discussão da dívida dos Estados, da Presidenta chamar os governadores para esse grande esforço de ampliação da nossa capacidade de investimento. Aí, quando os governadores, através do Confaz, pedem a redução do comprometimento da receita corrente líquida para 9%, quero dizer que isso abre um espaço de investimento, Senador Jorge Viana. No Acre, por exemplo, de 130 milhões por ano. Isso é um grande espaço de investimento no caso do Acre. São Paulo, quase 5 bilhões. Temos aqui o número de cada um desses Estados.

Esse dinheiro que seria abatido desse pagamento, ou seja, o dinheiro que não seria pago mensalmente teria que ser totalmente investido. E isso era um grande esforço. A gente sabe que obras por parte

dos Estados e dos Municípios significam injeção na veia do nosso PIB, do nosso crescimento. Então, acho que a proposta dos Governadores e dos Secretários de Fazenda, através do Confaz, é uma grande proposta. Vai permitir que os Estados tenham possibilidade de fazer novos investimentos, neste momento, que o País precisa.

Senador Valadares, muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Lindbergh Farias, eu gostei muito da participação de V. Ex^a hoje nas decisões que foram tomadas na Comissão de Assuntos Econômicos. V. Ex^a foi muito feliz, apesar de ser Senador de um Estado que não tem os problemas do Espírito Santo e de Santa Catarina ou Goiás, mas bateu forte em cima de uma necessidade imperiosa que é o fortalecimento da Federação. Um assunto como aquele só pode ser tratado de forma consensual, de vez que a nossa Federação não faz distinção entre Estados. Todos nós somos iguais, não há uma hierarquia, um sobrepujando o outro. São Paulo, por exemplo, que é a maior potência econômica do Brasil, apesar da força que exerce na nossa economia, não pode ter uma posição que venha prejudicar os demais, haja vista que nós mesmos aqui no Senado representamos com três Senadores os nossos Estados. Por isso, seria de bom alvitre que assunto tão importante e tão grave demorasse mais um pouco, a fim de conseguirmos uma saída, uma saída com que todos ficassem satisfeitos. Na verdade, todos manifestaram hoje, através de um divisionismo que achei grave para o Senador, uma votação que foi conseguida a duras penas pelo outro lado, de 13 a 12, significando dizer que algo está errado, que está faltando diálogo. E esse diálogo deveria estar acima de todo e qualquer interesse de outros Estados. Portanto, parabênizo V. Ex^a por essa posição coerente para evitar distorções que serão cometidas, sem dúvida alguma, para Estados que sofrerão com a queda da arrecadação, como Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Valadares, agradeço. Encerro a minha fala dirigindo-me ao Presidente da Mesa, Senador Pimentel, que é líder do Governo neste Congresso Nacional, a quem me dirijo para pedir respeito. V. Ex^a, como líder do Governo, tem de se impor pelos argumentos. Dar entrevista para dizer que vamos discutir em bancada... Não é trabalho de V. Ex^a atuar como bedel. Não tenho de dar satisfação nenhuma à bancada. Sou Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro, tenho respeito

pelos meus eleitores. Sou Senador por um importante Estado desta Federação, por isso faço questão de inquiri-lo publicamente. V. Ex^a, como líder do Governo, não tem o papel de ficar dando pito, dizendo que vai chamar para a bancada ou coisa alguma. Eu não lhe devo satisfação! Digo isso aqui a V. Ex^a porque estou atravessado com a posição de V. Ex^a hoje nos debates. Faço questão de dizer aqui na sua frente! V. Ex^a, como líder do Governo, saiba disto: aqui não há Senadores que têm medo de líder do Governo. Faço questão de deixar isso registrado. V. Ex^a se apequenou.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero me dirigir ao Senador Lindbergh para dizer que temos uma bancada e que ali eu não atuava em nome do Governo; atuava em nome da bancada do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores. Ao longo da nossa história, aprendemos que discutimos as questões internamente. A partir dali, tiramos os nossos posicionamentos. Portanto, não retiro um milímetro da minha atuação na Comissão de Assuntos Econômicos nesta manhã.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pela liderança do PSB.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Art. 14, Sr. Presidente. Fui citado e vou responder em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Quero dizer que, antes de membro da base do Governo e antes de membro da sua bancada, eu sou Senador pelo Estado do Rio de Janeiro. E eu devo, sim, meus compromissos, minha responsabilidade ao povo do Estado do Rio de Janeiro. Quero que fique registrada minha discordância do procedimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Jayme Campos, em face da desistência do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei muito rápido, Senador José Pimentel, Presidente em exercício nesta sessão.

É com muita satisfação que comunico a este Plenário que acabo de protocolar junto à Mesa proposi-

ção legislativa de minha autoria, que institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas.

Este Fundo destina-se ao financiamento de ajuda pecuniária e treinamento profissional às mulheres que, em razão da violência doméstica, se separaram de seus cônjuges ou companheiros. Ou seja, trata-se de prestar a essas mulheres assistência efetiva, com auxílio financeiro e capacitação, de modo a garantir sua independência mediante a oferta de condições de renda e segurança para sua adequada inserção no mercado de trabalho.

Ao propormos o oferecimento desta bolsa temporária, temos a convicção de estarmos libertando um enorme contingente de mulheres dos grilhões da dependência e da humilhação, dando-lhes novas oportunidades de vida.

Diferente de uma ação alinhada às políticas meramente assistencialistas, a medida proposta tanto dá o peixe quanto ensina a pescar. Estamos trazendo uma alternativa para um incontável número de mulheres que, em razão da dependência financeira, se mantêm aprisionadas a uma estrutura familiar violenta e falida. Por temerem a fome e a miséria, elas se acomodam em humilhações e agressões quase diárias. E a forma de resgatar estas mulheres deste drama consiste em financiar o recomeço de uma vida digna para elas e seus filhos.

Dados da Organização Mundial de Saúde, sobre a incidência de violência física e sexual contra mulheres oriunda de parceiros íntimos, dão conta de que sua incidência varia de 15% das mulheres no Japão a até, aproximadamente, 70% das mulheres na Etiópia no Peru. No Brasil, o índice é de 28,9% nas grandes cidades e de 36,9% no restante do país.

Daí a grande necessidade de amparar essas brasileiras vitimizadas por meio de um mecanismo que lhes propicie, a um só tempo, um mínimo para o sustento básico e uma perspectiva consistente de autonomia pelo trabalho.

Nos termos propostos, essas vítimas da violência doméstica, depois da triagem e da devida assistência, passariam a receber o equivalente a um salário mínimo por 12 meses, período em que seriam treinadas profissionalmente, qualificadas e, com o apoio e incentivo do Estado, colocadas no mercado de trabalho.

Nosso projeto não vincula o benefício ao salário mínimo, já que existe uma vedação constitucional neste sentido. Assim, fixamos o valor de R\$622,00, que será reajustado anualmente.

Como principal fonte dos recursos para a composição do Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas, estamos propondo 10% do recolhimento

anual de multas penais. Para tanto, incluímos um § 3º ao art. 49 do Código Penal.

Dessa forma, ao indicar a origem dos recursos, certamente suficientes para a demanda projetada dos benefícios a serem concedidos, podemos estar tranquilos quanto à viabilidade da concessão, sem depender de renúncias fiscais e nem da boa vontade orçamentária de nossos administradores.

Ao enviar cópias de nosso PLS às entidades de classe e às instâncias representativas da defesa dos interesses da mulher brasileira, além de solicitar o envolvimento direto da Secretaria de Políticas para as Mulheres, bem como dos órgãos governamentais e das organizações afins, no contexto da sociedade civil, estamos certos, Sr. Presidente, de contar com o apoio, não só dos ilustres Pares em ambas as Casas do Congresso, mas também das demais vozes da cidadania, para o aperfeiçoamento e a rápida tramitação dessa matéria.

Da mesma forma, estamos convictos de que a elevada sensibilidade social e o justo espírito público de nossa Presidente Dilma Rousseff estarão prontos para receber de braços abertos e rapidamente sancionar nossa proposta logo que aprovada por este Parlamento. E Deus queira que isso ocorra ainda em sua gestão.

De maneira, Sr. Presidente, que esta preocupação contida nesse projeto de lei ocorre todos os dias e minutos em nosso País. E as mulheres, como bem disse, muitas vezes, reféns, até pela comida e pela habitação, sujeitam-se a esses fatos que relatei diante desse projeto de lei.

Portanto, quero contar com o apoio dos demais pares desta Casa e também da Câmara Federal.

Quero encerrar dizendo que, com projetos como este, vamos diminuir o sofrimento de milhões de brasileiras. Lamentavelmente, hoje, quando acontecem fatos como esses, não há nenhuma política pública destinada a que essa mulher possa ter uma união melhor, sobretudo que ela possa ser mais independente e ter, com certeza, uma verdadeira cidadania construída em sua plenitude.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a, Senador José Pimentel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu que agradeço.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 109, DE 2012**

**Institui o Fundo Nacional de Amparo
a Mulheres Agredidas (FNAMA) e dá outras
providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA).

§ 1º O fundo de que trata este artigo destina-se ao financiamento de ajuda pecuniária e treinamento profissional a mulheres que, em razão da violência doméstica, se separaram de seus cônjuges ou companheiros.

§ 2º A ajuda pecuniária mencionada no parágrafo 1º será concedida durante 12 (doze) meses em um montante igual ou superior a R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), sendo o valor reajustado anualmente, de acordo com critérios a serem fixados na regulamentação da lei.

§ 3º O treinamento profissional mencionado no parágrafo 1º terá o objetivo de facilitar a recolocação das mulheres no mercado de trabalho.

Art. 2º Constituem recursos do FNAMA:

I – 10% (dez por cento) do recolhimento anual de multas penais, nos termos do que dispõe o artigo 49, § 3º do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

II – doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas;

III – contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais;

IV – o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;

V – outros recursos que lhe sejam destinados.

Art. 3º O artigo 49 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 49

§ 3º 10% (dez por cento) do recolhimento anual de multas será transferido ao Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA). (NR)”

Art. 4º O fundo de que trata esta lei será administrado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

Art. 5º Os contribuintes poderão deduzir, do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda, as doações feitas ao FNAMA, desde que comprovadas mediante recibos.

Parágrafo único. As deduções mencionadas no *caput* estarão sujeitas às condições e limites fixados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Art. 6º O FNAMA será regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É um absurdo que, em pleno Século 21, ainda tenhamos que propor políticas de proteção às mulheres, às crianças e às minorias étnicas ou religiosas. No entanto, tais medidas são necessárias. Basta um olhar mais cuidadoso para encontrarmos os números aterradores da violência imposta às mulheres.

Relatório da World Health Organization, de 2010, apresenta dados sobre a incidência de violência física e sexual contra mulheres oriunda de parceiros íntimos. A incidência dos dois tipos de violência varia de 15% das mulheres no Japão a até aproximadamente 70% na Etiópia e no Peru. No Brasil, a incidência é de 28,9% nas grandes cidades e de 36,9% no restante do país¹.

Neste sentido, prezados pares, gostaria de propor um projeto de lei que crie uma alternativa para aquelas mulheres que, em razão da dependência financeira, encontram-se aprisionadas a uma estrutura familiar violenta e falida. Por temerem a fome e a miséria, elas se acomodam a humilhações e agressões quase diárias.

Portanto, proponho a criação de um fundo, nos mesmos moldes do Programa Bolsa Família, que consiga resgatar estas mulheres deste drama, financiando o recomeço de uma vida digna para elas e seus filhos.

Estas vítimas da violência doméstica, depois da triagem e da devida assistência, passariam a receber o equivalente a um salário mínimo por 12 meses, período em que seriam treinadas profissionalmente, requalificadas e, com o apoio e incentivo do Estado, recolocadas no mercado de trabalho.

O projeto não vincula o benefício ao salário mínimo, já que existe uma vedação constitucional neste sentido. Assim fixamos o valor de R\$ 622,00, que será reajustado anualmente.

1 World Health Organization. Preventing intimate partner and sexual violence against women - Taking action and generating evidence. Table 1, p. 13. Geneva, 2010.

Como o FNAMA beneficia vítimas da violência doméstica, julgamos por bem incluir, entre suas fontes de recursos, dez por cento do recolhimento anual de multas penais. Para tanto, incluímos um parágrafo 3º ao artigo 49 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940).

O Fundo será administrado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ficando o Poder Executivo encarregado de regulamentá-lo.

Para atrair doações do setor privado, incluímos no projeto um incentivo fiscal. Segundo condições e limites a serem fixados pela Secretaria da Receita Federal, os contribuintes poderão deduzir do imposto devido, na declaração do Imposto sobre a Renda, as doações feitas ao FNAMA. – Senador **Jayme Campos**.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 29, de 2012** (nº 137/2012, na origem), pela qual a Senhora Presidenta da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$100 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em apoio ao Projeto Pernambuco Rural Sustentável (ProRural III).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Sr. Presidente José Pimentel, que preside esta sessão, colegas Senadores e Senadoras, encaminho à Mesa do Senado Federal dois requerimentos, ambos com fundamento no art. 222 do Regimento Interno. No primeiro, requeiro voto de aplauso ao sertanista José Carlos dos Reis Meirelles, por haver dedicado uma vida inteira à proteção e defesa da vida e da cultura dos povos indígenas em território brasileiro, especialmente dos índios isolados, que são um patrimônio do nosso País e da humanidade. Faço isso por estarmos na semana do índio.

Sr. Presidente, houve uma sessão especial neste plenário, na segunda-feira, em que tive a oportunidade de me fazer presente. Faremos também, depois

de amanhã, dia 19, todos que têm compromisso com a causa indígena, o registro da história desse povo, história que se confunde com a de todos nós.

Outro requerimento que passo à Mesa do Senado, à direção dos trabalhos, também com fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, peço voto de aplauso à Comissão Pró-Índio, instituição criada em fevereiro de 1979, que, pelo seu exemplo de trabalho em defesa da cidadania dos povos indígenas nas diversas áreas – educação, saúde, cultura, meio-ambiente e produção –, merece essa moção de aplauso.

Faço isso, Sr. Presidente, porque, no caso do Acre, quando o tema é a questão indígena, o Acre é uma referência no nosso País. Primeiro pelos movimentos sociais, pelas organizações que, como a CPI, que tendo à frente Verinha, Terri e tantos outros que passaram por ali trabalhando ao longo desses anos todos, estabeleceram as bases de uma política, que, sob o meu ponto de vista, deveria ser institucionalizada e incorporada à política para os povos indígenas no País.

A CPI tem uma história muito bonita. Quando assumi o Governo, em 1999, imediatamente estabelecemos parcerias para consolidar o Programa de Formação dos Agentes Comunitários Indígenas de Saúde, dos Professores Indígenas e também dos Agentes Agroflorestais.

A CPI acumulou um *know-how*, um conhecimento, a partir da busca e do respeito ao conhecimento das populações indígenas.

É bom registrar que, graças a esse trabalho que foi levado a diante...

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não, meu caro Senador Inácio.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB - CE) – Se V. Exª me permitir...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Claro que lhe permito.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB - CE) – V. Exª está falando de nações nativas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Faço a interrupção para, com satisfação, passar a palavra a V. Exª.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB - CE) – Estamos recebendo aqui um povo que tem uma história extraordinária, que é o povo vietnamita, no sentido de defender não só o seu povo, mas o seu território, o seu espaço, com a sua cultura, com a sua arte, com a sua ciência, com a sua luta, principalmente. Está aqui conosco uma comitiva de vietnamitas que nos visitam, com o Vice-Presidente, o Dr. Nguyen Van Lang, que

é Vice-Ministro de Ciência e Tecnologia e preside a Associação de Amizade Brasil/Vietnã, no Vietnã. Então, com a licença de V. Ex^a e do nosso Presidente, eu gostaria de fazer o registro desta visita, que é muito importante. Eles estão fazendo tratativas com o Governo do Brasil. O Senador Jorge Viana, que está na tribuna, está exatamente comentando sobre os nossos povos, os povos originários do nosso País. Então, nada mais oportuno, com as nossas escusas, interrompê-lo numa hora tão oportuna no discurso que V. Ex^a profere neste instante. Então, eu queria agradecer e fazer o registro dessa comitiva de vietnamitas que nos visita. Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Muito obrigado. Eu é que tenho a honra de, durante a minha fala, poder ceder o meu tempo para que V. Ex^a registre a presença, aqui no Senado Federal da República Federativa do Brasil, de uma comissão de irmãos vietnamitas. Posso obviamente dizer que não só V. Ex^a e a Senadora Vanessa estão bem acompanhados por esse povo irmão, que é um povo que despertou sempre a atenção do mundo inteiro por sua determinação em ser o condutor de seu próprio destino, mas eu devo dizer que esta comitiva está muito bem acolhida e acompanhada por V. Ex^a e por essa querida Senadora, que é a Senadora Vanessa.

Então, sejam bem-vindos.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, a CPI – Comissão Pró-Índio do Acre – ajudou a construir, primeiro, o reconhecimento dos povos indígenas no Acre. Hoje, 14% do território acriano estão na mão de quem deveria estar: dos povos indígenas. Hoje, a CPI trabalha com oito povos indígenas em 17 terras indígenas no Estado.

Fico orgulhoso de poder dizer desta tribuna, junto a um querido companheiro como V. Ex^a, Senador José Pimentel, que, graças ao trabalho que fazemos com os Agentes Agroflorestais, com os Agentes de Saúde e especialmente com os Professores Indígenas, com metodologia, com currículo apropriado, desenvolvido a partir de uma parceira com a Comissão Pró-Índio, neste ano, só neste ano, 150 indígenas vão alcançar o nível universitário, o nível superior no Acre.

Isso é a demonstração de uma política continuada, que começou comigo – nunca sonhei ser Governador do Acre e o governei durante oito anos, por dois mandatos –, que teve sequência com o grande educador e grande Governador Binho Marques, e que agora segue adiante com o Governador Tião Viana.

No outro requerimento com moção de aplauso de que trato do sertanista José Carlos Meirelles Júnior. Ele é uma espécie de Irmãos Villas Bôas do Acre. Eu, desta tribuna, elogiei os que trabalharam no projeto do

filme “Xingu” e que tão bem expuseram para o Brasil uma história, uma saga tão bonita dos Irmãos Leonardo e Cláudio Villas Bôas – obviamente liderados por Orlando –, que são parte da história bonita dos sertanistas no Brasil.

O Acre tem a honra de ter como acreano por adoção José Carlos Meirelles. E aqui, do Senado, por conta de uma vida dedicada aos povos indígenas, à luta da causa indígena, mas, especialmente, uma luta dedicada a proteger os índios, com quem ele nunca teve a oportunidade de conversar, que são os índios isolados... Eu, particularmente, tive a oportunidade, ainda no começo da década de 2000, de fazer, com o Meirelles, uma das viagens mais importantes da minha vida. Depois de um dia inteiro de viagem, com mais duas horas e meia de voo de Rio Branco até uma pequena pista de pouso no meio da floresta, sobrevoamos a área dos povos isolados e vimos, pela primeira vez foram fotografados, os índios isolados no Acre. Tínhamos um repórter da revista *Época*, o Ronald Freitas, um jornalista, e o certo é que essa imagem ganhou força, e, mais recentemente, numa outra expedição, foi fotografado um número ainda maior de índios isolados.

Mas hoje os dados apontam que, graças ao trabalho do Meirelles, um digno funcionário da Funai, que merece todo tipo de aplauso e de reconhecimento, a população dos índios isolados no Acre cresce. Pelo número de roçados, pela plantação que tem, pelo número de casas e malocas, entendemos que há ali uma população perto de 500 índios, que vivem independentemente daquilo que achamos que é imprescindível para a vida.

O Meirelles há alguns anos, eu ainda estava no governo, por conta da ocupação desordenada do território peruano, sofreu um ataque dos índios isolados. Ele recebeu flechadas no rosto, e foi salvo por um verdadeiro milagre. Na época, houve uma operação de guerra conduzida pelo Senador Tião Viana, pelo Edgar de Deus, por todos nós. Ele foi retirado do posto avançado, na foz do rio Xinane, e sobreviveu, mesmo tendo levado flechadas no rosto. Logo que voltou, esteve comigo no governo, e eu lhe perguntei: “Meirelles, e agora, você sai da área?” Ele imediatamente respondeu: “Não, eu vou voltar para seguir com minha missão para proteger aquele povo. Eles mandaram o recado que estão sentido a pressão aumentar, mas eu sigo defendendo e vou voltar para lá imediatamente”.

Então, esses são os dois requerimentos que apresento Sr. Presidente. Espero que possam ser votados com a maior brevidade.

O Senador Suplicy me pede um aparte, e eu o atendo com muita satisfação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Jorge Viana, eu queria fazer um aparte tanto sobre a notícia que nos dá sobre os índios no Acre como sobre o seu pronunciamento de ontem tão entusiasmado. No último domingo, fui assistir ao filme Xingu, que V. Ex^a, de maneira tão comovente, comentou ontem. Quero transmitir a todos os brasileiros a que nos assistem que esse é um filme notável, que retrata uma experiência formidável, para pessoas de qualquer idade, para os jovens que estão querendo saber como fazer suas vidas ganharem muito sentido. As experiências dos irmãos Villas Bôas, tão bem retratadas no filme de Cao Hamburger, são, desde a primeira até a última cena, comoventes, mexem com nosso estado de espírito, com nossa alma, com nosso coração. Eu quero acrescentar alguns elementos, porque acho que todos os Senadores e Senadoras vão apreciá-lo, vão gostar muito dele. Mas quero também, como V. Ex^a, recomendá-lo a todas as pessoas, aos brasileiros e às pessoas no exterior, que assistam a esse filme tão fantástico.

Logo que os irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo viram a notícia de que haveria uma expedição na região do Xingu, resolveram se inscrever e, como observaram na fila que quase todos os peões que estavam se inscrevendo eram pessoas de educação muito precária, eles disseram que também não sabiam ler e escrever, que não tinham instrução, mas que queriam se inscrever. Então, para lá foram e, obviamente, destacaram-se, porque tinham maior conhecimento. Mas, desde a primeira vez em que encontraram os índios do Xingu, aproximaram-se deles de maneira a que o encontro acabasse sendo pacífico, e todos os passos que deram foi no sentido de ajudar a formação do Parque Nacional do Xingu. Notem que eles começaram em 1943 e foi apenas em 1961, durante o governo do Presidente Jânio Quadros, que finalmente foi reconhecida aquela aspiração de formar o Parque Nacional do Xingu, que existe até hoje e está, conforme retrata o filme ao final, muito bem conservado. Portanto, a decisão que eles recomendaram ao governo do Brasil de reservar aquela área para que os índios, inclusive de outras áreas, pudessem estar ali foi acatada, todo o empreendimento foi realizado com extraordinário sucesso. Então, quero aqui também enaltecer o filme e cumprimentá-lo por ter feito o registro ontem – era minha intenção fazê-lo, mas cheguei um pouquinho depois do encerramento por causa do atraso do avião. Mas hoje faço o registro em aparte a V. Ex^a, como irmão nesse importante registro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero, para concluir, registrar meus cumprimentos não apenas a Cao Hamburger, mas a Fernando Meirelles, a Andrea Barata Ribeiro, a Bel Berlinck, a Elena Soarez, a Anna Muylaert, que conheço e cumprimento muito, a Adriano Goldman, Cassio Amarante, Patrícia Faria, Cecília Homem de Mello, Francisco Accioly, Gustavo Giani, Beto Villares, enfim, a todos. Peço para registrar, se V. Ex^a permite,...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por favor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...a ficha completa dos que participaram da produção desse formidável filme, que merece muitos prêmios nos mais diversos festivais onde será apresentado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy, caro colega, com sua sensibilidade, óbvio. Faço meu também o encaminhamento, para que possamos fazer constar, nos Anais do Senado Federal, o nome de todos os que ajudaram a construir esse filme, que, de fato, aproxima os brasileiros; que nos faz ter um olhar que deveríamos ter sempre para a história e a vida dos nossos povos indígenas.

Na Semana do Índio, às vésperas do dia 19, Dia do Índio, é muito importante que, aqui do Senado, façamos esse registro, essa homenagem a todos que dedicam sua vida à causa indígena.

Mas eu queria, então, Sr. Presidente, agradecendo o aparte do Senador Suplicy mais uma vez, trazer aqui um outro tema, já que no plenário temos o Senador Sérgio Petecão, o Senador Anibal Diniz.

Hoje, pela manhã, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, tivemos a presença do Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia. E eu fiz alguns questionamentos ao Ministro sobre a situação da grave crise que nós, há alguns anos, estamos vivendo, quando o assunto é fornecimento de energia ou preço da energia em Rio Branco e nos municípios do Estado.

Estou aqui encaminhando um requerimento pedindo informações, com fundamento no art. 216, inciso I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal. Que sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Minas e Energia as seguintes informações. E aqui um conjunto de informações:

Qual o plano de investimento na rede de distribuição de energia na capital, Rio Branco, e demais Municípios, respectivos custos e prazo de execução e conclusão?

Quando a segunda linha de transmissão Rondônia–Acre estará pronta?

Quando a energia limpa das hidrelétricas do rio Madeira, Santo Antonio e Jirau farão parte do sistema de fornecimento de energia do Estado do Acre?

Quais são os critérios adotados na definição das tarifas ao consumidor?

O que justifica o Estado do Acre ter uma das tarifas de energia mais caras do Brasil e quais são as medidas que serão adotadas para diminuir os valores atuais das tarifas?

O aproveitamento de energia limpa na hidrelétrica do Madeira pela linha de transmissão para o Estado do Acre possibilitará a diminuição das tarifas cobradas? É uma pergunta.

Qual o custo megawatt/hora da geração de energia no sistema Acre/Rondônia, que atende a capital do Acre e demais Municípios interligados por esse sistema? E quais os custos da geração de energia nos Municípios do Acre que pertencem ao sistema elétrico isolado?

Faço isso acompanhado de uma justificativa, porque sei que é esse o desejo de todos os acreanos.

O Senador Sérgio Petecão, contrerrâneo, pede um aparte, mas eu o concederei em breve. Eu só queria, para ir um pouco mais adiante, Senador, destacar que eu disse para o Ministro que nós temos uma energia cara e ruim no Acre. Os prejuízos da população são incalculáveis, diariamente.

Eu, como Governador, fui pressionado. Houve uma ação do Governo Federal para que deixássemos de gerar energia a diesel em Rio Branco e pudéssemos fazer funcionar a linha de transmissão que estava pronta. O Acre perdeu ICMS com isso e seguiu tendo uma energia suja, gerada a partir de diesel, cara e ruim.

Tive uma conversa com o Ministro de Minas e Energia, com a direção da Eletronorte, que me afirmaram que, ainda em outubro ou novembro, a segunda linha de transmissão vai estar pronta, em funcionamento. Sei que isso vai dar estabilidade para a energia consumida em Rio Branco e Municípios adjacentes. Mas, Sr. Senador que me pede um aparte, quero dizer que aqui há os dados dos investimentos que estão sendo feitos nas subestações. Hoje, temos 50 megawatts em cada uma das duas subestações. Será concluída até junho a subestação São Francisco/Tangará/Itaquari, cada uma com 25 megawatts. Os recursos somam R\$79 milhões. Mas as linhas de distribuição em Rio Branco são muito precárias. São apagões, constantemente, em um bairro e em outro. E não adianta dizer que é conta do ICMS. O ICMS é o mesmo – em algum lugar pode ser mais caro – praticamente em todo o Brasil. Não é só isso. O que encarece a energia no Acre é o custo do diesel. O megawatt/hora custa mais de R\$1.000, sendo que R\$700 é o custo do diesel para gerar o megawatt/hora.

Vou ler, antes de conceder o aparte a V. Ex^a.

A energia do Acre hoje é a nona mais cara do Brasil: R\$0,41 por megawatt/hora.

Mas veja só: a diferença dessa energia, que é a nona, para a primeira é muito pouca, a primeira é R\$0,45. Mas a diferença do custo da energia no Acre, que é a nona mais cara do Brasil, para a última e a penúltima é grande: a última, da CEAP – Companhia de Eletricidade do Amapá, R\$0,19; e a de Boa Vista, R\$0,27. Ou seja, lá o preço da energia é R\$0,19, e a nossa é R\$0,41.

Eu acho que temos que estabelecer uma luta. Eu que lutei tanto pelas hidrelétricas, uma energia limpa, e pelas linhas de transmissão, estou encampando e seguindo a luta de muitos acreanos por uma energia boa e barata.

A energia foi vendida em Rondônia a menos de R\$100 o megawatt. No Acre, é produzida a mais de R\$1.000. Não é possível que, com a entrada das hidrelétricas em funcionamento, como está ocorrendo, e com a segunda linha de transmissão, a energia para o consumidor, no Acre, não comece a baratear.

É com satisfação que ouço o aparte do Sérgio Petecão.

Peço a compreensão do Presidente dos trabalhos, da Mesa, porque o Senador Suplicy fez um aparte/discurso no meu improviso e consumiu quase dez minutos. Mas o tema da questão indígena, V. Ex^a compreende, é um tema que interessa ao Brasil, interessa aos Senadores. Sei que V. Ex^a é compreensível.

Por favor, Senador.

O Sr. Sérgio Petecão (PSD – AC) – Agradeço o aparte concedido pelo Senador Jorge Viana e, ao mesmo tempo, quero parabenizá-lo pela iniciativa do requerimento em tentar trazer para o povo brasileiro, principalmente para o povo do Acre, algumas explicações, porque hoje toda a população acreana precisa saber. O senhor que foi Governador do Estado sabe e conhece como poucos a situação, a importância que é ter uma energia barata no nosso Estado. O nosso Estado é um Estado pobre, um Estado pequeno e, se nós não criarmos instrumentos, mecanismo para atrair indústrias, atrair empresas para investirem, gerar emprego no Acre, vai ser muito difícil. Essa sua atitude de apresentar esse requerimento... Por várias vezes, tive oportunidade de subir à tribuna desta Casa para tratar desse tema, acompanhei o movimento lá no nosso Estado, que tem à frente a jornalista Eliane Sinhasique, que não se cansa de cobrar, de pedir para que nós Senadores e nós Deputados Federais possamos fazer alguma coisa para levar uma melhor energia, porque a nossa energia tem dois erros muito graves: além de ser uma energia muito cara, é uma energia muito ruim. São constantes os apagões na nossa capital. E aqui não quero, de forma alguma, responsabilizar o Governo do Estado do Acre, na pessoa do Governador Tião

Viana, nem na sua pessoa, nem na pessoa do Senador Aníbal. Eu quero é me colocar à disposição para me juntar ao senhor, para que nós possamos dar a maior celeridade possível, porque essa cobrança está muito forte, essa cobrança está muito forte. A população não aguenta mais...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sergio Petecão (PSD – AC) – Energia no Acre virou questão de luxo, e energia não é questão de luxo. Energia é questão de necessidade. Então, minha fala aqui é no sentido de parabenizá-lo pela iniciativa e me colocar à disposição para que nós possamos unir forças, a bancada aqui no Senado, a nossa bancada federal. Não se justifica. Ali no Estado vizinho, em Rondônia, está-se construindo duas grandes hidrelétricas, e o Acre não pode ter a nona tarifa energética...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nona energia mais cara.

O Sr. Sérgio Petecão (PSD - AC) - ... como foi dito pelo senhor. Não se justifica. E nós estamos falando de um Estado que precisa, e muito, dessa energia. Então, eu queria, mais uma vez, parabenizá-lo e dizer que estou junto nessa luta para que nós possamos, se Deus quiser, baixar a tarifa energética no Estado do Acre. Obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

Sr. Presidente, para concluir, acho que dois minutos são suficientes.

Nós estamos falando de um Estado da Amazônia. Nós lutamos para que pudéssemos ter as hidrelétricas de Santo Antônio, de Jirau, o aproveitamento hidrelétrico no Brasil, com preocupação com o meio ambiente, com sustentabilidade, para que tudo isso pudesse voltar a fazer parte dos investimentos do País. Agora, eu lutei também muito para que o Acre, Rondônia e o Amazonas fossem sócios dessas hidrelétricas, porque se está usando recurso natural nosso para gerar energia, para uma linha de transmissão trazer para Araraquara e abastecer o Sul e Sudeste do Brasil. E nós vamos seguir pagando uma energia cara e ruim? Qual é a justificativa? Que outro momento nós vamos ter para ter energia boa e barata?

Daí eu venho à tribuna para dizer que é inaceitável que o Brasil, na busca da modicidade tarifária, ponha o Acre refém do mercado de energia elétrica e diga: “não, o Acre compra no mercado livre ou compra nos leilões”. Não, são os nossos recursos naturais que estão sendo usados para gerar energia barata neste País. E, prioritariamente, se quisermos ser justos, diminuir as desigualdades, começamos por ter energia boa e barata no Norte e Nordeste deste País.

Como amazônida, como brasileiro e como Senador, vou estar nessa luta, tirando a máscara. Não tenho interesse partidário nem político imediato nisso. O interesse político grande é criar condições para uma energia boa e barata no Acre.

Aliás, devo registrar aqui que o Governador Tião Viana tem, constantemente, trabalhado na busca de criar essa infraestrutura. Cabe a todos nós nos somarmos no esforço do Governo do Estado, para que a população do Acre possa ter uma energia e que eu possa vir à tribuna do Senado dizer: temos uma energia barata, porque estamos ajudando o Brasil com as hidrelétricas do Madeira, que leva também água dos nossos afluentes.

Em dezembro de 2011, as termoeletricas de Rio Branco, que haviam sido paralisadas, voltaram a funcionar graças a uma ação direta do então presidente Lula, que, em 2010, a partir de uma ação do Governador Tião Viana, eleito, estabeleceu que tinha que haver geração de energia, mesmo que a diesel, em Rio Branco.

Sr. Presidente, encerro aqui o meu discurso dizendo que estarei vigilante e que não aceitamos que, depois de dar uma grande contribuição para uma área estratégica do Brasil, que é a geração de energia, com a entrada em funcionamento das turbinas de Jirau e Santo Antônio, com a inauguração da segunda linha de transmissão de Porto Velho para Rio Branco, o povo do Acre siga refém de um mercado injusto, tendo uma das tarifas elétricas mais caras do Brasil. Ao contrário, vamos exigir um tratamento justo.

E se o Governo Federal, se o Brasil quiser dar um tratamento justo, tem que pensar no Nordeste e Norte deste País como regiões que são diferentes, estão em desvantagem em relação a outras regiões do Centro-Oeste, do Sul e Sudeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

FICHA TÉCNICA DO FILME XINGU

- **Direção:** Cao Hamburger
- **Produção:** Fernando Meirelles, Andrea Barata Ribeiro, Bel Berlinck
- **Roteiro:** Elena Soarez, Cao Hamburger, Anna Muylaert
- **Direção de Fotografia:** Adriano Goldman, ABC
- **Direção de Arte:** Cassio Amarante
- **Produção de Elenco:** Patrícia Faria, Cecília Homem de Mello

- **Produção de Elenco Indígena:** Francisco Accioly
- **Montagem:** Gustavo Giani
- **Música:** Beto Villares
- **Supervisão de Pós Produção:** Hugo Gurgel
- **Desenho de Som e Mixagem:** Alessandro La-roca, Eduardo Virmond Lima, Armando Torres Jr.
- **Som Direto:** Paulo Ricardo Nunes
- **Figurino:** Verônica Julian
- **Caracterização:** Anna Van Steen
- **Diretor de Produção:** Marcelo Torres
- **Diretora Assistente:** Márcia Faria
- **Produtora Executiva:** Bel Berlinck, Andrea Barata Ribeiro
- **Empresa Produtora:** O2 Filmes
- **Co-produção:** Globo Filmes
- **Distribuição:** Downtown Filmes, Sony Pictures e RioFilme
- **Elenco:** João Miguel (Claudio Villas Boas), Felipe Camargo (Orlando Villas Boas), Caio Blat (Leonardo Villas Boas), Maiarim Kaiabi (Prepori), Awakari Tumã Kaiabi (Pionim), Adana Kambeba (Kaiulu), Tapaié Waurá (Izaquiri), Totomai Yawalapiti (Guerreiro Kalapalo)
- **Participação Especial:** Maria Flor (Marina), Augusto Madeira (Noel Nutels), Fabio Lago (Bamburra)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº314, DE 2012

Requer informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a situação atual do fornecimento, tarifas e investimentos em energia no Estado do Acre.

Requeiro, com fundamento no art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia as seguintes informações:

1. Qual o plano de investimento na rede de distribuição de energia da capital do Acre Rio Branco e demais municípios, respectivos custos e prazos de execução e conclusão?
2. Quando a segunda linha de transmissão Rondônia-Acre estará pronta?
3. Quando a energia limpa das hidrelétricas do Rio Madeira fará parte do sistema de fornecimento de energia do Estado do Acre?
4. Quais são os critérios adotados na definição das tarifas ao consumidor, o que justifica o Estado do Acre ter uma das maiores tarifas do Brasil e quais as

medidas que serão adotadas para diminuir os valores das atuais tarifas?

5. O aproveitamento da energia limpa das hidrelétricas pelas linhas de transmissão para o Estado do Acre possibilitará a diminuição das tarifas cobradas?

6. Qual o custo Mwh/hora da geração de energia do Sistema Acre-Rondônia que atende a capital do Acre e demais municípios interligados por este Sistema e qual o custo da geração de energia nos municípios do Acre que pertencem ao sistema elétrico isolado?

Justificação

O Estado do Acre tem apresentado, como em todo País, um crescente aumento das atividades econômicas e, conseqüentemente, da renda de sua população, acarretando um contínuo e significativo aumento dos consumidores de energia. Em 2006 o estado contabilizava 152.630 consumidores, passando para 201.781 em 2010, representando um acréscimo de 36,23% no consumo de energia.

Paralelamente ao aumento do consumo, o custo elevado para o consumidor e ter levado a população a conviver com constantes interrupções do serviço e oscilações de carga que implicam em grandes prejuízos ao cidadão individualmente, aos empreendimentos econômicos e, até mesmo, para a iluminação pública. É comum eletrodomésticos e outros equipamentos serem danificados em razão dos picos de energia.

Os elevados custos, a baixa qualidade do fornecimento de energia, aliada à precária rede de distribuição existente, dificulta a ampliação do parque industrial do Estado, particularmente neste momento em que o Acre está instalando uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE, que já se encontra em plena fase de atração de investimentos.

No Acre, além dos problemas relatados, o Estado ainda perde anualmente R\$ 30 milhões de ICMS em razão de ter sido transferida a geração de energia para o Estado de Rondônia. Até o momento, o quadro é de precariedade no fornecimento e distribuição de energia e de perda de arrecadação tributária.

Também nos preocupa a tarifa cobrada, que no caso da ELETROACRE é a 9ª mais cara do País dentre as 63 concessionárias existentes. Esta, inclusive, é uma realidade presente em toda a Região Norte, onde se verifica a maior tarifa média.

A situação energética do Acre exige investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia, bem como, o estabelecimento de tarifas compatíveis com as necessidades sociais e econômicas. Este requerimento tem justamente a intenção de tomar conhecimento das medidas a serem adotadas, bem como dos seus custos e prazos. – Senador **Jorge Viana**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 315, DE 2012

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno, requeiro Voto de aplauso ao sertanista José Carlos dos Reis Meirelles por uma vida inteira dedicada a causa da proteção e defesa da vida e cultura dos povos indígenas em território brasileiro.

Justificação

José Carlos Meirelles Júnior nasceu em São Paulo em 1948, mas, ainda em 1971, aos 23 anos, deixou o curso de engenharia para trabalhar na FUNAI. É sem dúvida, um sertanista da mesma ousadia e determinação dos irmãos Villas Bôas. José Meirelles tem para os índios do Acre a mesma importância que os irmãos Leonardo, Cláudio e Orlando tiveram para a proteção dos índios do até então desconhecido oeste brasileiro.

A partir de 1988, dedicou-se exclusivamente aos índios isolados. Como coordenador da Frente de Proteção Etno-ambiental do Rio Envira, no Acre, com sede em Feijó, desde sua criação, conseguiu estabelecer uma respeitosa forma de relacionamento com os povos isolados na fronteira do Acre com o Peru. Graças ao seu trabalho abnegado, os povos chamados por nós de arredios estão sendo protegidos do contato com a nossa civilização e ainda vivem da mesma forma que seus ancestrais. É um trabalho difícil, arriscado. Em 2004, José Meirelles foi ferido por uma flecha que quase o matou e a primeira coisa que disse foi: “a culpa foi minha, cheguei perto demais”. Depois de 40 anos como funcionário da FUNAI, aposentou-se do órgão e agora é ligado ao Governo do Acre. Não cansa de lutar para que o Estado brasileiro crie condições efetivas para a sobrevivência digna desses povos.

Assim, na semana dedicada aos índios do Brasil, prestar esta homenagem ao extraordinário sertanista José Meirelles é apenas fazer justiça ao trabalho e dedicação de um grande brasileiro. – Senador **Jorge Viana**.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 316, DE 2012

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno, requeiro Voto de aplauso à Comissão Pró-Índio do Acre, instituição criada em fevereiro de 1979, pelo seu exemplo de trabalho na defesa da cidadania dos povos indígenas nas diversas áreas: educação, saúde, cultura e meio ambiente.

Justificação

A CPI/Acre faz parte de uma rede de instituições não governamentais que participou ativamente da regularização das terras indígenas no Acre e suas fronteiras. Terras que hoje representam 14% do território acriano.

Na origem de seu trabalho, apoiou a organização das primeiras cooperativas de produção extrativista entre os índios da região, tornando possível alternativas socioeconômicas ao esquema dos seringais instalados na região.

A CPI/Acre contribui decisivamente para formular um novo modelo de política indigenista, centrado na demarcação das terras indígenas e demais direitos.

Como parceira do Governo do Estado, a CPI foi fundamental na promoção de políticas sociais nas comunidades indígenas do Acre, atuando na formação de agentes de saúde e agentes agroflorestais. Seu projeto de educação foi adotado pelo governo do Estado desde 1999 como política pública de educação indígena e hoje serve de referência para todo o País. Este ano 150 índios acrianos completam sua formação em nível superior.

A CPI Acre trabalha hoje com 8 povos em 17 Terras Indígenas do Estado.

Na semana dedicada aos índios do Brasil, entendo que esta homenagem é mais do que justa e, assim, espero o apoio dos meus pares. – Senador **Jorge Viana**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O Senador Flexa Ribeiro apresentou o **Requerimento nº 280, de 2012**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, para participar, na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e de Vice-Presidente do Parlatamento Latino-Americano, da primeira reunião de 2012

da Junta Diretora, no período de 20 a 22 de abril de 2012, na cidade do Panamá, na República do Panamá.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa e distribuído ao Plenário o despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *ad referendum* do seu colegiado, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 280, de 2012.

É o seguinte o despacho:

DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, “AD REFERENDUM” DO PLENÁRIO DO COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Referente ao Requerimento nº 280, de 2012, do Senador Flexa Ribeiro, que “requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, com ônus para Casa, no período de 20 a 22 de abril de 2012 para participar, na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e Vice-Presidente do Parlamento Latinoamericano, da primeira reunião de 2012 da Junta Diretiva, que ocorrerá na cidade do Panamá – República do Panamá, atendendo a convite do Presidente do Parlamento Latinoamericano e do Secretário Executivo.”

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu quinta-feira, dia 12 de abril de 2012, o Requerimento em epígrafe, de autoria de Sua Excelência Senador Flexa Ribeiro.

Os Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento que não pôde ser observado, tendo em vista a proximidade entre a chegada do Requerimento, o início da viagem, e a realização de Reunião desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, o que so-

mente poderá ocorrer na próxima reunião, este Presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, “*ad referendum*” do Colegiado.

As razões para opinar favoravelmente estão contidas no convite do Parlamento Latinoamericano que acompanha o Requerimento, do qual o Senador Flexa Ribeiro é Vice-Presidente.

Em síntese, portanto, esta Presidência opina pela aprovação do Requerimento nº 280, de 2012, do Senador Flexa Ribeiro.

Sala da Comissão, 16 de abril de 2012. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Não havendo objeção do Plenário, passa-se à votação do Requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, pela Liderança do Partido Progressista.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Quero falar enquanto o Senador Dornelles não chega à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero informar à Casa que já encaminhamos ao Senador Walter Pinheiro, Líder do Partido dos Trabalhadores, um requerimento da oposição, com 15 assinaturas, propondo uma CPI sobre o escândalo Cachoeira. Era apenas essa comunicação que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Alvaro Dias, está registrada a comunicação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na condição de Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, subo hoje a esta tribuna para cumprir, mais do que um dever, uma tarefa que me enche de orgulho e de satisfação: trata-se de homenagear Abigail Izquierdo Ferreira, conhecida em todo o País como Bibi Ferreira, que comemora neste 2012 os seus 90 anos de vida.

Filha do consagrado ator Procópio Ferreira, de saudosa memória, e da bailarina espanhola Aida Iz-

quierdo, Bibi conheceu o palco antes mesmo de ter consciência de que existia: na verdade, fez sua estreia teatral aos 24 dias de vida, na peça Manhãs de Sol, de autoria de Oduvaldo Viana, substituindo uma boneca que desaparecera pouco antes do início do espetáculo.

Verdadeira dama do cenário teatral brasileiro, não existe melhor exemplo nas artes cênicas de artista mais completa, mais talentosa, mais brilhante e mais diversificada nas suas habilidades cênicas do que Bibi Ferreira.

Atriz de excepcional talento, cantora lírica e de música popular de invejável competência, bailarina de méritos, diretora de espetáculos, musicais ou de prosa, embora o palco fosse seu *habitat* natural, marcou sua presença na TV e no cinema com o mesmo brilhantismo com o qual perambulou pelos palcos de todo o Brasil.

Geneticamente destinada a ocupar lugar de relevo no panorama artístico brasileiro, Bibi Ferreira superou todas as expectativas a partir de 1941, quando interpretou Mirandolina na peça La Locandiera. Três anos depois, montou sua própria companhia teatral, reunindo os nomes mais destacados da cena brasileira, como Cacilda Becker, Maria Della Costa e a diretora Henriette Morineau.

Na década de 60, vieram os sucessos musicais, pontificando com Minha Querida Dama (My Fair Lady), em companhia de Paulo Autran, com o qual dividiria também o palco em 1972 em O Homem de la Mancha. Todos os anos de 60 puderam vê-la na TV Excelsior, de São Paulo, em programa ao vivo.

Nos anos 70, além de ter dirigido alguns dos mais expressivos espetáculos teatrais e musicais montados no Brasil, com destaque para o inesquecível Brasileiro, Profissão: Esperança, de Paulo Pontes, protagonizou a versão de Chico Buarque e de Paulo Pontes de Medeia, com o nome de Gota d'Água, a mais inovadora das adaptações de um texto da dramaturgia grega, escrita, no espetáculo encenado, em versos de cordel.

Em ritmo alucinante, Bibi Ferreira atravessou as décadas de 80 e de 90 dirigindo, atuando e recebendo os merecidos e calorosos aplausos de um público entusiasta. E não recebeu somente aplausos. Por sua impecável atuação, em 1983, em Piaf, a Vida de Uma Estrela da Canção, recebeu os prêmios Mambembe e Molière e, pela mesma peça, no ano seguinte, recebeu o reconhecimento da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo (Apetesp) e o prêmio Governador do Estado. Para se ter ideia do sucesso, o espetáculo premiado esteve seis anos em cartaz, tendo sido apresentado em diversos Estados do País: em quatro anos, atingiu um milhão de espectadores, incluindo uma temporada em Portugal, com atores portugueses no elenco.

O século XXI mal tinha começado, e a infatigável Bibi Ferreira já estava em ação com outro sucesso incomparável: desta vez, em 2001, Bibi encarnou Amália Rodrigues no espetáculo Bibi Vive Amália. Durante toda a primeira década do século XXI, as artes cênicas viram-na em atividade, ora dirigindo, ora lançando CDs e DVDs, ora estrelando os *shows* Bibi in Concert. Com tanta popularidade, competência e sucesso, Bibi Ferreira teria de chamar a atenção do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Viradouro, que dela fez seu enredo em 2001.

No momento em que Bibi Ferreira completa 90 anos de idade, perto de 70 anos de atividade artística, procuro, como Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, palavras que melhor possam dizer do nosso profundo agradecimento pelo prazer que Bibi Ferreira nos proporcionou a todos, brasileiros de todos os quadrantes, com sua magia, com seu talento, com sua criatividade, com seu magnetismo e com sua radiosa presença no cenário artístico do País. Não acho melhor palavra para me expressar, em meu nome, em nome do Estado do Rio de Janeiro e, tenho certeza, em nome de todos os brasileiros, do que simplesmente dizer, de coração, muito obrigado, nem encontro gesto mais eloquente do que aplaudi-la, teatralmente, como parte de sua plateia emocionada.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Sobre a mesa, Ofício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:

“Cumprimentando cordialmente V. Ex^a, informo que designei o Senador Romero Jucá (PMDB/RR) para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2013, e para os cargos de Relator da Receita e Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, foram designados, respectivamente, o Deputado Cláudio Puty (PT/PA) e o Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE).

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de estima e de consideração.

Deputado Paulo Pimenta, Presidente da CMO”

É o seguinte o ofício na íntegra:

Of. Pres. nº 183/2012/CMO

Brasília, 17 de abril de 2012

Assunto: Informa designação do Relator-Geral do PLOA 2013, da Receita e do PLDO 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, informo que designei o Senador Romero Jucá (PMDB/RR) para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2013, e para os cargos de Relator

da Receita e Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, foram designados respectivamente, o Deputado Cláudio Puty (PT/PA) e o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Paulo Pimenta**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O Ofício vai à publicação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se puder me conceder a palavra pela ordem, no momento em que V. Ex^a entender mais adequado, eu lhe agradecerei.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – É claro, Senador Paim. Peço-lhe que aguarde um minuto.

Em votação o **Requerimento nº 297, de 2012**, em aditamento ao **Requerimento nº 204, de 2012**, do Senador Paulo Paim, que requer licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, para participar de sessão especial para a posse dos novos parlamentares e de sessão preparatória para a votação das mudanças do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, a realizar-se no dia 23 de abril de 2012, em Montevideu, Uruguai, devido à alteração da data do evento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, rapidamente, fazer o registro de que hoje é o Dia do Hemofílico. Hoje, 17 de abril, é celebrado o Dia Mundial do Hemofílico e o dia mundial também, não só nacional, desses companheiros e companheiras que acabam buscando alternativas para aumentar sua qualidade de vida.

A data é em homenagem ao fundador da Federação Mundial de Hemofilia, Frank Schnabel, nascido neste dia. Celebrada em mais de 100 países, a Federação Mundial possui representações em todo o mundo, hemofílicos, federações nacionais e federação mundial.

Aproveito para divulgar a importância dessa realidade da Federação Mundial, da Federação Brasileira de Hemofilia, que, através de vários eventos, em conjunto com as entidades parceiras, promove evento nessa data.

Cumprimento, aqui, a liderança da Tânia, no Rio Grande, em Caxias do Sul, e todos aqueles que se dedicam à causa.

Portanto, faço esta saudação ao Dia Mundial do Hemofílico e ao Dia Mundial da Hemofilia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, aproveitando que V. Ex^a está na Presidência – não vou nem ler, já fiz o registro que queria –, gostaria dizer que estamos atravessando um problema sério em relação a uma portaria do Ministério da Saúde, Senador Pimentel, que diz que para que eles possam encaminhar projetos naquela área, não poderá ser maior do que R\$200 mil o financiamento de unidades básicas de saúde, enquanto a Presidenta Dilma diz que as emendas de cada Parlamentar – é quase uma questão de ordem a V. Ex^a – têm de ser de R\$250 mil. Estamos tentando achar um caminho. Qual é a orientação correta? A do Ministério da Saúde, que fixou em R\$200 mil, não mais que R\$200 mil, ou a da Presidenta Dilma, de que as emendas individuais não podem ser menores do que R\$250 mil? Tentamos de tudo junto ao Ministério da Saúde até o momento, mas eles não nos respondem, o que criou um impasse.

Vou encaminhar a V. Ex^a, que está presidindo os trabalhos como Líder do Governo. Se V. Ex^a, depois, puder me dar um retorno, eu lhe agradeço muito.

Estamos num impasse entre os R\$200 mil e os R\$250 mil. Preciso de uma orientação para ver como é que a nossa equipe vai agir. Ou cumpre a orientação do Ministério da Saúde, ou a da Presidenta. Eu entendo que deveria ser a da Presidenta, mas V. Ex^a, como ninguém no exercício da Presidência, poderá me orientar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Recebo o requerimento de V. Ex^a e, em seguida, a Mesa dará o retorno.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim, pela liderança do PSC.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Para pedir a V. Ex^a que me inscreva pela liderança do PT. Ao mesmo tempo, solicito à Mesa a inclusão do Projeto de Resolução nº 72, para apreciação no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – V. Ex^a está inscrito pela liderança do PT.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim, pela liderança do PSC.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve, como costume ser.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, antes de mais nada, Sr. Presidente, desejo, de pronto, melhoras ao Presidente Sarney. Rogo para que ele se recupere, e que Deus continue dando a ele vida longa.

Início minha fala, citando João Guimarães Rosa, quando diz: “O correr da vida embrulha tudo. A vida é

assim: esquentar e esfriar, apertar e daí afrouxar, sossegar e depois desinquietar. O que ela quer da gente é coragem”. E hoje é um desses dias em que a vida, verdadeiramente, cobra-nos coragem, Presidente. Coragem para lidarmos com sentimentos antagônicos. Por um lado, a alegria e o orgulho pela posse de um dos mais ilustres filhos de Sergipe na Presidência do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Carlos Ayres Britto; por outro, a tristeza e o enorme pesar pela perda de outro sergipano não menos ilustre, o jornalista e historiador Luiz Antônio Barreto.

Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, sergipano, nascido na bela Propriá, cidade às margens do rio São Francisco, traz em si a força do grande rio. Aos 19 anos, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe, de onde saiu bacharel quatro anos depois. Pós-graduou-se em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito de Sergipe e tornou-se mestre e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Eduardo Amorim, por gentileza. Estou interrompendo V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais uma hora. Devolvo o tempo regimental para V. Ex^a.

Obrigado pela atenção.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sua trajetória profissional, assim como a acadêmica, tem sido brilhante. Em Sergipe, chefiou o Departamento Jurídico do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado (CDES/SE) durante quase uma década. Ocupou os cargos de Consultor-Geral do Estado no governo José Rollemberg Leite; de Procurador-Geral de Justiça, de Procurador do Tribunal de Contas.

Em 2003, mais uma vez, abasteceu de orgulho o povo sergipano, nosso povo, ao ser nomeado Ministro da mais alta Corte do País, o Supremo Tribunal Federal. E, no período de 2008 a 2010, presidiu, com toda a maestria que lhe é peculiar, o Tribunal Superior Eleitoral.

Mas Ayres Britto é um ser plural e, por isso mesmo, torna-se ímpar. Entre suas inúmeras atividades, dedicou-se ao magistério superior, além de ter lecionado em diversos cursos de pós-graduação e mestrado. Integrou o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. É autor de diversas obras jurídicas e de poesia. Conferencista requisitado, é membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Sergipana de Letras.

Ao novo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, desejamos o mesmo brilhantismo com o qual sua carreira e sua vida têm sido coroadas.

Mas, apesar de todo esse júbilo, hoje, nosso Estado, o Estado de Sergipe, Sr. Presidente, está em luto. Perdemos o jornalista, amigo e historiador Luiz Antônio Barreto.

Conhecido pela sua significativa contribuição à história sergipana, Luiz Antônio Barreto foi um respeitado intelectual, que se destacou como estudioso das personalidades e dos problemas socioculturais e ainda por atuar como gestor público, sendo Secretário de Estado da Educação e Cultura.

Atualmente, Luiz Antônio era Diretor do Instituto Tobias Barreto e membro da Academia Sergipana de Letras, Assessor do Instituto Nacional do Livro, Superintendente e Diretor do Instituto de Documentação Joaquim Nabuco, Diretor da Fundação Augusto Franco e Diretor do Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro.

E, mais uma vez citando Guimarães Rosa, digo que a “morte é para os que morrem”, e Luiz Antônio Barreto, sem dúvida, estará sempre vivo, por meio do seu enorme legado deixado ao povo sergipano.

Deixo à sua família os meus mais profundos sentimentos.

Sr. Presidente, Agradeço a oportunidade, em que procurei ser breve.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol, pelo tempo regimental.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria que, mais uma vez, ocupo a tribuna desta Casa, primeiramente, para cumprimentar os nobres colegas e deixar meu abraço para os nossos telespectadores, especialmente do Estado de Rondônia e de todo o Brasil, e também para os nossos ouvintes, que acompanham a Rádio Nacional da Amazônia.

Hoje foi o dia D, especialmente quando nós, aqui nesta Casa, na Comissão de Assuntos Econômicos, discutimos o Projeto de Resolução do Senado nº 72. Houve muita discussão, houve muitos apelos. De um lado, por alguns Senadores; de outro, ao mesmo tempo, houve preocupação com o que temos hoje nos quatro cantos deste País, Presidente: a falta de recursos públicos para atender as pessoas na área da saúde; a falta de recursos para investir mais em segurança pública; a falta de recursos especialmente nas áreas de assistência social.

Entristece-me muito, especialmente eu que fui prefeito por dois mandatos da cidade de Rolim de Moura e governador do Estado de Rondônia, pois acompanhamos e vivemos, essa dita guerra fiscal. Afinal de contas, quem ganha nessa guerra fiscal? Quem ga-

nhos são os empresários, os empresários que querem dinheiro fácil e pouco suor.

Ah, mas tem alguém achando ruim porque estou falando isto? Eu tenho compromisso com o povo. Eu não tenho compromisso de deixar nenhum empresário mais rico ou melhor ainda de vida. Eu quero defender a classe menos favorecida, aquela que tem preocupação em gerar emprego e em gerar renda.

Não estou preocupado com aquela classe que quer importar produtos da China, quer importar produtos do Japão, quer importar produtos de outros países, e, ao mesmo tempo, por uma questão interna, por uma briga local, por uma briga de espaço, por uma briga de querer ganhar misérias em cima do imposto, que é de direito e é uma obrigação de quem importa, quer simplesmente repassar. Quando Governador do Estado de Rondônia, com meu Secretário da Fazenda, Genaro, muitas e muitas vezes entramos no Confaz contra esse tipo de isenção.

Nessa guerra fiscal quem perde é o povo.

A exemplo disso, há Estados que estavam brigando por esse benefício fiscal, dizendo que estavam perdendo receita. Mas que receita estavam perdendo se a receita não era deles? Não é justo que um Estado da região amazônica só faça o triângulo de notas fiscais para vender em São Paulo, vender no Paraná, vender em Santa Catarina ou aqui em Brasília.

Como também não é justo uma empresa de Brasília importar pelo porto do Espírito Santo e simplesmente só fazer o tráfico de nota, tendo incentivo de quase 100% do ICMS, competindo com os produtos do País, e essa instabilidade deixa de ter mais recursos nos cofres públicos de quem consome.

Hoje, quando esse projeto de lei foi votado na CAE, na primeira votação, foram 13 votos a 12. O meu voto foi decisivo para vencer a primeira batalha. Na segunda, nas emendas, já foi mais fácil. E na terceira, a do projeto, foi fundamental.

Essa guerra fiscal, por mais que se jogue para frente, não termina nunca. Porque quem está ganhando não quer perder e quem está perdendo quer ganhar. Se fosse fácil, a reforma tributária já tinha acontecido. Se fosse fácil, todo mundo já tinha aberto mão. Mas a população em geral é quem paga essa conta.

Da mesma maneira, eu vejo essa guerra fiscal interna nos Estados, quando, na verdade, deveria haver um programa do Governo Federal para tirar indústria do Centro-Oeste e do Sul e levar para o Norte e para o Nordeste, com incentivo de juros, de recursos, no mínimo de 70% a 80% mais barato do que aquele que hoje é comercializado pelo FNO, ou pelo incentivo que têm os bancos do Nordeste. Mas não. Mesmo assim, internamente, se queremos industrializar nossos Es-

tados, nós temos que ter essa guerra fiscal, que já foi considerada pelo Supremo Tribunal Federal como ilegal.

Da importação, então, nem se fala. Nós estávamos gerando emprego onde? Lá fora. Eu vi a Força Sindical, eu vi sindicalistas, juntamente com o Presidente, o Deputado Federal, defendendo o emprego brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, numa audiência pública, há poucos dias, o Paulinho, da Força Nacional, não ficou na audiência porque a pergunta que eu iria fazer era para ele. Se nós temos muitas indústrias parando no Brasil, gerando emprego lá fora, mesmo assim, eu vejo manifestações da Força Sindical para diminuir de 44 horas para 40 horas, sem abaixar o salário.

Se nós queremos ser competitivos nós temos de mostrar e demonstrar que seremos melhores. Sou a favor de defender os empregos em nosso País. Sou a favor de defender os empregos em nossos Estados e Municípios. Não sou a favor de gerar emprego lá fora e sair à disputa de impostos aqui dentro. Buscamos o fortalecimento de nossas indústrias, buscamos que as indústrias que estão fechando suas portas continuem, dando o ultimato, especialmente nessa guerra fiscal. A nova lei, com o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, de autoria do Romero Jucá e, hoje, com o parecer do Relator, nosso Líder Eduardo Braga, vem trazer a igualdade entre os demais Estados da Federação. O Estado que quiser dar incentivo próprio para comercializar ou para industrializar dentro do Estado pode dar, mas para aquela mercadoria que sai do Estado e vai para outro, o imposto é igual, e é de 4%.

Recebi a visita de prefeitos do Sul e de outros Estados, querendo que eu ajudasse a derrubar esse projeto de resolução. Eu falei que não contassem comigo, porque, infelizmente, essa regalia era uma pouca-vergonha, essa regalia, na verdade, era uma vergonha para a Nação, quando faltam recursos em todas as áreas. O que precisa é a classe política fazer uma reflexão e ver de que maneira pode otimizar ainda mais os recursos públicos, de que maneira pode haver uma guerra, mas uma guerra de eficiência, de competência, de ideias, de trabalho e de resultados, não simplesmente dando mordomias e facilidades para gerar interesses em outros países.

Não somos contra a importação. Somos a favor. O mercado tem de ser aberto, tem de ser competitivo, mas temos de importar aquilo que é necessário, desde que possamos manter o equilíbrio dos nossos consumidores, e não simplesmente fazer as importações, prejudicando e dando um tiro em nosso próprio pé.

Na discussão de hoje na CAE tivemos sucesso. Em regime de urgência, provavelmente nesta semana ou na próxima semana, teremos esse projeto aqui, para, depois sim, ser sancionado pela Presidente do

Brasil e para que possamos dar igualdade aos Estados da Federação.

Vou dar outro exemplo para vocês do que assistimos em âmbito nacional. Quando Governador de Rondônia, dei incentivos, para disputar espaço e gerar empregos no Estado de Rondônia, ao processamento e à industrialização do leite em nosso Estado, para fazer leite em pó e iogurte; dei incentivos para aproveitar o soro e fazer também o soro em pó; dei incentivos em nosso Estado para que se instalassem curtumes a fim de agregar mais valor e gerar mais renda; demos incentivos para que se pudesse fabricar estofados, agregando valor ao nosso próprio produto, à nossa própria matéria-prima. É isso que buscamos fazer em nosso Estado. Nós não tomamos indústria de ninguém.

Ao mesmo tempo, um dos dois maiores empreendimentos do Brasil, as usinas de Jirau e de Santo Antônio, estão em nosso Estado, e também as linhas de transmissão. Quantas vezes fui assediado para dar incentivo a essas empresas!

Só demos incentivo à indústria IMA, porque montou em nosso Estado a indústria de turbinas, comportas e guindastes, gerando mais de 500 empregos diretos. Não demos incentivo, no meu tempo, na minha época, Sr. Presidente, para trazer turbinas ou geradores de outros países. Não demos incentivo, à custa do suor do povo do nosso Estado, porque as obras são passageiras; porque, após as usinas prontas em nosso Estado, se facilitar, até a operação delas vai ser do Rio de Janeiro, de frente para o mar, no bairro de Ipanema. É fácil comandar, é fácil operar, e só vai ficar o serviço braçal em nosso Estado.

A linha de transmissão não é diferente: vai passar por cima das nossas cabeças, gerar emprego em São Paulo, conforto e mordomia em Brasília, no Rio de Janeiro, em outros Estados. Mas o que vai ficar em nosso Estado? Teria de ficar o mínimo, que seria o ICMS desse empreendimento. Infelizmente, até o ICMS foi dado de cortesia para essas empresas, Presidente. Infelizmente. Deram mais de R\$1 bilhão de isenção para os empreendimentos das usinas e da linha de transmissão, para gerar emprego em outros Estados, porque o ICMS é pago onde se consome a energia.

Para Rondônia, sabe o que vai ficar depois das usinas prontas? Desculpe-me a expressão: vai ficar uma banana. Não vai ficar nada. “Ah, mas os *royalties*...” São muito poucos, porque é o que perdemos com a Termonorte. Entraram em funcionamento as primeiras máquinas da usina de Santo Antônio, as primeiras turbinas. Em breve, o Estado já estará perdendo mais de R\$20 milhões – isso no mês que vem – por mês de ICMS, mais R\$280 milhões...

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco/PSDB – PB)
– Senador Cassol...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Senador Cássio.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco/PSDB – PB)
– Eu peço o aparte a V. Exª para, em primeiro lugar, saudá-lo pela oportunidade do tema trazido a esta Casa, sobretudo em decorrência da votação ocorrida na manhã de hoje, que abre o caminho para um primeiro passo em busca de uma reforma tributária de que o Brasil tanto necessita. Assim como V. Exª, também tive a honra e a imensa responsabilidade de governar o meu Estado da Paraíba por dois mandatos. Assim como acontece na região Norte, o Nordeste brasileiro também clama pelo cumprimento do disposto constitucional que reza como um dos princípios da nossa República o desenvolvimento econômico, o bem-estar da população, mas também o fim das desigualdades regionais. A chamada guerra dos portos, que foi fruto da matéria votada hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, definitivamente, era algo que precisava ser enfrentado, porque, no passado, nós tínhamos os incentivos localizados basicamente no porto do Espírito Santo. A partir daí, nós tivemos o desdobramento dessa prática que é nociva à indústria brasileira. Precisamos todos adotar providências contra a desindustrialização que o País enfrenta hoje. E não seria, claro, com essa guerra nos portos, abrindo as nossas fronteiras de maneira desordenada, que poderíamos proteger o interesse da indústria nacional, do trabalhador brasileiro e da nossa própria economia. Contudo, creio eu que essa é uma medida ainda extremamente modesta diante do desafio que temos pela frente no que diz respeito à reforma tributária. Acredito que, assim como no caso da própria reforma política e outras reformas importantes para o Brasil, nós só conseguiremos implementar mudanças efetivas à medida que nos distanciarmos da conjuntura. Ou pensamos num projeto tributário para o Brasil que vigore daqui a 12 anos, da mesma forma que o modelo político-eleitoral só pode vigorar daqui a 12 anos, ou, do contrário, haverá sempre a compreensível e legítima pressão nesta e na Casa vizinha, a Câmara dos Deputados, para que os efeitos das mudanças não provoquem danos à realidade econômica deste ou daquele Estado, deste ou daquele Município e, no campo político, aos mandatários no exercício de suas funções atualmente. Portanto, quero saudar V. Exª, trazer a minha palavra de preocupação também quanto aos temas da guerra fiscal, da guerra dos portos, que começa a ter o seu fim anunciado com a oportuna votação da Resolução nº 72, ocorrida hoje, pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos

do Senado da República. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Agradeço a V. Ex^a, grande governador que foi pelo Estado da Paraíba, grande Senador Cássio Cunha Lima. É uma alegria e uma satisfação seu aparte.

Concluindo o raciocínio, deram isenção para as usinas pelos empreendimentos no ano passado – se não me engano, é a Lei nº 3.528, de 11 de agosto de 2011 –, anistiando os empreendimentos em mais de R\$1 bilhão.

Fiz um ofício para a Aneel, que me respondeu. Eu questionei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se os impostos municipais, estaduais e federais estavam incluídos na tarifa. E olhem o que diz o ofício:

Ofício nº 110/2012, da Aneel, de 29 de março de 2012

Referimo-nos ao Ofício nº 0057/2012-GSI-CAS, de 15 de fevereiro de 2012, por meio do qual V. Ex^a questiona se os Consórcios vencedores dos leilões das usinas de Santo Antônio e Jirau incluíram, nas tarifas de energia elétrica propostas, os gastos com recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais.

Está aqui, na minha mão, este ofício assinado pelo Superintendente de Relações Institucionais, Hércio José Ramos Brandão.

Portanto, foi dado, em nosso Estado de Rondônia, R\$1 bilhão de isenção das usinas. Ao mesmo tempo, Senador Cássio Cunha Lima, o Governo do Estado mandou projeto de lei endividando o Estado em mais R\$543 milhões. Eu não fui contra as obras. Eu não fui contra os projetos. Eu fui contra a maneira como conduziram o processo: de um lado, dá-se R\$1 bilhão de isenção e, de outro lado, endivida-se, pois já estava com um empréstimo andando em mais de R\$289 milhões e mais R\$843 milhões. O total, mais de R\$830 milhões, mais a carência, vai dar em torno de R\$1 bilhão a dívida do Estado nos próximos três anos pela frente.

E os empreendimentos de nosso Estado? Está aqui o leilão público. Não é diferente com Belo Monte, não é diferente com Teles Pires, não é diferente com os demais empreendimentos do Brasil. Estão incluídos, na proposta dos leilões, os impostos.

“Ah, mas foi colocada tarifa baixa...”. Problema do empresário que colocou! Não é o povo do Estado de Rondônia, não é o povo do Brasil que tem de pagar essa conta. Quem participa de uma licitação, quem participa de um leilão conhece a legislação.

É com tristeza que a gente vê isso, mas eu fico feliz porque, por outro lado, essa concorrência desle-

al, essa festa feita com o chapéu dos outros, se Deus quiser, em breve o Senado estará acabando com ela. Em relação a produtos importados, haverá regras comuns para todos os entes federados, não importando se estão no Sul, no Norte ou no Nordeste.

Nós precisamos sim, Sr. Presidente, dar igualdade, dar condições para que se possa disputar e, ao mesmo tempo, permitir que vença aquele que tem mais criatividade, aquele que é mais empreendedor, aquele que vai buscar o consumidor e vai buscar também, do outro lado deste mundo, por esses países afora, aquilo que vai permitir que se coloque mercadoria dentro do seu Estado com melhor qualidade. Com isso, nós vamos extirpar de vez essas receitas fictícias, esses resultados aleatórios, essas receitas que, na verdade, tinham de ser no mínimo noventa vezes maiores.

Quem vai ganhar com isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o povo. Vai ganhar o povo porque nós vamos ter mais dinheiro para a saúde, mais dinheiro para a segurança pública e vamos ter mais dinheiro para a educação. Essas áreas são fundamentais para que o Brasil possa crescer e se desenvolver.

Fiz questão de usar hoje a tribuna desta Casa para dizer que votei favoravelmente. Quanto ao resto do que o Senador Cássio Cunha Lima falou, espero que, em breve, nós consigamos, em nível nacional, buscar um entendimento para que acabe essa guerra fiscal que temos hoje internamente. São necessários propósitos do próprio Governo Federal, mas propósitos que levem essas empresas para o Nordeste com juros no patamar que praticam os Estados Unidos, com juros no patamar que praticam outros países desenvolvidos por este mundo afora, e não com juros de 9,5% ou 10%, que ainda são juros abusivos, são juros que ainda não compensam. Muitas empresas não saem do Centro-Oeste e do Sul para se instalar no Norte ou no Nordeste se não tiverem esses incentivos.

É isso que nós estamos buscando. Mas nós precisamos mais do que isso ainda. Nós também precisamos urgentemente do ICMS Verde para contemplar esses empreendimentos na região amazônica, para contemplar empreendimentos para esses Estados que são Estados pobres. Estados que são cobrados pelo mundo inteiro. E muitos não botam a mão no bolso para contribuir para esses Estados.

É por isso que temos que buscar, aqui nesta Casa, essas condições, na própria legislação. Com o ICMS Verde, vamos conseguir dar para os Estados da região amazônica igualdade com todos.

Que Deus abençoe todo mundo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Obrigado.

Em votação o **Requerimento nº 298, de 2012**, em aditamento ao Requerimento nº 223, de 2012, do Senador Paulo Bauer, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar da 29ª sessão plenária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se no dia 23 de abril de 2012, em Montevideu, Uruguai, devido à alteração da data do evento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Em votação o **Requerimento nº 299, de 2012**, em aditamento ao Requerimento nº 232, de 2012, do Senador Roberto Requião, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar de sessão especial para posse dos novos parlamentares argentinos e de sessão preparatória para a votação de mudança no Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, nos dias 22 a 24 de abril de 2012, em Montevideu, Uruguai, devido à alteração da data do evento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pela liderança do PT, concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu quero aqui, de forma muito rápida, tocar em dois assuntos.

Um deles tem a ver inclusive com a resistência dos bancos privados em aderir à política de redução de juros deflagrada pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica.

No último mês de março, logo após a reunião em que o Copom decidiu pela redução da taxa básica de juros de 10% para 9,75%, eu escrevi inclusive um artigo, publicado no *Congresso em Foco*, afirmando que o corte de 0,75 não só contribuiria para o crescimento do País – portanto, permitindo que nós conseguíssemos alavancar o crescimento da economia com financiamento –, como também serviria como uma espécie de estímulo, insumo para essa atividade econômica no que diz respeito à posição, agora tão bem cobrada pela própria Presidenta – coincidência ou não –, para que Banco do Brasil, Caixa Econômica, os bancos públicos pudessem seguir essa trajetória de redução.

O Copom se reunirá amanhã, meu caro Senador Paulo Paim. E nossa expectativa é de mais uma queda na taxa de juros, indo nessa linha de uma política de

contribuir decisivamente para sustentar, em bases sólidas, o consumo das famílias, que é o principal motor da economia brasileira, principalmente nesses tempos de crise internacional. E essas elevadas taxas de juros mostram-se incompatíveis com qualquer estímulo ao consumo, contribuindo para desacelerar o principal motor do desenvolvimento econômico nesse estágio no Brasil, que são os juros praticados pela banca privada.

Então, é importante essa reação assumida pelo Banco do Brasil, como também a atitude adotada pela Caixa Econômica – volto a afirmar –, de certa forma estimuladas pela posição muito firme da Presidente Dilma em cobrar dos bancos públicos e até acenar, meu caro Inácio Arruda, para os bancos privados um momento de reduzir o custo desses recursos para que mais pessoas possam acessar o crédito e a gente possa retomar o crescimento da nossa economia. Até porque é importante – nós vimos hoje na decisão da Comissão de Assuntos Econômicos, tratando da questão do ICMS na importação – nós termos outras medidas. Não é só retirar essa questão do ICMS na importação. É resolver o problema da indexação dos Estados, de que vamos num passo seguinte tratar; é cuidar do comércio eletrônico. Mas nós precisamos reduzir essa taxa de juros para permitir que mais empresas possam acessar o crédito, investir localmente, ampliar sua capacidade de produção, gerar trabalho e, conseqüentemente, renda, consumo e, portanto, atacando frontalmente esse aspecto da economia no atual quadrante da nossa história.

Não obstante esse comportamento favorável do mercado, eu diria que nos surpreende a grande resistência por parte dos bancos privados, até porque a indústria reclama e, meu caro Pimentel, a indústria é quem mais vai aos bancos buscar crédito.

Portanto, se isso baixa, ganha-se na chamada escala, em volume, conseqüentemente, não se perderá nada, mas nós teremos a oportunidade de mais gente buscando crédito, mais gente investindo e não especulando na produção, para que o nosso País possa crescer e crescer neste momento de dificuldade.

Quero aqui deixar este pronunciamento, meu caro Pimentel, em que tratamos dessa questão e, por isso mesmo, não podemos dar trégua a essa campanha, a essa luta pela redução de juros, pelas alterações das condições que todos nós chamamos de tributária, mas que aprendamos com a lição. Em 16 anos aqui compartilhados, inclusive com os dois Parlamentares do Ceará que estão à Mesa, nós não assistimos aos governos conseguirem implementar medidas que pudessem ir ao encontro dessa necessidade que nós batizamos de reforma tributária, para todo mundo, que tem de ser feita no todo. Vamos começar por partes, passo a pas-

so: ICMS Importação, indexação, o indexador das dívidas dos Estados, alongamento dessa dívida, a própria questão do comércio eletrônico, Fundo de Participação, e aí nós vamos completando a obra e permitindo uma verdadeira repactuação entre a União, Estados e Municípios. E, claro, precisamos reduzir com isso o custo desse dinheiro, para permitir, com a redução da taxa de juros, uma cruzada, para que a gente abra o caminho definitivo para incorporar o mercado consumidor, todas as classes sociais do País.

Queria que V. Ex^a autorizasse, na íntegra, a publicação deste pronunciamento, meu caro Senador Pimentel.

Mas quero concluir meu pronunciamento nesta tarde, meu caro Senador Pimentel, tocando em outro ponto que tem sido motivo de muito, eu diria, nervosismo de alguns, de agitação de outros, e aí vão surgindo ilações, ponderações, conjecturas e, portanto, subo a esta Tribuna aqui para reafirmar o que, na semana passada, meu caro Senador Pimentel, nós já tínhamos reafirmado. Nós tínhamos dito aqui, por diversas vezes, que na terça-feira, portanto hoje, nós teríamos já um primeiro resultado da coleta de assinaturas para a instalação da CPMI. Optamos, inclusive, por esse caminho depois de uma conversa com os dois Presidentes, da Câmara e do Senado, numa demonstração clara de buscar fazer todas as apurações e, no dia de hoje, a gente já contabiliza, neste momento, aqui no Senado, 60 assinaturas de Sr^{as} e Srs. Senadores da República.

O número ainda efetivamente tende a crescer. Mas esse número, meu caro Anibal, já é mais do que suficiente para que a gente, agora, no aguardo da junção dessas nossas assinaturas com as assinaturas por parte das Sr^{as} e Srs. Deputados, possa promover a entrada desse requerimento na Mesa do Congresso Nacional.

Se tudo correr bem, Paulo Paim, a Câmara deve ainda, no dia de amanhã, completar a sua coleta de assinaturas. E nós pretendemos, no mais tardar até as 11 horas da quinta-feira, apresentar à Mesa do Congresso Nacional as assinaturas da CPMI; portanto, fixando, de uma vez por todas, a entrega desse requerimento e, conseqüentemente, fazendo o rito normal, que é a conferência de assinaturas; depois disso, a leitura no Congresso Nacional, para que nós tenhamos a oportunidade dessa leitura, a comunicação aos partidos para indicação dos seus membros e a conseqüente instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito por parte do Congresso Nacional.

Portanto, de forma muito tranquila, quero salientar esse aspecto e dizer que nós vamos continuar imbuídos nesse esforço de cumprir as nossas funções. Fizemos isso aqui na semana passada em relação ao Conselho

de Ética e, na próxima semana, faremos também em relação à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Era isso, meu caro Pimentel, que eu tinha a declarar em relação a esses dois assuntos.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WALTER PINHEIRO.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último mês de março, logo após a reunião em que o Copom decidiu pela redução da taxa básica de juros da economia de 10,5% para 9,75%, escrevi um artigo publicado no site Congresso em foco afirmando que o corte de 0,75% da Selic só contribuiria para sustentar o crescimento do País se chegasse rapidamente ao financiamento do consumo.

Justifiquei afirmando que o mais importante insumo para a manutenção de taxas de crescimento econômico com expansão do emprego e da renda, que alimentam o consumo, é sem dúvida a redução da taxa de juros.

Ela contribui para sustentar em bases sólidas o consumo das famílias, principal motor da economia brasileira nos últimos anos.

Mas ponderei que para isso ocorresse seria necessário que o sistema financeiro como um todo acompanhasse a decisão do Banco Central e promovesse também cortes substanciais nas taxas que praticam no mercado.

De tão elevadas, essas taxas se mostram incompatíveis com qualquer estímulo ao consumo, contribuindo, assim, para desacelerar o principal motor do crescimento da economia brasileira,

Foi o que aconteceu, no primeiro momento, com o Banco do Brasil, que após o anúncio da queda da Selic apressou-se em anunciar também uma redução das taxas praticadas em suas diferentes linhas de crédito.

Essa reação inicial do BB foi, no entanto, muito tímida e em média não alcançava percentualmente a metade do que havia sido reduzido na taxa básica de juros.

Sugeri, então, que como principal banco do país o BB poderia ofertar reduções mais substanciais de suas taxas de juros.

E exercendo a função de regulador do mercado, se pelo menos acompanhasse nas taxas que pratica os mesmos cortes da Selic, o BB poderia puxar para baixo as taxas cobradas pelo resto do sistema bancário.

Assim, daria o BB a sua parcela de contribuição para um crescimento maior da economia.

O que ocorreu depois todos nós sabemos.

Coincidência ou não, por determinação da presidenta Dilma Rousseff o BB e a Caixa Econômica Federal foram intimados a participar dos esforços do governo para sustentar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e passaram a oferecer taxas de juros civilizadas para financiar a manutenção ou o crescimento do consumo das famílias brasileiras.

Além de reduzir suas taxas, os dois bancos oficiais passaram também a refinanciar a juros menores dívidas de seus correntistas ou de clientes de outros bancos, contribuindo com isso para a redução do endividamento das famílias.

Para evitar a migração de seus correntistas para esses bancos estatais, outras instituições de crédito já aderiram à nova política de juros,

Entre elas estão o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e o Banco de Brasília (BRB), ambos de administração petista, além do HSBC, um dos maiores bancos privados do mundo em atuação no Brasil.

Apesar de uma grita geral da banca privada com a nova política de crédito dos bancos oficiais, elas já começam a dar resposta ao recuo da produção industrial do País em 2011, afetada pelo péssimo desempenho da economia mundial no ano passado.

No BB, a redução de juros já provocou aumento no volume de empréstimos da instituição.

O financiamento de veículos, por exemplo, cresceu 33% na semana passada, na comparação com o período anterior.

O crediário, que tinha média diária de R\$ 350 mil, passou para R\$ 850 mil.

Esses números certamente vão se refletir no desempenho do comércio, que registrou queda de 0,5% em fevereiro, em relação a janeiro, conforme pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Trata-se de um queda sazonal, pois em relação a fevereiro de 2011, o crescimento foi de 9,6%. E no acumulado dos últimos 12 meses, o comércio registrou expansão de 6,7%.

Não obstante esse comportamento favorável do mercado surpreende a grande resistência à redução da taxa de juros particularmente por parte da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que luta por incentivos fiscais junto ao governo para aderir ao movimento liderado pelo BB e pela Caixa Econômica.

Resistência, aliás, incompreensível.

O sistema bancário brasileiro detém o maior *spread* (diferença entre a taxa de captação e a taxa de empréstimo) do mundo, que ultrapassa a média de 28%, contra apenas 1,7% na Coreia do Sul, 2,9% nos Estados Unidos ou apenas 3% no nosso vizinho Chile.

Isso faz com que os bancos brasileiros tenham um lucro líquido de quase 33%. Estamos falando de

um ganho sobre a mercadoria vendida pelos bancos, que é o dinheiro. E chamávamos de agiotas aquelas pessoas que emprestavam seu dinheiro cobrando juros de 10%.

A economia brasileira tem, sem dúvida alguma, uma série de ineficiências que nos acostumamos a chamar de “custo Brasil”.

Sob esse guarda-chuva se acomodam principalmente problemas de infraestrutura de transportes, a elevada ou mal distribuída carga tributária e o câmbio valorizado, mas também, e principalmente, as elevadas taxas de juros, o maior componente da baixa competitividade da nossa economia.

Isso é o que se pode chamar de “lucro Brasil”, aquele de taxas estratosféricas, que acontece somente nos limites das nossas fronteiras.

Só ele explica o diferencial de preços praticados no País, do big Mac ao automóvel, dos telefones aos computadores, de peças do vestuário aos brinquedos que fazem a alegria das crianças e o desespero dos pais, na hora da compra.

São as taxas de juros que determinam todos esses preços, são elas que valorizam o câmbio, que corroem o salário do trabalhador e os proventos dos aposentados, reduzem a produção e inibem as vendas, provocando desemprego e recessão econômica.

Sua redução – especialmente para as linhas de crédito que impulsionam a produção e o consumo, aí incluídos o cheque especial e o cartão de crédito - poderá contribuir para ampliar a base de consumidores, estimulando a produção e multiplicando as vendas de bens duráveis, como os automóveis, incorporando ao mercado de consumo desses bens a classe D, a exemplo do que aconteceu nos últimos anos com a classe C.

Por isso mesmo, não lhe podemos dar trégua. A redução da taxa de juros há de ser uma cruzada que nos abra o caminho definitivo para incorporar ao mercado consumidor todas as classes sociais do País.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um registro...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ... um registro do que aconteceu hoje na CAE. Hoje é um dia triste para o povo do Estado do Espírito Santo. Embora nós tenhamos ainda uma votação no plenário, eu não

tenho razão nenhuma para acreditar, embora a Bíblia diz que Abraão creu contra a esperança.

Senador Inácio, a Bíblia diz que Abraão creu contra a esperança. Um homem de avançada idade, a mulher com mais de 100 anos, e Deus disse que ela teria um filho... Ele creu contra a esperança. Eu estou crendo contra a esperança com relação ao caso do Espírito Santo.

Com a erradicação do café, 42 anos atrás, o Estado na bancarrota, o Espírito Santo cria um incentivo, fundamenta aí a sua economia e, depois de 40 anos, o Estado, que fez dever de casa, de um povo trabalhador, que esteve quase naufragando com o advento do crime organizado, ressurgiu das cinzas. O Estado ressurgiu das cinzas e, vênha, com a mão que ajudou, da Presidente Dilma, que agora autorizou o Mantega matar. E não tomou conhecimento, não. Não respeitou o Governador Renato Casagrande, não respeitou o Governador de Goiás nem o de Santa Catarina. Não respeitou os Estados. É crime ter uma orla e um porto?

Pois bem, se querem tirar, tirem. Resolveu isso? Resolveu. Ela resolveu que vai salvar a indústria, e não vai. Esse não é o problema, e V. Ex^a sabe. Argumentou muito bem, Senador Inácio, porque V. Ex^a é um homem escolado, intelectual e conhece o Brasil. Não resolverá com esse pacote para salvar a indústria que ela lançou, na desconfiança até dos próprios industriais, que comentam que esse pacote não é nada do que esperavam. Não vai resolver.

Hoje, foi com o Espírito Santo; amanhã, será com o Ceará dos dois, do Senador Pimentel e de V. Ex^a, Senador Inácio. Depois, será com o Acre, de Tião Viana e assim sucessivamente.

O Senado, que é a Casa do equilíbrio – pelo menos, se pensava até hoje –, onde há uma solidariedade nacional, não foi solidário em nada. Propõe-se ou entende-se que não precisamos ser solidários a ninguém, em questão nenhuma que diz respeito a qualquer tipo de Estado.

Veja só que gracinha: o Estado de Delcídio Amara estava nessa lista, mas meteu o pé na porta, e é do PT. Havia lá uma cobrança do gás que vem da Bolívia, mas resolveram o problema dele. Resolveram o problema de Pernambuco: olha aí o Porto de Suape, refinaria, fábrica da Fiat. Aí o nosso querido ex-Senador, ex-Presidente da CNI fala: “Agora pode acabar com o de todo mundo. Eu tenho autoridade, estou mandando acabar”. Claro! A compensação está posta.

O que vamos esperar do dia de amanhã? De 1º de janeiro, tudo o que queríamos era uma compensação. Queríamos uma passagem minimamente responsável. O que fará sem esses recursos o Governador Renato Casagrande? O que farão os nossos prefeitos? Por-

que isso vai direto para a conta das prefeituras. Não é renúncia fiscal a questão do Fundap. Ninguém está renunciando a isso. Mas para beneficiar São Paulo vale tudo. Aliás, beneficiar São Paulo e, agora, um pouco do Rio Grande do Sul. Não sei por quê. Não sei se essas pessoas são de São Paulo ou do Rio Grande do Sul. Mas eu tenho cá as minhas desconfianças.

O Sr. Guido Mantega trata o governador do Estado como se o governador tivesse sido nomeado – e saiu no *Diário Oficial da União* – por Dilma Rousseff; ele é um CC8. Renato Casagrande virou governador com um CC5. Isso é uma brincadeira! Esse Guido Mantega é um arrogante! É um arrogante!

E ficam esses três Estados agora... O Governador Colombo, de Santa Catarina, sai daqui cabisbaixo sem entender essa matemática, sem saber o que fazer. E a gente encontra Senadores dos outros Estados sorrindo pelo corredor.

Hoje à noite, desconfio que muitos deles vão jantar no Piantella, juntamente com a Confederação Nacional da Indústria, com os intelectuais da indústria, com o Sr. Paulo Skaf e companhia. Vão jantar hoje à noite lá no Piantella e vão rir dos nossos Estados. “E agora, o que vai ser do Espírito Santo?” E um ri. O outro pergunta: “O que vai ser de Goiás?” O outro ri mais. “O que vai ser de Santa Catarina?” Quem sabe o Presidente da Fiesp vai dizer: esses Estados se escafederam. É lamentável! É triste!

Aqui não admito que nenhum Senador se aproxime de mim para pedir solidariedade em nada. Não admito. Reafirmo que estou fora da base deste Governo. Reafirmo a insensibilidade da Presidenta que fui para a rua ajudar a eleger. Ela é insensível! O ministro é frio, calculista, é o dono do Brasil. Aliás, o cofre é desse cidadão. É ele que está salvando o Brasil, só ele sabe fazer contas. Só ele sabe calcular as coisas. É um intelectual, a mente pródiga do Brasil: Guido Mantega. Ninguém sabe mais nada.

E há miséria no Espírito Santo, bolsões de miséria no Ceará, em Rondônia, no Acre. A culpa é do Espírito Santo, que usufruiu disso 40 anos em detrimento dos seus irmãos pobres. Isso é uma brincadeira! Chega a ser uma palhaçada! É nojento; dá vontade de vomitar! Sei a palhaçada que vai ser, amanhã, essa votação aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Peço ao Senador Inácio Arruda, que é o Líder do PCdoB, dois minutos enquanto termino de votar aqui os requerimentos.

Em votação o **Requerimento nº 300, de 2012**, em aditamento ao **Requerimento nº 259/2012**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer licença no período de 22 a 24 de 2012 para ausentar-se dos trabalhos

da Casa para participar da sessão do Parlamento do Mercosul no dia 23 de abril de 2012, em Montevideu, Uruguai, devido à alteração da data do evento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, pois eu gostaria de mostrar a V. Ex^a o caso do diplomata iraniano acusado de pedofilia aqui no Brasil.

Sr. Presidente, por três vezes, nesses últimos 15 dias, estive na Embaixada do Irã para tratar do assunto relativo ao Pastor Youssef, que está condenado à morte, à força, porque foi considerado apóstata por haver se convertido ao Cristianismo, abandonando o Islamismo. O Pastor afirma que nunca foi mulçumano, mas está condenado à morte.

Então, lá, eu e o Embaixador tivemos uma boa conversa. Ele disse que não, que ele sequer é pastor, que é ajudante de pedreiro e que foi condenado por prostituição, mas que não está condenado à morte, porque a lei civil deles não condena ninguém à morte por ser apóstata.

Mas, no dia seguinte, chegaram até mim os originais do tribunal de justiça do Irã, escrito em mandarim, dizendo que ele estava condenado à morte porque virou as costas para Maomé. Eu voltei lá e disse-lhe: “Este é um documento original. O senhor não me falou a verdade”. Ele olhou o documento e realmente não tinha o que fazer.

Agora um diplomata iraniano, aqui, abusando de crianças em Brasília!

“Caso haja um acordo, o governo do Irã pode solicitar a volta do diplomata ao país de origem ou extinguir a imunidade dele e permitir o julgamento no Brasil”.

Então, tem que tirar a imunidade dele para que ele seja julgado aqui. Imaginem se fosse no Irã? Ele estaria condenado à morte. Aqui, minimamente, temos de ter prisão perpétua para esse tipo de gente desgraçada, de mente doente e que abusa de criança.

Quem abusa de criança não pode ir para país alheio arrotar sua religiosidade para mandar alguém para morte em nome de ter assumido esta ou aquela fé. Não falo com base nas conversas que tive com o embaixador, porque esse é um diplomata, mas nós, aqui, precisamos documentar – e eu farei – e quero ver se dessa vez conto com a solidariedade de V. Ex^{as}, com a solidariedade do Senado, para pedir realmente que seja retirada a imunidade dele, para que esse cidadão, que abusou de crianças aqui em Brasília, seja julgado aqui no Brasil.

Vamos ver se pelo menos nisso a gente tem unidade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda, pelo tempo regimental.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero primeiro dizer que, em relação à Resolução nº 72, há uma convicção conjunta de todos os Senadores em relação à proteção da indústria brasileira, com apoio inclusive de todas as centrais sindicais, evidentemente daqueles que estão a produzir no nosso País. Nisso, há convicção e consenso.

A outra questão é encontrar as maneiras adequadas para não criar dificuldades, especialmente para o Espírito Santo e, em seguida, o Estado de Santa Catarina – mas, especialmente, o Espírito Santo, que é o Estado que será mais prejudicado em função da decisão, que há uma maioria muito larga do Senado Federal em relação a essa questão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também deixar escrito nos Anais do Senado Federal um discurso que preparei para a sessão em homenagem ao nosso ex-Governador, ex-Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Diretor da Faculdade de Medicina, um homem que se dedicou à ação pública, o ex-Governador Waldemar Alcântara, pai também do ex-Senador, ex-Governador e ex-Prefeito de Fortaleza, Lúcio Alcântara, que inclusive sofreu um acidente de bicicleta – e nós todos aqui estamos irmanados no sentido de que ele tenha pronta recuperação –, em Fortaleza, quando fazia sua corridinha na beira-mar. Todos nós estamos aqui ansiosos para que ele se recupere o mais rapidamente possível.

Faço esse registro, porque não pude comparecer a essa importante sessão de homenagem, em função de uma palestra que tive que proferir no dia dedicado à minha, à nossa cidade, que é a cidade de Fortaleza. Eu fui escalado para ali falar, naquele dia muito especial para todos nós, que é o aniversário da cidade de Fortaleza, 13 de abril.

Mas eu gostaria que V. Ex^a pudesse acolher este pronunciamento que destaca essa passagem do ex-Senador Waldemar Alcântara, ex-Governador do Estado do Ceará. E alguns pontos são especiais, como sua posição contrária ao AI-5 em plena ditadura, quando poucos na base daquele governo da época tiveram coragem de se levantar contra e, mesmo sendo do partido do governo, da Arena, ele teve coragem de se levantar contra o AI-5; sua dedicação e seu esforço em relação ao Banco do Nordeste, à Faculdade de Medicina do Estado do Ceará, à criação do Hospital Wal-

ter Cantídio, à residência universitária, à Maternidade Escola Assis Chateaubriand, foram missões que ele assumiu com uma dedicação enorme para que essas casas pudessem funcionar adequadamente.

Portanto, Sr. Presidente, faço esse registro, deixando aqui para os Anais o inteiro teor do meu pronunciamento.

Em seguida, Sr. Presidente, dizer que quero me dedicar a uma luta empreendida, considero um pouco pelo povo brasileiro, e de longo curso que se vem dando de forma mais recente, iniciada no governo do Presidente Lula e que entra o Governo da Presidente Dilma, nesse enfrentamento que exige uma participação ampla da sociedade, seja o movimento sindical dos trabalhadores, o setor de produção do Brasil – indústria, agricultura –, cuja participação é muito importante nessa hora, que é a luta em defesa de uma redução mais drástica dos juros no Brasil.

Porque, imaginem, estamos discutindo os escândalos anunciados no Brasil. Agora mesmo uma CPMI já alcança a assinatura de mais de 60 Senadores, a mais larga CPI em termos de assinaturas de Senadores, com certeza, no Senado Federal. Outros escândalos já surgiram, mas não há nada igual ao escândalo dos juros no Brasil. Nada! Nada igual a essa sangria terrível, mesmo com a redução dos juros a que estamos assistindo ser patrocinada durante o Governo da Presidenta Dilma – correta, necessária, importante, fundamental. Mas nada se compara à bagatela que vamos pagar este ano: mais de R\$250 bilhões, que exige sacrifícios do povo brasileiro. São recursos que retiro da inovação tecnológica. São recursos que retiro de uma expansão maior da rede de ensino superior, mais veloz, e da rede de ensino técnico. São recursos que deixo de investir na área de saúde no nosso País inteiro. São recursos que vão ter de sustentar essa bagatela de R\$250 bilhões, superior a R\$250 bilhões, o que não é pouca coisa. Isso sangra qualquer nação, isso sangra qualquer povo. Não há como sustentar esse tipo de política.

É evidente que nós, ao discutirmos, por exemplo, uma resolução como a que estamos tratando no Senado Federal, de proteção da indústria brasileira, que ninguém, em sã consciência, pode ficar contra; mas, ao mesmo tempo, olhamos e dizemos: puxa vida, vamos resolver esse problema, que é o mínimo em relação ao setor produtivo nacional, mas continua ainda a dificuldade nossa no enfrentamento dessa política de juros de forma mais acentuada.

Por que ela não é mais veloz? Por que ela não é mais acentuada? Porque exige um consenso grande também do País: pressão popular, mobilização social, sindical, universitária, estudantil e do setor produtivo, que não pode coonestar com uma política de juros elevados. E, ao lado

da luta para reduzir os juros básicos da economia, outra frente se abre, correta necessária e que o Governo do presidente Lula já havia tratado desse assunto, já havia buscado empreender uma movimentação em relação à questão dos chamados *spreads* brasileiros, em que se incluem coisas inimagináveis na área financeira brasileira e que levam o Brasil a praticar, naquele dinheiro que se vende às vezes para o capital de giro de uma empresa, de um pequeno negócio, de um pequeno comerciante, juros estratosféricos. É coisa de louco, quando se olha e se imagina que um cidadão ou uma cidadã pode ver, no seu cartão de crédito, os juros alcançarem 200%. E já foi mais! Já foi superior a isso! Alguns ainda estão em 100%.

Agora nós estamos em uma espécie de trincheira onde estão envolvidos o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. E é preciso segurar isso por algum tempo, porque são os dois maiores bancos públicos do Brasil. Nesta hora, nós precisamos apoiar a decisão do Governo e nos juntar a ela, porque essa é uma frente dura, é uma frente sempre muito resistente.

O sistema financeiro é muito concentrado. Imaginem que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e mais três bancos privados representam 80% do sistema financeiro brasileiro. Se colocarmos o Basa, o Banco do Nordeste e um ou dois bancos, chegamos a quase 95% do sistema financeiro brasileiro. Então, também é preciso uma mobilização social para reduzir esses *spreads*. Isso não cai assim, não, só porque o Banco do Brasil e a Caixa Econômica entraram. Eles são instrumentos poderosos na mão do Governo Federal. Mas também há pressão sobre o Banco do Brasil para que ele recue e há pressão sobre a Caixa Econômica, porque esses setores têm muita força.

Então, é preciso uma mobilização boa, forte do povo brasileiro em torno da política de redução do chamado *spread*, que é outro escândalo, é outra imoralidade que, talvez, merecesse uma CPI, por unanimidade do Congresso Nacional, para investigar os ganhos, as fortunas dos bilionários formadas a partir desses juros escandalosos praticados no Brasil.

Se nós formos olhar o que acontece com os Brics – China, Índia, Rússia, África do Sul –, esses países que estão em franco desenvolvimento... Há pouco, tivemos aqui uma representação do Vietnã. Eles estão praticando juros básicos negativos – juros básicos negativos –, e quando eles olham esse *spread* que é cobrado aqui, eles dizem: “Isso não pode existir. Eu não acredito que isso aconteça no Brasil, que o sistema financeiro chegue a praticar taxas de serviços que escandalizam o mundo inteiro”. Eles olham e não acreditam que isso exista no Brasil. Como se chegou a isso no Brasil?

É evidente que cria dificuldades para o setor produtivo brasileiro um dinheiro com preço tão elevado como o praticado no nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero ligar, também, esse esforço do sistema financeiro público, Caixa Econômica e Banco do Brasil, com a necessidade de nós ampliarmos o papel dos bancos regionais – do Basa, do Banco do Nordeste –, porque, se há pressão sobre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, para que não vá com tanta sede na redução do seu *spread*, imagine a pressão que existe, do ponto de vista da concentração financeira do Brasil, sobre agências regionais! Praticou-se uma pressão enorme sobre os bancos estaduais, sobre agências de desenvolvimento dos Estados que existiam, bancos de desenvolvimento locais.

Nesses países que estamos falando aqui, que estão em desenvolvimento, tem banco espalhado em tudo quanto é região. Na China, na Índia, são vários bancos. O dinheiro é colocado a preço acessível para o povo, para os pequenos negócios, para o micronegócio, dinheiro a juros negativos, para que a população possa ajudar a produzir, aumentar a sua riqueza e dar sustentação, de fato, ao seu mercado interno, que é o grande patrimônio que nós temos no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de conclamar as organizações políticas do povo, os sindicatos, as associações comunitárias, conclamar o movimento estudantil brasileiro, o setor produtivo, a agropecuária, a agroindústria, as indústrias brasileiras. Em breve, talvez devêssemos fazer um bom debate, no Senado Federal, sobre quais são mesmo as pilastras da desindustrialização brasileira; quais são mesmo as questões centrais da desindustrialização. Porque há o câmbio – essa coisa de câmbio flutuante, que aqui no Brasil flutua para cima e no resto do mundo está flutuando para baixo –, há o problema dos juros, o problema do superávit primário, mas há também o problema da resposta do setor industrial na hora em que é convocado, com apoio, com recursos e com meios do Governo.

Nós aprovamos uma política para que a Petrobras comprasse no Brasil, e são raras as vezes que a Petrobras pode se deparar com produto oferecido no Brasil. Isso cria dificuldades. O Governo já põe recursos e tem fundos para inovação tecnológica, para o setor industrial. É preciso que o nosso setor industrial responda com mais vigor às necessidades nacionais. Imagino, e estou colocando aqui a Petrobras, porque é uma das empresas que mais compra no Brasil – a que mais compra no Brasil. Mas, hoje, mais da metade de tudo o que a Petrobras compra, bem mais do que a metade, compra no exterior – e depois vamos dar aqui os números exatos do que a Petrobras compra no exterior, o volume de compras no exterior. Por

quê? Porque o similar ou o produto fabricado no Brasil não responde às necessidades da companhia. Nós precisamos rapidamente trabalhar, responder. O setor industrial tem de responder a essas necessidades do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar esse esforço que realiza o Governo brasileiro por meio de suas agências financeiras mais importantes, no caso o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, e que esse apelo do Governo brasileiro seja abraçado pelo movimento social e pelo setor produtivo.

Vamos derrubar esse *spread* de todo o setor financeiro. O setor público caminha nesse sentido, mas é preciso que as agências privadas que atuam no Brasil derrubem seu *spread*. Esse *spread* não é sustentável. Isso não sustenta economia. Isso não ajuda o Brasil. Isso é uma prática contrária aos nossos interesses.

Era essa, Sr. Presidente, a questão que eu gostaria de levantar e reforçar dentro desse trabalho, para que o nosso País continue progredindo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Acolho e defiro o requerimento de V. Ex^a.

Em votação o **Requerimento nº 308, de 2012**, em aditamento ao Requerimento nº 233, de 2012, do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar de sessão especial para a posse dos novos parlamentares argentinos e de sessão preparatória para a votação das mudanças no Regimento Interno do Parlamento Mercosul, a realizar-se no dia 23 de abril de 2012, em Montevidéu, Uruguai, devido à alteração da data do evento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Em votação o **Requerimento nº 310, de 2012**, do Senador Inácio Arruda, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar de sessão especial para a posse dos novos parlamentares argentinos e de sessão preparatória para a votação das mudanças no Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu, Uruguai, no dia 23 de abril de 2012.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Em votação o **Requerimento nº 311, de 2012**, em aditamento ao Requerimento nº 258, de 2012,

do Senador Luiz Henrique, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar de sessão especial para a posse dos novos parlamentares argentinos e de sessão preparatória para a votação das mudanças no Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, a realizar-se no dia 23 de abril de 2012, em Montevideu, Uruguai, devido à alteração da data do evento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Prorrogo a sessão por mais uma hora.

Com a palavra o nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Pimentel, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há bastante tempo têm sido recorrentes as críticas ao pacto federativo brasileiro por parte da grande maioria dos gestores públicos nas esferas estadual e municipal de governo em nossa Nação.

Deixando de lado aspectos técnicos ou jurídicos – a fim de traduzir de modo que o cidadão que nos ouve possa melhor nos compreender e ficar a par do assunto –, podemos definir o pacto federativo como o conjunto de fatores que define o relacionamento entre os entes que compõem nossa Federação, ou seja: o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais.

Criticar, questionar ou discutir o pacto federativo é, portanto, analisar criticamente os diversos aspectos dessa relação entre Governo Federal e Governos locais – Estaduais e Municipais. É procurar discernir, tendo sempre em vista o melhor benefício para a Nação, qual o melhor arranjo no equilíbrio de forças, deveres e responsabilidades de cada esfera de governo. Isso envolve inúmeros aspectos, que vão de questões legislativas à distribuição orçamentária, passando por atribuições sociais e políticas.

A crítica mais corrente hoje em dia é a de que o Governo Federal brasileiro é musculoso demais. Centraliza o poder decisório em grande parte porque detém a maior parte do orçamento público. Os Governos Estaduais e Municipais ficam à sua mercê, perdem independência, e essa subordinação ao Poder central tende a gerar disfunções que vão contra o bom funcionamento da máquina pública – conta que recai, em última instância, sobre o colo do cidadão comum.

De todo modo, basta um pouco de bom-senso para constatar que criar um arcabouço legal que garanta o bom e justo funcionamento de uma máquina pública capaz de lidar com as diferentes peculiarida-

des regionais de um País da dimensão do Brasil, não é tarefa das mais simples. Ainda assim, Sr. Presidente, esse é um esforço do qual não podemos nos esquivar.

Em decorrência de tudo isso que acabo de mencionar, Sr. Presidente, faço questão de registrar minha imensa satisfação com a decisão do Presidente José Sarney de instituir uma comissão de renomados e experientes especialistas a fim de discutir o pacto federativo brasileiro e de nos apresentar sugestões de como aperfeiçoá-lo.

Atendendo a pedidos de diversos Senadores, foi instalada, no último dia 12, a comissão incumbida dessa missão. São 12 profissionais do mais alto gabarito – juristas, tributaristas e cientistas políticos –, que terão o prazo de 60 dias para apresentar propostas que, após discutidas e votadas nesta Casa, poderão vir a se somar ao ordenamento jurídico da Nação.

Pelas informações preliminares que já recebemos, a comissão já definiu uma pauta prioritária, que englobará os assuntos referentes aos critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE); ao sistema do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); aos critérios de distribuição dos *royalties* do petróleo; e ao indexador das dívidas dos Estados junto à União.

Sr. Presidente, eu tenho a certeza de que V. Ex^a não havia visto ainda o meu pronunciamento escrito, porque V. Ex^a falava exatamente sobre isto quando eu estava sentado à Mesa, ao seu lado, de que esta é a questão central, e que nós devemos debater, ou seja, o pacto federativo, para resolver a questão do ICMS, do FPE, dos *royalties* do petróleo, da dívida dos Estados.

E o que vimos hoje, nas comissões, principalmente na Comissão de Assuntos Econômicos, foi um pouco disto que estamos falando aqui: a contenda entre os Estados e a União, talvez até desnecessária, se já tivéssemos, no passado, aprovado esse pacto federativo. Quer dizer, Estados que tinham privilégios e não querem perdê-los; Estados que não têm nenhum privilégio querem ganhá-los. O pacto federativo nivela, ele universaliza nessa questão da União, Estados e Municípios, fazendo justiça com todo o povo brasileiro, não só com os Estados e Municípios, mas com o cidadão brasileiro.

Considero extremamente benfeita a escolha desses tópicos, pois são assuntos da maior urgência e de grande relevância para o bom relacionamento entre os Entes Federados. São assuntos controversos e que têm gerado muito atrito, com o conseqüente prejuízo a todos nós, cidadãos do País.

Desse modo, Sr. Presidente, quero finalizar, desejando muito sucesso aos debates que ocorrerão no âmbito da comissão criada pelo Presidente Sarney.

Quero, também, dizer que os assuntos, sugestões e propostas apresentados deverão ser objeto da máxima atenção por parte de nós, Senadores, que não nos esquivaremos de fazer nossa parte, apreciando, discutindo e eventualmente votando esses temas tão importantes para o nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 317, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Aplausos pelos 40 anos da Guerrilha do Araguaia comemorado no dia 12 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao Presidente Nacional do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, Renato Rabelo, no seguinte endereço: Rua Rego Freitas, 192 – República – São Paulo – SP – CEP 01220-010.

Justificação

A Guerrilha do Araguaia foi um agrupamento de militantes contrários à ditadura militar que acreditavam que a revolução socialista só teria sucesso se acontecesse no interior rural do Brasil. Os militantes, na maioria membros do PCdoB, escolheram a região no sul do Pará, nas divisas entre o Maranhão e Tocantins. A área, de aproximadamente 7.000 km², foi palco de treinamentos e ações dos militantes, que pegaram em armas e criaram um esquema paramilitar para realizar suas operações.

Ocorrida no início da década de 1970, a guerrilha levou este nome por ter sido travada em localidades próximas ao rio Araguaia. A guerrilha foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil – PCdoB, que, desde meados dos anos 1960, já mantinha militantes na região do conflito.

O objetivo do PCdoB era angariar apoio da população local para, a partir do campo, enfrentar a ditadura, derrubá-la, tomar o Estado e fazer a revolução. Antes de definir-se pela luta armada, o partido apostou na estratégia de construção de uma frente ampla democrática contra a ditadura. Essa linha política, entretanto, não eliminou a opção armada.

Entre 1972 e 1975, a Guerrilha do Araguaia foi alvo de uma grande ação do exército, que queriam reprimir e acabar com o movimento.

A maioria dos guerrilheiros era composta de jovens, dentre eles várias mulheres, que haviam participado ativamente do movimento estudantil. Ao lado destes, se encontravam antigos e experientes dirigentes comunistas, como João Amazonas, Maurício Grabois,

Ângelo Arroyo e Elza Monnerat. Nas matas do Araguaia, várias gerações de comunistas se encontraram.

Durante as ações militares, os agentes de repressão da ditadura teriam cometido graves violações aos direitos humanos, como prisões ilegais e execuções de guerrilheiros e moradores locais, condenados como “colaboradores”.

Estima-se que pelo menos 70 militantes tenham sido mortos por militares durante as ações de repressão no Araguaia.

A Guerrilha do Araguaia representou um momento importante na história de luta do povo brasileiro contra a ditadura militar. Homenagear as dezenas de camaradas que foram assassinados - e hoje se encontram desaparecidos - é um dever de todo militante comunista.

Devemos continuar nos esforçando para manter acesa a chama, buscando restabelecer o contato e criando condições para o seu desenvolvimento. Só assim a luta desses bravos guerrilheiros jamais será esquecida.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 318, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12 do Regimento Interno do Senado, requeiro que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2011 de autoria do Deputado Manoel Júnior, que “Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que menciona”, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, para que possa ser analisado o impacto econômico do acréscimo proposto. – Senador **Delcídio do Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O Senado Federal recebeu o seguinte Ofício do Ministro de Estado das Comunicações:

– **Nº 23, de 13 de abril de 2012**, em resposta ao Requerimento nº 1.330, de 2011, de informações, de autoria do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – A Presidência designa os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como titulares, e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como suplentes, para integrarem a Comissão Temporária Externa destinada a debater e propor soluções ao financiamento do sistema de saúde do Brasil, nos termos do Requerimento nº 145, de 2012, conforme o **Ofício nº 51/2012**, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 51/2012 – GLDBAG

Brasília, 16 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. nº 451/2012 – SF e nos termos regimentais, indico os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares como titulares e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin como suplente na Comissão Temporária criada para debater e propor soluções para financiamento do sistema de saúde do Brasil, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo pela proporcionalidade partidária. – Senador **Walter Pinheiro**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. nº 18/2012/GLBUF/SF

Brasília, 17 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Eduardo Amorim para integrar, como membro Titular, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR desta Casa, em substituição ao Senador Vicentinho Alves.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – A Presidência designa, nos termos dos **Ofícios nºs 15 e 16; e 18 a 20, de 2012**, da Liderança do DEM, respectivamente, os seguintes Senadores, como titulares, em substituição ao Senador Demóstenes Torres:

- José Agripino, na Comissão Temporária Externa para representar o Senado na Conferência da ONU – Rio+20;
- Clovis Fecury, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;
- José Agripino, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e
- Jayme Campos, nas Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 15/12-GLDEM

Brasília, 17 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Demóstenes Torres pelo meu nome, como titular, para integrar a Comissão Temporária Externa destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

Of. nº 16/12-GLDEM

Brasília, 17 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Demóstenes Torres pelo Senador Clovis Fecury, para ocupar, como titular, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

Of. nº 18/12-GLDEM

Brasília, 17 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Demóstenes Torres pelo meu nome, para ocupar, como titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, ficando a vaga de suplente da referida Comissão a ser indicada posteriormente.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

Of. nº 19/12-GLDEM

Brasília, 17 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Demóstenes Torres pelo Senador Jayme Campos, para ocupar, como titular, a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, ficando a vaga de suplente da referida Comissão a ser indicada posteriormente.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino** Líder do Democratas no Senado Federal.

Of. nº 20/12-GLDEM

Brasília, 17 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Demóstenes Torres pelo Senador Jayme Campos, para ocupar, como titular, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, ficando uma das vagas de suplente da referida Comissão a ser indicada posteriormente.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino** Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Conforme cálculo de proporcionalidade partidária fixado nos termos do parágrafo único do art. 78 do Regimento Interno, aprovado na reunião de líderes realizada no dia 14 de fevereiro último, considerando as vagas abertas por ocasião das indicações feitas pelo Bloco Parlamentar da Maioria pelos **Ofícios nºs 63 e 67, ambos de 2012**, lidos no dia 13 do corrente, e nos termos do **Ofício nº 5, de 2012**, da Liderança do PSD, a Presidência designa os seguintes Senadores para integrarem as Comissões Permanentes:

- Senadora Kátia Abreu: suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e titular na Comissão de Serviços de Infraestrutura;
- Senador Sérgio Petecão: titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e suplente na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 5/2012-GLPSD

Brasília, 14 de fevereiro de 2012

Ref.: Indica os parlamentares que menciona para ocuparem as vagas destinadas ao PSD nas Comissões do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico os Senadores mencionados a seguir para ocuparem as

vagas destinadas ao PSD nas Comissões no Senado Federal, conforme descrito a seguir:

Senadora Kátia Abreu

- Titular nas Comissões: CAE – Comissão de Assuntos Econômicos / CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte / CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.
- Suplente nas Comissões: CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania / CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária / CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Senador Sérgio Petecão

- Titular nas Comissões: CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania / CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária / CAS – Comissão de Assuntos Sociais.
- Suplente nas Comissões: CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura / CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional / CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Atenciosamente, – Senadora **Kátia Abreu**, Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. nº 17/12-GLDEM

Brasília, 17 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada do nome do Senador Demóstenes Torres, como suplente, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, ficando a vaga a ser indicada posteriormente.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino** Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 132, de 2012**, na origem, da Senhora Presidente da República, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2011 (nº 5.418/2005, na Casa de origem, da Deputada Luiza Erundina), que *declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira*, sancionado e transformado na Lei nº 12.612, de 2012.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – A Presidência, tendo em vista que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou o Parecer nº 1.369, de 2011, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2011, e nos termos do parágrafo único do art. 258, do Regimento Interno, altera o despacho apostado ao **Requerimento nº 172, de 2012**, de tramitação conjunta do referido Projeto, para que a matéria seja incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Os Srs. Senadores Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena, Ciro Nogueira e a Srª Senadora Angela Portela enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer da matéria intitulada “Triunfo desconhece regras básicas do edital”, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* de 09 de fevereiro de 2012.

A matéria destaca que o presidente da empresa que vai operar Viracopos diz que aeroporto é como shopping.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Triunfo desconhece regras básicas de edital

Folha S. Paulo, 9-2-12

O presidente da Triunfo Investimentos e Participações, que arrematou o aeroporto de Campinas, demonstrou pouca familiaridade com princípios básicos do edital e com a realidade das obras que terá de realizar. Em conversa com analistas, Carlo Bottarelli disse que os investimentos estão condicionados à demanda. “Se não tiver demanda, não tem investimento.”

Receita ‘inexplorada’ bancará aeroportos privatizados

Receita de privatização de aeroportos já é disputada

Enquete: você concorda com a privatização?

O edital estabelece que o risco de demanda (ou seja, se a demanda prevista pelo governo não se concretizar) é do operador. E que ele está obrigado a investir, independentemente da demanda, até o fim da concessão --em 30 anos, no caso de Viracopos.

Depois, em entrevista telefônica com jornalistas, Bottarelli foi questionado pela Folha se construiria a terceira pista mesmo se a demanda de 90 milhões de passageiros/ano, prevista para 2042, não se concretizasse. Ele reiterou que o investimento estaria atrelado à demanda.

Minutos depois do término da entrevista, porém, ele procurou a Folha para esclarecer que, sim, serão feitos os investimentos na terceira pista, independentemente da demanda realizada.

Alex Argozino/Editoria de Arte/Folhapress

A obrigatoriedade de investir numa terceira pista foi um dos motivos que afugentaram investidores. Dos três, Campinas foi o que menos recebeu propostas: quatro, ante oito para Brasília e dez para Guarulhos.

A obra requer uma grande movimentação de terra por se tratar de terreno acidentado. À Folha Bottarelli demonstrou desconhecer a complexidade da obra. “Não creio que deve movimentar muita terra. É uma área plana.”

Bottarelli disse ainda que não vê complexidade na operação de aeroportos. “É diferente de um foguete. É alocação de espaço, de custo e de receita imobiliária. É como shopping.”

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Eles sempre querem mais”, publicada pela revista *Veja* de 22 de fevereiro de 2012.

A matéria destaca que apesar de controlarem o governo há nove anos, os petistas continuam insatisfeitos e brigam entre si por espaço, cargos e verbas.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Eles sempre querem mais

Veja, 22-2-12

Apesar de controlarem o governo há nove anos, os petistas continuam insatisfeitos – e brigam entre si por espaço, cargos, verbas...

O ano passado foi glorioso para o Partido dos Trabalhadores. Com a posse de Dilma Rousseff na Presidência da República, a legenda garantiu o direito de ficar pelo menos doze anos no comando do governo federal, superando em um mandato os rivais tucanos. Em 2011, os petistas também conseguiram tomar de aliados espaços importantes em empresas estatais, sobretudo do bilionário setor elétrico, manter o controle dos principais ministérios e ainda estender tentáculos a outras pastas de ponta, como Saúde e Comunicações, antes comandadas pelo PMDB. Não faltariam, portanto, motivos para festejar. Não faltariam se o apetite extremado não consumisse as entranhas da sigla. Na cerimônia de comemoração dos 32 anos do PT, no último dia 10, o clima estava longe de ser animador. O semblante fechado dos principais caciques retratava o incômodo provocado por disputas fratricidas – por cargos na administração pública, influência na máquina partidária e primazia de assumir a interlocução com o Palácio do Planalto. Disputas que se acirram à medida que a presidente Dilma dá mostras de que não está disposta, mesmo quando pressionada, a ser refém dos planos do PT.

Ao contrário do ex-presidente Lula, Dilma não se vê obrigada a ser generosa com o grupo petista que historicamente define os rumos da sigla. A mudança no comando da Petrobras, empresa de orçamento bilionário e carro-chefe dos investimentos públicos no Brasil, é um exemplo dessa nova realidade política. A estatal era comandada por Sergio Gabrielli, homem da confiança de Lula e do ex-ministro José Dirceu. Dilma substituiu Gabrielli na semana passada por Maria das Graças Foster, uma técnica com 31 anos de trabalho na Petrobras e que, apesar de filiada ao PT, já disse em público que deve lealdade à presidente da República, e não ao partido. Ao escolher Gleisi Hoffmann para a Casa Civil, Dilma outra vez podou a influência do mensaleiro José Dirceu, que articulava para fazer o sucessor de Antonio Palocci.

Quando a presidente mudou diretorias de bancos estatais, tirou espaços do deputado e ex-presidente do PT Ricardo Berzoini, que prometeu retaliar o governo. Em todos os casos, entraram em campo quadros menos afinados com o núcleo que comanda o partido e, por outro lado, mais ligados à presidente. O resultado é um PT que sopra velinhas do bolo de aniversário em público, mas arde de cobiça internamente. “O PT está acostumado a essas disputas”, diz o deputado Jilmar Tatto, novo líder da legenda na Câmara, negando uma insatisfação maior. Pode ser, mas as fissuras agora são mais evidentes. Desde o ano passado, os 85 deputados petistas se dividem

em dois grupos. Um deles é capitaneado por Cândido Vaccarezza, líder do governo na Câmara. O outro tem como ponta de lança Marco Maia, presidente da Casa, que derrotou Vaccarezza na disputa pelo cargo. As vontades do Palácio do Planalto hoje são representadas mais por Vaccarezza do que por Maia. Isso, porém, não lhe confere imunidade contra os ataques de petistas rivais, entre eles Ideli Salvatti, ministra de Relações Institucionais.

Na virada do ano, Vaccarezza ardeu sob o fogo amigo, com a divulgação do boato de que ele perderia o cargo de líder do governo para Paulo Teixeira, que apoiou Maia quando da disputa pela presidência da Câmara. A presidente Dilma conhece bem as rixas internas. Debita a dificuldade para aprovar certos projetos na conta dessas disputas e de insatisfações de quadros cujos pedidos não foram atendidos. Marco Maia, por exemplo, não pôs em votação a criação do fundo de pensão dos servidores públicos porque não teve acolhidas indicações para cargos de gerência em bancos estatais. Em pouco mais de um ano de mandato, a presidente Dilma consolidou três petistas como seus principais conselheiros: o ex-presidente Lula, o secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel. O PT, portanto, não deveria estar melindrado. Mas, como cada um corre em raia própria na política, os choques são inevitáveis. Carvalho devota lealdade a Lula. Pimentel não faz parte do núcleo que comanda o partido. Há razões de sobra para arderem chamas embaixo das velinhas do bolo de aniversário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do ex-governador José Serra, intitulado: “Estados e municípios sob extorsão”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 25 de outubro de 2011.

Segundo o autor, resolver as dívidas com o tesouro é a ponta do barbante para desatar o novelo federativo.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Estados e municípios sob extorsão

O Estado de S.Paulo , 22-2-12

A redução da taxa de juros básica, a Selic, prevista para 9% ao ano, evidencia a extorsão a que estão submetidos Estados e municípios em razão dos contratos firmados com o governo federal no final dos anos 1990. A não correção de distorções posteriores, causadas por mudanças na economia, levou a uma situação injusta e a um equívoco econômico, e sua retificação não aumentaria a dívida pública consolidada nem comprometeria a boa gestão fiscal, permitindo ainda a elevação da taxa de investimento público, cujo baixo nível traz danos imensos ao nosso desenvolvimento.

Esses contratos representaram uma corajosa inovação do governo FHC. A irresponsabilidade fiscal e os juros altos tinham levado Estados e alguns municípios a uma situação de pré-insolvência. Por isso mesmo se aprovou, em 1997, uma lei de refinanciamento de dívidas estaduais, logo estendida a 180 municípios. Houve uma grande operação de troca de ativos e emissão de dívidas pelo Tesouro Nacional, que refinanciou as dívidas estaduais e municipais com encargos financeiros então subsidiados e prazo de pagamento em até 30 anos.

A fim de que a situação não se repetisse, aos Estados e municípios foram proibidas a emissão de títulos de dívida mobiliária e operações de crédito antecipando receitas orçamentárias. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000, deu o contorno final ao novo estilo no manejo nas finanças públicas estaduais e municipais, que ao longo dos tempo foi mostrando mais qualidade do que o próprio manejo federal. O sucesso foi tal que governos estaduais e prefeituras passaram a ser os principais responsáveis pelo aumento do superávit primário do setor público consolidado. Recentemente, a imprensa internacional comentou que essa experiência brasileira é um modelo para a União Europeia em crise. Teria razão caso fosse a Europa uma República federativa...

É pouco sabido que LRF não se aplica em sua plenitude às finanças federais. Isso depende de resolução do Senado, de iniciativa do Executivo, que nada fez. Por que os arautos da boa política fiscal ou da transformação do Banco Central no quarto Poder da República nunca chamam a atenção para essa falha? Um mistério. Além disso, desfrutando amplos graus de liberdade, o governo federal executa um orçamento paralelo (via vultosos restos a pagar de orçamentos anteriores e créditos subsidiados do BNDES ao setor privado) e para fechar números do déficit antecipa dividendos e tributos de bancos e empresas estatais (e não estatais) e até receitas, transformando barris de

petróleo ainda no pré-sal em transferências da Petrobrás ao Tesouro.

Voltando à lei de 1997: o indexador dos contratos de refinanciamento a Estados e municípios foi o Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas, o IGP-DI. A taxa de juros foi fixada entre 6% e 9% acima do índice, dependendo da amortização extraordinária do saldo devedor. Na época, os juros reais chegavam a 15%, daí o subsídio. No Congresso foi introduzido um teto para o pagamento anual dos serviços da dívida, de 13% das receitas orçamentárias líquidas.

O IGP-DI acabou sendo um índice ruim, demasiado dependente de choques cambiais e preços de commodities. Apesar do advento do regime de câmbio flutuante, o governo manteve-o como superindexador das dívidas estaduais e municipais. E as taxas de juros, encavaladas nessa supercorreção, tornaram-se altas demais: até cinco ou seis pontos acima da Selic. Enquanto cobra 14% ou mais das prefeituras e 12,5% de alguns Estados, o governo empresta a grandes grupos privados, via BNDES, a juros de 4% a 5%.

Em 2010 o serviço da dívida dos Estados foi de R\$ 29 bilhões, equivalentes a 62% do seu investimento total. Paga-se bastante, mas, mesmo assim, o principal vem aumentando, como é o caso da capital paulista, cuja dívida cresceu cerca de cinco vezes entre 2000-2011, apesar do pagamento de R\$ 16 bilhões! Se, em vez do IGP mais 9%, a dívida da cidade acompanhasse a Selic, os encargos acumulados em 2011 seriam R\$ 17 bilhões menores!

Os diagnósticos sobre essa perversidade são numerosos e quase consensuais. Uma das propostas é óbvia: atrelar retroativamente as dívidas à Selic. Há, além disso, uma medida simples e fácil: permitir que a relação dívida/receita corrente líquida dos municípios seja a mesma dos Estados, ou seja, 2, em vez de 1,2, como é hoje.

Mas, afinal, por que nada tem sido feito de prático para eliminar essa perversidade? Um fator é a possibilidade de decisões discricionárias, dando-se autorizações especiais para este ou aquele captar créditos ou até receber contribuições fiscais diretas. Prática nada republicana, para usar termo em moda.

Há, porém, um erro mais importante em curso: a ideia de que todos os problemas federativos - dívida, royalties, Fundo de Participação dos Estados, guerra fiscal predatória - deveriam ser resolvidos simultaneamente num grande pacto! Bela fórmula para o imobilismo, lamentações, discursos triviais e comissões de alto nível. A estratégia correta é a oposta: resolver um problema de cada vez, sem excluir possíveis compensações localizadas transitórias, começando pelo mais

fácil, que é o das dívidas - a ponta do barbante para desatar o novelo federativo.

Se isso for equacionado, os Estados e municípios teriam acesso a mais recursos. Mas deveria exigir-se, formalmente, uma contrapartida, que tudo fosse destinado a investimentos. Ao contrário do folclore, as esferas estaduais e municipais, na média, são mais ágeis do que a federal para investir. Já dão conta, aliás, de uns dois terços do total dos investimentos governamentais no Brasil (excluindo empresas). O efeito seria altamente positivo num país onde tais investimentos, como fração do produto interno bruto (PIB), são dos menores do mundo - uns cinco pontos percentuais abaixo da média no restante da América Latina.

Jose Serra, ex-governador e ex-prefeito de São Paulo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Relator pede processo contra Fernando Pimentel”, publicada pelo jornal *Estado de S. Paulo* em sua edição de 13 de março de 2012.

A matéria destaca que o relator da Comissão de Ética da presidência, Fábio Coutinho, quer esclarecimentos sobre empresa de consultoria do ministro Fernando Pimentel.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Relator pede processo contra Fernando Pimentel

Estado S. Paulo, 13-3-12

O conselheiro Fábio Coutinho, relator do caso do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, defendeu na segunda-feira que a Comissão de Ética da Presidência da República abra um processo e peça esclarecimentos ao petista, envolvido em denúncias por conta da prestação de serviços de consultoria. Um pedido de vista, no entanto, deu mais duas semanas de sobrevida ao ministro. A próxima reunião da comissão será dia 26.

“(O relator Fábio Coutinho) entendeu que se reclamava o prosseguimento do caso, abrindo-se o procedimento”, disse o presidente da comissão, Sepúlveda Pertence. Participaram da reunião seis conselheiros,

entre eles Américo Lourenço Lacombe, nomeado pela presidente Dilma Rousseff na semana passada.

De acordo com Sepúlveda, os demais membros da comissão não chegaram a se manifestar sobre o caso, já que o pedido de vista foi feito logo após a leitura do relatório.

A oposição vê semelhanças entre a situação de Pimentel e a do ex-ministro da Casa Civil Antonio Palocci, que caiu após o patrimônio ter sido ampliado em 20 vezes com a prestação de serviços de consultoria. Pimentel é alvo de denúncias de que sua empresa, a P-21 Consultoria e Projetos, teria faturado mais de R\$ 2 milhões entre 2009 e 2010.

Pimentel é um dos interlocutores mais próximos de Dilma, que tem enfrentado nos últimos dias o momento de maior crise política do seu governo, ao ser confrontada com as insatisfações e retaliações da base aliada.

Pimentel esteve com a presidente ontem pela manhã. Ele deve acompanhar o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, em viagem hoje para o México, onde vai tratar de acordo automotivo.

Banco. A Comissão de Ética também decidiu abrir procedimento para apurar a conduta do ex-vice-presidente de Atacado, Negócios Internacionais e Private Bank do Banco do Brasil, Allan Toledo. Ele foi demitido em dezembro passado pelo Conselho de Administração do banco. Uma das razões da demissão teria sido a sua postura contrária à do presidente do BB e da maioria dos diretores, o que o teria levado a um isolamento.

Em fevereiro, o Ministério da Fazenda determinou à direção do BB a abertura de uma sindicância para apurar possível vazamento de sigilo bancário na instituição em decorrência da guerra pelo comando da estatal e do fundo de pensão de seus funcionários, a Previ.

A Comissão de Ética também aplicou ontem “censura ética” ao ex-ministro Wagner Rossi por conta do uso irregular de aeronaves. Essa punição serve como uma “mancha” no currículo de servidores públicos. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o problema recorrente da seca volta a assolar o Nordeste brasileiro, com todas as suas graves consequências para a população local. No Piauí - Estado que eu tenho a honra e o dever de representar no Senado -, nada menos que 53 municípios já tiveram reconhecida a sua situação de emergência, tanto pelo Governo Estadual quanto pelo Governo Federal.

Nessas localidades, as chuvas abaixo da média comprometeram o consumo de água dos cidadãos,

sendo que, em alguns municípios, o abastecimento de água por carros-pipa teve que ser suspenso, em decorrência dos reservatórios vazios.

A lavoura dos municípios piauienses também se ressentiu da seca, Senhoras e Senhores Senadores. Os agricultores do Estado não conseguem plantar, em razão da estiagem, e alguns receberam dinheiro do programa Garantia-Safra por terem sofrido perdas superiores a 50% na safra agrícola de 2010-2011.

De acordo com a Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), responsável pelo Garantia-Safra no Piauí, 39 municípios apresentaram pedido de indenização, em função de enormes perdas ocorridas na colheita.

O programa piauiense de apoio ao agricultor contabiliza a inscrição de quase 90 mil trabalhadores rurais, que têm direito a R\$ 680, a título de compensação por prejuízos, no caso de perda superior a 50% de suas lavouras.

Para se beneficiar do auxílio público, o agricultor deve ter renda familiar de até um salário mínimo e meio, desconsiderada a aposentadoria rural, e cultivar áreas não irrigadas com até dez hectares de plantio de produtos como arroz, algodão, mandioca, feijão e milho.

A estiagem atinge grande parte dos mananciais das áreas afetadas pela estiagem, e a ausência de floração já comprometeu a produção de mel, tendo as cidades apiculadoras produzido menos de 30% do mel previsto.

Senhoras e Senhores Senadores,

A problemática da seca, tal como revelada na situação de dificuldade em que se encontra o Piauí, também se reproduz em outros Estados nordestinos, nos dias atuais. Em todo o Nordeste, cerca de 220 municípios encontram-se em estado de emergência, 161 dos quais apenas no Estado da Bahia.

No município de Oeiras, no Piauí, a seca prolongada causou perdas na lavoura superiores a 90% das áreas plantadas, para mais de 19 mil agricultores, que só contam, atualmente, com ajuda governamental para atravessar esse momento particularmente difícil de suas vidas.

Senhoras e Senhores Senadores,

A imprensa noticiou que o Ministério da Integração Nacional liberou R\$ 70 milhões para levar águas, em carros-pipa, até os municípios em situação de emergência, quase metade de todo o valor investido em 2011. O Ministério da Agricultura, de sua parte, discute com secretários dos Estados do Nordeste as medidas de enfrentamento da questão da seca, no momento atual.

De nossa parte, entendemos que as medidas pontuais de auxílio às populações em dificuldades, em decorrência da seca no Nordeste, devem ser acompa-

nhadas pelo aprofundamento de projetos governamentais de solução mais definitiva da problemática da seca.

Faz-se necessário que as três esferas de governo - o Município, o Estado e, principalmente, a União - conjuguem forças para socorrer tanto a população nordestina, que sofre com a falta de alimentos, quanto os agricultores da região, que se vêem obrigados a arcar com dívidas de uma safra perdida.

Nunca é demais lembrar o teor da Constituição da República que, em seu artigo 21, estabelece que:

Art. 21. Compete à União:

XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado da República é a casa da solidariedade dos Estados Federativos, que se irmanam na construção de um Brasil agigantado em seu território e também nos valores compartilhados por todos os seus cidadãos.

No passado recente, o Centro-Sul nos convocou a todos para juntos lidarmos com os prejuízos causados por enchentes, em cidades serranas do Rio de Janeiro, no interior de Minas Gerais ou em Florianópolis.

Hoje, é o Nordeste que nos convoca à ação coletiva em defesa dos cidadãos em dificuldade, por conta da seca prolongada, e a esse chamado os brasileiros de bem não iremos faltar.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Minha casa, Minha Vida 2, o programa do governo federal, que teve sua segunda edição lançada na semana passada, pela Presidenta Dilma Rousseff, dirigido a cidades com até 50 mil habitantes, é o assunto que abordo hoje, nesta tribuna.

Como anunciou nossa presidenta, 2.582 municípios com até 50 mil habitantes de todo o país foram selecionados desta vez, e para eles, o governo federal vai investir R\$ 2,8 bilhões, na construção de 107 mil moradias, que serão destinadas às famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil.

A meta do programa Minha Casa, Minha Vida 2 será ampliada para 2,4 milhões de unidades habitacionais, a serem construídas até 2014.

Quero, por oportuno, chamar a atenção dos prefeitos das 14 cidades do interior de Roraima, que têm uma população limitada a 50 mil habitantes.

São eles: Rorainópolis, com 25.587 habitantes; Caracaraí, com 18.384 habitantes; Alto Alegre, com 16.286 moradores; Mucajaí, com 14.814 habitantes; Cantá, com 13.778 moradores; Bonfim, com 10.951 habitantes; Pacaraima, com 10.448 moradores; Amajari,

com 9.330 habitantes; Normandia, com 8.926 moradores; Iracema, com 8.676 habitantes; Uiramutã, com 8.147 moradores; Caroebe, com 8.114 habitantes; São João da Balisa, com 6.778 moradores e São Luiz, com 6.750 habitantes, conforme o IBGE/2010.

Todos estes municípios têm até o dia 30 de junho do corrente ano, para apresentarem seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), em cumprimento ao artigo 12, da Lei nº 11.124/2005.

Esta lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui seu Conselho Gestor.

Em conformidade com a Instrução Normativa nº 15, de 10 de março de 2011, do Ministério das Cidades, poderão elaborar o PLHIS simplificado municípios que, simultaneamente, atendam aos requisitos de terem população composta de até 50 mil habitantes; não terem elaborado o PLHIS e que não tenham contrato de repasse ou termo de compromisso lastreado com recursos do FNHIS para a elaboração do PLHIS.

Desta forma, em Roraima serão construídas 570 unidades habitacionais, beneficiando, prioritariamente, “aqueles que mais necessitam”, como se pronunciou a presidenta.

No Minha Casa, Minha Vida 2, o governo está trabalhando na distribuição dos percentuais de moradias por faixa de renda e por município.

Na distribuição por município, por ter o maior número de habitantes, Rorainópolis receberá 50 unidades habitacionais, enquanto os demais municípios receberão 40 cada.

Neste contexto de políticas públicas, as mulheres serão, sem sombra de dúvidas, beneficiadas diretamente, com o programa Minha Casa, Minha Vida 2.

Isto porque, a lei (11.124/2005) determina que sejam estabelecidos mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda.

Destaco este critério da lei, senhor presidente, para lembrar que, na condição de deputada federal (2006-2010), apresentei indicação à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Propus que fosse enviada à Casa Civil da Presidência da República, sugestão de que em todos os programas habitacionais bancados com recursos públicos, particularmente, o Minha Casa, Minha Vida, o Governo Federal adotasse a política de destinar 5% das unidades habitacionais para as pessoas com deficiência.

Proposta semelhante eu havia apresentado ao prefeito de Boa Vista, Iradilson Sampaio, para que o Programa Minha Casa, Minha Vida, destinasse o percentual mínimo de 5% das unidades habitacionais, a

serem construídas, ao atendimento às pessoas com deficiência física.

Comprometendo-se em ir mais além, o prefeito disse que iria ampliar esse para 6%, beneficiando mais pessoas. No caso, pessoas com deficiência, pessoas que vivem sozinhas e aquelas que são chefes de família.

Tive ainda a preocupação de garantir moradia e acessibilidade às unidades, aos cadeirantes e outros portadores de restrições físicas, intelectuais ou sensoriais.

Desta forma, garanti que pelo menos 60 das mil unidades habitacionais construídas na primeira fase do Minha Casa, Minha Vida, fossem destinadas às pessoas que realmente precisam do conforto, da segurança e do direito constitucional à moradia.

Trata-se, aliás, de uma política pública, de promoção de inclusão econômica e social que vem beneficiar milhões de brasileiros.

Uma experiência inédita no Brasil em termos de programas habitacionais de interesse social que, lá do outro lado da linha do Equador, Boa Vista protagonizou, podendo servir como modelo para o programa Minha Casa Minha Vida em todo o país.

Enfim, o Brasil está mudando e, neste contexto, Roraima quer participar das mudanças, promovendo o desenvolvimento e contribuindo com a melhoria de vida de todos os brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai declarar encerrados os trabalhos desta sessão, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 549, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2012, que *reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.451,*

de 10 de maio de 2002, e 11.051, de 29 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003. (proveniente da Medida Provisória nº 549, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 11-4-12)

Relator revisor: Romero Jucá

(Sobrestando a pauta a partir de: 12-2-12)

Prazo final prorrogado: 26-04-12

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 551, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2012, que *altera dispositivos das Leis nºs 7.920, de 12 de dezembro de 1989, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 9.825, de 23 de agosto de 1999, 12.462, de 5 de agosto de 2011, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e 5.862, de 12 de dezembro de 1972; revoga o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 551, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 16-4-12)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 17-2-12)

Prazo final prorrogado: 1º-5-12

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 270, de 2012 - RISF 336, III)

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 231, de 2011; e 359, de 2012, das Comissões:

– Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido;

– da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre as emendas de Plenário), Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável às Emendas nºs 1, 2, 4 e 8-Plen, nos termos

de subemendas que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 9-Plen; apresentando, ainda, a Emenda nº 10-CCJ, com votos vencidos dos Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Francisco Dornelles e Aécio Neves e da Senadora Lúcia Vânia.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012*.

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2012

(Adiada a votação, nos termos do Requerimento nº 111, de 2012)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 47, de 2012, do Senador Randolfe Rodrigues, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2011), além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (armas de fogo)*.

6

REQUERIMENTO Nº 245, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 245, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (criminalização da venda ilegal de agrotóxico)*.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 43 minutos.)

PARECER

Nº 2, DE 2012-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre a Mensagem nº 93, de 2011 - CN (nº 388/2011, na origem) que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quarto bimestre de 2011”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador ARMANDO MONTEIRO

RELATORA “AD HOC”: Deputada CIDA BORGHETTI

I. RELATÓRIO

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas da União, referente ao 4º bimestre de 2011, contendo a análise e revisão das expectativas de arrecadação das receitas e de realização das despesas para 2011, as quais são componentes fundamentais na formação do resultado primário¹.

1. ASPECTOS LEGAIS

Esse Relatório objetiva dar suporte técnico às decisões tomadas com base no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, caput, que determina que se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas na LDO, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios também fixados na LDO.

Embora o citado art. 9º trate apenas da avaliação da receita orçamentária, para efeito de uma completa avaliação do cumprimento das metas, é necessário também efetuar avaliação do comportamento das despesas primárias, em especial daquelas de execução obrigatória, uma vez que alterações em seus valores, em relação à LOA, podem afetar o alcance da meta de resultado primário.

¹ A Lei nº 12.309, de 09.08.2010, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para 2011 (LDO-2011), determinou, em seu art. 70, caput e §º 4º, que se for necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará o valor a cada um dos órgãos referidos no art. 20 da LRF. O Executivo deverá, ainda, encaminhar ao Congresso Nacional, relatório a ser apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) que, entre outras informações, conterá a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade daquela limitação, bem como os cálculos de limitação das receitas primárias e a revisão dos parâmetros e projeções de variáveis microeconômicas. Realiza-se, assim, que a definição dos limites de empenho e movimentação financeira, conforme realizada hoje pelo Executivo, pode decorrer tanto de variações não previstas na realização da receita quanto de aumentos imprevistos nas despesas obrigatórias, além da reabertura de créditos adicionais ou de variações da meta nominal de resultado primário. Registre-se, porém, que em caso de recuperação da receita prevista, ainda que de forma parcial, ou de restituição para menor da despesa obrigatória, a LRF prevê a recomposição das ~~detecções~~ ~~empenhos~~ ~~foram~~ ~~objeto~~ de limitação, proporcionalmente às reduções anteriormente efetivadas.

O Relatório foi construído com base nos valores de receita e despesa realizados até o mês de agosto e "parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente", e promoveu ajustes na estimativa da receita primária e em despesas obrigatórias, alterando a limitação de empenho processada desde a 1ª Avaliação bimestral da receita e despesa de 2011.

2. RESULTADOS DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO 4º BIMESTRE 2011

O Poder Executivo, ao elaborar o Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas do 4º bimestre de 2011, espera aumento de R\$ 19.484,3 milhões na expectativa de arrecadação da Receita Primária Bruta para 2011 (exceto RGPS), com relação à previsão contida na Avaliação do 3º Bimestre. A previsão da arrecadação do RGPS também aumentou em R\$ 5.529,1 bilhões.

Como as transferências para Estados e Municípios aumentaram em R\$ 3.799,2 milhões, então a Receita Primária Líquida aumenta em R\$ 15.685,1 milhões.

Do lado das despesas, há uma previsão de aumento com despesas obrigatórias de R\$ 4.948,8 milhões; de redução na expectativa do Déficit do RGPS em R\$ 30,1 milhões; de aumento de R\$ 614,1 milhões de despesas custeadas com recursos de convênios e doações; de redução de R\$ 7,7 milhões na execução de créditos extraordinários e de aumento de R\$ 0,5 milhão em créditos adicionais dos Poderes Legislativo e Judiciário. A Tabela I, a seguir, ilustra o efeito conjunto desses movimentos.

TABELA I

Resumo da Avaliação da Receita e Despesa do 4º Bim de 2011

Discriminação	R\$ milhões Variações em relação à 3ª Avaliação
1. Receita Primária Bruta, exceto RGPS	19.484,3
2. Transf. A Estados e Municípios	3.799,2
3. Receita Primária Líquida (1-2)	15.685,1
4. Despesas Obrigatórias	4.948,8
5. Déficit do RGPS	-30,1
6. Despesas Custeadas com Recursos de Doações/Convênios	614,1
7. Créditos Extraordinários	-7,7
8. Cred. Adic. Poderes Leg. e Jud. e do MPU	0,5
9. Ampliação da Meta de Resultado Primário no Poder Executivo	10.000,0
10. Variação dos Limites de Empenho/Mov. Financ. [3-4-5-6-7-8-9]	159,4

Fonte: Relatório de Avaliação do 4º Bimestre de 2011 - SOF/MP

A **conclusão do Poder Executivo**, resumida na Tabela I, é de que, poderia ser ampliado no montante de R\$ 10,2 bilhões os limites de empenho e movimentação financeiras estabelecidos na primeira avaliação de 2011. Por opção de política econômica, diante das incertezas internacionais e da necessidade de reforçar o lado fiscal, criando condições para a queda sustentada da taxa de juros, foram destinados R\$ 10.000,0 milhões para fins de elevação da meta de resultado primário, ficando R\$ 159,4 milhões para ampliação daqueles limites nos Poderes Legislativo e Judiciário e MPU.

Cabe lembrar que o Decreto nº 7.445/11 estabeleceu redução nos valores das programações de trabalho, que, juntamente com a limitação adicional imposta na 1ª Avaliação, totalizaram R\$ 50,7 bilhões com o objetivo de contribuir para controlar a expansão da demanda agregada e, assim, mitigar o esforço da política monetária na busca da convergência da taxa de inflação para a meta oficial de 4,5%.

Destaque-se que, como esse esforço fiscal está referenciado na programação confida nos Autógrafos do PLOA2011 e, dado que houve vetos de R\$ 1,6 bilhão nesse documento, então, relativamente à programação aprovada na LOA2011 o esforço fiscal se reduziu a R\$ 49,1 bilhões.

3. O CENÁRIO MACROECONÔMICO

Os desvios de valores executados do orçamento, com relação aos valores inicialmente projetados na lei orçamentária, decorrem de fatores de naturezas diversas, entre os quais as mudanças nos parâmetros econômicos base empregados nas previsões, que afetam as estimativas de receita de natureza tributária e alguns itens de despesas. Outros desvios podem decorrer de valores não previstos, ou estimados em magnitude insuficiente, em determinadas despesas quando da elaboração do orçamento.

A Tabela II, a seguir, mostra as alterações nos parâmetros desde aqueles empregados na feitura da LOA2011 até os adotados no Relatório da 4ª Avaliação.

TABELA II

Parâmetros empregados na LOA 2011 comparados com os adotados no Decreto nº 7445/11 e nas 3ª e 4ª Avaliação da Receita e Despesa de 2011.

Parâmetros	LOA2011	Dec n. 7445/11	Aval. 3º bím	Aval. 4º bím	Diferença
	[a]	[b]	[c]	[d]	[e] = [d-a]
PIB real - variação %	5,50	5,00	4,50	4,50	-1,00
PIB nominal - R\$ bilhões	3.927,10	4.056,00	4.109,40	4.109,90	182,80
IPCA acumulado - variação %	4,50	5,00	5,80	5,80	1,30
IGP-di acumulado - variação %	4,50	5,50	6,14	6,14	1,64
Taxa Over Selic - média %	10,71	10,71	11,87	11,79	1,08
Taxa Câmbio - média - R\$/US\$	1,76	1,72	1,61	1,61	-0,15
Massa Sal Nominal - variação %	10,60	10,44	13,36	13,36	2,76
Petroleo - média - US\$/barril	80,30	88,49	112,52	112,52	32,22
Salário Mínimo - R\$	540,00	545,00	545,00	545,00	5,00
Reaj Nom Sal Mínimo - variação %	5,88	6,86	6,86	6,86	0,98
Reaj. demais Benef. Prev. - variação %	5,52	ni	ni	ni	ni

Fontes: LOA 2011; Decreto nº 7.445/11 e Relat. Aval. Receita/Despesa do 3º e 4º Bím. de 2011 - SOF/MP

A expectativa de crescimento real do PIB para 2011 vinha sendo seguidamente reduzida, passando de 5,50% na LOA2011 para 5,00% no Decreto e nas últimas Avaliações, foi fixada em 4,50%. O PIB nominal, a despeito da queda real, aumentou de R\$ 3,9 bilhões na LOA2011 para R\$ 4,1 bilhões nesta 4ª Avaliação, como resultado de uma maior expectativa de inflação.

No início de setembro, o mercado esperava um crescimento real do PIB menor, ou seja, 3,67%².

A taxa Selic média, em relação à Avaliação precedente, se reduziu ligeiramente, refletindo a redirecionamento da política monetária pelo Banco Central, tendo em vista sinais de agravamento da crise internacional que se refletiria no desempenho da economia brasileira. O mercado, também no início de setembro, esperava uma taxa Selic média superior, da ordem de 12,06% em 2011³.

A taxa de câmbio média mostra estabilidade com relação à Avaliação anterior, e está em linha com o que esperava o mercado, porém cai em relação à lei orçamentária do exercício.

A variação da massa salarial também permaneceu estável em relação à 3ª Avaliação, embora cresça 2,76 pontos de percentagem com relação à embutida nas previsões da LOA2011.

O preço do barril de petróleo, refletindo as incertezas e demandas mundiais correntes, continua mostrando forte elevação na cotação média com relação à LOA2011, embora permaneça imutável com relação à 3ª Avaliação.

O salário-mínimo está ajustado às disposições legais vigentes.

4. AS METAS FISCAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2011

A meta de Resultado Primário do Setor Público Consolidado, para o exercício de 2011, foi fixada na Lei nº 12.309, de 10.08.10, (LDO2011) em R\$ 125,50 bilhões, que, se relacionado com a estimativa do PIB então contida nesse documento, corresponderia a 3,30% do PIB. Desse total, R\$ 81,76 bilhões, equivalentes 2,15% do PIB, se referiam ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, denominado Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), e R\$ 7,61 bilhões, ou 0,20% do PIB, às empresas estatais federais. Os Governos Regionais completavam a meta com R\$ 36,13 bilhões, que corresponderia a 0,95% do PIB.

A meta federal (Governo Central e empresas estatais federais), de R\$ 89,37 bilhões (2,35% do PIB), poderia, conforme permite o art. 3º da LDO-2011, ser reduzida no montante de R\$ 32,28 bilhões, correspondendo às despesas dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Poderá ainda ser reduzida pelo total de pagamentos das despesas inscritas em restos/

² Relatório de Mercado, FOCUS, Bacen, de 02.09.2011. No Relatório de 14.10.2011 essa expectativa caiu para 3,42%.

³ Bacen, op. Cit. Em 14.10.2011 essa expectativa caiu para 11,78%.

a pagar, relativas ao PAC de orçamento anterior, e do excesso da meta de resultado primário apurado no exercício de 2010 de R\$ 23,8 bilhões⁴.

Com a edição da Lei nº 12.377, de 30.12.10, que alterou as Leis de Diretrizes Orçamentárias para 2010 e 2011 a meta ("cheia") de Resultado Primário Consolidado para 2011 foi reduzida para R\$ 117,89 bilhões, dentro do entendimento de que as empresas estatais passariam a ter meta zero de resultado primário, dada a retirada do Grupo Eletrobrás do esforço fiscal das empresas dessas entidades. A meta para os Orçamentos Fiscal e Seguridade Social permaneceu em R\$ 81,76 bilhões e corresponde a 2,08% do PIB (o PIB no Projeto dessa Lei já trouxe valor nominal superior ao da LDO2011, daí porque essa relação é menor que a original).

Mas, com a publicação da Lei Orçamentária para 2011 (LOA2011), o resultado primário do Governo Federal foi ajustado para R\$ 83,4 bilhões em decorrência de vetos apostos pelo Poder Executivo da ordem de R\$ 1,6 bilhão.

Apesar de ter dado sinais de que irá perseguir a "meta cheia" de superávit primário, cabe apontar que o Poder Executivo ainda poderia descontar o excesso de meta de 2010, além dos gastos relativos à execução do PAC.

Com relação à execução da meta neste ano, o Banco Central divulgou que o superávit primário do setor público consolidado alcançou R\$ 96,5 bilhões de janeiro a agosto, correspondendo a 3,65% do PIB. Todos os segmentos do setor público apresentaram resultados superavitários: o Governo Federal, com 2,60% do PIB, e os governos regionais, com 1,05% do PIB.

Observa-se, finalmente, que já foram cumpridos até agosto cerca de 80,8% da meta anual consolidada, em seu conceito "cheia", de R\$ 119,49 bilhões prevista com a aprovação da LOA2011.

5. A ESTIMATIVA DAS RECEITAS PRIMÁRIAS PARA 2011

As estimativas da Avaliação do 4º bimestre de 2011, elaboradas pelo Poder Executivo, foram construídas incorporando a receita realizada até o mês de agosto e atualizando a projeção até o final do exercício, a partir dos novos dos parâmetros.

⁴Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010-LDO 2011 e Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO 2010.

Embora, em termos reais, o PIB tenha crescido 7,5% em 2010, há sinais de uma desaceleração presente em curso desde o segundo trimestre de 2010, levando a que no segundo trimestre desse ano o Produto tenha crescido apenas 0,7% sobre o trimestre precedente.

Ainda que o primeiro trimestre de 2011 tenha registrado crescimento de 1,3% com relação ao último trimestre de 2010, sugerindo uma retomada da intensidade de crescimento, no acumulado de 2011, até março, com relação ao mesmo período de 2010, o crescimento é de apenas 4,2%.

Analistas de mercado, e de certo modo o próprio Governo, vêm admitindo que o crescimento da economia em 2011, tanto pela sua trajetória, como em consequência das medidas monetárias e fiscais contracionistas (restrições ao crédito, aumento de depósitos compulsórios, corte de gastos, aumento de juros, e.g.), irá desacelerar para algo em torno de 4,0% a.a., que seria a variação real do chamado PIB potencial, compatível com a estabilidade de preços⁵.

Destaca-se que o crescimento do consumo das famílias, embora ainda em expansão, ocorre a uma menor taxa, aumentando 5,9% no primeiro trimestre de 2011 contra o mesmo período de 2010. No último trimestre de 2010, comparado ao mesmo período de 2009 esse crescimento havia sido de 7,5%; além disso, após apresentar crescimentos de 1,1%, 1,7% e 2,3% nos últimos trimestres de 2010, com relação ao trimestre precedente, em 2011 essa variação caiu para apenas 0,6%. De outro lado, a Formação Bruta de Capital Fixo, que mede o investimento total da economia, mostrou vigoroso crescimento de 8,8%, na comparação dos primeiros trimestres de 2010 e 2011.

Dados mais recentes do IBGE sobre a evolução da produção industrial confirmam a desaceleração da atividade econômica. No acumulado dos últimos 12 meses, terminado em agosto mostra crescimento de 2,3% (em junho era 3,7% e maio 4,5%). No acumulado do primeiro semestre de 2011 mostra aumento de 1,4% (1,7% em junho) sobre igual período do ano anterior. Em agosto de 2011, com relação a julho, a produção industrial segue caindo em 0,2%.

Já a tendência do indicador de vendas a varejo não é tão nítida: no acumulado de 12 meses em agosto essas vendas crescem 8,2% (em maio crescia 9,2%) e no acumulado de 2011 mostra aumento de 7,2% sobre igual período do ano anterior (7,4% em maio). Os mesmos números para março foram de 9,5% e 6,9% e para janeiro de 10,7% e 8,3%, respectivamente.

⁵ Como vimos, para 2011, o Governo trabalha com 4,50% de crescimento, enquanto que o mercado espera 3,67%.

O mesmo ocorre com a taxa de desemprego que, após apresentar tendência levemente crescente, saindo 5,3% em dezembro de 2010 para 6,1% em janeiro de 2011 e 6,4% em abril-maio, voltou a cair para 6,2% em junho e em agosto caiu novamente para 6,0%.

Em suma, é ainda num cenário econômico em transição que o Poder Executivo elaborou uma nova previsão de receitas para 2011 que, contrariamente ao Relatório anterior, mostra um aumento na expectativa da arrecadação para 2011.

Nesta 4ª Avaliação do Poder Executivo, a estimativa da Receita Primária Bruta (incluindo o RGPS) para 2011 se modificou significativamente com relação às precedentes, mostrando aumento de R\$ 25,0 bilhões em relação à 3ª Avaliação e acréscimo de R\$ 7,0 bilhões em relação à receita prevista na LOA2011. Em termos de Receita Primária Líquida esses números são de R\$ 21,2 bilhões e R\$ 6,5 bilhões, respectivamente, conforme se observa na coluna "Diferença", da Tabela IV, a seguir.

TABELA IV

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Receitas Primárias Brutas e Líquidas Estimadas para 2011 - Avaliação do 4º Bimestre

Discriminação	Realidade 2010 (a)		LOA 2011 (b)		Aval 3º Bim 2011 (c)		Aval 4º Bim 2011 (d)		Diferença R\$ (e = d - c)
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	
I. RECEITA PRIMÁRIA BRUTA	921.054,9	23,23	990.474,8	25,22	972.435,9	23,86	997.449,7	24,27	-6.974,8
I.1 Receita Administrada pela RFB	637.192,3	14,58	642.075,6	16,38	626.303,4	15,34	637.722,2	15,52	4.353,4
I.1.1 Imposto de Importação	21.093,3	0,56	23.130,9	0,59	23.668,3	0,63	26.042,3	0,63	-2.931,4
I.1.2 IPI	37.653,8	1,03	49.241,4	1,25	43.429,0	1,06	43.523,3	1,06	5.619,7
I.1.3 Imposto de Renda	194.872,4	5,34	243.920,4	6,19	239.900,8	5,76	239.567,9	5,80	4.452,5
I.1.4 IOF	28.576,1	0,73	31.960,7	0,81	32.769,9	0,83	32.769,9	0,83	-809,6
I.1.5 CÔFINS	141.232,3	3,88	157.997,7	4,02	160.547,8	3,81	161.506,3	3,83	-3.538,8
I.1.6 PIS/PASEP	40.794,4	1,12	41.094,7	1,05	42.383,1	1,03	42.616,2	1,04	-1.721,5
I.1.7 CSLL	48.370,9	1,27	62.061,3	1,58	53.322,1	1,30	60.065,2	1,46	1.096,1
I.1.8 CIDE-combustíveis	7.769,1	0,21	6.636,1	0,22	9.322,9	0,23	9.537,0	0,23	-900,9
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	15.150,6	0,42	26.972,4	0,84	21.769,7	0,53	22.763,7	0,56	2.169,7
I.2 Arrecadação Líquida do INSS	211.866,6	5,32	240.056,4	6,11	240.056,4	6,84	245.584,8	6,88	-6.529,2
I.3 Receitas Não Administradas	180.671,7	2,76	102.522,9	2,61	100.455,0	2,44	108.620,3	2,64	-8.867,4
I.3.1 Concessões	1.159,6	0,03	2.383,6	0,06	2.383,6	0,06	2.383,6	0,06	0,0
I.3.2 Dividendos	22.414,6	0,62	17.585,9	0,43	15.169,5	0,37	17.169,5	0,42	394,4
I.3.3 Contrib. dos Servidores ao PPS	9.573,9	0,24	8.738,9	0,25	9.550,6	0,23	9.496,9	0,23	269,7
I.3.4 Compens. Financeira - Royalties	24.420,7	0,67	27.365,6	0,70	27.365,6	0,57	29.045,6	0,71	-1.680,1
I.3.5 Receita Própria (R 30, 62 e 63)	12.687,8	0,35	12.291,4	0,31	12.476,4	0,30	14.083,1	0,34	-1.791,7
I.3.6 Salário-Educação	11.049,2	0,30	11.904,2	0,30	11.904,2	0,26	13.024,8	0,32	-1.120,6
I.3.7 Demais Receitas	20.367,1	0,56	21.377,7	0,54	21.805,2	0,53	23.343,8	0,57	-1.066,1
I.4 Complemento da FGTS	2.523,5	0,07	2.839,3	0,07	2.839,0	0,07	2.836,6	0,07	9,0
I.5 Incentivos Fiscais	-88,6	0,02	-115,3	0,00	-214,6	-0,01	-219,9	-0,01	59,8
I.6 Operações com Ativos	74.897,6	2,05	3.099,0	0,08	3.099,0	0,07	3.099,0	0,07	0,0
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	133.175,8	3,56	165.351,7	4,21	161.887,2	3,84	165.795,4	4,03	-424,7
III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I - II)	787.879,3	21,62	825.123,9	21,01	810.478,7	19,72	831.654,3	20,24	-6.549,9
Estimativa do PIB nominal	3.642.847,8		3.827.661,1		4.109.403,9		4.109.993,0		

Fonte: LOA2011; Decreto nº 7.454/11 e Relat. Aut. 3º e 4º Bimestres de 2011 - SOFAP.

Lembramos que a estimativa da Receita Primária Bruta para 2011 na reprogramação orçamentário-financeira, contida no Decreto nº 7.445/2011, foi fixada em R\$ 971,4 bilhões, acima em R\$ 3,7 bilhões da que foi estimada no Projeto de Lei Orçamentária para 2011 (PLOA2011) e abaixo em R\$ 19,2 bilhões da que estava contida nos Autógrafos da Lei Orçamentária aprovados pelo Congresso Nacional. Ou seja, o Poder Executivo, em sua reestimativa da reprogramação orçamentária, praticamente reproduziu o valor que veio contido no Projeto de Lei Orçamentária para 2011 enviado ao Congresso Nacional.

Essa grande diferença para menor, em relação aos Autógrafos, concentrou-se na Receita Administrada pela RFB cujo valor caiu de R\$ 642,1

bilhões nos autógrafos para R\$ 619,8 na programação financeira, evidenciando um corte total, incluindo vetos, na estimativa de receita de R\$ 23,3 bilhões, se acrescentadas as reduções adicionais efetuadas na 1ª e 2ª Avaliações. Esse procedimento, praticamente, eliminou todo o valor da reestimativa de receita elaborada pelo Congresso Nacional na elaboração da Lei, que, em termos brutos, somou R\$ 22,8 bilhões e, em termos líquidos, alcançou R\$ 22,4 bilhões.

Nesta 4ª Avaliação, a estimativa da Receita Administrada pela RFB embora aumente em R\$ 11,4 bilhões com relação à Avaliação anterior, atingindo quase todos os itens de receita, com relação à LOA2011 ainda há mostra uma queda de R\$ 4,3 bilhões, sendo que os itens que continuam com excesso de estimativa na LOA2011 são o IPI, com R\$ 5,6 bilhões; Imposto de Renda, com menos R\$ 4,4 bilhões; CSLL, com menos R\$ 2,0 bilhões, e as Outras Receitas Administradas pela RFB com 2,2 bilhões (Tabela IV).

Já o Imposto de Importação, COFINS, PIS/PASEP, IOF e CIDE apresentam crescimento na nova estimativa de arrecadação para 2011 com relação à previsão orçamentária.

Segundo o Relatório da 4ª Avaliação, a maior expectativa na estimativa da Receita Administrada pela RFB deveu-se, principalmente, à: i) arrecadação extraordinária da antecipação do pagamento de parcelas do REFISIII (Lei nº 11.941, de 27.05.2009) por diversos contribuintes, para aproveitar o desconto de 40% nos juros de mora e de 100% nas multas no caso de antecipação de, no mínimo, 12 parcelas, e ii) pagamento de uma empresa referente a valores que estavam sendo contestados judicialmente referente à CSLL.

As Receitas Não-Administradas (concessões, *royalties*, dividendos etc.), ao contrário do contido na 3ª Avaliação, passaram a ter uma estimativa de receita R\$ 5,9 bilhões acima da prevista na LOA2011, destacando-se o aumento na previsão com *royalties*, receitas próprias, salário-educação e demais receitas não-administradas, pela incorporação da receita realizada até agosto e revisão de parâmetros. Ainda que levemente abaixo do previsto na LOA2011, a receita com dividendos mostrou o maior aumento entre a 3ª e 4ª Avaliações, com acréscimo de R\$ 2,0 bilhões em função da reestimativa de pagamento pelas empresas estatais.

A estimativa de Receita do RGPS, nesta última Avaliação, também foi aumentada e agora é de R\$ 245,6 bilhões, superior em R\$ 5,5 bilhões à prevista na LOA2011.

6. A ESTIMATIVA DAS DESPESAS PRIMÁRIAS EM 2011

Nesta 4ª Avaliação, com relação à Avaliação precedente, diversos itens de gastos tiveram sua projeção de desembolso alterada, resultando num aumento líquido da estimativa de despesas de R\$ 5,7 bilhões.

Em primeiro lugar, houve aumento líquido na estimativa de despesas obrigatórias de R\$ 4,9 bilhões, como resultado, de um lado, do acréscimo de

R\$ 5,0 bilhões na estimativa do Abono Salarial e Seguro-Desemprego, do aumento de R\$ 462,5 milhões em sentenças de pequeno valor em Pessoal e Encargos Sociais e do aumento de R\$ 42,4 milhões em Benefícios de Prestação Continuada da LOAS e RMV, e, de outro, pela redução da estimativa com Sentenças Judiciais – Despesas Correntes e de Capital em R\$ 554,5 milhões.

O aumento de gastos com sentenças em pessoal e em outras despesas correntes e de capital decorreu de créditos adicionais publicados até este bimestre e de restos a pagar pagos no exercício.

O acréscimo em Abono Salarial e Seguro-Desemprego apóia-se em nova previsão do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Ofício nº 49/SPOA/SE-TEM, de 08.08.2011, com base no seguinte:

- i) crescimento do número de trabalhadores com direito ao benefício do abono, decorrente dos sucessivos aumentos do salário-mínimo acima da inflação e da crescente formalização do mercado de trabalho, cujo aumento foi maior do que, aquele inicialmente previsto, identificado com o processamento da RAIS 2010 em julho p.p.;
 - ii) aumento na formalização do emprego e na rotatividade da mão-de-obra, resultando em maior demanda pelo seguro-desemprego;
 - iii) maior número de parcelas pagas em relação ao previsto no orçamento para os beneficiários do seguro-desemprego do pescador artesanal;
 - iv) crescimento do tempo de usufruto e da quantidade de parcelas no âmbito da bolsa qualificação para trabalhadores; e
 - v) inclusão de parte dos trabalhadores domésticos na rotatividade para buscar uma oportunidade no mercado formal existente, aumentando o número de parcelas pagas a cada trabalhador.
1. A revisão da projeção dos benefícios de prestação continuada da LOAS e da RMV, por sua vez, decorreu da incorporação dos valores realizados até agosto e da reestimativa até o fim do exercício, além de créditos adicionais para as sentenças de pequeno valor.

Relativamente aos créditos extraordinários, a previsão foi reduzida em R\$ 7,7 milhões em função do encerramento do prazo de vigência da MP nº 522/2011, conforme Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 31, de 2011. De outro lado, incorporou-se crédito adicional de R\$ 0,5 milhão para atender acréscimo de despesa para assistência médica e odontológica, para assistência pré-escolar aos dependentes e para auxílio-alimentação dos servidores do CNMP.

Há um aumento de R\$ 614,1 milhões na previsão de desembolsos custeados com recursos de doações e convênios em igual montante com o acréscimo na previsão de receita dessas fontes.

Por último, registrou-se uma redução de R\$ 30,1 milhões na estimativa do déficit do RGPS, uma vez que o aumento de R\$ 5.499,0 milhões na previsão com benefícios previdenciários (R\$ 4.849,0 milhões em benefícios normais e R\$ 650,0 milhões em sentenças judiciais de pequeno valor) foi mais do que compensada pela elevação R\$ 5.529,1 milhões na estimativa da arrecadação líquida desse regime.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

O Poder Executivo, concluiu, nesta 4ª Avaliação que, no balanço entre o aumento na previsão das receitas e o aumento da estimativa das despesas primárias obrigatórias para 2011 os limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos na primeira avaliação poderiam ser aumentados em R\$ 10,2 bilhões.

Adicionalmente, destacou que o art. 9º da LRF estabelece que a recomposição deve ser efetuada proporcionalmente às reduções ocorridas, mediante ato próprio de cada um dos Poderes e do MPU, consoante critérios estabelecidos na LDO.

A LDO 2011 determina em seu art. 70 que isso ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder na base contingenciável.

Com base nisso, a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira que coube aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e MPU foi de R\$ 10,0 bilhões; R\$ 22,3 milhões; R\$ 103,1 milhões e R\$ 34,1 milhões, respectivamente.

O Poder Executivo, na parcela que lhe cabe, resolveu destinar os R\$ 10,0 bilhões para elevar a meta de superávit primário, tendo em vista o cenário internacional incerto e a necessidade de reforçar junto à sociedade a imagem de solidez da situação fiscal do País.

II. VOTO

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 93, de 2011-CN e dos demais documentos que compõem este processo, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de de 2012.



Senador **ARMANDO MONTEIRO**

Relator

Deputado **PAULO PIMENTA**

Presidente

CONCLUSÃO


A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Primeira Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de abril de 2012, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório da Deputada CIDA BORGHETTI, relatora *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador Armando Monteiro), pelo **ARQUIVAMENTO** da **Mensagem nº 93/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011".

Compareceram os Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Reinaldo Azambuja, Segundo Vice-Presidente, Arnaldo Jardim, Celso Maldaner, Cida Borghetti, Cláudio Puty, Edio Lopes, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leonardo Monteiro, Luciano Castro, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque, Waldenor Pereira, Waldir Maranhão, Wandenkolk Gonçalves, Zeca Dirceu, e os Senadores Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, Vicentinho Alves, Terceiro Vice-Presidente, Angela Portela, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Sérgio Petecão.

Sala de Reuniões, em 10 de abril de 2012.



Deputado PAULO PIMENTA
Presidente



Deputada CIDA BORGHETTI
Relatora *ad hoc*

PARECER Nº 3, DE 2012-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre a Mensagem nº 137, de 2011 - CN (nº 521/2011, na origem) que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quinto bimestre de 2011”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

RELATORA “AD HOC”: Deputada **CIDA BORGHETTI**

I. RELATÓRIO

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas da União, referente ao 5º bimestre de 2011, contendo a análise e revisão das expectativas de arrecadação das receitas e de realização das despesas para 2011, as quais são componentes fundamentais na formação do resultado primário¹.

1. ASPECTOS LEGAIS

1. Esse Relatório objetiva dar suporte técnico às decisões tomadas com base no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, caput, que determina que se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal,

¹ A Lei nº 12.309, de 09.08.2010, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para 2011 (LDO-2011), determinou, em seu art. 70, caput e §º 4º, que se for necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará o valor a cada um dos órgãos referidos no art. 20 da LRF. O Executivo deverá, ainda, encaminhar ao Congresso Nacional, relatório a ser apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) que, entre outras informações, conterá a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade daquela limitação, bem como os cálculos de frustração das receitas primárias e a revisão dos parâmetros e projeções de variáveis macroeconômicas. Reafirme-se, assim, que a definição dos limites de empenho e movimentação financeira, conforme realizada hoje pelo Executivo, pode decorrer tanto de variações não previstas na realização da receita quanto de aumentos imprevistos nas despesas obrigatórias, além da reabertura de créditos adicionais ou de variações da meta nominal de resultado primário. Registre-se, porém, que em caso de recuperação da receita prevista, ainda que de forma parcial, ou de reestimativa para menor de despesa obrigatória, a LRF prevê a recomposição das dotações cujos empenhos foram objeto de limitação, proporcionalmente às reduções anteriormente efetivadas.

estabelecidas na LDO, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios também fixados na LDO.

2. Embora o citado art. 9º trate apenas da avaliação da receita orçamentária, para efeito de uma completa avaliação do cumprimento das metas, é necessário também efetuar avaliação do comportamento das despesas primárias, em especial daquelas de execução obrigatória, uma vez que alterações em seus valores, em relação à LOA, podem afetar o alcance da meta de resultado primário.

3. O Relatório foi construído, de um modo geral, com base nos valores da receita e despesa realizados até o mês de setembro, e dados prévios do mês de outubro para alguns itens, e "parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente"². Com base nele, foram promovidos ajustes na estimativa da receita primária e em despesas obrigatórias, alterando a limitação de empenho.

2. RESULTADOS DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO 5º BIMESTRE 2011

4. O Poder Executivo, ao elaborar o Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas do 5º bimestre de 2011, espera aumento de R\$ 11.799,5 milhões na expectativa de arrecadação da Receita Primária Bruta para 2011 (exceto RGPS), com relação à previsão contida na Avaliação do 4º Bimestre. A previsão da arrecadação do RGPS também aumentou em R\$ 3.198,5 bilhões.

5. Como as transferências para Estados e Municípios diminuíram em R\$ 188,0 milhões, então a Receita Primária Líquida esperada aumenta em R\$ 11.987,5 milhões.

² Na realidade, na reestimativa dos itens de receita administrados pela RFB, os cálculos incorporaram os valores efetivamente arrecadados até outubro e projetaram a arrecadação para os dois últimos meses do exercício.

6. Do lado das despesas, há uma previsão de aumento com despesas obrigatórias de R\$ 1.789,4 milhões; de redução na expectativa do Déficit do RGPS em R\$ 2.173,2 milhões; de aumento de R\$ 133,8 milhões de despesas custeadas com recursos de convênios e doações e de aumento de R\$ 83,8 milhões de créditos adicionais dos Poder Judiciário, do Ministério Público da União - MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. A Tabela I, a seguir, ilustra o efeito conjunto desses movimentos.

TABELA I**Resumo da Avaliação da Receita e Despesa do 5º Bim de 2011**

Discriminação	R\$ milhões Variações em relação à 4ª Avaliação
1. Receita Primária Bruta, exceto RGPS	11.799,5
2. Transf. A Estados e Municípios	-188,0
3. Receita Primária Líquida (1-2)	11.987,5
4. Despesas Obrigatórias	1.789,4
5. Déficit do RGPS	-2.173,2
6. Despesas Custeadas com Recursos de Doações/Convênios	133,8
7. Cred. Adic. Poderes Leg. e Jud. e do MPU	83,8
8. Variação dos Limites de Empenho/Mov. Financ. [3-4-5-6-7]	12.153,7

Fonte: Relatório de Avaliação do 5º Bimestre de 2011 - SOF/MP

A **conclusão do Poder Executivo**, resumida na Tabela I, é de que os limites de empenho e movimentação financeira podem ser ampliados no montante de R\$ 12,2 bilhões em relação aos valores implícitos na 4ª Avaliação.

7. Cabe lembrar que o Decreto nº 7.445/11 estabeleceu redução nos valores das programações de trabalho, que, juntamente com a limitação adicional imposta na 1ª Avaliação, totalizaram R\$ 50,7 bilhões com o objetivo de contribuir para controlar a expansão da demanda agregada e, assim, mitigar o esforço da política monetária na busca da convergência da taxa de inflação para a meta oficial de 4,5%.

8. Destaque-se que, como esse esforço fiscal está referenciado na programação contida nos Autógrafos do PLOA2011 e, dado que houve vetos de R\$ 1,6 bilhão nesse documento, então, relativamente à programação aprovada na LOA2011 o esforço fiscal se reduz a R\$ 49,1 bilhões.

3. O CENÁRIO MACROECONÔMICO

9. Os desvios de valores executados do orçamento, com relação aos valores inicialmente projetados na lei orçamentária, decorrem de fatores de naturezas diversas, entre os quais as mudanças nos parâmetros econômicos base empregados nas previsões, que afetam as estimativas de receita de natureza tributária e alguns itens de despesas. Outros desvios podem decorrer de valores não previstos, ou estimados em magnitude insuficiente, em determinadas despesas quando da elaboração do orçamento.

10. A Tabela II, a seguir, mostra as alterações nos parâmetros desde aqueles empregados na feitura da LOA2011 até os adotados no Relatório da 5ª Avaliação.

TABELA II

Parâmetros empregados na LOA 2011 comparados com os adotados no Decreto nº 7445/11 e nas 4ª e 5ª Avaliação da Receita e Despesa de 2011.

Parâmetros	LOA2011 [a]	Dec n. 7445/11 [b]	Aval. 4º bím [d]	Aval. 5º bím [d]	Diferença [e] = [d-a]
PIB real - variação %	5,50	5,00	4,50	3,80	-0,70
PIB nominal - R\$ bilhões	3.927,10	4.056,00	4.109,90	4.086,60	-23,30
IPCA acumulado - variação %	4,50	5,00	5,80	6,40	0,60
IGP-di acumulado - variação %	4,50	5,50	6,14	5,87	-0,27
Taxa Over Selic - média %	10,71	10,71	11,79	11,69	-0,10
Taxa Câmbio - média - R\$/US\$	1,76	1,72	1,61	1,67	0,06
Massa Sal Nominal - variação %	10,60	10,44	13,36	15,37	2,01
Petroleo - média - US\$/barril	80,30	88,49	112,52	113,04	0,52
Salário Mínimo - R\$	540,00	545,00	545,00	545,00	0,00
Reaj Nom Sal Mínimo - variação %	5,88	6,86	6,86	6,86	0,00
Reaj. demais Benef. Prev. - variação %	5,52	ni	ni	ni	ni

Fontes: LOA 2011; Decreto nº 7.445/11 e Relat. Aval. Receita/Despesa do 4º e 5º Bím. de 2011 - SOF/MP

11. A expectativa de crescimento real do PIB para 2011 vem sendo seguidamente reduzida, passando de 5,50% na LOA2011 para 5,00% no Decreto e 4,50% até a 4ª Avaliação, caindo novamente nesta Avaliação para 3,80%. O PIB nominal, a despeito da queda real de crescimento, aumentou de R\$ 3,9 trilhões na LOA2011 para R\$ 4,1 trilhões nesta 5ª Avaliação, como resultado de uma maior expectativa de inflação, conforme apontam o IPCA e IGPdi.

12. A taxa Selic média, em relação à Avaliação precedente, se reduz ligeiramente, refletindo a redirecionamento da política monetária pelo Banco Central, tendo em vista sinais de agravamento da crise internacional que se refletiria no desempenho da economia brasileira.

13. A taxa de câmbio média mostra estabilidade com relação à Avaliação anterior, mas cai em relação à lei orçamentária do exercício.

14. A variação da massa salarial cresceu em relação à 4ª Avaliação e é quase 50% maior do que a prevista na LOA2011.

15. O preço do barril de petróleo, refletindo as incertezas e demandas mundiais correntes, continua mostrando forte elevação na cotação média com relação à LOA2011, embora permaneça praticamente imutável com relação à 4ª Avaliação.

16. O salário-mínimo está ajustado às disposições legais vigentes.

4. AS METAS FISCAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2011

17. A meta de Resultado Primário do Setor Público Consolidado, para o exercício de 2011, foi fixada na Lei nº 12.309, de 10.08.10, (LDO2011) em R\$ 125,50 bilhões, que, se relacionado com a estimativa do PIB então contida nesse documento, corresponderia a 3,30% do PIB. Desse total, R\$ 81,76 bilhões, equivalentes 2,15% do PIB, se referiam ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, denominado Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), e R\$ 7,61 bilhões, ou 0,20% do PIB, às empresas estatais federais. Os Governos Regionais completavam a meta com R\$ 36,13 bilhões, que corresponderia a 0,95% do PIB.

18. A meta federal (Governo Central e empresas estatais federais), de R\$ 89,37 bilhões (2,35% do PIB), poderia, conforme permite o art. 3º da LDO-2011, ser reduzida no montante de R\$ 32,28 bilhões, correspondendo às despesas dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Poderá ainda ser reduzida pelo total de pagamentos das despesas inscritas em restos a pagar, relativas ao PAC de orçamento anterior, e do excesso da meta de resultado primário apurado no exercício de 2010 de R\$ 23,8 bilhões³.

19. Com a edição da Lei nº 12.377, de 30.12.10, que alterou as Leis de Diretrizes Orçamentárias para 2010 e 2011 a meta ("cheia") de Resultado Primário Consolidado para 2011 foi reduzida para R\$ 117,89 bilhões, dentro do entendimento de que as empresas estatais passariam a ter meta zero de

³Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010-LDO 2011 e Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009/LDO 2010.

resultado primário, dada a retirada do Grupo Eletrobrás do esforço fiscal das empresas dessas entidades. A meta para os Orçamentos Fiscal e Seguridade Social permaneceu em R\$ 81,76 bilhões e corresponde a 2,08% do PIB (o PIB no Projeto dessa Lei já trouxe valor nominal superior ao da LDO2011, daí porque essa relação é menor que a original).

20. Mas, com a publicação da Lei Orçamentária para 2011 (LOA2011), o resultado primário do Governo Federal foi ajustado para R\$ 83,4 bilhões em decorrência de vetos apostos pelo Poder Executivo da ordem de R\$ 1,6 bilhão.

21. Apesar de ter dado sinais de que irá perseguir a “meta cheia” de superávit primário, cabe apontar que o Poder Executivo ainda poderia descontar o excesso de meta de 2010, além dos gastos relativos à execução do PAC.

22. Com relação à execução da meta neste ano, o Banco Central divulgou que o superávit primário do setor público consolidado alcançou R\$ 118,6 bilhões de janeiro a outubro, correspondendo a 3,26% do PIB. Todos os segmentos do setor público apresentaram resultados superavitários: o Governo Federal, com 2,50% do PIB, e os governos regionais, com 0,76% do PIB.

23. Finalmente, observa-se que já foram cumpridos, até outubro, cerca de 99,0% da meta anual consolidada, em seu conceito “cheia”, de R\$ 119,49 bilhões, prevista após a aprovação da LOA2011.

5. ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DAS RECEITAS PRIMÁRIAS PARA 2011

24. As estimativas da Avaliação do 5º bimestre de 2011, elaboradas pelo Poder Executivo, foram construídas incorporando a receita realizada até o mês de outubro e atualizando a projeção até o final do exercício, a partir dos novos dos parâmetros.

25. Embora, em termos reais, o PIB tenha crescido 7,5% em 2010, há sinais de uma forte desaceleração em curso desde meados desse ano, levando a que no segundo trimestre de 2011 ano o produto tenha crescido apenas 0,8% sobre o trimestre precedente. No terceiro trimestre de 2011 o resultado foi ainda pior, com o crescimento caindo para zero sobre o valor alcançado no segundo trimestre. No acumulado do ano o crescimento é de apenas 3,2% sobre o mesmo período de 2010.

26. Analistas de mercado, e de certo modo o próprio Governo, vêm admitindo que o crescimento da economia em 2011, tanto pela sua trajetória como em consequência das medidas monetárias e fiscais contracionistas (restrições ao crédito, aumento de depósitos compulsórios, corte de gastos,

aumento de juros, e.g.), irá desacelerar para algo ao redor de 3,5% a.a., abaixo da variação real de 4,0% do chamado PIB potencial, compatível com a estabilidade de preços⁴.

27. É num cenário econômico de clara desaceleração do crescimento econômico que o Poder Executivo elaborou uma nova previsão de receitas para 2011, a qual ainda mostra um aumento na expectativa da arrecadação para esse ano, explicada tanto por variações em itens específicos da receita como pela defasagem existente entre a ocorrência do fator gerador dos tributos e o efetivo recolhimento da receita.

28. Nesta 5ª Avaliação do Poder Executivo, a estimativa da Receita Primária Bruta (incluindo o RGPS) para 2011 continuou se modificando significativamente com relação às precedentes, mostrando aumento de R\$ 15,0 bilhões em relação à 4ª Avaliação e acréscimo de R\$ 22,0 bilhões em relação à receita prevista na LOA2011. Em termos de Receita Primária Líquida esses números são de R\$ 15,2 bilhões e R\$ 21,7 bilhões, respectivamente, conforme se observa na coluna "Diferença", da Tabela III, a seguir.

TABELA III

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Receitas Primárias Brutas e Líquidas Estimadas para 2011 - Avaliação do 5º Bimestre

Discriminação	Realizada 2010 [a]		LOA 2011 [b]		Aval 4º Bim 2011		Aval 5º Bim 2011		Diferença R\$ [e = b-d]
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	
I. RECEITA PRIMÁRIA BRUTA	921.054,9	25,28	980.474,6	26,22	997.448,2	24,27	1.012.447,6	24,77	-21.973,0
I.1 Receita Administrada pela RFB	531.182,3	14,58	642.075,6	16,35	637.722,2	16,61	638.654,1	15,63	3.421,6
I.1.1. Imposto de Importação	21.083,3	0,58	23.130,9	0,59	26.062,3	0,64	26.891,1	0,63	-2.760,2
I.1.2. IPI	37.553,8	1,03	48.241,4	1,25	43.623,3	1,07	43.507,5	1,08	5.733,9
I.1.3. Imposto de Renda	194.672,4	5,34	243.020,4	6,19	238.587,9	6,84	238.420,3	5,83	4.500,1
I.1.4. IOF	26.578,1	0,73	31.950,7	0,81	32.780,3	0,80	32.484,5	0,79	-533,8
I.1.5. COFINS	141.232,3	3,88	157.967,7	4,02	161.506,3	3,95	162.153,8	3,97	-4.186,1
I.1.6. PIS/PASEP	40.794,4	1,12	41.094,7	1,05	42.816,2	1,05	42.846,0	1,06	-1.751,3
I.1.7. CSLL	46.370,3	1,27	62.061,3	1,68	60.065,2	1,47	62.257,6	1,52	-206,3
I.1.8. CIDE-combustíveis	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	8.537,0	0,23	9.227,5	0,23	-591,4
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	15.130,6	0,42	24.972,4	0,64	22.783,7	0,56	21.865,8	0,63	3.116,6
I.2. Arrecadação Líquida do INSS	211.968,4	5,82	240.056,4	6,11	246.584,6	6,01	248.783,1	6,09	-8.727,7
I.3. Receitas Não Administradas	100.671,7	2,76	102.822,5	2,61	108.620,3	2,66	119.474,5	2,92	-18.861,6
I.3.1. Concessões	1.158,4	0,03	2.383,6	0,06	2.383,6	0,08	5.883,6	0,14	-3.500,0
I.3.2. Dividendos	22.414,5	0,62	17.563,9	0,45	17.169,5	0,42	21.869,5	0,54	-4.305,6
I.3.3. Contrib. das Senadoras ao PSSS	8.573,9	0,24	9.738,6	0,25	9.466,9	0,23	9.466,9	0,23	269,7
I.3.4. Compens. Financeira - Royalties	24.420,7	0,67	27.365,5	0,70	29.048,6	0,71	29.680,0	0,72	-2.314,5
I.3.5. Receita Própria (F 50, 82 e 81)	12.687,9	0,35	12.291,4	0,31	14.083,1	0,34	14.804,5	0,36	-2.313,1
I.3.6. Salário-Educação	11.048,2	0,30	11.904,2	0,30	13.024,8	0,32	13.824,8	0,33	-1.720,6
I.3.7. Demais Receitas	20.387,1	0,56	21.377,7	0,54	23.343,8	0,57	24.345,2	0,58	-2.967,5
I.4. Complemento do FGTS	2.623,5	0,07	2.838,0	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	0,0
I.4.1. Incentivos Fiscais	-96,6	0,00	-118,3	0,00	-216,9	-0,01	-303,1	-0,01	184,8
I.6 Operações com Ativos	74.807,6	2,05	3.000,0	0,08	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	0,0
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	133.176,8	3,86	165.331,7	4,21	165.766,4	4,03	165.658,4	4,03	-236,7
III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (II - I)	787.878,0	21,62	825.142,9	21,01	831.692,8	20,24	846.879,2	20,61	-21.736,3
Estimativa do PIB nominal	3.643.547,6		3.927.051,1		4.109.400,0		4.086.600,0		

Fontes: LOA 2011; Decreto nº 7.445/11 e Relat. Aval. 4º/5º Bimestres de 2011-SOF/MP.

⁴ Para 2011, o Governo passou a trabalhar com 3,8% de crescimento, enquanto que o mercado, segundo o Relatório de Mercado FOCUS de 04.11.2011, espera 3,2%.

29. Lembramos que a estimativa da Receita Primária Bruta para 2011 contida na reprogramação orçamentário-financeira, contida no Decreto nº 7.445/2011, foi fixada em R\$ 971,4 bilhões, acima em R\$ 3,7 bilhões da que foi estimada no Projeto de Lei Orçamentária para 2011 (PLOA2011) e abaixo em R\$ 19,2 bilhões da que estava contida nos Autógrafos da Lei Orçamentária aprovados pelo Congresso Nacional. Ou seja, o Poder Executivo, em sua reestimativa da reprogramação orçamentária, praticamente reproduziu o valor que veio contido no Projeto de Lei Orçamentária para 2011 enviado ao Congresso Nacional.
30. Essa grande diferença para menor, em relação aos Autógrafos, concentrou-se na Receita Administrada pela RFB cujo valor caiu de R\$ 642,1 bilhões nos autógrafos para R\$ 619,8 na programação financeira, evidenciando um corte total, incluindo vetos, na estimativa de receita de R\$ 23,3 bilhões, se acrescentadas as reduções adicionais efetuadas na 1ª e 2ª Avaliações. Esse procedimento, praticamente, eliminou todo o valor da reestimativa de receita elaborada pelo Congresso Nacional na elaboração da Lei, que, em termos brutos, somou R\$ 22,8 bilhões e, em termos líquidos, alcançou R\$ 22,4 bilhões.
31. Esta 5ª Avaliação, no global, ultrapassa com folgas a estimativa contida na LOA2011, devido ao aumento da estimativa com a receita Não-Administrada, com mais R\$ 16,9 brutos e da arrecadação líquida do INSS, com mais R\$ 8,7 bilhões. A reestimativa da receita Administrada pela RFB fica abaixo da previsão da LOA2011, porém em apenas R\$ 3,4 bilhões.
32. Os aumentos expressivos com relação à LOA2011 estão, conforme anotado, na arrecadação líquida do INSS que supera essa Lei em R\$ 8,7 bilhões, refletindo o crescente aumento da massa salarial, tanto em função do emprego, como em função do crescimento da renda e da formalização; nas receitas de Dividendos, com R\$ 4,3 bilhões, devido reestimativa de pagamento de empresas estatais e de Concessões, com R\$ 3,5 bilhões, em decorrência, principalmente, do adiantamento do pagamento da Banda "H" da telefonia; de Royalties, com R\$ 2,3 bilhões, devido ao maior preço médio do petróleo e do câmbio; de Demais Receitas, com R\$ 3,0 bilhões; de Receitas Próprias, com R\$ 2,3 bilhões e de Salário-Educação, com R\$ 1,7 bilhão.
33. Na receita Administrada pela RFB, exclusive INSS, os itens de maior queda absoluta da receita em relação à LOA2011 são o IPI, com R\$ 5,7 bilhões e o Imposto de Renda, com R\$ 4,6 bilhões, refletindo a desaceleração industrial e o menor crescimento da renda. Os aumentos mais significativos estão no Imposto de Importação, com mais R\$ 2,8 bilhões, refletindo maiores volumes de importação; COFINS, com R\$ 4,2 bilhões e PIS/PASEP, com R\$ 1,8 bilhão, devido ao aumento de preços.

6. A ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS PRIMÁRIAS EM 2011

34. Nesta 5ª Avaliação, conforme consta da Tabela I deste Parecer, com relação à Avaliação precedente, diversos itens de gastos tiveram sua projeção de desembolso alterada, resultando numa redução líquida da estimativa de despesas de R\$ 166,2 bilhões.

35. Em primeiro lugar, houve um aumento líquido na estimativa de despesas obrigatórias de R\$ 1,8 bilhão, como resultado, de um lado, do acréscimo de estimativa de R\$ 3,2 bilhões na estimativa do Abono Salarial e Seguro-Desemprego; do aumento de R\$ 500,0 milhões na estimativa com gastos de Subsídios, Subvenções e Proagro; do aumento de R\$ 274,9 milhões com sentenças judiciais; do aumento de R\$ 222,9 milhões com Benefícios de Prestação Continuada da LOAS e RMV e do aumento de R\$ 14,1 milhões de transferências à ANA, e, de outro, pela redução da estimativa com gastos de Complementação ao Fundeb, com R\$ 1,1 bilhão; pela menor expectativa de gastos com Pessoal e Encargos, com R\$ 829,4 milhões; pela redução dos valores estimados para o FDA e FDNE em R\$ 400,0 milhões; pela menor transferência a ser feita ao Fundo Constitucional do DF em R\$ 62,4 milhões; pela menor estimativa de ressarcimento aos Estados e Municípios em R\$ 61,6 milhões e, finalmente, pela menor estimativa de indenização a Anistiados em R\$ 11,6 milhões.

36. Em segundo lugar, houve aumento na estimativa com créditos adicionais do Poder Judiciário, do MPU e do CNPM, no montante de R\$ 83,8 milhões, sendo R\$ 61,5 milhões para atendimento de Benefícios aos Servidores; R\$ 16,0 milhões para realização de concursos públicos das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho; R\$ 1,6 milhão para apreciação e julgamento de causas no STJ; R\$ 3,9 milhões para apreciação e julgamento de causas no TJDF; R\$ 770,0 mil para defesa do interesse público no processo judiciário no âmbito do MPDF e R\$ 98,4 mil para construção e/ou restauração de edifícios da justiça do trabalho.

37. O aumento de R\$ 133,8 milhões na estimativa de despesas custeadas com recursos de doações e convênios, no mesmo montante do valor acrescido na previsão de receita dessas fontes, completa o quadro de aumento nas estimativas de despesas desta 5ª Avaliação.

38. A soma desses aumentos nas estimativas de despesas alcançou R\$ 2.007,0 milhões. Esse valor, no entanto, foi mais do que compensado pela redução na estimativa do déficit do RGPS que foi de R\$ 2.173,2 milhões, resultando numa menor estimativa global de despesas de R\$ 166,2 milhões.

39. A redução do déficit do RGPS foi o resultado líquido do aumento de R\$ 3.198,5 na expectativa de receita desse regime e do crescimento de R\$ 1.025,3 milhões na expectativa com pagamentos de benefícios previdenciários.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

40. O Poder Executivo, concluiu, nesta 5ª Avaliação que, diante do balanço favorável dado pelo aumento na previsão das receitas e a redução na estimativa das despesas primárias obrigatórias para 2011, os limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos na primeira avaliação podem ser aumentados em R\$ 12,2 bilhões⁵.

41. Adicionalmente, destacou que o art. 9º da LRF estabelece que a recomposição deve ser efetuada proporcionalmente às reduções ocorridas, mediante ato próprio de cada um dos Poderes e do MPU, consoante critérios estabelecidos na LDO.

42. A LDO 2011 determina em seu art. 70 que isso ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder na base contingenciável. Como a reavaliação das receitas primárias, inclusive INSS, ficou superior em R\$ 44,8 bilhões à prevista no Projeto de Lei Orçamentária para 2011 (PLOA-2011), e tendo em vista o disposto nos §§ 1º e 2º desse artigo, então foi excluída integralmente da base contingenciável as despesas ressalvadas e os valores das atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU constante do PLOA-2011.

43. Com base nisso, a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira que coube aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e MPU foi de R\$ 12,0 bilhões; R\$ 26,7 milhões; R\$ 123,3 milhões e R\$ 40,6 milhões, respectivamente.

II. VOTO

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 137, de 2011-CN, e dos demais documentos que compõem o respectivo processo, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2012.


Senador **ARMANDO MONTEIRO**
Relator

Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

⁵ Recorde-se que na 4ª Avaliação tais limites foram ampliados em R\$ 159,4 milhões, dirigido aos Poderes Legislativo e Judiciário e MPU, e, em paralelo, foi destinado R\$ 10,0 bilhões para ampliação do resultado primário absorvido em contenção de despesas do Poder Executivo.

CONCLUSÃO


A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Primeira Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de abril de 2012, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório da Deputada CIDA BORGHETTI, relatora *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador Armando Monteiro), pelo **ARQUIVAMENTO** da **Mensagem nº 137/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2011".

Compareceram os Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Reinaldo Azambuja, Segundo Vice-Presidente, Arnaldo Jardim, Celso Maldaner, Cida Borghetti, Cláudio Puty, Edio Lopes, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leonardo Monteiro, Luciano Castro, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque, Waldenor Pereira, Waldir Maranhão, Wandenkolk Gonçalves, Zeca Dirceu, e os Senadores Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, Vicentinho Alves, Terceiro Vice-Presidente, Angela Portela, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Sérgio Petecão.

Sala de Reuniões, em 10 de abril de 2012.



Deputado PAULO PIMENTA
Presidente



Deputada CIDA BORGHETTI
Relatora ad hoc

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 562, DE 20 DE MARÇO DE 2012 E PUBLICADA EM 21 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O APOIO TÉCNICO OU FINANCEIRO DA UNIÃO NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS, ALTERA A LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009, PARA INCLUIR OS POLOS PRESENCIAIS DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA, ALTERA A LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007, PARA CONTEMPLAR COM RECURSOS DO FUNDEB AS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO DO CAMPO, ALTERA A LEI Nº 10.880, DE 9 DE JUNHO DE 2004, PARA DISPOR SOBRE A ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dez de abril de dois mil e doze, no plenário número três da ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão Mista acima especificada sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka e com a presença dos Senhores Senadores Roberto Requião, Sérgio Souza, José Pimentel, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e dos Senhores Deputados Miriquinho Batista, Padre João, Professor Sétimo, Antônio Carlos Mendes Thame, Professora Dorinha Seabra Rezende, Izalci, Luiz Noé e Paulo Rubem Santiago. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Em seguida, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Informa que a pauta da audiência foi sugerida pelo relator, Deputado Padre João, e votada em plenário. Para compor a mesa o Presidente convida os palestrantes: Dr. José Henrique Paim Fernandes, Ministro Interino da Educação; Professora Maria Milene Badeca da Costa, Secretária de Estado da Educação do Mato Grosso do Sul e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; Professora Márcia Adriana de Carvalho, Presidente da Undime do Rio Grande do Sul, representando a Professora Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da Undime Nacional; e depois o Sr. Luiz Peixoto da Silva que representa a Comissão Nacional de Educação do Campo – Conec. Comunica a ausência justificada do convidado, Sr. Odenildo Teixeira Sena, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação-Consecti. Os palestrantes fazem uso da palavra pela sequência acima. Em seguida o Senador Waldemir Moka passa a palavra ao Deputado Padre João (Relator). O Presidente convida a Deputada Dorinha Seabra Rezende (Vice-Presidente) para assumir a presidência após falarem os Deputados Izalci e Paulo Rubem Santiago e se ausenta da audiência. Usam também da palavra os Deputados Professor Sétimo, Miriquinho Batista, a Vice-Presidente, Professora Dorinha Seabra Rezende e por último, novamente os convidados. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declara encerrada a audiência fazendo o convite para a reunião do dia 17, às 14h30, para a apresentação do relatório, e lavrando eu, Maria de Fátima Maia de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada e irá a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.


Senador Waldemir Moka
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 3ª Reunião desta Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 562, de 2012, que *dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas e altera a Lei nº 11.947, de 11 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar, com recursos do Fundeb, as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; e dá outras providências.*

A Presidência vai submeter a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a dispensa da Ata queiram permanecer sentados (*Pausa.*)

Aprovado.

A pauta desta audiência é sugerida pelo relator da matéria, Padre João, aqui do nosso lado. Foi votada aqui no plenário, e eu queria de imediato registrar e agradecer a presença do Dr. José Henrique Paim Fernandes, Secretário-Executivo do Ministério da Educação e, neste momento, Ministro interino da Educação.

Queria convidar a Profª Maria Milene Badeca da Costa, Secretária de Estado da Educação do Mato Grosso do Sul e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Queria convidar a Profª Márcia Adriana de Carvalho, representante da Profª Cleuza Rodrigues Repulho, presidente da Undime. A Profª Márcia Adriana de Carvalho é presidente da Undime do Rio Grande do Sul.

O Sr. Luís Peixoto da Silva não está presente, ou pelo menos não chegou, como também o Sr. Odenildo Teixeira Sena, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti); esta ausência foi justificada.

Eu gostaria de dizer que cada palestrante terá um tempo de dez minutos, podendo ter mais alguns minutos de tolerância, e, logo em seguida, eu abriria para os questionamentos dos Srs. Parlamentares.

Sem mais delonga, eu passo a palavra ao nosso Ministro interino da Educação.

V. Exª tem dez minutos para proferir a sua palestra.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Muito obrigado, Presidente Senador Waldemir Moka.

Gostaria de cumprimentar aqui também o Padre João, relator da Medida Provisória nº 562.

Queria cumprimentar todos os membros da Mesa: Profª Milene, presidente do Consed, e a representante da Undime.

Quero dizer que é uma satisfação participar desta audiência.

Na realidade, trata-se de uma medida provisória que tem uma abrangência grande, do ponto de vista da mudança no relacionamento do

Ministério da Educação e do seu braço operacional, que é o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), com os Estados e Municípios e que é um processo que, na verdade, representa uma institucionalização nessa mudança de padrão de relacionamento entre o Ministério da Educação, os Estados e os Municípios.

A origem dessa iniciativa está relacionada ao Programa Nacional de Educação no Campo, o Pronacampo, que tem um conjunto de medidas importantes que vão na direção de um amadurecimento do Ministério na relação com a educação no campo. Ao longo dos últimos anos, nós avançamos muito em relação à educação do País, especialmente com o estabelecimento de metas de qualidade para a educação básica brasileira, mas, com relação à educação no campo, nós temos ainda um caminho muito longo a ser traçado. E um dos fatores de nós não conseguirmos avançar muito na atenção à educação no campo está relacionado à falta de instrumentos que possam, a partir deles, representar uma mudança no sentido de desobstruir toda a burocracia existente, para que nós possamos chegar lá naquela escola do campo, que tem as suas dificuldades em relação à dominialidade das áreas e precisa inclusive da melhoria da sua infraestrutura: transporte escolar e uma série de questões.

Então, nós julgamos, junto com o Governo, envolvendo não só o Ministério da Educação, mas também a Casa Civil, a Secretaria de Relações Institucionais, que haveria necessidade de fazer algumas alterações que aperfeiçoassem o modelo existente e permitissem também que nós avançássemos, utilizando como referência inclusive o Programa de Aceleração do Crescimento, do qual o Ministério da Educação participa com a execução de construção de escolas de educação infantil, creches e pré-escolas, e também quadras esportivas.

Nesse modelo novo, nós conseguimos avançar justamente porque nós tivemos alterações legais que permitiram que fizéssemos a relação direta e que a questão formal da dominialidade e uma série de exigências fossem postergadas para o final do processo, junto com a prestação de contas.

E aí nós definimos um conjunto de ações – que vou elencar rapidamente, para depois termos um espaço maior para os debates –, que é a extensão do Mais Educação, programa de educação em tempo integral, para o campo. Pela primeira vez, vamos ter um programa de livro didático específico para a educação no campo, dentro do Programa Nacional do Livro Didático. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com algumas alterações também, no sentido de atender ao campo. E, na educação de jovens adultos, também com alterações importantes e significativas para atender a especificidades do campo no País. Ações também do Pronatec, que é o programa de educação profissional e tecnológica (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec). Construção de escolas e, depois, melhoria de infraestrutura nas escolas, envolvendo água na escola, saneamento, reformas, pequenos reparos de escola, utilizando, como instrumento, o próprio Programa Dinheiro Direto na Escola. E, dentro do Programa Dinheiro Direto na Escola, há uma alteração também realizada que envolve o repasse de recursos para polos da Universidade Aberta do Brasil, que cumpre um papel importante, especialmente na formação de professor de educação básica no interior do País. Vale dizer que, quando chegamos nesses Municípios menores, há uma dificuldade dos prefeitos em manter esses polos. Assim, estamos pedindo uma alteração legal que conversa diretamente com a necessidade que temos no campo de formar, em ensino superior, mais de 300 mil professores. E, além disso, também uma ampliação do programa Caminho da Escola, que é o transporte escolar no campo.

Especificamente sobre as alterações, a principal delas está relacionada à institucionalização do PAR, que é o nosso Plano de Ações Articuladas.

O que é o PAR? O PAR é um instrumento pelo qual nós conseguimos estabelecer uma relação do Ministério da Educação com Estados e Municípios, a partir de um planejamento plurianual.

Então, o Município ou o Estado que quer a assistência técnica e financeira do Ministério da Educação tem que entrar no sistema, que é o Simec. Nesse sistema, esse Município ou esse Estado faz um diagnóstico a partir de um conjunto de indicadores, preenche uma autoavaliação, e, a partir desses indicadores, temos um diagnóstico preciso da situação educacional daquele Município ou daquele Estado. A partir desse diagnóstico, eu vou gerando, no próprio sistema, um conjunto de demandas potenciais. E essas demandas potenciais se transformam em ações e subações para serem atendidas pelo Ministério da Educação.

Qual a vantagem desse processo?

A vantagem desse processo é que, primeiro, nós conseguimos, a partir do plano de ações articuladas, ter uma visão precisa do que está acontecendo naquele Município ou naquele Estado. Nós conseguimos, a partir daí também, apoiar os Estados e os Municípios para organizarem a sua demanda em relação à educação, de modo que nós excluimos do Ministério da Educação aquela relação onde o Município ou o Estado apresentava um projeto isoladamente, sem que as ações estivessem vinculadas a uma necessidade de alteração global da situação educacional daquele Município ou daquele Estado. E, a partir daí, conseguimos organizar a demanda desse Estado e desse Município, e, conseqüentemente, organizar também a ação do próprio Ministério da Educação a partir da oferta de ações de assistência técnica e financeira.

Então, desde 2007, ao longo de quatro anos, nós conseguimos trabalhar dessa forma, 5.553 Municípios apresentaram planos ao Ministério da Educação, todos os Estados apresentaram também seus planos, e nós, a partir disso, conseguimos gerar um compromisso desses Estados e Municípios com a qualidade da educação a partir da melhoria do Ideb, com o apoio mais frequente e global do Ministério da Educação, e atendendo principalmente, a partir do PAR, os Municípios com menor desempenho educacional. Quer dizer, ao longo desse período, nós conseguimos chegar aonde o Ministério da Educação nunca chegou em termos de apoio técnico e financeiro.

Eu estou aqui na Mesa com a representação da Undime, com a representação da Conecti, especialmente a Profª Milene, que mantém essa relação com o MEC há bastante tempo, tanto como Secretária Municipal, quanto como Secretária Estadual, e ela sabe dos avanços que nós tivemos a partir do PAR.

Então, nossa ideia foi transformar o que estava num decreto e numa resolução do FNDE numa lei a partir da qual vamos ter alguns ganhos que são exatamente, usando já o modelo do Programa de Aceleração do Crescimento, transformar a transferência desses recursos em transferência legal, o que permite que nós possamos resolver especialmente a questão da dominialidade e termos um compromisso mais real em torno da questão do apoio do Ministério da Educação.

Então, há uma série de vantagens, como a agilidade nesse processo, que envolve essa transformação. E eu diria que é um grande avanço que nós estamos tendo com essa institucionalização.

E depois nós tratamos da questão da educação de jovens e adultos. O que estamos fazendo aqui simplesmente? Nós estamos permitindo a mesma regra que nós fizemos em relação a creches e pré-escolas: quando o prefeito recebe apoio do Ministério da Educação e conclui a obra de construção de uma escola de educação infantil, ele pode solicitar ao Ministério da Educação o apoio financeiro para que, até a entrada dele no Fundeb, no censo escolar, ele receba esse aporte financeiro do Ministério da Educação.

Na educação de jovens e adultos, nós estamos autorizando, então – há uma autorização –, para que a gente possa fazer o mesmo processo, ou seja, o Estado ou o Município que queira, no âmbito da educação no campo, antecipar essas matrículas de educação de jovens e adultos, vai apresentar ao Ministério da Educação, e o Ministério da Educação antecipa esses recursos em 18 meses até que essas matrículas de educação de jovens e adultos constem do censo e, portanto, o Município ou o Estado passe a receber os recursos do Fundeb. Também é uma mudança muito importante porque vai estimular a matrícula de educação de jovens e adultos no campo. Nós vamos ter um estímulo dos Estados e Municípios nessa direção.

Depois, nós tivemos aqui uma alteração importante – e aí havia uma questão de urgência e relevância, e era um pedido, inclusive, da própria Undime em relação a isso – que foi a de prorrogar, estender o prazo, que ia até 2011, da inclusão das matrículas de 4 e 5 anos das pré-escolas conveniadas com os Municípios em todo o País. Então, era um pedido que foi realizado há algum tempo pela Undime, e nós, então, incluímos nessa medida provisória. Acho que é de grande alcance essa decisão, que nós esperamos que seja referendada aqui pelo Congresso Nacional.

Além disso, nós temos uma medida importantíssima, nos mesmos moldes do que ocorre com as creches e com as pré-escolas, em relação às escolas conveniadas. Queremos fazer a mesma coisa em relação a instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público nas matrículas de educação no campo, que envolvem especialmente as instituições reconhecidas como centros familiares de formação por alternância.

Então, nossa intenção aqui é fazer a mesma extensão que estamos fazendo, no âmbito urbano, para creches e pré-escolas conveniadas para os centros familiares de formação por alternância. É uma medida de grande alcance também que está nessa medida provisória.

Depois, outra medida a que já me referi, também muito importante, que vai garantir que tenhamos uma expansão maior na área de formação de professores, é exatamente viabilizar os recursos do Dinheiro Direto na Escola para os polos da UAB, especialmente naqueles Municípios menores em que temos dificuldade, por parte do prefeito, de manutenção dos polos da Universidade Aberta do Brasil, que já alcança aí em torno de 300 mil matrículas. Estima-se que vamos ter, com essa medida aqui, uma ampliação maior no próximo período, especialmente atendendo aí à educação no campo, como eu já disse, um grande desafio na área de formação de professores.

E outra medida importante envolve a Capes. A Capes teve uma alteração importante realizada pelo Congresso Nacional em 2008, que fez com que a Capes, que tem uma tradição muito grande na formação de pessoal para o ensino superior, ou seja, em pós-graduação, tenha a mesma missão em relação à educação básica. Ou seja, uma instituição que é de excelência, que agora inclusive tem a função de implementar o programa Ciências Sem Fronteiras, e é uma referência internacional, como a Capes, passará, então, a fazer a formação de professores para a educação básica.

Nesse sentido, faltava regularizar algumas situações de pagamento de bolsas para a educação básica da Capes, o que estamos, com essa MP, também autorizando.

Então, de modo geral, são essas as proposições da medida provisória.

Quero fazer aqui, primeiro, um testemunho de que nós temos à Mesa esses parceiros do Ministério da Educação, que são a Consed e a Undime. Temos aqui também, na representação parlamentar, a Professora Dorinha, que foi Presidente do Consed ao longo de muito tempo e que acompanhou esse processo todo de evolução. Tenho certeza de que o Congresso Nacional... Isto acontece sempre, toda vez que o Ministério da Educação encaminha um projeto de lei ou mesmo quando é apreciada uma medida provisória, nós sempre temos uma melhoria, uma qualificação maior dessa legislação com a participação parlamentar. Quer dizer, sempre tivemos o apoio, praticamente unânime, das Casas em relação a essas medidas legais, e sempre com a melhoria, a qualificação dessa legislação.

Então, é uma satisfação estar aqui. Estamos à disposição para responder às perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos a participação do Dr. José Henrique Paim Fernandes, Ministro interino da Educação.

Eu queria convidar para também fazer parte da Mesa o Sr. Luiz Peixoto da Silva, que representa a Comissão Nacional de Educação do Campo (Conec). S. S^a ainda não estava presente quando da composição. Por favor.

Na sequência, concedo a palavra à Prof^a Maria Nilene Badeca da Costa, que representa o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

A SR^a MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Obrigada, Senador Moka, que preside esta Comissão, Senador pelo Mato Grosso do Sul, nosso Estado.

Cumprimento o Dr. Henrique Paim, Secretário Executivo do MEC; a Márcia Adriana, que aqui representa a Undime; o Sr. Luiz Peixoto da Silva, membro titular da Conec, e o Relator, que é o Padre João. Cumprimento também os demais parlamentares presentes e todo o auditório.

O Plano de Ação Articulada (PAR) do MEC foi um grande avanço para os Estados e Municípios. Pelo PAR, cada Estado e Município planeja suas ações e suas necessidades. Essa medida vai agilizar os processos, vai agilizar essas ações, essas necessidades que hoje os Estados propõem por meio de convênios. E nós sabemos que convênio é demorado. É convênio para educação indígena, é convênio para educação do campo. E o PAR vai agilizar, porque vamos fazer uma previsão, um grande projeto, dispensando os convênios. Isso vem beneficiar não só construção de escolas, adequação de prédios, como também ações de formação continuada dos nossos professores.

E o que achei importante, Paim, na sua fala, foi a manutenção, que também consta da medida, das Escolas Famílias Agrícolas, o que atende à formação de professores nos assentamentos e na zona rural. Hoje, esse grupo,

que se responsabiliza, não tem uma manutenção. Então, realmente, isso vai estar previsto, por meio do PDDE, que é o Dinheiro Direto na Escola.

Manutenção dos polos da Universidade Aberta. Hoje, quem banca esses polos, essas despesas são os Municípios, e muitas vezes não há condições de fazer esse atendimento. Também será atendido pelo MEC, por meio do repasse do Dinheiro Direto na Escola. E todas essas ações beneficiam tudo isso que o Ministro interino Paim colocou.

Agora, é importante, Senador Moka, que o processo tenha agilidade, porque vai depender... Nosso PAR está proposto. Todos os Estados já estão com seu PAR no sistema. Então, hoje, é por meio de convênio. Sendo aprovada essa medida provisória, vai agilizar, esse atendimento será feito com maior rapidez. Nós vamos atender melhor o período integral na educação do campo, o período integral nos assentamentos, a adequação desses prédios escolares, porque hoje, para ter um período integral numa zona rural, nós precisamos adequar os prédios, precisamos construir quadra de esporte coberta. Então, todas essas necessidades estão propostas nesse Plano de Ação Articulada. Acho que é um grande avanço. Há necessidade de se atender, com maior urgência possível, essa medida provisória.

E também há a bolsa da Capes. Isso é importante para a Universidade Aberta. Nós precisamos formar nossos professores, dar uma adequação, principalmente para aqueles professores das disciplinas críticas, Química, Física, Biologia, para um melhor atendimento ao nosso ensino médio.

Então, acho que é um grande avanço. E o Consed está... Acho que aqui estou falando em todos os secretários, porque há pouco nós tivemos uma reunião, a primeira reunião do Consed, e isso foi colocado. Nós propomos toda essa agilidade, essa necessidade de os Estados serem atendidos.

É isso que tenho para colocar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos à Profª Maria Nilene Badeca da Costa.

Quero apenas informar ao Plenário, aos parlamentares que chegaram depois: estamos dando dez minutos para cada um dos representantes, aqui já chamados. Logo em seguida, acho importante abrir o debate. Já pedi para a nossa assessora Fátima fazer a inscrição dos parlamentares que também quiserem, depois, fazer os questionamentos.

Na sequência, passo a palavra à Profª Márcia Adriana de Carvalho, que representa aqui a Undime.

A SRª MÁRCIA ADRIANA DE CARVALHO – Boa tarde a todos os presentes. Cumprimento o Senador Moka; o Relator, Padre João; o Ministro interino da Educação, José Henrique Fernandes Paim; a Nilene, Presidente do Consed, e o Luiz Peixoto, da Conec, bem como todos os Senadores, Deputados presentes, senhoras e senhores.

Falar em nome da Undime – e aqui trago o abraço da Profª Cleuza – e tratar dessa questão da Medida Provisória nº 562 fazem com que a gente reconsidere algumas questões aqui já ponderadas pelas pessoas que antecederam na fala.

Em relação aos primeiros artigos que tratam sobre o PAR, consideramos um grande avanço a institucionalização desse instrumento e também dos seus procedimentos, como, por exemplo, o diagnóstico e as próprias dimensões. Isso é algo que vem facilitar e manter como uma política a questão da elaboração do Plano de Ação Articulada dos Municípios e Estados. Todos eles já estão ou finalizando seus processos de elaboração ou já os têm finalizados no sistema informatizado que nós temos.

Além disso, essa medida provisória aqui detalha os trâmites do apoio financeiro, que, como a Profª Nilene já colocou, vem agilizar os processos, que hoje são por meio de convênios. Procedimentos que duram às vezes seis meses poderão ser finalizados com maior brevidade, maior agilidade, tendo a possibilidade de os entes federados, sejam Municípios, Estados ou Distrito Federal, terem essa agilidade na implementação das ações que seu plano de ação prevê.

Ademais, institui-se um comitê estratégico da gestão do PAR no âmbito do Ministério da Educação, e isso vem agregar também a condição desse monitoramento, não só nos entes Estados e Municípios, mas também na própria esfera da União, por meio desse comitê estratégico, no âmbito do Ministério da Educação.

Algumas questões a gente também traz, como, por exemplo, a gente cita a regulamentação da composição desse comitê estratégico e as regras de funcionamento dele.

Então, aqui, já de antemão, a gente já manifesta o desejo, na possibilidade da composição desse comitê estratégico, da representação dos dirigentes municipais de educação.

Outra questão que é bastante positiva é a da inclusão das matrículas de educação de jovens e adultos, para que a gente possa ter essa questão do financiamento, do apoio financeiro aos entes federados que oferecem a educação de jovens e adultos.

Mas, aqui, a gente fica com a dúvida de como a gente vai fazer o cômputo dessas matrículas. Porém, é um avanço significativo ter esse apoio financeiro definido para a questão da educação de jovens e adultos.

Também em relação à educação infantil, como o Ministro interino bem colocou, há um pedido da Undime sobre a consideração do prazo que estava posto na lei do Fundeb para as matrículas dos convênios de pré-escola e também de creche, que aqui se abre também para as instituições do campo. Então, isso vem atender a um pedido, porque, embora todos os dirigentes municipais tenham tido um prazo para essa implementação, que seria de 2007 até 2011, esse prazo, para muitos dirigentes, para muitos Municípios, em função da demanda reprimida e de o investimento em educação infantil ter iniciado em 2007, com a aprovação do Fundeb, faz com que haja necessidade, sim, de ampliação desse prazo para adequação. E, obviamente, nós esperamos que, em 2016, não precisemos ter uma nova medida provisória para prorrogar esse prazo.

Entendemos que é possível, nesse período, fazer com que os dirigentes municipais de educação possam então, através de mais investimentos e da consideração dessas matrículas no Fundeb, fazer adequação de suas redes para fazer o atendimento, até porque 4 e 5 anos, até 2016, é obrigatoriedade de oferta e de matrícula.

Outra questão que consideramos também um avanço é em função de todas as ações estarem vinculadas ao PAR é termos atendimento de hoje modalidades da educação básica que tínhamos mais dificuldades na implementação, como é o exemplo da educação no campo, como é o exemplo da educação profissional, e isso vem agregar para os Municípios agilidade nas ações e na efetivação do atendimento das demandas dos municípios.

Outra questão que também aqui já foi colocada e que os Municípios fazem investimentos e muitas vezes os gestores municipais, principalmente prefeitos, acabam sendo acusados de fazer investimento, por exemplo, em educação superior na manutenção de polos do sistema da universidade aberta do Brasil, mas é uma necessidade real daquele Município e isso tem que necessariamente ir para além dos 25% constitucionais e ser investido com recursos próprios daquele Município. Então, a medida provisória também traz esse acréscimo de nós podermos ter o apoio financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola, para manutenção desses polos que hoje ficam exclusivamente

por conta dos Municípios com recursos próprios e que, mesmo para além do investimento mínimo constitucional previsto, acaba sendo um limitador na questão do financiamento, mas uma demanda necessária para o atendimento local e regional, já que esses polos são de apoio presencial e atendem a localidade e a região também.

Outro avanço que nós consideramos são as novas atribuições da Capes, principalmente na questão da formação inicial e continuada.

Entendemos que os assuntos tratados na medida provisória são relevantes e urgentes para agilizar a ação principalmente dos Municípios, para atender as demandas municipais no aspecto de qualificação da educação que, sendo feita em cada Município e em cada Estado, teremos uma Nação com qualidade social para todos e para cada um.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka, Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo à Professora Márcia Adriana de Carvalho, passo a palavra ao último representante aqui na mesa, Sr. Luiz Peixoto da Silva, que é membro titular da Comissão Nacional de Educação do Campo, Conec.

O SR. LUIZ PEIXOTO DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas; Professora Badeca, do meu Estado também; Dr. Henrique Paim; Senador Moka – a mesa hoje está com a maioria do Mato Grosso do Sul; Padre João – tem mineiro também na mesa, sempre tem mineira, não tem jeito, gaúcho tem dois; Professora Márcia, da Undime, para nós, que nos articulamos em torno de uma comissão de educação no campo, esse momento é marcante.

Não falo aqui em meu nome, até porque não tenho essa autoridade, mas em nome de um grupo de pessoas e de movimentos sociais que se articulam há muito tempo para garantir que eles continuem articulando e trabalhando em prol do povo do campo, no campo e com o campo.

Aqui na sala, vejo alguns parceiros históricos. A Contag está presente, o pessoal da Secadi também.

Quero começar a minha fala agradecendo. Acho que a gente precisa agradecer primeiro, antes de fazer algumas indicações, na minha avaliação. Ao MEC – está aqui o Dr. Paim – precisamos agradecer muito a retomada da Conec, e à Secadi, como parceira histórica hoje na construção de uma educação no campo que está indo para frente; Professor Antonio, Professora Cláudia, Professora Viviane – não sei se ela está aqui, não a vi. Temos conseguido somar numa articulação, numa elaboração conjunta. Acho que a Contag pode compartilhar dessa avaliação nossa, tanto Tânia como Eliane que estão aqui.

Agradecer ao Fonec, Fórum Nacional de Educação no Campo, uma articulação da sociedade civil, que se reuniu a partir de 2010, que tem feito uma série de articulações e elaborações com vistas a ajudar de fato o MEC a implantar um programa de educação no campo.

À Frente Parlamentar – acho que o Padre João pode levar esse abraço aos membros da Frente. A Frente Parlamentar pela Educação no Campo tem sido importante demais para nós nessa articulação de pautar, de nos ajudar a elaborar a enxergar.

E agradecer a esta Comissão. Acho que o Senador Moka pode levar esse abraço nosso. Esta Comissão se debruçou rápido sobre uma MP. Ela saiu no dia 20 de março e estamos muito corridos de fato. Parece-nos, olhando de fora, que as coisas estão se agilizando.

Quero começar fazendo esses agradecimentos.

Para nós é marco histórico que o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e também a Undime, de uma forma ou de outra, tenham dito que reconheçam o trabalho do Cefas como importante para a educação do campo.

É marco histórico para a gente que o MEC ponha num documento oficial o Cefas (Centros Familiares de Formação por Alternância), porque até hoje nós fomos meio que secundários no processo. São 42 anos de história, são mais de 51 mil jovens formados no Brasil, jovens do campo, dos quais, em média, 77% continuam no campo, vivendo do campo ou para o campo – esse é um desenho nosso. Estamos no Brasil, hoje, em 17 Estados, com 266 centros educativos; então, não é uma coisa tão pequena. E baseado em alguns princípios históricos e construído a partir da experiência.

Nossos centros formativos trabalham com quatro objetivos, com quatro bases; duas bases de objetivos mesmo, que é formar o jovem e sua família integralmente, não só escolarizá-lo, formá-lo como um agente do desenvolvimento do meio, um ser que possa contribuir para que a sua comunidade tenha caminhos novos. Com isso evitando ou minimizando o processo de êxodo rural.

Nós não queremos fixar o jovem no campo, porque só fixamos poste; mas queremos possibilitar aos jovens condições para que eles possam permanecer no campo, com qualidade de vida, não só sobrevivendo, mas vivendo do campo de fato.

Outro objetivo nosso também é investir no desenvolvimento do meio. Uma escola, um centro formativo não é só uma escola, é uma unidade que investe em condições para desenvolver o meio onde está inserida. Basta olhar os Municípios onde tem um Cefas implantado, e aí dá para orientar os Estados. Então, é um espaço que investe em condições para desenvolver o seu meio.

Para isso, usamos duas ferramentas, dois instrumentos. Um é a alternância, que hoje não é mais domínio nosso, já pertence ao Sistema de Educação brasileiro, já foi incorporada por muita gente, que é o processo de um tempo no centro educativo e um tempo na comunidade, interligando vida e teoria, teoria e vida nesse processo; o outro instrumento é associação de fato de famílias que mantêm, que gerenciam, que coordenam o centro formativo.

Um Centro Familiar de Formação por Alternância só existe quando as famílias assumem a sua gestão e o seu processo de elaboração.

Para nós é fundamental entender que um Cefas não é criado a partir do Poder Público nem a partir de iluminados; ele é criado a partir da realidade. Muitos Cefas estão em parceria com o Poder Público, em vários espaços do Brasil – graças a Deus, senão alguns teriam fechado. Mas, os Cefas nascem de fato da realidade das comunidades, que apontam a necessidade e vão elaborando junto a sua criação. Estamos acompanhando no Sul agora a criação, talvez, de dois Cefas no ano que vem, Garibaldi e Vale do Sol, a partir da comunidade, da sua necessidade, do seu meio.

E temos alguns princípios: defender e fortalecer a discussão da agricultura familiar camponesa como meio de produção de vida e de reprodução de cultura, dos princípios da agroecologia, como meio de produção sustentável mesmo, humanamente e ambientalmente sustentável, e na busca total de autonomia das famílias, que as famílias consigam produzir cultura e comida, reproduzir cultura e comida de forma autônoma.

E nós fizemos uma avaliação hoje, pela manhã, um grupo de pessoas. Para nós, no nosso entender, a Medida Provisória contempla uma demanda nossa concreta, do movimento social, que é inserir de fato esse modelo de educação, que é a educação feita pelos Cefas dentro do Fundeb, bem como garantir o PAR como espaço de ajuda no processo.

Para mim, é um desafio ao Consed conseguir garantir a inserção do Cefas no PAR dos Estados também. É um desafio que a gente já vem tocando há um bom tempo. É um desafio grande, hoje, conseguir que o Cefas se inclua no PAR dos Estados. Em alguns já está tudo encaminhado, mas precisávamos garantir isso, senão por mais um ano vamos ficar esperando outra possibilidade concreta.

A princípio, para mim, era um pouco isso. Agradecer por esse momento e dizer que é marcante essa condição, essa possibilidade de estarmos sendo parte, hoje, de uma construção histórica de um programa de educação no campo de fato no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka, Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer a participação do Sr. Luiz Peixoto da Silva, que falou em nome da Comissão Nacional de Educação do Campo, Conec.

Vou passar a palavra para o relator e, logo em seguida, tenho uma ordem de parlamentares que fizeram a inscrição.

Eu queria, primeiro, deliberar já para a próxima audiência. Que a gente pudesse, aqui, a Secretaria, fazer essa inscrição por ordem de chegada, porque nem sempre é assim. Acho que é o critério mais justo.

Se o Plenário me autorizar, vou começar a adotar, a partir da próxima audiência pública, o critério de que falam em primeiro lugar – a não ser que não queiram – aqueles que forem chegando primeiro.

V. Ex^{as} estão de acordo? (Pausa.)

Ok.

Com a palavra o relator, Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por essa prontidão, agilidade e pontualidade em relação aos trabalhos.

Quero agradecer a presença e contribuição do nosso Ministro Henrique Paim; a Professora Maria Milene, do Consed; a Maria Adriana, da Undime; e o companheiro Luiz Peixoto, do Conec.

Procurarei ser bem objetivo para destacar esse momento que estamos celebrando. Primeiro, reconhecendo que tivemos muitos avanços nos últimos anos em relação ao campo. Se a gente pega, dentro do Governo Lula e dentro do Governo Dilma, em relação à eletrificação rural, o acesso à energia elétrica, o acesso à Internet, às bibliotecas rurais, a facilidade ao crédito para os agricultores familiares, uma série de ações que tivemos para os jovens, para a mulher e para o homem do campo, isso tem que ser reconhecido.

Em relação também à educação como um todo, tivemos grandes avanços, seja pela ampliação das universidades federais, seja pelos institutos federais que se ampliaram em todos os Estados; a própria formatação dentro também do projeto pedagógico. Muitos avanços na educação como um todo. Mas, se a gente olha agora em relação à educação do campo, de fato, como agente político, estávamos em dívida com as crianças, jovens, homens e mulheres do campo.

Esta Medida Provisória tem explicitada sua relevância e urgência também. Consigo ler porque estou com lente. É muito triste quando eu tiro a lente e pego uma folha ou vejo o celular e não consigo ler. Ou seja, é uma experiência às vezes de um segundo que leva, uma tristeza ou uma aflição, e agora a gente imagina homens e mulheres que têm essa grande expectativa. Por isso que o EJA (Educação de Jovens e Adultos) é um avanço quando trabalha essa questão específica. Então a gente entende a angústia e ao mesmo tempo a esperança de homens e mulheres que estão lá no campo e que não tiveram essa oportunidade, até pelo trabalho, a realidade que tiveram. Esta Medida Provisória, explicitando a relevância nesse grande alcance, e a urgência.

Por isso, Luiz, que nós temos pressa, conduzidos aqui pelo Presidente. Há um compromisso nosso também, um compromisso do relator revisor, Senador José Pimentel, de daqui, até de minha parte, no dia 17, a gente construir, e construir isso com a participação. Acho que a audiência pública, até inaugurando também esse formato, dando essa oportunidade não só para os Senadores e Deputados, que já têm esse espaço de faia tranqueada pela natureza do cargo, mas também abrindo para todos os segmentos, para construirmos isso, aqui, coletivamente, a sociedade civil. Enquanto o relator terá o esforço de também dialogar com os Deputados e Senadores que deram a contribuição, Paim. Foram 74 emendas, então acho que foi a maneira que tiveram de dar aí a sua contribuição. E vamos dialogar. Quais são as matérias e tudo. É

um esforço talvez mais delicado da nossa parte, mas estejam certos de que essa abertura do diálogo é muito no sentido de construirmos o consenso e buscar esse entendimento de forma rápida, para aprovar e aí desencadear outros trabalhos ou gestões com os Estados e Municípios.

Sou uma pessoa realmente apaixonada pela questão da educação no campo. É verdade que a medida provisória amplia e tem tantas outras ações que contemplam a educação com um todo, mas só essa parte... E aí, Paim, acho que há uma tranquilidade de nossa parte, o Luiz aqui salientou, ele não colocou prazo definido. Eu tenho muita segurança no sentido de que não é uma coisa que vai pipocar agora por todo canto – não vai –, pelo fato da responsabilidade que têm essas pessoas. Porque, tipo assim: agora tem dinheiro, então nós vamos criar. Eu tenho certeza de que prevalece o compromisso do projeto pedagógico. E sabem que a importância da participação da comunidade é um pré-requisito fundamental, dos pais, dos alunos. Isso não se constrói em seis meses, não se constrói em um ano. Então, no mínimo aí, como eu disse, serão dois anos de construção, de participação, de envolvimento, de visita, de debate.

Então, a gente tem certeza de que a medida provisória cria possibilidades de ampliar sim, mas a gente também tem essa segurança de que não é pelo fato de ter dinheiro que isso vai ser à revelia. Porque o compromisso com a pedagogia de alternância, comprometimento com a comunidade, o próprio projeto pedagógico construído também com todos garantem uma ampliação, um crescimento desse modelo, mas com muita responsabilidade.

Então, é essa a tranquilidade. Eu estou muito confiante de que vamos obedecer a esses prazos. A nossa previsão é de, no dia 17, iniciarmos a apreciação. Porque a gente quer, mais uma vez, dar essa abertura para todos conhecerem o nosso relatório. Então, a gente abriria vista já, de pronto, no dia 17, e, de certa forma, terminariamos a apreciação no dia 19. Teriam dois dias, cada Deputado e Senador, para ir se inteirando, e aí, em tempo, numa construção coletiva, com a sociedade civil e com o próprio Governo. E aqui, lógico, todos os integrantes desta comissão, alguma coisa que, por ventura, possa ter passado despercebido, como relator, teria ainda autonomia de, até o dia 19, fazer algum conserto.

Então, é só para dizer da nossa abertura de acolher também sugestões e construir com responsabilidade. Porque não resolve eu ter a melhor proposta, se a gente não tem esse entendimento junto ao Governo. Embora a gente saiba da autonomia do Congresso, é importante a gente construir isso coletivamente, devido à importância que tem essa matéria para o nosso Brasil, sobretudo o Brasil rural, que, de fato, queremos que tenha gente, mas com qualidade de vida. Acho que é de fundamental importância a gente criar todas as condições para que as nossas crianças e jovens tenham orgulho de ser do meio rural, orgulho de ser da roça e ter, como plano de vida, como meta, permanecer na roça; permanecer na roça como engenheiro, como professor, como enfermeiro, mas tendo acesso a tudo que lhe garanta qualidade de vida e dignidade.

Esse é o desafio que está colocado para todos nós. Não é obrigado a ficar lá, mas nós somos obrigados a criar condições para que ele tenha esse encantamento, essa paixão, esse orgulho. Infelizmente, às vezes a gente encontra pessoas que têm vergonha de ser da roça. Eu sou da roça, criado na roça, meu pai ainda continua na roça e tenho orgulho de ser da roça. E sei das dificuldades que eu tive para estudar, não foi fácil – quando não era poeira, era barro.

E aí, Paim, eu acho que essa medida provisória nos possibilita reparar: eu fiquei preocupado um tempo com esse nosso Governo, porque deu ênfase intensa à política dos ônibus, dos transportes. Porque acho que isso facilitou a muitos prefeitos que não têm compromisso, de fato, com a educação no campo, de um comodismo de simplesmente trazer as crianças para as cidades. Então, eu acho que corrige uma própria ação do Governo, no sentido de pelo menos dar ao governo municipal também essa possibilidade de fornecer uma educação de qualidade lá no campo, sem arrebentar a raiz sagrada das crianças e jovens.

Então, acho que são essas as considerações.

Termino dizendo que a gente conta, como relator, com a participação, com a contribuição e, juntos, vamos construindo, acatando as ideias ou dizendo o que vamos ter que adiar para outro momento; mas a gente conta, também, com essa compreensão de vocês no sentido de alguma contribuição que venha e que, por ventura, não possamos acatar. Mas a gente vai dialogar, pelo menos, para não prejudicar o tempo, o prazo que a gente quer para a apreciação da matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente, colocando-me à disposição de V. Ex^a também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos a participação do relator, e fico feliz de ver a intimidade que o relator tem com a matéria. Isso é uma coisa fundamental. Estamos com um relator que conhece e é claro. Pela sua forma de se expressar, a gente percebe a intimidade.

Sem dúvida nenhuma, é um avanço muito grande. Mas é a primeira medida provisória, depois da decisão do Supremo e, na Casa, vai passar a ter outro trâmite. As medidas provisórias terão que ter presidentes e relatores e audiências públicas. E como essa é a primeira, eu gostaria que todas as outras tivessem esse formato. Por isso, em conversa com o relator e com os membros, nós vamos tomar o cuidado aqui, que a gente tenha agilidade, sim, mas que a gente não prejudique o debate e a contribuição que o Congresso Nacional possa dar à medida provisória.

Passo a palavra, como primeiro orador inscrito, ao Deputado Izalci, do PR do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (PR – DF) – Bem, em primeiro lugar, quero dizer da minha alegria de estar participando dessa audiência pública, como V. Ex^a falou, do rito das medidas provisórias. Porque, até então – eu que estou praticamente no primeiro mandato –, votamos muitas medidas com o relatório sendo lido no Plenário e muitas vezes sem ter acesso ao próprio texto. Então, acho que não podemos deixar de registrar a importância disso.

Evidente que talvez ainda tivesse que melhorar um pouquinho, porque, depois de uma audiência pública como essa, é que deveria abrir também prazo para novas emendas, porque evidente que, fruto do debate, nascem outras coisas que até então a gente não havia pensado. Então, talvez fosse algo para se discutir com o relator, porque tem o prazo das emendas, depois vem as audiências públicas, aí surgem, realmente, outras ideias, e aí já venceu o prazo. Aí temos que tentar com o relator essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É só para um esclarecimento: regimentalmente, o prazo já acabou. Mas o relator, se convencido, pode ainda ter como emenda de relator.

O SR. IZALCI LUCAS (PR – DF) – Eu já fiz essa reivindicação para ele...

Segundo, evidente que essa é uma matéria que deveria ser precedida de uma discussão muito maior, e nós estamos fazendo o Plano Nacional de Educação. Hoje, nós temos reunião com o Ministro da Fazenda, que eu acho que é importante a gente resolver definitivamente a questão dos recursos, a questão de quem paga a conta, e uma discussão que esta Casa precisa fazer, que é o pacto federativo. Eu acho que isso aqui demonstra, talvez, o excesso de centralização. Quer dizer, tudo, hoje, para se fazer nos Estados e Municípios, ninguém faz nada se não tiver realmente o apoio financeiro da União. Então, acho que agora, neste momento, nós chegamos à discussão do pacto federativo.

Mas, na prática, essa medida provisória, para mim, trata apenas da desburocratização do processo. São coisas óbvias, e, evidentemente, quem está na ponta, como foi dito aqui pela nossa Secretária do Consed, é que sofre por esse excesso de burocracia que temos no Brasil.

Então, acho que esse programa articulado vai facilitar muito a ponta. Evidentemente, alguns Municípios – e isso está previsto na medida provisória – precisam de assistência técnica. Muitos Municípios não demandam, porque não têm capacidade de fazer projetos. E isso ficou muito patente quando do piso salarial dos professores. A decisão do Supremo e a própria legislação preveem a participação da União nesse pagamento, porque Estados e Municípios não tinham condições de pagar. E não foi recebido pelo Ministério da Educação nenhum pedido, no País, de apoio ao pagamento do piso. Isso se deu ou por excesso de burocracia ou falta de apoio realmente na execução de uma assistência, como está previsto pela medida provisória. Então, essas são as minhas considerações.

Não sei ainda quanto à questão do comitê, como foi dito aqui. Aqui fala do comitê do Ministério da Educação. Não sei se nesse comitê haverá outros entes que participarão. Eu perguntaria se vocês têm emenda nesse sentido, de ampliar, talvez, a participação desse comitê no programa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou fazer uma rodada só e, aí, passo a palavra para os questionamentos para que os membros possam falar.

O próximo inscrito é meu amigo – fomos Deputados juntos por, acho, oito anos – Paulo Rubem Santiago, do PDT de Pernambuco.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE) – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Senador Moka, prezados convidados, prezados Deputados Relatores.

Sr. Presidente, nós gostaríamos de adotar, aqui, como ponto de partida, uma reflexão acerca do que são as iniciativas administrativas e do que são as iniciativas discutidas com a sociedade oriundas de planos nacionais e conferências, para que possamos entender e acompanhar, de forma mais apropriada, as ações do Governo, independentemente de ser este ou o anterior, no tocante à promoção e melhoria da educação básica no País.

Eu sempre considero importante registrar que estamos sob a égide de uma Constituição editada em 1988 e que, oito anos após a sua vigência, foi acompanhada de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No mesmo ano em que sancionamos a LDB, aprovamos a primeira emenda constitucional que subdividiu a vinculação de receitas para a educação com o Fundef. Em seguida, aprovamos o Plano Nacional de Educação, de vigência decenal (2001-2010) e que, por todos os indicadores e por todas as avaliações acadêmicas feitas e agora publicadas na discussão do novo projeto do Plano Nacional de Educação, o PNE I – se posso assim chamá-lo – ficou no meio do caminho. As metas, os mecanismos de cooperação, os indicadores, a necessidade de os Estados e Municípios também construírem seus planos estaduais e municipais de educação, isso tudo foi por água abaixo.

Vemos, progressivamente, uma lei federal, estabelecida mediante aprovação do Congresso Nacional, ser substituída por ações administrativas. Não é por acaso que essa medida provisória se propõe a transformar efetivamente em lei uma proposta oriunda de um decreto de 2007, decreto esse que foi sancionado um ano após a aprovação da emenda constitucional do fundo para a manutenção do desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação, aí inseridos todos os profissionais da educação e toda a educação básica, no campo e na cidade.

A segunda questão que queremos colocar é que, nos diagnósticos que foram feitos no encerramento da década do primeiro Plano Nacional de Educação, foi evidenciado que os Municípios não tinham elaborado planos municipais de educação. O documento publicado pela Universidade Federal de Goiás de avaliação da vigência do PNE I apontava que 95% dos Municípios não tinham planos municipais de educação. Partimos do pressuposto que quem não tem plano não tem diagnóstico. E, se não há diagnóstico, a capacidade do ente público de promover ações, de estabelecer metas, de dimensioná-las em termos de custos, de modalidade, de ação do governo e de prazos, essa capacidade fica profundamente comprometida.

Então, quando temos aqui, na exposição de motivos, sobretudo no texto da medida provisória, referente ao art. 2º e ao art. 4º:

§ 1º A elaboração do PAR será precedida de um diagnóstico da situação educacional, estruturado em quatro dimensões:

- I - gestão educacional;
- II - formação de profissionais de educação;
- III - práticas pedagógicas e avaliação; e
- IV - infraestrutura física e recursos pedagógicos.

O art. 4º, § 1º, diz: "A transferência direta prevista no *caput* será executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e ficará condicionada ao cumprimento de termo de compromisso..." Mas antes diz

que não será necessário convênio, ajuste, acordo ou contrato. O que é um termo de compromisso se não é um convênio ou um contrato ou um ajuste?

Então, a gente tem tido todo o cuidado de observar, nas proposições que chegam a esta Casa, o que realmente é claro e o que deixa margem à dúvida, porque essas expectativas quanto à gestão, formação de profissionais, práticas pedagógicas e avaliação, infraestrutura física e recursos, depois, identificação e delimitação de ações, metas quantitativas, cronograma de execução, previsão do início e fim das ações, isso aqui são questões que deveriam estar contidas nos planos municipais de educação. São questões que deveriam estar estabelecidas sob a égide da manutenção e desenvolvimento do ensino.

Então, estamos em plena discussão de um Plano Nacional de Educação, com metas decenais, e eu quero que me apontem se tudo que está proposto nessa medida provisória não está contido nas metas, estratégias e diretrizes do Projeto de Lei nº 8.035. Tudo o que está proposto aqui, com algumas pequenas correções, está contido nas metas do PNE 2011/2020, inclusive a questão dos mecanismos de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios.

Eu estou levantando essas questões para que possamos entender o que cabe a cada iniciativa. Nós estamos discutindo um plano decenal, que tem metas, inclusive, de expansão da educação profissional e tecnológica, e, no meio da tramitação do PNE, tivemos que discutir aqui o Pronatec. Então, a nossa preocupação é não estamos criando uma multiplicidade de ações, das quais algumas têm alguma representação decenal, lei federal, e outras acontecem pelas beiradas, sem aqui entrar no mérito da sua avaliação. Outras acontecem pelas beiradas.

Então, é importante discutirmos qual o significado dessa medida provisória à luz do que queremos no Plano Decenal de Educação, no Projeto de Lei nº 8.035. Razoavelmente, nada do que está proposto aqui está fora do PNE previsto no Projeto de Lei nº 8.035. Os Municípios deverão estabelecer também os seus planos municipais de educação.

Uma das questões que não está tendo a devida representação na discussão do PNE é o sistema nacional de gestão democrática da educação. Onde está indicado aqui que o diagnóstico, identificação, delimitação das ações, os projetos serão objeto das conferências municipais de educação, da atuação dos conselhos? Nós prestamos atenção a qual é a avaliação da CGU sobre o funcionamento dos conselhos de acompanhamento do Fundeb? O Ministro Jorge Hage vem à Comissão de Educação nos próximos dias para discutir conosco o que está acontecendo com os conselhos de acompanhamento do Fundeb.

E uma última questão: os recursos serão liberados dos órgãos e entidades dos Estados, mantidos em contas correntes abertas e mantidos, exclusivamente, em instituições. Ou seja, os Municípios já têm as suas próprias contas e abrirão novas contas com esse aspecto. Se o investimento que venha a

ser aplicado com esse recurso for acima de 30 dias, tem que abrir uma cademeta de poupança; se for menos de 30 dias, tem que aplicar em renda fixa ou título da dívida pública. Não vejo qual é a razão, se isso aqui não vai complicar ainda mais a administração financeira desses recursos. Ora, por que o recurso que vem do FNDE tem que ter o cuidado – se passa de 30 dias, vai para uma poupança; se é de um a 30 dias, fica na renda fixa –, e o próprio orçamento municipal da educação não tem essa orientação? E as transferências do Fundeb da conta estadual para os Municípios não têm essa orientação? Então, estou querendo simplificar; não é inventar coisa nova para complicar a administração financeira dos Municípios. Todos nós sabemos da dificuldade dos Municípios porque não têm quadro de carreira. Gestão da educação nos Municípios, só é carreira de Estado o professor. As Secretarias de Educação não são carreiras de Estado. Temos Municípios em que os secretários ou secretárias de educação, às vezes, passam durante um período e sequer são habilitados em magistério ou licenciatura. Nós já vimos isso diversas vezes.

Então, a minha preocupação – sou membro titular da Comissão Especial do PNE, fui titular da Comissão Especial do Fundeb, fui autor das emendas que aprimoraram os conselhos de acompanhamento e fiscalização do Fundeb – é não ficarmos atirando para todos os lados. Acho que há méritos, como a incorporação das escolas comunitárias que têm assento na educação rural. Eu, inclusive, fiz emendas na lei de regulamentação do Fundeb para considerá-las na área urbana, porque, em 1991, quando fui vereador em Recife, fui autor da lei que regulamentou os convênios da Prefeitura de Recife com as escolas comunitárias. Essa é uma questão meritória, mas me preocupa estarmos aqui definindo um conjunto de competências para os Municípios receberem os recursos do FNDE em plena vigência da discussão de um Plano Decenal de Educação, que vai ampliar a transferência de recursos para os Municípios.

Daqui a pouco, já disse o Deputado Izalci, nós temos uma audiência com o Ministro Mantega para discutir 10% do PIB para a educação. E, quando a gente fala para a educação, é para a educação toda: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste, área urbana, área rural, metropolitana, os 10% mais pobres, os 10% mais ricos da população. É para todos.

Então, confesso aqui uma dificuldade de entender, sem entrar na discussão do mérito da iniciativa da medida provisória, essas iniciativas a que assistimos, porque, ao lado da lei discutida no Congresso, ao lado da lei sancionada, dos planos, adotamos medidas tópicas que procuram responder algo que, durante dez anos, não tivemos capacidade para dizer por que, em dez anos de um Plano Nacional de Educação, os Municípios não elaboraram os seus planos. Os indicadores foram melhorados, mas ainda com muita precariedade.

Ora, se é para transferir recurso, por que não transfere para a conta única da educação municipal? Por que vai ter outra conta para o dinheiro do FNDE, e, se for acima de trinta dias, tem que abrir uma poupança e, se for de um

a 30 dias, tem que aplicar em renda fixa? Acho isso uma aberração, uma desnecessidade para os Municípios. Vai complicar ainda mais. Pessoas vão ter que entender... Imagina um Município aplicar o saldo da conta FNDE em renda fixa? Quem no Município está habilitado para aplicar nisso, para acompanhar, para controlar isso? São cinco mil quinhentos e tantos Municípios.

Não quero desqualificar a iniciativa. Acho que toda iniciativa é meritória, mas tenho dificuldade de entender, Sr. Presidente, à luz de um Plano Nacional de Educação que acabou em 2010 e que não atingiu os seus objetivos, à luz de um PNE que está sendo discutido para ir até 2020, que engloba tudo isso aqui, com raríssimas exceções. Como vai ser a sintonia disso aqui, FNDE, PAR, com as metas, as diretrizes, o controle social e a avaliação dos resultados do PNE até 2020? Eu queria compartilhar e confessar aqui essa dificuldade, porque acho que, das duas, uma: ou a gente prioriza e valoriza os grandes instrumentos, os planos, de que estamos em discussão há dois anos, ou a gente faz as duas coisas – a gente discute os grandes planos decenais; discute as competências dos Estados e Municípios; discute, inclusive, a vinculação do percentual do PIB para financiar a educação; e, depois, a gente vai para o varejo. E aí a gente se abraça com o varejo, tira do varejo algumas medidas, alguns resultados, mas o atacado fica lá encostado na lei, até porque vai dar muito problema, muita dor de cabeça para acompanhar a decenalidade do plano.

Era isso que eu queria compartilhar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Depois do Deputado Paulo Rubem, passo a palavra ao Deputado Professor Setimo.

Eu queria também pedir licença e convidar a Professora Dorinha, que é a nossa 1ª Vice-Presidente.

Tenho um compromisso, eu presido a Frente Parlamentar do Cooperativismo, e hoje tenho uma reunião da Unimed, da qual sou um dos palestrantes. É o tempo de ir lá fazer a palestra e retornar.

Tenho certeza de que serei substituído com muito mais competência pela Professora Dorinha.

Passo a Presidência à Professora Dorinha e, inscrito na sequência, o Professor Setimo.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, ouvimos atentamente o nosso Relator. Como disse o nosso Presidente, tem intimidade com o trator dessa medida provisória.

As preocupações do Deputado Paulo Rubem merecem ser analisadas realmente, mas o nosso objetivo maior com essa medida provisória é no momento, é o tempo, é o prazo. Então, precisamos ter a visão do bom senso de que a medida provisória, conforme o relator, o mais rápido seja aprovada, para que não possamos interromper todos esses programas Dinheiro na Escola, Educação no Campo, Universidade Aberta. Esse é o nosso objetivo maior nesta Comissão.

Com relação em saber que o texto da medida provisória, muitas das normas e regras que têm ali, elas realmente estarão contidas no PNE, mas sabemos que esse PNE ainda vai demorar: vai ainda para a Comissão; depois, vai para o Senado, e o momento agora, por isso minha colocação é no sentido de que é no momento que temos que resolver todas essas preocupações com relação ao PAR.

Quando se fala em articulação, vejo que ainda existe nesse Plano de Ações Articuladas a predominância da burocracia. Precisamos, com a experiência do tempo e acabando com a burocracia, quando se fala realmente dentro do Ministério da Educação, burocracia ainda... Já vencemos algumas etapas, reconhecemos isso, mas precisamos, com a experiência de vida, embora em pouco tempo, com relação ao PAR, acabar com a burocracia.

Precisamos resolver dentro do PAR a questão do acesso para que possamos, embora a preocupação do relator em relação ao Educação no Campo, cinco mil e poucos Municípios possam se aproximar rapidamente disso, mas entendemos que isso tem que ser planejado, tem que ser acompanhado de um planejamento político-pedagógico, acima de tudo, onde a discussão com a sociedade não pode deixar de existir, mas, ao mesmo tempo, é a questão do acesso. Ainda vejo que precisamos ampliar o acesso para que todos tenham direito à Educação no Campo. Principalmente quando se fala na relação muito grande com a formação específica no campo, não podemos dizer que a relação maior é com a agricultura.

Nós nos preocupamos com a formação do conselho, a participação do Ministério da Agricultura no conselho. Quem conhece o Município sabe que lá é que está o João da Capoeira e, muitas vezes, como existe no Nordeste, a chamada Casa da Agricultura Familiar, que tem essa preocupação de dar formação ao homem do campo. Muitas vezes, a liberação de recursos, o início das aulas, isso tem uma disparidade muito grande, Sr. Ministro. Então, essa articulação tem que olhar bem para o início das atividades, o período das atividades desse jovem que está lá no campo, participando na escola. E muitas vezes o MEC... Quando as aulas vão iniciar já é julho, e perdemos muito tempo. Não podemos também...

A preocupação – conheço alguns Municípios – com relação ao Mais Educação na escola existe. Quando liberaram o Mais Educação, estávamos no mês de julho. Aí houve um salto, uma quebra no programa de continuidade, porque, quando chega novembro, dezembro, janeiro, são suspensas as aulas e vai retornar só depois o Mais Educação.

Então, na questão do acesso para todos os Municípios e também nessa relação com o Ministério da Agricultura, tem que haver uma articulação.

A Medida Provisória eu já comentei. Sabemos que o PNE é um plano nacional que vai conter todas as metas, planejamentos para a educação,

mas, no momento, o nosso objetivo maior é aprovar essa medida provisória para que possamos, ainda em tempo, colocar a casa em ordem.

Quero dizer ao Relator que a sua análise é realista e que o momento requer, o mais urgente possível, a aprovação dessa medida provisória.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM – TO) – Muito obrigada, Prof. Setimo.

Passo a palavra, em seguida, para o Deputado Miriquinho Batista.

O SR. MIRIQUINHO BATISTA (PT – PA) – Srª Presidente, Deputado Padre João, Relator, e demais membros da Mesa, primeiro quero ressaltar a importância da medida provisória, a importância e o momento.

Eu também vejo a preocupação do Deputado Paulo Rubens com o Plano Nacional de Educação. Se avançamos agora, neste momento, nós vamos, quando chegar o plano, apenas pegar o que já temos e incluir. Mas há necessidade de urgência no sentido de implantar.

Primeiro, quero louvar aqui o método da Comissão. Eu acho que chamar para audiências públicas, convidar para audiências públicas, poder ouvir setores que tenham sua vida na educação, principalmente na educação no campo, cada vez vem trazer mais conteúdo para esse projeto e, não temos dúvida, cada vez mais vai aperfeiçoar.

Então o Padre João está de parabéns. É este o caminho: num projeto como esse, numa medida provisória como essa, ouvir cada vez mais a sociedade para que a medida provisória esteja em sintonia com ela de uma maneira geral.

Depois, eu queria também aqui destacar que, há muito tempo, há necessidade de debatermos cada vez mais a educação, principalmente a educação no campo. Quem vem do campo sabe a dificuldade dos jovens e dos adultos de frequentarem o ensino regular ou até o ensino profissionalizante. Na grande maioria das vezes, quando recorrem ao ensino profissionalizante fora da sua própria comunidade, começam a trabalhar outra realidade e, depois, dificilmente voltam à sua comunidade para contribuir e poder também lá desenvolver as principais atividades do dia a dia, da vida, da sua família, da sua vida.

Então este é um momento muito rico. E no Brasil nós já temos inúmeras experiências nesse sentido: escolas de famílias rurais, enfim, nós temos muitas experiências. A educação de alternância é também outro momento muito importante vivenciado na educação rural.

Então eu queria aqui, primeiro, dizer da importância, da urgência. O campo não tem mais como esperar um ano, dois anos, três anos para que se instale a educação. Então, a preocupação do Deputado Paulo Rubens é importantíssima. Nós temos que fechar o Plano Nacional de Educação, mas, neste

ponto, nós esperarmos significa deixar, por um determinado tempo, o campo aguardando ainda mais aquilo que pode ser feito imediatamente.

A Presidenta Dilma acertadamente manda a medida provisória para cá. E o nosso papel aqui é questioná-la, o nosso papel é aperfeiçoá-la, o nosso papel é ouvir a sociedade para podermos apresentar-lhe essa medida provisória transformando-a exatamente em ação concreta no processo da educação no campo.

Então eu queria deixar a minha contribuição nesse sentido. Acho que este é um caminho que nós temos que perseguir e que devemos cada vez mais acelerar o processo para atender uma demanda que já está reprimida e precisa ser resolvida.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM – TO) – Muito obrigada, Deputado Miriquinho.

Sou a próxima inscrita. Vou tentar ser bastante breve, até porque o Dr. Paim tem um limite de horário, pois tem outro compromisso também envolvendo a área da educação.

Eu queria primeiro colocar, como ex-gestora – fui Secretária por muitos anos –, que eu acredito que o PAR deu a nós gestores, quando gestora e sob esse olhar, uma organicidade na relação entre os Estados e Municípios e o Ministério da Educação. Na minha opinião, ele tirou uma relação que era de balcão – a gente ficava sempre à mercê, sem saber como iria acontecer – e deu oportunidade a cada Estado, a cada Município de sentar, olhar sua realidade e, de acordo com as suas necessidades, dizer o que podia e do que precisava como ajuda para essa concretização.

Então eu, inclusive, queria fazer um apelo ao Paim para que a gente pudesse, na Comissão de Educação – eu fui autora de um requerimento –, que o PAR pudesse ser novamente discutido. Eu acho que nós temos dados suficientes, um sistema que dá hoje uma visão em termos de Municípios e Estados que seria importante os Deputados da Comissão de Educação conhecerem. Nem todos tiveram oportunidade de lidar diretamente com a implementação do PAR, inclusive para aprimorá-lo, obviamente. Mas eu queria fazer esse reforço.

Acho que a transformação agora em regulamentação em lei, o processo de transferência facilita para os gestores. O que puder ser aprimorado nas sugestões do Deputado Paulo Rubens ou de outros Deputados eu acho interessante, mas o principal é que, na minha opinião, ele abriu um canal direto de comunicação entre o Ministério e o ente federado, Município e Estado.

Temos dificuldades? Sim. Os Municípios, muitos deles precisam de apoio para a construção do PAR. Hoje já houve um grande avanço. Eu participei da primeira construção na época em que o PAR foi implantado. Houve uma grande dificuldade, nesse exercício de planejamento estratégico, para discutir, para fazer o prefeito sentar. Muitas vezes a equipe que ia a um Município ficava andando, correndo atrás do prefeito para que ele pudesse participar. Eu estou

falando de uma realidade de maneira rápida, mas vocês sabem que isso acontece. E também acontece nos Estados. Então eu acho que é interessante.

A minha sugestão em relação à preocupação do Paulo Rubens, acho que ela é... Entendo que o PAR tem um caráter muito executivo na relação Ministério e apoio para os Estados e Municípios. E acho que a gente precisa conseguir essa conversa. É preciso, na aprovação do Plano Nacional de Educação, haver a obrigação e a responsabilidade de os Municípios e os Estados fazerem seus planos municipais. Menos de dez Estados fizeram sua tarefa de casa na elaboração do último PNE. Então eu acho que a gente tem como articular, como colocar como condição, inclusive no próprio PNE, a obrigatoriedade de esse exercício que nós estamos fazendo nacionalmente ser feito no âmbito dos Estados e Municípios. Acho que a articulação é necessária e, na minha opinião, ele não é incompatível, porque sinto que há uma ação no lado executivo. Obviamente, alguns programas nacionais não serão demandados pelos Estados e Municípios. Aí sim, a parte de ação do próprio Ministério da Educação na implementação daquilo que ele elegeu como responsabilidade dentro do Plano Nacional de Educação.

Queria reforçar a minha preocupação em relação à educação do campo.

Enquanto eu era Secretária e mesmo no Consed, nós tínhamos uma ação muito direcionada a essa questão do campo. E foi um grande avanço a possibilidade do apoio às Cefas. No meu Estado já tínhamos convênio. Só temos duas escolas conveniadas às famílias agrícolas, mas eu queria dizer que para o campo precisamos de mais do que isso. Precisamos de uma ação articulada.

Hoje ainda sinto muito fortemente que a política de educação no campo é a política do transporte escolar. O transporte é louvável, já que nós temos alunos sendo transportados. E já houve vários casos de crianças morrendo no transporte em caminhonetes, em carros abertos. Então, o avanço em relação a um transporte seguro e decente é real, concreto e louvável, mas eu gostaria de fazer esse desafio para tentar ligar inclusive com essa política de financiamento de qualificação via Capes, para que possamos desenvolver pesquisas e alternativas para modelos de educação no campo. Não adianta botar um menino dentro de um ônibus e levar para uma escola que não diz nada à realidade dele. Ele vai estudar numa escola urbana cujo conteúdo não tem nada a ver com o que ele precisa, o currículo não é diferenciado. Na verdade, o atendimento é melhor do que ele ficar fora da escola, mas essa escola precisa dizer alguma coisa a sua realidade.

A Cefas é uma experiência exitosa que pode ser ampliada. Até agora a expansão foi sempre na raça, sem nenhum tipo de apoio. Uma política pública de sustentação permitiria não só a expansão com apoio, mas com uma universidade ajudando na produção de material, no processo de formação. E seria uma oportunidade de se articular inclusive.

A Capes vai financiar e estimular a formação inicial e continuada? Vamos direcionar para as áreas em que temos demanda na educação básica. Não adianta mandar professor fazer mestrado e doutorado para estudar aquilo que não vai melhorar a educação básica. Apresentei emenda nesse sentido. Se nós vamos financiar pela educação básica, vamos fazê-lo naquelas áreas em que temos demanda para melhorar o desempenho, para produzir material para a escola do campo, para produzir material e formar professores para a educação de jovens e adultos, em que o abandono, o índice de evasão é enorme, porque essa escola não diz nada, não responde à demanda e à necessidade de quem não está querendo mais perder tempo. Então é possível fazer essa articulação.

Quando apresentei proposta de regulamentação do comitê estratégico, porque participei desse comitê, a nossa tentativa era dar uma organicidade para garantir que a Undime esteja lá, assim como o Consed, que as entidades sociais que lidam com o campo estejam presentes, porque nós temos que pensar não à frente de quem está hoje no Ministério, mas uma política permanente tem que lidar com as diferenças de gestão. E, se eu tenho garantido quem vai estar à frente para sentar, eu tenho como garantir.

O mesmo ocorre em relação à Capes. Eu propus que a Capes tenha um comitê, que não seja o Presidente da Capes. E que esse comitê possa ouvir a demanda da educação básica. Vamos investir dinheiro público para formar que tipo de profissional. Aquele que vai responder à necessidade da educação básica, para melhorar a qualidade, para melhorar a formação.

Para finalizar, eu queria fazer uma única pergunta.

Não consegui entender por que na proposta diferenciada em relação ao número de alunos que ainda não foram computados no censo... Nós já fizemos isso para as creches construídas com recursos federais por meio de uma medida provisória anterior e agora a medida abre para a EJA. Por que não a educação básica? Pode ser que tenha algo a ver com o financiamento, mas a educação de jovens e adultos é algo em que não temos muito controle, os números são absurdos. A educação de jovens e adultos é do tamanho da nossa dívida social.

Não poderíamos pensar, ainda que gradativamente, nessa situação? Uma preocupação em relação à EJA é que tem duas entradas, uma no início e outra normalmente no meio do ano. Como é que operacionalmente isso vai acontecer e fazer esse apelo para o Consed, a Undime, o Conec e o Ministério, para que pudéssemos realmente trabalhar num programa estruturante para a área da educação do campo, sem prejuízo do ganho relativo à Cefas. Existe a possibilidade de um pacto com universidades, trabalhar a formação de professores e a questão curricular. Podemos dar um grande salto.

Os números não são tão pequenos. Muita gente pensa que a educação do campo é periférica. Não é. A grande maioria das nossas cidades têm perfil agrícola, perfil do campo. Então é uma ilusão pensar que é urbano. Não é urbano. São pequenas cidades cuja relação econômica e social com o meio

ambiente é característica do campo. Então não é algo tão periférico, não é tão pequeno. E precisa ser enfrentado de uma maneira orgânica.

Agora volto para a Presidência.

Não há mais inscritos?

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE) – Queria deixar com o relator uma outra preocupação.

Em função da nossa audiência com o Ministro Mantega, precisamos passar no gabinete para reunir a documentação.

Há só um ponto sobre o qual gostaria depois de pedir ao Relator para realizar uma reunião de trabalho mais esmiuçada. É a preocupação com o que está contido entre o art. 6º e o parágrafo único do art. 10.

O art. 6º estabelece que 60 dias após o encerramento da vigência do termo de compromisso o ente da federação deverá prestar contas. E, na prestação de contas, ele deverá apresentar no mínimo esse calhamaço de questões que são consideradas necessárias. Porém, no parágrafo único do art. 10 remete-se aos conselhos de acompanhamento a avaliação e a elaboração de um parecer conclusivo sobre essas contas. E não está definido quando o prefeito, por exemplo, vai ter que encaminhar para o conselho a prestação de contas nem quanto tempo o conselho terá para avaliar essas contas, sabendo todos nós qual é a condição real de preparação e de formação contábil e orçamentária dos nossos conselhos de acompanhamento do Fundeb.

Da forma como está posto aqui não vai funcionar, porque se o gestor tem 60 dias para enviar a prestação de contas e se, antes de enviá-la, ela tem que passar pelo conselho, quanto tempo o conselho vai ter para avaliar as contas? E olhem que não é pouca coisa: cumprimento de metas, relação de despesas, pagamentos efetuados, relação dos bens adquiridos e produzidos, relação dos treinados ou capacitados, relação do serviço prestado, extrato bancário da conta específica, comprovante de recolhimento do saldo remanescente de recursos, cópia do termo de compromisso, etc. Tudo isso vai ter que ir para o conselho de acompanhamento, mas não está definido quanto tempo o conselho vai ter para avaliar nem qual é o prazo que o gestor terá para enviar ao conselho antes de enviar para o FNDE.

São questões práticas que hoje têm impactado a correta aplicação e gestão de recursos do Fundeb, e nós não podemos deixar passar em branco. Eu queria ponderar com o Relator e depois marcar com o Deputado, para esmiuçarmos mais essas e algumas outras questões.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM – TO) – Obrigada, Deputado.

Paim, por favor.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Eu queria agradecer as manifestações e sugestões.

Aproveitando a presença do Deputado Paulo Rubem, quero dizer que tenho que cumprimentá-lo, porque já participamos de várias discussões e ele é um grande defensor do Plano Nacional de Educação e, em última instância, do uso do planejamento na educação, que é uma atividade de Estado que precisa ter um planejamento que extrapole inclusive os próprios governos.

Nesse sentido, eu queria dizer que há uma preocupação permanente do Ministério em relação ao PNE. Nós temos feito um esforço grande na Câmara, junto ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni, para que se faça a apreciação do PNE, de modo que a lei do PNE possa ser utilizada no âmbito do Ministério da Educação para avançarmos em relação ao que estamos prevendo. A partir do próprio projeto de lei, nós já instituímos dentro do Ministério da Educação o que estamos chamando de alinhamento entre o Plano Nacional de Educação, o Plano Plurianual e o próprio orçamento do Ministério. Se o senhor analisar a lei do orçamento e o Plano Plurianual, vai verificar que há uma preocupação muito grande de nossa parte no sentido de usar os indicadores do PNE como base para todas as nossas ações orçamentárias, inclusive pelo PPA.

O Plano de Ações Articuladas, na realidade, complementa esse processo. Nós estamos falando aqui de um plano operacional, onde Município e Estado entram amiúde no conjunto de ações que ele vai implementar, justamente para cumprir essas metas que estão estabelecidas no PNE e, no caso do Ministério da Educação, no próprio PPA e no Orçamento. Então, não estamos fazendo nada descolado do PNE.

Por que não há aqui nenhuma referência ao PNE? Porque ainda não tivemos a votação da lei. Se a lei já estivesse sancionada, poderíamos, certamente, fazer menção ao PNE dentro dessa medida provisória que institucionaliza a questão do Plano de Ações Articuladas. O que estamos fazendo é, a partir de uma experiência bem-sucedida, que mudou o padrão de relacionamento do Ministério com Estados e Municípios, institucionalizando isso e permitindo que tenhamos todos os benefícios de uma transferência legal.

O senhor pode observar, Deputado, que essas questões todas a que o senhor se refere, que, inclusive, passaram por longa discussão junto à CGU, com o Ministro Jorge Hage, são questões que estão previstas em várias ações de transferência legal e transferência obrigatória do próprio Ministério.

Se eu não tenho uma conta específica, a possibilidade de o próprio Conselho do Fundeb acompanhar fica difícil. Se eu tivesse uma conta única dos recursos, ele não consegue fazer o acompanhamento. Decreto recente que a Presidenta Dilma editou tem essa preocupação com o acompanhamento da conta, porque, a partir da conta, hoje, pelo avanço da informatização, eu tenho como acompanhar exatamente onde o recurso foi aplicado, tenho o controle em qualquer conta corrente para onde foi repassado o recurso. Então, essa conta específica é uma necessidade de controle social e de controle, também, por parte do Governo, dos órgãos de controle interno e externo.

Eu diria que são questões que podemos esclarecer, mas gostaria de afirmar uma preocupação grande com a questão do PNE. Se nós olharmos os indicadores... É que não tenho oportunidade aqui de apresentar isso. A Presidente Dorinha sugeriu e acho que é importante fazermos na Comissão de Educação uma apresentação do que é o PAR, entrando no sistema, fazendo referências a todos os indicadores, a geração das ações, o senhor vai compreender que se trata de um plano operacional, o que evita que tenhamos, no Ministério da Educação um atendimento que vá ficar vinculado a ações específicas que não têm relação com o todo. Então, a nossa preocupação é exatamente detalhar e, a partir desses indicadores que estão vinculados ao PNE e ao nosso PPA, ter uma ação mais efetiva.

Então, eu diria que nós podemos, sim, nos colocar à disposição para esclarecer esses detalhamentos. A Comissão de Educação da Câmara é um espaço onde podemos fazer isso.

Em relação às questões específicas de prestação de contas, de abertura de contas em banco, nós temos condições totais de fazer essa discussão e aperfeiçoar esse modelo. Mas, na verdade, o que fizemos foi exatamente ter como referência já os programas todos de transferência legal.

Em relação ao comitê estratégico, estamos abertos para uma discussão, porque acho que é importante a participação do Consed e da Undime na elaboração, na formulação, na definição de diretrizes, nessa relação com Estados e Municípios.

Acho que, na educação de jovens e adultos para a educação básica, é óbvio que tem a questão do financiamento, mas há outro aspecto que envolve uma discussão sobre manutenção e expansão.

Quando fizemos em relação à educação infantil, nós temos, especialmente de zero a três, um atendimento que vem melhorando. Estamos já com 20,1% de atendimento, mas há um processo de expansão necessário. O próprio projeto de lei estabelece uma meta, até 2020, de 50%. Para 4 e 5, nós temos uma meta de universalização até 2016, previsto na Emenda Constitucional 59.

Temos, então, uma preocupação com a expansão e não com a manutenção. Porque, na realidade, na medida em que eu tenho um fluxo anual, onde entram e saem alunos na educação básica, há uma compensação. Embora em tenha uma defasagem de um ano em relação ao Censo, há uma compensação com a saída e entrada de alunos.

No caso de uma expansão, de um estímulo que o Ministério quer dar ao aumento de matrículas, no caso da educação de jovens e adultos, nós precisaríamos ter um estímulo, e esse estímulo seria exatamente financeiro. Agora, não temos pernas para ampliar isso para outras etapas e modalidades, porque não teríamos condições de bancar, mas estamos abertos à discussão.

Assim que for transformada a lei em medida provisória, ela é autorizativa. Essa é uma questão sobre a qual a gente pode pensar.

Acho que o Deputado Miriquinho colocou um aspecto importante, que é a questão do tempo. De fato, há uma dívida importante com o campo, como disse aqui o Luiz Peixoto, com o povo do campo. Nós temos uma dívida profunda com a educação no campo e acreditamos que, com essas medidas, vamos poder ganhar mais efetividade e, com isso, reduzir as perdas que tivemos ao longo desse período.

Há uma dívida educacional no País, sem dúvida alguma, mas essa dívida educacional no campo é muito maior. O que precisamos fazer é exatamente diminuir a diferença que existe entre o campo e a cidade. Sabemos que se avançou em infraestrutura, em melhoria da qualidade de informação na cidade, mas, infelizmente, não conseguimos fazer com que essas melhorias fossem até o campo.

Acredito que, com essa medida provisória, com essas ações todas que estamos implementando, vamos conseguir reduzir essa diferença e melhorar a situação no campo para que o jovem do campo, a criança do campo, o trabalhador do campo tenham as mesmas condições que o trabalhador, o jovem e a criança da cidade.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM – TO) – Agradeço as palavras do Secretário Executivo, Ministro Interino Paim.

Passo a palavra à Prof. Nilene.

A SRª MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Achei importante a colocação da Deputada Dorinha de trabalhar um programa estruturante para a educação no campo, para que esse jovem permaneça no campo, como disse o representante Luiz, mas isso envolve várias ações propostas que constam do PAR, que é o programa do transporte escolar. Acho que uma das prioridades para que se atenda bem é o transporte escolar, que, hoje, 99% é realizado pelos Municípios, com apoio financeiro pelos Estados. Quem faz o transporte dessas crianças e jovens da rede estadual são os Municípios. Muitas vezes, lá no campo, não há uma escola adequada para que esse jovem e essa criança permaneçam. Então, são obrigados a se deslocar para a cidade, ficando quatro, cinco horas nesse ônibus.

Precisamos de ações constantes do PAR para que esse prédio lá na zona rural seja adequado, com quadra de esporte coberta, com toda infraestrutura para dar um bom atendimento a essa criança, a esse jovem, mesmo para um período importante. É muito importante esse programa estruturante.

A formação continuada. Esses professores lá da zona rural precisam de uma formação adequada para esse atendimento. Que o Pronatec chegue também até a zona rural, para que esse jovem tenha qualificação e formação, para que consiga emprego e não tenha que vir para a cidade. Tudo isso consta das ações do PAR.

Por isso, precisamos de um urgente atendimento na aprovação dessa medida provisória, para que os Estados e Municípios com maior agilidade constem essas ações no Plano de Ação Articulada do PAR e sejam atendidos com a maior brevidade possível.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM – TO) – Obrigada, Professora Milene, Presidente do Consed. Passo a palavra agora à Professora Márcia Adriana, que aqui representa a Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

A SRª MÁRCIA ADRIANA DE CARVALHO – Reiterando as falas anteriores e também a manifestação da Undime, a gente agradece a oportunidade de participar desta audiência pública para discutir a relevância e a urgência desta medida provisória nos temas aqui colocados, e reforçamos então as questões já colocadas anteriormente no sentido de que o avanço existe na medida provisória em relação ao PAR, e fica aqui o pedido, já tivemos o eco de poder compor esse comitê estratégico a partir das emendas apontadas e a possibilidade de discussão para montagem desse comitê estratégico. A ressalva da questão que mesmo tendo o decreto das transferências, enfim, dos pagamentos todos por meio eletrônico, mas há atenção especial para alguns Municípios que ainda tenham a dificuldade de acesso à rede mundial de computadores. Então, em relação aos Municípios.

No que se refere à matrícula da EJA, a gente considera o avanço, mas a questão do cômputo, como ele fica para essa questão. No que se refere à educação no campo a gente reafirma a necessidade de que tenha uma vinculação efetivamente da proposta pedagógica e uma articulação dessa proposta pedagógica com a característica do campo, tanto na questão de recurso humano quanto na de recurso material, que estejam reconhecidas as características específicas para a gente não levar questões urbanas para o campo e poder acessar todos os níveis e modalidades da educação nessa proposta pedagógica.

No aspecto da educação infantil, das matrículas de creche e também de pré-escola nessa prorrogação de prazo que vem atender a uma demanda dos Municípios, mas a gente deve atentar também para a ideia do congelamento das matrículas. Lá no Fundeb, havia um congelamento a partir da edição da Lei do Fundeb, que era 2007, e agora falam do congelamento a partir da vigência da nova legislação. Então a gente faz esta ponderação em relação a essa consideração das matrículas.

Na questão da UAB, que vem agregar questões de financiamento ao PDDE, a dúvida também fica em relação à ciência, e se o recurso vai ser ampliado em termos de valores no montante geral do PDDE ou se a gente vai considerar o mesmo valor e redistribuir. E reafirmar a necessidade então das novas atribuições da Capes para este aspecto da formação inicial e continuada partindo da necessidade dos Municípios, quais são essas formações, e a gente fazer esse

investimento também vinculado aos polos da Universidade Aberta do Brasil naqueles Municípios que não têm as instituições de ensino superior instaladas no local. E que a gente possa então atender a essa demanda de qualificação dos profissionais de educação. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM -- TO) – Obrigada, professora Márcia.

Passo a palavra ao Luiz Peixoto, que aqui representa o Conec.

O SR. LUIZ PEIXOTO DA SILVA – Só para concluir algumas ideias, algumas reafirmações. Para nós do Conec e dos movimentos sociais, a formação de professores, de profissionais da educação tem que ser essencialmente presencial. A IAD, por meio da Universidade Aberta do Brasil, é uma opção, mas quem é educador sabe que a formação de educador se faz pela convivência do coletivo dos formandos. Então, a gente quer reafirmar que nós dissemos isso na Conec na última reunião, entendemos a necessidade de fazer a educação a distância em vários espaços, mas para nós, primeiramente, o professor se forma em curso presencial.

Concomitante a isso, os membros da Conec que são dos movimentos sociais, da sociedade civil, se colocam à disposição para contribuir nos debates nos Estados e regiões tanto da medida provisória, como de projeto de lei, quanto do Pronacampo, para contribuir, trazer elementos novos nos Estados e regiões, porque essa demanda de educação no campo contextualizada leva em conta a realidade de que no Brasil não existe um campo, existem campos. O campo de Pernambuco, o meio rural de Pernambuco e o meio rural do Rio Grande do Sul não são os mesmos, então, para falar em educação do campo no Brasil também tem que se discutir o que é o campo de fato. A gente olha para o Mato Grosso do Sul, Corumbá e Itaquiraí não tem nada a ver um com o outro. Mesmo Estado, não é? Olhando para o Secretário de Educação do meu Estado, aqui. Então, a gente precisa discutir isso aqui. E a Conec se coloca à disposição para fazer isso, para contribuir nessa discussão, tanto a Resab, quanto a Contag, o Movimento dos Sem Terra, a CPT e a rede Cefas. E a Fetraf e o Movimento dos Camponeses, que são membros da Conec, para discutir isso nos Estados de fato e contribuir nessa articulação.

Eu quero agradecer muito esta oportunidade, acho que essa dinâmica ajuda a gente a enriquecer o debate, ajuda a gente a clarear ideias e trazer novos elementos para discussão.

Aproveitando, quero deixar com cada um de vocês da Mesa nossa última publicação da rede Cefas que é uma revista sobre educação no campo em que constam um pouco dos nossos conceitos e práticas do nosso acúmulo de experiências.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM -- TO) – Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, fazendo um convite para o dia 17, às 14h30, oportunidade em que nosso relator apresentará o seu relatório e abrirá para as contribuições finais.

Muito obrigada a todos e uma boa tarde de trabalho.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 34 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,14)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁸⁾	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(4,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁸⁾	
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (PTB-DF) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.
3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECF, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 061 33033501
E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1.
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Demóstenes Torres (DEM) ⁽³⁾	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO
DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Telefone(s): 061 33033490

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSD PSOL (26)

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
VAGO ⁽²⁴⁾	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Gim Argello (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹¹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹¹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(11,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(34,35)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁰⁾	
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴³⁾	1. Roberto Requião (PMDB) ^(2,4,17,21,27,43)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,16,43)	2. Clésio Andrade (PMDB) ^(5,17,38,43)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴³⁾	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,17,43)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴³⁾	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17,43)
Renan Calheiros (PMDB) ^(21,43)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴³⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(28,43)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴³⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴³⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁷⁾
Gim Argello (PTB)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,36,37)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³³⁾
PSD	
^(41,42)	1. ^(30,31,32,39,41,42)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

11. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
34. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
35. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
36. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
37. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
38. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
39. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
40. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22,46)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,31,42,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(32,34,43,46)	4. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
VAGO ⁽⁴⁶⁾	6. Ciro Nogueira (PP) ^(23,46)
VAGO ⁽⁴⁶⁾	7. VAGO ^(11,46)
VAGO ⁽⁴⁶⁾	8. ⁽⁴⁶⁾
VAGO ⁽⁴⁶⁾	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,27)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁷⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁸⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,37)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
 - ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
 - *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
 - **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
40. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,26)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,27)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
 15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(2,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
 2. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁹⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,8)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
⁽¹¹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
VAGO ^(1,13,28,29,31,42)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(30,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) ^(19,37)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁸⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁸⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁸⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,28)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁸⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁸⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁸⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,28)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁸⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,28)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁸⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁸⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁸⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,28)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
(27)	1. (6,7,13,15,27,29)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Cyro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
 20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
 21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
 23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
 25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

27. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

28. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.

29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,5)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(4,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
 3. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
 4. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
 5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Notas:

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22,24,28,31)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
VAGO ^(22,23,24,25,33)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB).
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(6,7,9)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ^(4,5,8)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO ^(28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO ^(26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁴⁾
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³³⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,18)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(5,6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.
5. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
6. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(8,15)
PT
Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽³⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁴⁾
PR
VAGO ^(9,14,16)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁵⁾
PSOL
VAGO ^(2,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/04/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
VAGO ^(11,21,22)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,20)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 09/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
22. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS	
PMDB	
PT	
	Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾
PSDB	
	Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾
PTB	
	Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾
DEM	
PR	
	Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾
PP	
	Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾
PDT	
	Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾
PSB	
	João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾
PC DO B	
	Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PSOL	
	Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾
PRB	
	Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾
PSD	
	Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV	

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB n° 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁷⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽²⁾
DEM
PR
Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁸⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽³⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁶⁾
PSD
Kátia Abreu (TO) ⁽⁴⁾
PV

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputada Perpétua Almeida
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação da Comissão: 14-12-2011

Instalação da Comissão: 8-2-2012

Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
^{2 e 8}	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 256 páginas
(OS: 11442/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

